



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

TESE DE DOUTORAMENTO EM
DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE

A Transformação Social do Espaço Urbano e a Criminalidade na Cidade de
Maputo

Estudante: Francisco Bernardo Bilério

Maputo, Maio de 2023



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

TESE DE DOUTORAMENTO EM
DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE

A Transformação Social do Espaço Urbano e a Criminalidade na Cidade de
Maputo

Estudante: Francisco Bernardo Bilério

Supervisor: Prof. Doutor Ramos Cardoso Muanamoha, UEM-Universidade
Eduardo Mondlane

Maputo, Março de 2023



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Folha de Aprovação

Assinatura dos membros de júri que avaliou e aprovou a Tese de Doutoramento do estudante
Francisco Bernardo Bilékrio, realizado no dia 15 de Novembro de 2022.

Supervisor

Prof. Doutor Ramos Cardoso Muanamoha (UEM)

Presidente

Prof. Doutora Inês Machungo (UEM)

Examinador Externo

Assinado por: JORGE DA SILVA MACAISTA
MALHEIROS Prof. Doutor Jorge Da Silva Macaista Malheiros (Universidade de Lisboa)
N.º de Identificação: 0732.96.1
Data: 2023.05.11 09:58:08 (01'00)

Examinador Externo

Prof. Doutor Rodrigues Nhiume Cumbane (ACIPOP)

Examinador Interno

Prof. Doutor Manuel Mazie (UEM)



Índice

Página

Dedicatória	I
Declaração de Originalidade	II
Agradecimentos.....	III
Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas	IV
Lista de Esquemas	V
Lista de Mapas	VI
Lista de Quadros.....	VII
Lista de Tabelas.....	VIII
Lista de Gráficos	IX
Resumo.....	XI
Abstract	XII
Introdução.....	1
i. Contexto do estudo.....	1
ii. Problematização	6
iii. Questões-chave de pesquisa	13
iv. Hipótese da pesquisa	13
v. Objectivos do estudo	16
vi. Justificativa do estudo	17
vii. Estrutura da tese	20
CAPÍTULO I: ESTADO DE ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL.	22
1.1. Estado de arte.....	22
1.1.1. Perspectivas sobre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade	22
1.1.2. Alguns estudos sobre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade no contexto moçambicano	40
1.2. Quadro teórico-conceptual	44

1.2.1. Discussão dos principais conceitos do estudo	45
1.2.1.1. Espaço urbano.....	45
a) Escola de Chicago	45
b) Escola Marxista	47
c) Teoria urbana e Teoria crítica urbana.....	48
d) O espaço urbano na perspectiva de outros autores	49
1.2.1.2. Transformação social do espaço urbano.....	61
1.2.1.3. Criminalidade.....	78
1.2.2. Abordagens teóricas que orientam o estudo	96
1.3. Conclusão	102
CAPÍTULO II. METODOLOGIA	107
2.1. Tipo de estudo	107
2.2. Método de Pesquisa	111
2.3. Área de estudo	113
2.4. Delimitação do universo de estudo e amostragem	119
2.5. Técnicas de recolha de dados	121
2.6. Instrumentos de recolha de dados.....	124
2.7. Plano de análise de dados	127
2.8. Etapas da pesquisa	129
2.9. Questões éticas da pesquisa.....	131
2.10. Constrangimentos	133
CAPÍTULO III. TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO NA CIDADE DE MAPUTO: UM OLHAR SOBRE OS BAIRROS DE MAGOANINE “C” E CHAMANCULO “C”	134
3.1. Perfil sociodemográfico dos inquiridos	134
3.2. Alguns mecanismos de controlo social local no espaço urbano moçambicano	145
3.3. Factos e realidades da transformação social do espaço nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C”	150

3.3.1. A transformação sócio-espacial e habitacional nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C”	154
3.3.2. As sociabilidades familiares, de vizinhança e económicas nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C”	166
3.3.2.1. Sociabilidades familiares	166
3.3.2.2. Sociabilidade na vizinhança.....	173
3.3.2.3. Sociabilidades económicas	178
3.4. Conclusão	187
CAPÍTULO IV: A CRIMINALIDADE NOS BAIROS DE MAGOANINE “C” E CHAMANCULO “C”	188
4.1. Tendências da criminalidade no contexto moçambicano	188
4.2. A criminalidade nas áreas de estudo.....	192
4.3. Conclusão	200
CAPÍTULO V: RELAÇÃO ENTRE AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A CRIMINALIDADE NOS BAIROS DE MAGOANINE “C” E CHAMANCULO “C”	202
5.1. Aspectos introdutórios	202
5.2. A configuração espacial e a criminalidade nas áreas de estudo	204
5.3. Família, vizinhança, condições económicas e a criminalidade	205
5.4. Conclusão	222
CAPÍTULO VI: CONCLUSÕES.....	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	232
ANEXOS.....	258
ANEXO 1: Guião de entrevista	258
ANEXO 2: Questionário de Inquérito	261
ANEXO 3: Grelha de observação	272
ANEXO 4: Consentimento informado e Declaração do Participante	274

Dedicatória

À memória de Alizarina Essau Chambule e Bernardo Posse Bilério. Que descansem em Paz!

Declaração de Originalidade

Declaro que esta Tese nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau académico ou num outro âmbito e que ela constitui resultado do meu trabalho individual, sendo apresentada em cumprimento integral dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento e Sociedade, na Universidade Eduardo Mondlane.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero começar por agradecer, ao meu supervisor o Prof. Doutor Ramos Cardoso Muanamoha, que transformou o meu sonho em realidade, a partir dos seus ensinamentos sem os quais não seria possível a materialização deste trabalho. Com ele muito aprendi e, por isso, o meu muito obrigado.

Em seguida, endereço os meus especiais agradecimentos aos Profs. Doutores Boaventura Cau e Rehana Capurchande, pelos questionamentos e observações levantadas durante o Exame de Qualificação, que abriram horizonte para o alinhamento de alguns aspectos teóricos-conceptuais e metodológicos contidos na tese.

Aproveito a oportunidade para reiterar os pretextos da minha mais elevada consideração e apreço pessoal a Profa. Doutora Inês Macamo Raimundo “minha mãe académica” para quem expresse os meus agradecimentos pelos seus ensinamentos e valores transmitidos em todos ciclos da minha formação superior.

Sou particularmente grato aos meus colegas da 1ª edição do Curso de Doutoramento em Desenvolvimento e Sociedade, com destaque ao meu “mano” Ezequiel Abrahamo pelo companheirismo.

Gostaria de registar também o meu reconhecimento aos estimados residentes dos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C” por terem reservado um espaço e tempo dentro das suas agendas para responder o questionário e a entrevista.

Aproveito a ocasião para agradecer a todos amáveis colegas da Direcção de Investigação e Extensão da Academia de Ciências Policiais, com ênfase à Profa. Doutora Santa Mónica Julião Mugime.

Meus imensuráveis reconhecimentos e gratidão são endereçados ao Fundo Nacional de Investigação (FNI), à Direcção Científica da Universidade Eduardo Mondlane (DC-UEM) e à Academia de Ciências Policiais pelo apoio financeiro concedido durante as etapas de formação.

Com risco de incorrer em muitas omissões, quero agradecer aos meus filhos (Zarina, Elca e Bernardino) e a minha esposa em memória (Júlia) pela amizade e companheirismo revelados durante os quatros anos da minha formação. Também fica registada a minha gratidão para toda família Bilério, com destaque ao meu amigo e irmão Bernardino.

Finalmente, agradeço imenso a todos aqueles que directa ou indirectamente, consciente ou inconscientemente, deram o seu contributo para que a presente tese saísse com menos inconsistências.

Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas

ACIPOL: Academia de Ciências Policiais

CAP: Centro de Análise de Políticas

CEP: Centro de Estudo da População

CEPAL: Comissão Económica para a América Latina e o Caribe

DUAT: Direito de Uso e Aproveitamento de Terra

FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique

INE: Instituto Nacional de Estatística

INS: Instituto Nacional de Saúde

KULA: Empresa de Consultoria e Projectos

MARP: Mecanismo Africano de Revisão de Pares

MINT: Ministério do Interior

MJ: Ministério da Justiça

MOPHRH: Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos

MICOA: Ministério da Coordenação da Acção Ambiental

OJM: Organização da Juventude Moçambicana

PEUMM: Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo

PRE: Programa de Restruturação Económica

PRES: Programa de Restruturação Económica e Social

PROMAPUTO: Programa do Desenvolvimento do Município de Maputo

PRM: Polícia da República de Moçambique

SERNAP: Serviço Nacional Penitenciário

SPSS: Statistical Package for the Social Science

UN-Habitat: Programa das Nações Unidas para os Assentamentos

UEM: Universidade Eduardo Mondlane

Lista de Esquemas

Esquema 1 - Perspectiva geográfica e sociológica do conceito de espaço urbano	60
Esquema 2 - Síntese de algumas abordagens sobre transformação social do espaço urbano ..	78
Esquema 3 - Conceito de criminalidade	95
Esquema 4 - Alguns pressupostos da teoria de desorganização social e interaccionismo simbólico	101
Esquema 5 - Triangulação metodológica (abordagem mista concomitante)	111
Esquema 6 - Etapas da definição da amostra para a recolha de dados.....	120
Esquema 7 - Triangulação da análise de dados	129
Esquema 8 - Etapas de pesquisa.....	131

Lista de Mapas

Mapa 1 - Limites do bairro de Magoanine “C”	116
Mapa 2 - Limites do bairro de Chamanculo “C”	116
Mapa 3 - Divisão administrativa do bairro de Magoanine “C” por quarteirões.....	117
Mapa 4 - Divisão administrativa do bairro de Chamanculo “C” por quarteirões	118

Lista de Quadros

Quadro 1 - Triangulação das técnicas e instrumentos de recolha de dados	126
---	-----

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Distribuição dos chefes de agregados familiares inquiridos por bairro e sexo.....	135
Tabela 2 - Distribuição percentual dos inquiridos por estado civil segundo a idade	140
Tabela 3 - Distribuição percentual dos inquiridos por local de trabalho, segundo o bairro de residência.....	142
Tabela 4 - Distribuição percentual dos inquiridos por estratégias de sobrevivência nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”	180
Tabela 5 - Distribuição de indiciados por idade e sexo em Moçambique, 2015-2017.	191

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição percentual dos inquiridos segundo o tipo de posse de habitação nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”	137
Gráfico 2 - Distribuição percentual dos inquiridos segundo o tipo de cuidador dos filhos nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”	138
Gráfico 3 - Distribuição percentual dos inquiridos por sexo e nível de escolaridade nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”	139
Gráfico 4 - Distribuição percentual dos inquiridos por religião nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”	141
Gráfico 5 - Distribuição percentual dos inquiridos de acordo com as estratégias de sobrevivência adoptadas para complementar o rendimento, por bairro	143
Gráfico 6 - Distribuição percentual dos inquiridos por tempo de residência nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”	161
Gráfico 7 - Principais alterações espaciais e habitacionais nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”, segundo os inquiridos.....	163
Gráfico 8 - Factores que influenciam a coesão familiar, segundo os inquiridos de Chamanculo “C” e Magoanine “C”	169
Gráfico 9 - Factores que influenciam a educação familiar segundo os inquiridos de Chamanculo “C” e Magoanine “C”	170
Gráfico 10 - Vínculos com a vizinhança, segundo os inquiridos de Chamanculo “C” e Magoanine “C”	174
Gráfico 11 - Distribuição dos inquiridos por sector de actividade nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”	181
Gráfico 12 - Distribuição percentual dos inquiridos do sector informal por fonte de rendimento nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”	182
Gráfico 13 - Número de crimes registados pelas autoridades policiais em Moçambique, 2010-2019.....	189
Gráfico 14 - Taxa de criminalidade registada por categoria de crime em cada 100 mil habitantes em Moçambique, 2010-2019.	190
Gráfico 15 - Distribuição percentual de crimes registados pelas autoridades.....	191
Gráfico 16 - Crimes registados na Cidade de Maputo em 2019	192
Gráfico 17 - Distribuição percentual dos inquiridos de acordo com o tipo de crime que mais ocorre nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”	194

Gráfico 18 - Distribuição percentual dos inquiridos de acordo com o tipo de crime mais temido nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”	197
Gráfico 19 - Distribuição percentual dos inquiridos segundo os factores que influenciam o crime nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”	198
Gráfico 20 - Factores familiares que influenciam a criminalidade segundo os inquiridos	208
Gráfico 21 - Opinião dos inquiridos sobre os eventos de sociabilidade que influenciam a criminalidade	210
Gráfico 22 - Factores que influenciam a criminalidade	213
Gráfico 23 - Algumas transformações sociais relacionadas com a criminalidade, segundo os inquiridos.....	216

Resumo

A transformação social do espaço urbano e a criminalidade na Cidade de Maputo

A presente tese aborda a transformação social do espaço e a criminalidade na Cidade de Maputo, tomando como unidades espaciais de análise os bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C”. A transformação social do espaço compreende o conjunto de alterações sociais que ocorrem no meio urbano ou rural, caracterizadas pelas interações humanas quer dentro ou fora da família. Para a elaboração da tese recorreu-se à abordagem mista concomitante, isto é, a combinação das abordagens qualitativa (administração de entrevistas aos informantes-chave e análise documental) e quantitativa (administração de inquérito aos chefes de agregados familiares). A transformação social do espaço nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C” constitui a continuidade das alterações que ocorrem na Cidade de Maputo, caracterizadas por uma fraca implementação dos instrumentos de ordenamento do território, pelas desigualdades sociais que nela se registam, pela desestruturação e rompimento da coesão social no seio das famílias e entre vizinhos. Estas alterações têm contribuído para erosão dos valores morais dos residentes, que se manifestam na falta de valorização do “Outro”. Nota-se o esvaziamento do projecto de sociabilidade erguido nos primórdios da independência nacional, caracterizado por uma maior preocupação com a vida e o bem-estar comunitário. Este projecto foi substituído por um campo de possibilidades em que a família e vizinhança pouco dialogam entre si, valorizando a impessoalidade, inscrita no contexto de privacidade. As relações económicas familiares decorrem em ambiente de “boladas” e de “desenrascar a vida”. A partir destas transformações, o crime passou a ser notícia do dia e, passivamente, aceite pela comunidade. Diariamente, os residentes queixam-se de crimes de (i) roubo de telemóveis, bolsas e carteiras, com o recurso à agressão física e aos instrumentos contundentes, (ii) roubo e furto de bens patrimoniais (viaturas, computadores, electrodomésticos), (iii) assassinatos, (iv) violação sexual e (v) violência doméstica. Os espaços autoproduzidos nos dois bairros transmitem a sensação de agorafobia e nictofobia. Portanto, a criminalidade nestes bairros resulta em parte da fraca vigilância familiar e comunitária.

Palavras-chave: Transformação social; Espaço urbano; Criminalidade; Cidade de Maputo

Abstract

The social transformation of urban space and crime in Maputo City

This thesis addresses the issue of social transformation of space and crime in Maputo City, taking as a space for analysis the neighborhoods of Magoanine “C” and Chamanculo “C”. The social transformation of space comprises the set of social changes that occur in the urban or rural environment, characterized by human interactions, whether inside or outside the family. For the preparation of the thesis, the concomitant mixed approach was used, that is, the combination of qualitative approaches (administration of interviews with key informants and document analysis) and quantitative (administration of surveys to heads of households). The social transformation of the space in the districts of Magoanine “C” and Chamanculo “C” is the continuation of the changes that occur in Maputo City, characterized by a weak implementation of spatial planning instruments, due to the social inequalities that occur there, by disruption and disruption of social cohesion within families and between neighbors. These changes have contributed to the erosion of the residents' moral values, which are manifested by the lack appreciation of the “Other”. The sociability project erected in the beginning of national independence has been depleted, characterized by a greater concern with community life and well-being. This project has been replaced by a field of possibilities in which the family and neighborhood have little dialogue with each other, valuing impersonality, inscribed in the context of privacy. Family economic relationships take place in an environment of “bumps” and “unwinding life”. After these transformations, crime became news of the day and passively accepted by the community. Every day, residents complain of crimes of (i) theft of mobile phones, purses, and wallets, using physical aggression and blunt instruments, (ii) theft and theft of property (cars, computers, appliances), (iii) murders, (iv) rape and (v) domestic violence. Therefore, crime in these neighborhoods results in part from weak family and community surveillance.

Keywords: Social transformation; Urban space; Crime; Maputo city

Introdução

i. Contexto do estudo

Este estudo visa compreender a relação entre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade na Cidade de Maputo, partindo do princípio de que a dinâmica criminal neste local pode estar ligada às mudanças socioeconómicas e ao rompimento da coesão social que a população viveu desde os primórdios da independência nacional (1975) até à actualidade.

Com a proclamação da independência nacional em 1975, Moçambique organizou-se como sociedade socialista, cuja Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) garantia a governação da população a partir de mensagens fortes que garantiam a coesão social. Este tipo de mensagens prevaleceu até aos finais da década de 80, quando se vivia numa sociedade guiada por economia centralmente planificada. A partir da década de 1990 a população moçambicana teve que experimentar outras formas de sociabilidade inscritas no contexto da economia de mercado e do multipartidarismo.

Assim, pode-se dizer que a criminalidade na Cidade de Maputo é, em parte, marcada por descontinuidades económicas, desigualdades sociais e rompimento da coesão social, fenómenos associados a: (i) dinâmica do crescimento populacional (Muanamoha, 2002); (ii) medidas tomadas no contexto da guerra (Oppenheimer & Raposo, 2000); (iii) liberalização da economia (Raposo & Salvador, 2002); (iv) medidas introduzidas pela guerra (Lopes, 2002); (vi) transformações político-económicas (Costa & Rodrigues, 2002); e (vii) globalização (Rodrigues, 2002).

Estes fenómenos são mais expressivos no quotidiano das pessoas, tornando as relações sociais de convivência superficiais, bem como na pouca relevância que se atribui à sociabilidade parental dos filhos, especificamente, na infância e adolescência. Com estas mudanças, as pessoas pouco se importam com as outras, ou seja, assiste-se à “erosão” dos valores morais, havendo pouca valorização do próximo e respeito pelos bens materiais do “Outro”.

Aliás, Vivet (2015) refere que as descontinuidades económicas e desigualdades sociais que caracterizam o ambiente urbano da Cidade de Maputo contribuíram para a forte pressão sobre os espaços e partilha de recursos, o que gera uma maior dispersão e recomposição familiar. A partir desta realidade, a sobrevivência familiar revela-se cada vez mais difícil sob

os efeitos conjugados da raridade de produtos disponíveis, em consequência do aumento constante dos preços.

A transformação social do espaço urbano na Cidade de Maputo, conforme Vivet (2015), conheceu estágios diferentes. No período pós-independência, as entidades mais significativas da integração social eram o Estado, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), as organizações democráticas de massa, os sindicatos das empresas e os Grupos Dinamizadores. Estas entidades, em particular os Grupos Dinamizadores, mantinham a sociabilidade dos indivíduos dentro e fora da família, através de mecanismos de controlo instituídos: guias de marcha e/ou outro tipo de documento de identidade, apresentação dos novos membros acolhidos na família às estruturas locais, reuniões mensais, bem como o recenseamento das entradas e saídas em cada bairro (Brito, 2019).

Todavia, a partir da década de 90, assiste-se uma ruptura considerável dos mecanismos de controlo social e de sociabilidade instituídos após a proclamação da independência nacional, tornando cada vez mais difícil a gestão das relações sociais de convivência. Neste período, a ordem urbana é posta em causa, devido à saturação das infra-estruturas, às construções espontâneas, ao aumento do comércio informal, à desestruturação familiar e à mudança do padrão criminal. Foi a partir deste período que as pessoas desenvolveram comportamentos egoístas, buscando os seus próprios interesses e abrindo espaço para a presença de uma socialização familiar deficiente.

O padrão criminal é marcado por um contexto de ocupação de espaços reservados ou interditos para construções, agravando-se o sistema de fornecimento dos serviços básicos (água, energia, saneamento, educação, saúde e segurança), e do desmantelamento das redes tradicionais de controlo social e de sociabilidade, bem como de ruptura nas relações sociais, principalmente nas faixas etárias constituídas por crianças e jovens, e também de distanciamento das relações familiares (pais e filhos).

A criminalidade na Cidade de Maputo é debatida nos relatórios de estudos realizados pelo Ministério do Interior e Centro de Análise de Políticas da UEM, em 2014, pela Direcção de Investigação e Extensão da ACIPOL em parceria com KULA, em 2008 e 2009, e em estatísticas criminais produzidas pelo Departamento de Estudos e Planificação do Comando Geral da Polícia da República de Moçambique, entre os anos de 2010 e 2019. Ainda, o debate sobre a criminalidade neste contexto espacial é visível nos estudos realizados por Maloa (2015) e Mubarak (2016).

Nestes estudos, os autores apontam o crime contra a propriedade como aquele que ocorre com frequência. Ainda, eles apontam a reconfiguração física do espaço urbano como um dos factores que proporciona a criminalidade. Porém, os autores pouco fazem ligação entre a falta da coesão social e a criminalidade.

É, portanto, em atenção a este e outros debates que emerge este estudo, com o intuito de estabelecer a relação entre a transformação social do espaço urbano e a emergência de comportamentos desviantes, tomando como unidades espaciais de análise os bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C”, uma vez que estes são marcados pelo ambiente de descontinuidades económicas, desigualdades sociais e de aparente ruptura das relações sociais de convivência.

Tal como foi referido antes, desde a independência nacional (1975) até finais da década de 1980, a FRELIMO tinha definido mecanismos de enquadramento político e social, que limitavam qualquer forma de violência e de criminalidade.

Porém, a partir de 1990 até então assiste-se à uma ruptura das premissas sobre a coesão social e de socialização, que se traduzem em comportamentos individualizados e na fraca supervisão dentro e fora da família. É a partir deste período que se assiste ao aumento de espaços autoproduzidos, comprovando a fraca implementação dos instrumentos de ordenamento do território e as desigualdades económicas.

O debate sobre esta temática não é totalmente novo. No âmbito da literatura global, a relação entre a transformação social do espaço e a criminalidade é amplamente debatida em estudos sociológicos com visão urbana e de desvio (exemplos: Castells, 1983 e 1984; Wacquant, 2001; Santos, 1999 e 2012; Simmel, 2001; Wirth, 2001; Park, 1967) e em estudos policiais de carácter comunitário preventivo (exemplos: Crowe, 1999; Saborit, 2001; Newman, 1997; Fernandes, 2007; Heitor, 2007; Gomes, 2007; Cusson, 2007; Morais, 2009; e González, 2011).

No contexto moçambicano, o debate constitui uma contribuição valiosa, se se assumir que, até agora, as diferentes reflexões concentram o seu debate na problematização da origem da cidade (Araújo, 2003; Baia, 2009; e Brás, 2011), nos problemas urbanos que advêm do crescimento populacional e da expansão desordenada da urbe (Araújo, 2007; Coelho, 2011; Mora, 2011; e Santos, 2012), bem como na mudança do padrão criminal e actuação policial (Bilério, 2015; Maloa, 2015 e Mubarak, 2016).

A produção sociológica do espaço urbano em Moçambique é fundamentada por Brás (2011), ao problematizar a cidade a partir da discussão dos autores de diferentes gerações (os clássicos, modernos e contemporâneos), para elucidar o foco da sociologia urbana que passa a interessar-se pela documentação das manifestações de patologias sociais (subhabitação, delinquência, marginalidade, choque cultural, bem como o problema de planeamento urbano em geral).

Este autor procura ampliar as abordagens teóricas que problematizam a criminalidade na perspectiva da estruturação física do território e gestão do espaço urbano construído, passando a incorporar as sociabilidades (relações sociais entre os indivíduos, na família e na vizinhança e desigualdades económicas).

A adopção desta perspectiva de abordagem para a Cidade de Maputo mostra-se fundamental, se se assumir que o processo de transformação social do espaço urbano enquadra-se num contexto que mostra sinais de ruptura das relações sociais de convivência, em que a criminalidade é comum e passivamente aceite pela sociedade, embora sancionada pela legislação penal moçambicana.

Assim, o presente estudo tem como foco ampliar o conhecimento existente em relação ao espaço urbano e à criminalidade, a partir da análise das relações sociais de convivência (coesão social) num contexto urbano de transformação social das relações individuais, familiares, de vizinhança e económicas, por um lado, e de como este processo pode estar a contribuir para o aumento da criminalidade na Cidade de Maputo, por outro.

Os processos estruturantes de sociabilidades levam a que a problematização da relação entre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade ocupe um lugar primordial nas questões relacionadas com segurança pública na Cidade de Maputo. Nesta Cidade, o processo de fixação de residência está sempre ligado ao acolhimento familiar, que serve de suporte aos recém-chegados, levando assim à densificação populacional e das construções, o que faz com que as infra-estruturas e serviços sociais oferecidos ao cidadão sejam insuficientes.

A precaridade da qualidade de vida que caracteriza os cidadãos de Maputo, segundo Costa e Rodrigues (2002), é atribuída ao contexto da liberalização económica, onde se junta a falta de emprego no sector formal e a dificuldade de geração de rendimentos, o que leva a

níveis crescentes de pobreza urbana e à reconfiguração das estratégias de sobrevivência das famílias.

A sobrevivência das famílias no espaço social da Cidade de Maputo ocorre em unidades sociais (agregados familiares) extremamente dinâmicas, flexíveis e mutáveis com diversificação de rendimentos. A diversificação de rendimentos ocorre com a afectação de membros de agregados familiares a diferentes e múltiplas actividades económicas e na sua inserção em diferentes redes sociais de solidariedade.

Os eventos que configuram as relações socioeconómicas e de convivência levam-nos a defender a tese de que a criminalidade na Cidade de Maputo é em parte influenciada pelos processos de transformação social do espaço. Nisso, as relações sociais de convivência nesta cidade ocorrem em espaços com estrutura e divisão administrativa diferenciada, em que as figuras de secretário do bairro e de chefe do quarteirão encontram-se enfraquecidas, do ponto de vista da gestão das relações sociais, quer a nível individual, familiar e de vizinhança.

As relações individuais, familiares e de vizinhança, no contexto da criminalidade, são também profundamente problematizadas no âmbito do capital social. Assim, Portes (2000) defende que o apoio parental e familiar se encontra mais consolidado nas famílias intactas do que nas famílias monoparentais, ou naquelas em que ambos progenitores trabalham. A coesão social consolida-se mais em famílias com dois progenitores e com menos crianças, assim como naquelas onde os pais possuem grandes aspirações com os filhos.

O apoio familiar funciona como contrapeso da perda de laços comunitários (relações com a vizinhança). Os laços comunitários facilitam a supervisão e a educação das crianças, visto que os adultos conhecem os mais novos e assumem a responsabilidade pelo seu bem-estar.

É dentro deste contexto que, orientado pelos teóricos da Escola de Chicago e pelo Interaccionismo Simbólico, desenvolveu-se o presente estudo. Assim, acredita-se que a integração dos processos de transformação social do espaço na problematização da criminalidade pode contribuir para o enriquecimento do debate sobre o espaço urbano moçambicano, principalmente na formulação de estratégias informadas para a prevenção da criminalidade.

Especificamente, pretende-se desenvolver um debate que contribua para o esclarecimento de como a transformação social do espaço pode estar associado a actual

tendência criminal que se regista na Cidade de Maputo, tomando como unidades espaciais de análise os bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”.

ii. Problematização

Actualmente, a Cidade de Maputo é caracterizada pela emergência de um fenómeno que consiste no uso de drogas de fabrico industrial e caseiro, que tem alterado os padrões habituais de usuários de drogas¹. O consumo de drogas levanta novos debates relacionados com a saúde pública e com o recrudescimento da criminalidade urbana.

As estratégias de prevenção criminal desenhadas no contexto moçambicano estão mais focalizadas ao ambiente físico, deixando de fora as transformações sociais em curso dentro e fora do ambiente familiar.

Assim, para além dos aspectos tradicionais (ordenamento do território, fraca presença policial e a fraca colaboração da população com a polícia), subentende-se que a actual dinâmica criminal esteja relacionada com as transformações sociais, económicas e políticas que caracterizam a sociedade moçambicana.

A transformação social do espaço e a criminalidade fazem parte da sociologia urbana e de desvio, cujas abordagens foram dominadas pelos trabalhos da Escola de Chicago, onde os processos urbanos eram explicados a partir de modelos ecológicos derivados da biologia (Giddens, 2012). A partir desses modelos ecológicos, Wirth (1967) desenvolveu o conceito de urbanismo, entendido como modo de vida, caracterizado pela impessoalidade e distância social no meio urbano. Assim, o crime é percebido como o produto desse distanciamento da sociabilidade humana.

¹ Antes da década de 90, a *cannabis sativa* (*seruma*) constituía a droga mais consumida pela população, com ligações culturais. Este padrão de consumo de drogas foi alterado pela entrada de outros tipos de drogas introduzidas por meio das redes de traficantes e usuários. Actualmente, destaca-se o consumo generalizado de haxixe, cocaína, heroína, morfina e algumas drogas sintéticas em forma de comprimidos e cápsulas, com destaque para o êxtase, diazepam e *mandrax*. As estatísticas revelam o aumento de toxicodependentes na ordem de 30% por ano. As drogas são consumidas em festas juvenis nocturnas e nos estabelecimentos de ensino das grandes três cidades, nomeadamente, Cidade de Maputo, Beira e Nampula. O consumo de drogas tem como consequências, o aumento da criminalidade e dos índices de desistência escolar ao nível dos adolescentes e na camada juvenil (Resolução nº15/2003 e Buvane e Ventura, 2011).

Os teóricos de Chicago (Wirth, 2001; Park, 1967) apontam para uma relação directa entre os bairros urbanos e os problemas sociais, a partir do ponto de vista da desorganização social. A desorganização social do espaço urbano, principalmente dos bairros desfavorecidos, constitui o ambiente favorável para a emergência de comportamentos desviantes (Helpes, 2014; Santos, 2016).

Nos bairros desfavorecidos no contexto de Wacquant (2001), a vida é constituída pelo perigo e insegurança vivida pelos moradores e transeuntes em todos os espaços públicos ou privados, em razão do aumento da taxa de crimes na década de 80, decorrente da disseminação de drogas e de armas de fogo. Nestes bairros regista-se a redução da habitação, decorrente da baixa qualidade das construções.

O gueto é conhecido como regiões-problemas, “áreas proibidas”, circuito “selvagem” da cidade, territórios de privação e abandono a serem evitados e temidos, porque têm ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, de violência, de vício e de desintegração social. Devido à aura de perigo e pavor que envolve os seus habitantes e ao descaso que sofrem, essa mistura variada de minorias insultadas, de famílias de trabalhadores de baixa renda e de imigrantes não legalizados é tipicamente retratada à distância em tons monocromáticos, e sua vida social parece a mesma em todos lugares: exótica, improdutiva e brutal (Wacquant, 2001, p. 1).

Nestes bairros, os comportamentos desviantes passaram a constituir o modelo alternativo de sobrevivência e substituem a visão tradicional das organizações. O comportamento desviante, como tal, é atribuído principalmente aos efeitos de isolamento de certas áreas do espaço urbano, com uma estrutura importada pelos imigrantes, que escapam do controlo político e desprovidos de recursos económicos (Lima, 2001).

As transformações sociais emergentes da incipiente expansão urbana provocaram o agravamento histórico do quadro de exclusão social, tornando mais evidente a marginalização e a violência urbana que, actualmente, têm provocado o sentimento generalizado de insegurança aos moradores. A estruturação da pobreza urbana ocorre no contexto da mobilidade do capital, da heterogeneidade e instabilidade do trabalho assalariado, cuja característica fundamental é o desenvolvimento de uma marginalidade avançada (Borges, 2009).

Como resultado da sua limitação ao trabalho, os bairros periféricos tornam-se num espaço de materialização da exclusão social, um instrumento para aprisionamento dos pobres, e num local temido e, sobretudo, de difusão do sentimento de insegurança (Borges, 2009).

Do ponto de vista da ecologia humana, as transformações sociais do meio urbano possuem um papel relevante, ao criar contextos distintos, no que concerne a comportamentos e atitudes que facilitam o desenvolvimento de processos de auto-exclusão e segregação social, passando, assim, a dominar o sentimento de anonimato nas relações diárias dos cidadãos (Machado & Neves, 2011).

Apoiando-se nos trabalhos de Wirth (1970) e Félix (1996), Texeira (2002) refere que há uma associação entre a ocupação do espaço urbano e a criminalidade. Esta relação manifesta-se pela impessoalidade das relações no meio urbano, pelo enfraquecimento do controlo informal e pela fraca vida familiar.

Félix (2002) analisou a criminalidade no meio urbano e constatou que ela resulta do processo da desintegração dos laços sociais, provocada pelo egocentrismo (individualismo e impessoalidade, características de uma sociedade competitiva), pela instabilidade (referente à falta de segurança da vida moderna, representada pelo desemprego e pela própria violência a que se submetem as pessoas no seu quotidiano), pela agressividade (gerada pela instabilidade) e pela indiferença afectiva (representada pelo anonimato e pela falta de raízes sociais, resultantes da mobilidade espacial).

Paralelamente aos estudos que analisam a relação entre o espaço e as práticas desviantes no meio urbano, existem autores que relacionam a arquitectura urbana com a criminalidade, ao discutir a associação entre o espaço urbano, a origem e expansão da cidade e os problemas urbanos (Araújo, 2003; Gomes, 2007; Baia, 2009 e 2011; Mora, 2010; Brás, 2011; Coelho, 2011). Todavia, os avanços e as evidências dadas até então mostram-se incipientes quanto à explicação, descrição e compreensão do fenómeno criminal, principalmente, quando se reduz à interpretação do crime no contexto do ordenamento de território, deixando de fora as sociabilidades e as questões socioeconómicas (pobreza).

Em Moçambique, particularmente na Cidade de Maputo, pouco se nota o interesse em produzir o conhecimento que relacione a transformação social do espaço com a criminalidade. Os poucos estudos realizados nesta área (Maloa, 2015; Bilério, 2015; Mubarak, 2016) limitam-se à descrição da evolução numérica da tipologia criminal, bem como à actuação policial. Igualmente, os autores assumem que o ambiente urbano (visibilidade, territorialidade e comunicabilidade) proporciona a criminalidade, mas sem, no entanto, incorporar os aspectos de sociabilidade ou de coesão social.

Autores como Lima (2001), Neto (2004) e Miskolci (2005) cruzaram o funcionalismo, anomia e culturalismo para analisar a relação entre a mudança social do espaço e a criminalidade. Nas suas análises, os autores concluíram que, para a problematização das práticas desviantes no contexto urbano, os estudos deviam buscar explicações nas relações sociais entre os indivíduos.

Aliás, Rosa (1978) e Oliveira *et al.* (1989) apontam que a relação entre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade deve ser problematizada a partir do conceito da desorganização social, onde as relações individuais, familiares, de vizinhança e económicas devem desempenhar um papel fundamental. O ambiente familiar monoparental com muitas crianças tende a ser propenso a actos de desvio. O mesmo ocorre no ambiente em que as vizinhanças formadas não se conhecem e denota ausência de união, reduz-se a coesão social e laços comunitários e, conseqüentemente, desenvolvem-se comportamentos desviantes. As desigualdades económicas entre as famílias que coabitam no mesmo espaço alimentam ódio para com as famílias minimamente estáveis que tendem a ser vítimas de crime.

Igualmente, Lima (2017), na sua análise comparativa das teorias sociológicas, conclui que a conduta criminal é aprendida em interacção com outras pessoas, mediante um processo de comunicação. Para tal, a família, os grupos de amizade e a comunidade devem ser considerados na problematização da criminalidade (desvio social).

Portanto, o estudo sobre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade apresenta-se fundamental, numa altura em que o fenómeno demográfico constitui o indicador de urbanização nos países em desenvolvimento. O tal crescimento demográfico nestes países não é acompanhado pela evolução dos sectores socioeconómicos, conforme Araújo (1997) e Santos (2012).

Por via disso, a transformação social do espaço urbano está associada a construções precárias, caracterizadas por um ambiente degradado e insalubre, o que Araújo (1997) apelidou de desordem urbana. Os sinais mais evidentes dessa transformação dizem respeito à deficiente recolha de lixo sólido, à precariedade no abastecimento de água potável canalizada e à confusão de funções urbanas, amontoadas num mesmo espaço, como consequência da inexistência de uma definição clara de áreas urbanas especializadas e de instrumentos reguladores.

Na Cidade de Maputo, em particular, a transformação social do espaço urbano é caracterizada por uma ruptura dos mecanismos de controlo social informal, perda de laços de solidariedade e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento do sentimento de insegurança. A transformação social do espaço nesta cidade revela uma reprodução da configuração da cidade colonial, uma paisagem urbana que, segundo a análise convencional, pode ser considerada como representando duas ou mais cidades dentro da mesma cidade.

Autores como Araújo (1997, 2001 e 2003), MICOA/UNIHABITAT (2006), Henriques (2008), Baia (2009 e 2011), Jorge e Melo (2011), Brás (2011), Maloa (2013) e Meneses (2014) comungam, nas suas análises, a opinião de que o actual contexto social da Cidade de Maputo é reflexo de diferentes contextos históricos, destacando-se (i) o colonial, que esteve na génese da sua formação; (ii) o pós-independência, de inspiração socialista; e (iii) o de economia de mercado.

Face a esse desordenamento urbano, iniciou-se, a partir da década de 1990, a produção de um pacote legislativo com implicações ao nível da gestão e planificação urbana, no qual se destaca a Lei dos Municípios (1997), a Lei de Terras (1997), o Regulamento do Solo Urbano (2006) e a Lei do Ordenamento do Território (2007). Mais tarde, foram elaborados o Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM), em 2008, e os Planos Parciais de Urbanização de alguns bairros, em Dezembro de 2010.

Com a elaboração destes instrumentos legais de intervenção no espaço social urbano, pretendia-se reverter o processo de desordem urbanística, com vista a garantir uma melhor organização e planificação física dos bairros. Todavia, até então, três quartos da população urbana residente na Cidade de Maputo ainda vivem em assentamentos informais (UN-Habitat, 2007).

Assim, os mecanismos informais são, sem dúvida, os mais concorridos para o acesso à terra, até mesmo para terrenos formalmente planeados e demarcados. Este processo de intervenção social no espaço pode estar a concorrer para a mudança do estilo de vida dos residentes (valores e relações sociais de convivência). A partir dessas realidades, acredita-se que a criminalidade seja o produto dessas descontinuidades e mudança nas relações sociais de convivência, daí a necessidade de problematizar a relação entre a transformação social do espaço urbano e criminalidade.

Para Brás (2011), o urbanismo na Cidade de Maputo apresenta-se como aglomerado sem leque claro de critérios que ajudem na sua caracterização e identificação como uma instituição distinta. As formas de ocupação e gestão do espaço, as sociabilidades e a sua economia denunciam, de forma recorrente, sua condição marginal na agenda política do Estado.

Na percepção de Araújo (2001), os estudos urbanos deviam procurar responder parte das inquietações ligadas ao conteúdo urbano em Moçambique, urbano que impera o cimento, as moradias e os prédios verticais, com uma grande densificação residencial do espaço.

Desta forma, torna-se relevante a partir do aporte teórico documentar os contornos da transformação social do espaço urbano e a sua relação com a emergência de comportamentos desviantes, na Cidade de Maputo, uma vez marcada pelo ambiente de descontinuidades económicas e desigualdades sociais, denotando a aparente ruptura da "solidariedade mecânica", elemento fundamental para a construção do capital social (sociabilidade e coesão social).

A criminalidade nesta cidade tende a ser uma prática comum e passivamente aceite² entre os residentes. Ela pode estar associada à forma como se concebe o espaço social urbano, onde se assiste um distanciamento nas relações sociais de convivência entre as pessoas (impessoalidade) e, conseqüentemente, o desenvolvimento de comportamentos individualizados. Este tipo de comportamento é testemunhado pelas novas formas de prevenção da criminalidade (empresas de segurança, gradeamento de casas, cravamento dos acessórios de viaturas, vedações gigantescas das moradias e condomínios fechados).

Na Cidade de Maputo, embora não existam dados contínuos que relacionem a transformação social do espaço urbano com a evolução da criminalidade, nos diferentes momentos históricos, uma pesquisa realizada pela Direcção de Investigação e Extensão da ACIPOL, em parceria com KULA (2009), apontou que mais de metade (51,4%) dos inquiridos residentes nesta cidade considera que o nível de criminalidade tinha aumentado entre 2006 e 2009. O roubo/furto de telemóveis, violação ao domicílio, roubo no geral, roubo

² Os residentes preferem adquirir bens/acessórios no mercado informal. É no mercado informal onde parte dos bens roubados e furtados são comercializados. A compra de bens roubados significa legitimar estas práticas desviantes. É comum, na Cidade de Maputo, alguém que tenha sofrido roubo de algum acessório de viatura dirigir-se ao Mercado Estrela e comprar a sua própria peça roubada.

de carteiras/bolsas e furto de bens constituíram os crimes mais declarados pela maioria dos inquiridos (78%).

Ainda, em relação aos dados criminais, os relatórios anuais do Departamento de Estudo e Planificação do Comando-Geral da PRM (2003-2015) indicaram a ocorrência de 365.030 casos criminais em Moçambique, dos quais 30,4% tinham-se registado na Cidade de Maputo. De igual modo, os dados da Repartição de Estudos e Planificação do Comando da PRM da Cidade de Maputo referem que, no ano de 2009, foram cometidos cerca de 6.449 crimes e, em 2013, a cifra criminal quase duplicou (11.209 casos), o que correspondia a um incremento de 57,5%.

Ademais, Reisman e Lalá (2012, p.9) sublinham que, na Cidade de Maputo, os crimes de maior prevalência são “os de contra a propriedade, com 22.040 casos”. Portanto, entre 2009 e 2013, o auge da criminalidade na Cidade de Maputo foi observado em 2012, em que apenas os crimes contra a propriedade atingiram os 22.040 casos. Portanto em 2013 houve o decréscimo de casos criminais em relação a 2012, apesar de a cifra ter duplicado em relação a 2009.

Tendo em conta a dinâmica criminal no ambiente urbano, Teixeira (2002) afirma que estudos ligados ao espaço urbano têm conseguido demonstrar a associação invariável dos crimes violentos com alguns factores como desigualdades económicas, estrutura populacional e desemprego. Assim, o autor defende que a concentração de equipamentos e serviços em determinados espaços urbanos aumenta a especulação imobiliária e limita o acesso às pessoas de baixo rendimento e, por uma questão de oportunidades, os locais habitados por pessoas com elevados rendimentos são os mais atractivos para a prática de crimes contra a propriedade.

A problematização deste estudo apoia-se nas abordagens de Rosa (1978), Oliveira *et al.* (1989), Teixeira (2002) e Lima (2017), que apontam a necessidade de incluir as sociabilidades nos estudos urbanos e da criminalidade. Assim, este estudo procura defender o argumento de que a transformação social do espaço urbano (autoprodução do espaço e rompimento da coesão social) pode estar a influenciar a dinâmica da criminalidade na Cidade de Maputo. Foi em torno destes elementos que o desenvolvimento do estudo teve como orientação as teorias de desorganização social (Shaw e Mackay, 1969) e de interaccionismo simbólico (Blumer, 1982; Ritzer, 1997).

A teoria de desorganização social destaca a influência do ambiente urbano dos bairros no comportamento criminal. Ela recorre à desestruturação de famílias, às relações interpessoais, à mobilidade residencial, pobreza, às famílias separadas, à heterogeneidade étnica, vizinhança, ao relacionamento local, controlo interno da comunidade e controlo social informal, como preposições fundamentais para a problematização da criminalidade no contexto urbano.

Por sua vez, o interaccionismo simbólico defende a ideia de que os processos sociais influenciam a conduta dos indivíduos envolvidos e a comunidade exerce controlo sobre o comportamento dos seus membros. Assim, o mundo é percebido a partir das acções e interacções dos seus participantes.

iii. Questões-chave de pesquisa

Tendo em conta o problema aqui colocado e o referencial teórico apresentado nos parágrafos anteriores, o estudo é orientado pela seguinte pergunta de partida: *Como é que a transformação social do espaço urbano influencia a criminalidade na Cidade de Maputo?* Em função desta pergunta geral de partida são colocadas as seguintes questões auxiliares:

- Como é que se descreve o processo de transformação social do espaço urbano na Cidade de Maputo?
- Como é que se caracterizam as manifestações criminais na Cidade de Maputo?
- Que elementos de transformação social do espaço relacionam-se com a criminalidade na Cidade de Maputo?

iv. Hipótese da pesquisa

O estudo parte do argumento de que a forma como ocorre a transformação social do espaço urbano (mudanças nas relações sociais de convivência, quer individuais, familiares, de vizinhança e até económicas) pode estar a propiciar a criminalidade na Cidade de Maputo. Ou seja, a hipótese que se avança é de que nesta cidade existe uma relação entre a forma como ocorre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade.

Para tal, parte-se do princípio de que uma transformação social do espaço urbano que implicasse: (i) maior disponibilidade de serviços sociais básicos aos seus membros (educação, emprego, habitação, água, energia, alimentação), (ii) existência de famílias estruturadas (presença dos progenitores, boas aspirações com os filhos, composição do agregado familiar, união familiar) e (iii) união com a vizinhança (boas relações com os vizinhos, comunicação permanente com os vizinhos, participação nos eventos e convívio com os vizinhos) contribuiria para a coesão social e por conseguinte, limitaria a prática da criminalidade.

Em contrapartida, a transformação social do espaço urbano que se caracterize pela (i) reduzida disponibilidade dos serviços básicos (fraco acesso a educação, habitação, desemprego), (ii) desestruturação familiar (filhos de pais separados, ausência de progenitores, progenitores que passam mais tempo fora de casa, fraca supervisão familiar), e (iii) indiferença com a vizinhança (anonimato, impessoalidade) limitará o desenvolvimento da coesão social e, conseqüentemente, levará à emergência de actos criminais.

A transformação social do espaço urbano, neste estudo, deve ser entendida como variável independente e a criminalidade como variável dependente. Para a variável independente, foi necessário obter indicadores relacionados com condições socioeconómicas, estruturação das famílias, convivência social e ordenamento do espaço. Para o caso da variável dependente, foi relevante a informação sobre tipos e quantidade de crime e as áreas de ocorrência.

O cruzamento da informação proveniente da variável independente com a da variável dependente permitiu identificar os elementos de transformação social do espaço que estão relacionados com a criminalidade no contexto da Cidade de Maputo. Ou seja, este cruzamento ajudou a formular ilações que sustentam que a criminalidade, no contexto da Cidade de Maputo, é explicada em parte pelas disparidades económicas, pela fraca implementação dos instrumentos de ordenamento do território, pela erosão dos valores morais (rompimento da coesão social) e pelo desmantelamento das redes locais de controlo social dentro e fora da família.

No contexto do país, este processo foi notório a partir dos finais da década de 1980 e com a aprovação da Constituição da República de 1990. Foi neste período que ocorreu a transformação do Estado Socialista para Democrático, com a passagem de uma economia centralmente planificada para economia de mercado. A reestruturação económica que ocorreu neste período acabou com a expectativa dos cidadãos de obter emprego. Por outro lado, ela

aumentou a deterioração das relações entre os cidadãos, manifestada pelas diferenças no consumo e no acesso aos serviços básicos, e pela segregação residencial e coesão social (crise de geração a partir do padrão comportamental, idealizado na esfera pública e privada).

O argumento do estudo remete-nos à ideia de que foi a partir da década de 1990, que a criminalidade no contexto urbano começou a intensificar-se, devido às transformações sociais, económicas e políticas, que trouxeram alterações nos padrões de consumo e sociabilidade. Conforme Maloa (2019), as mudanças sociais, políticas e económicas, pelas quais o país passou a partir da década de 1990, favoreceram acumulação de tensões e reacenderam a potencialidade da violência e criminalidade que já vinha se acumulando no período pós-independência.

A transformação social do espaço urbano, segundo Portes (2000), consolida-se menos em ambiente familiar com crianças monoparentais. A mudança frequente de residência reduz a união entre a vizinhança, facto que diminui a coesão social dos laços comunitários. As relações familiares são mais consolidadas em ambiente com dois progenitores, em agregados com menos crianças e naqueles onde os pais possuem grandes aspirações para com os filhos. A coesão social dos laços comunitários facilita a supervisão e a educação dos residentes, visto que todos conhecem-se e assumem a responsabilidade pelo seu bem-estar.

Assim, a transformação social do espaço urbano menos consolidada leva à redução da frequência com que os vizinhos se visitam ou conversam, da capacidade de formação de uma identidade de grupo entre os vizinhos, da vigilância informal dentro da comunidade e, por conta disso, ao desenvolvimento de comportamentos criminais.

Os argumentos que alimentam este estudo têm o seu alinhamento com a teoria de desorganização social, na qual Sampson (1997) e Entorf e Spengler (2002) afirmam que a criminalidade emerge como consequência de efeitos indesejáveis na organização das relações comunitárias e de vizinhança, como por exemplo, redes de amizades esparsas, grupos de adolescentes sem supervisão ou orientação, ou baixa participação social.

Ainda, o estudo tem o seu enquadramento no pensamento de Lima (2017), que defende que a educação defeituosa ou negligência em casa é a causa primária do crime. A autora defende que as pessoas com baixo autocontrole tendem a ser egocêntricas, indiferentes ou insensíveis ao sofrimento e às necessidades dos outros.

Com efeito, Sutherland (2014) dá importância à educação familiar, principalmente, à supervisão parental (para que as crianças desenvolvam autocontrolo, elas precisam de pais que observem o seu controlo) e ao empenho parental (os pais devem ser capazes de reconhecer os comportamentos egoísticos, impulsivos e antissociais).

Portanto, a hipótese avançada neste estudo está mais enraizada no contexto da ecologia humana (desorganização social), que aponta a ordem social, estabilidade e a integração como parte de elementos que contribuem para a coesão social e a conformidade com as leis. Em suma, esta teoria defende que quanto menor for a coesão social e o sentimento de solidariedade no grupo, na comunidade ou sociedade, maiores serão os índices de criminalidade.

Com vista a tornar mais perceptível a hipótese de pesquisa, importa trazer o conceito de coesão social. A coesão social, segundo a Comissão Económica para América Latina e Caraíbas (CEPAL) (2007, p.24), refere-se “à eficácia dos mecanismos instituídos de inclusão social, com os comportamentos e apreciações da parte dos sujeitos que conformam a sociedade”. Esses mecanismos incluem, entre outros, o emprego, os sistemas educacionais, a titularidade de direitos e as políticas que fomentam a equidade, o bem-estar e a protecção social.

A coesão social está relacionada com o estado através do qual os indivíduos mantêm-se unidos, integrados em um grupo social, ou, simplesmente, o estado de integração coesa do grupo social. A coesão social manifesta-se quando existe um grupo composto por indivíduos que compartilham os mesmos objectivos, acções, ideias e crenças.

v. Objectivos do estudo

O estudo tem como objectivo geral compreender a relação entre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade na Cidade de Maputo. Neste sentido, constituem objectivos específicos do estudo: (i) caracterizar a transformação social do espaço urbano; (ii) identificar as manifestações da criminalidade; e (iii) relacionar os elementos de transformação social com a criminalidade.

vi. Justificativa do estudo

A escolha da temática que focaliza o contexto da transformação social do espaço urbano e a criminalidade para uma tese aparenta ser um exercício desnecessário, se se assumir que se trata de uma temática extensa e já muito explorada, desde os teóricos clássicos até aos contemporâneos. Todavia, o debate à volta do espaço urbano e dos actos criminais na Cidade de Maputo ainda se encontra adormecido e suscita reflexões divergentes.

Por exemplo, os conteúdos dos estudos realizados no contexto urbano de Moçambique, até então, centram-se na génese das cidades, no ordenamento do território e crescimento económico, bem como nos problemas ambientais (gestão dos resíduos sólidos, ordenamento territorial) que advêm da expansão urbana (Rodrigues, 1967; Mendes, 1979; Muchangos, 1987; Araújo, 1997 e 1998; Lopes, 1992; Lima, 1992; Ibraimo, 1994; Negrão, 2002; Baia, 2009 e 2011; Brás, 2011; Maloa, 2013; e Menezes, 2014).

O interesse pela área da sociologia urbana e de desvio e, especificamente, pelo binómio “espaço social urbano” e “criminalidade” data do período de pós-graduação, ao nível de mestrado, na Academia de Ciências Policiais, onde o autor teve a oportunidade de dissertar sobre a urbanização e a criminalidade.

Ao dissertar sobre a urbanização e a criminalidade, o autor percebeu que a discussão entre o espaço urbano e a criminalidade focalizava mais as questões de ordenamento do território (visibilidade, comunicabilidade, definição, designação e territorialidade) e actuação policial, deixando de lado os aspectos de sociabilidade.

O desenvolvimento de um estudo que analise a relação entre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade revela-se fundamental, se se concordar com Silva (2011) que descreve a Cidade de Maputo como um centro urbano que tem vindo a registar transformações decorrentes de uma rápida urbanização, associada à reprodução dos espaços contrastantes e à persistência de um amplo estrato populacional concentrado na periferia. No centro e na periferia da cidade, distribuem-se as sociabilidades que se manifestam através da produção habitacional e organização de áreas residenciais e produtivas.

A Cidade de Maputo resulta da conjugação de múltiplas temporalidades, delineadas pelo avanço da sociedade e que se encontram fixadas nas diversas formas espaciais que estruturam o seu território. Os processos espaciais decorrentes da interacção entre os agentes hegemónicos e o grupo social de baixa renda evidenciam-se, entre vários aspectos, através da reprodução de distintas formas espaciais que configuram as diferentes sociabilidades implantadas no centro e na periferia.

A persistência de uma estrutura etária da população essencialmente jovem nesta cidade coloca um desafio aos processos de sociabilidade e criminalidade, visto que parte significativa dessa população reside na periferia, caracterizada pela ocupação espontânea do solo, com poucas ou quase nenhuma infra-estrutura criada e défice de serviços públicos, onde as actividades informais têm uma forte expressão.

Vivet (2015) refere que a intensidade dos fluxos migratórios orientados para os espaços urbanos, principalmente para a Cidade de Maputo, entre os anos 1989 e 1990, tornaram cada vez mais difícil estabelecer um controlo social efectivo ao nível dos bairros, levando ao desenvolvimento generalizado de comportamentos desviantes.

O desenvolvimento de comportamentos desviantes, principalmente o aumento da criminalidade na Cidade de Maputo, pode estar ligado à falência da organização piramidal hierarquizada (grupos dinamizadores, secretários de bairros, chefes de quarteirões, chefe de dez casas), implantada após a proclamação da independência nacional, onde os circuitos de informação entre a base e o topo já não funcionam de maneira eficaz, assistindo-se à multiplicação de conflitos sobre os espaços, à exclusão social e pobreza generalizada.

Lopes (2002) associa a expansão acelerada das actividades de carácter delituosa/ilegal, neste espaço, às distorções a nível do mercado de trabalho (redução de níveis de emprego formal, estatal e privado, redução da qualificação escolar/profissional), ao aumento da diferenciação na repartição dos rendimentos a favor de alguns segmentos das actividades informais e ilegais, bem como à degradação generalizada das condições de vida da maioria da população urbana (pobreza urbana).

No entanto, a preocupação com as questões criminais no ambiente urbano moçambicano está reflectida no anteprojecto da estratégia do Ministério do Interior da República de Moçambique (MINT, 2014), que agrupa as prioridades em cinco (5) linhas de pesquisa: (i) conhecer e avaliar; (ii) prevenir; (iii) sancionar; (iv) apoiar; e (v) reinserir.

Daí, o autor deste estudo, como funcionário do MINT, afecto na Academia de Ciências Policiais, motivado pelo contexto profissional, sente a necessidade de aprofundar o debate da relação entre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade, no contexto da linha de pesquisa “conhecer e avaliar”. Nesta linha, a comunidade académica é desafiada a efectuar estudos científicos sobre matérias ligadas à criminalidade e vitimização, abordando as causas, origens e dinâmica do crime e da violência em ambiente urbano.

No campo teórico, reconhece-se, neste estudo, que a transformação social do espaço urbano e a criminalidade são amplamente divulgadas pela literatura internacional que aborda o crime no contexto urbano. A literatura indica uma correlação positiva entre uma deficiente urbanização nos países em desenvolvimento e a criminalidade. Ainda, é comum, na literatura especializada urbana e sobre a sociologia do desvio, o ensaio de paradigmas, modelos e acções de prevenção da criminalidade.

Contudo, torna-se ainda fundamental promover o interesse para o debate, principalmente sobre a forma como as pessoas relacionam o contexto da transformação social do espaço urbano com a criminalidade na Cidade de Maputo. Ou seja, é importante entender o fenómeno na sua globalidade, tendo em conta a realidade social construída pelos residentes, enquanto membros activos da comunidade, sob o ponto de vista das relações sociais de convivência.

Com efeito, o estudo tem como motivação subjacente a pretensão de problematizar: (i) o entendimento que as pessoas em comunidade têm da relação entre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade; (ii) as mudanças nas relações sociais de convivência no espaço urbano; e (iii) como as tais mudanças na convivência social no espaço urbano podem relacionar-se com a dinâmica da criminalidade, com vista a estimular novos debates.

O estudo é relevante para ampliação das interpretações comunitárias da relação entre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade, a partir da realidade expressa pelos sujeitos de pesquisa residentes na Cidade de Maputo. A motivação teórica do estudo parte da sistematização de experiências internacional e nacional sobre os antecedentes da transformação social do espaço urbano e a criminalidade, com vista a levantar hipóteses problemáticas para a promoção do debate teórico do binómio “espaço urbano” e “criminalidade” no contexto espacial da Cidade de Maputo.

Finalmente, o desenvolvimento deste estudo constitui um potencial para equipar os gestores municipais, a Polícia e outros actores da sociedade, preocupados com o crime, com um conjunto de informação que possa lhes ajudar a desenvolver melhores estratégias e programas para o enfrentamento da criminalidade no contexto da transformação social do espaço urbano em Moçambique.

vii. Estrutura da tese

O estudo está organizado em sete (06) capítulos. A seguir à esta introdução, no capítulo I, apresenta-se o estado da arte e o enquadramento conceptual e teórico, que faz uma discussão dos conceitos relacionados com o espaço urbano, transformação social do espaço urbano e criminalidade, e apresenta a visão dos diferentes autores em torno da relação entre a transformação social e a criminalidade no contexto urbano, destacando-se o debate das teorias de desorganização social e interaccionismo simbólico.

A metodologia adoptada neste estudo é descrita no capítulo II. Este faz referência ao tipo de estudo (abordagem mista concomitante) e ao método de pesquisa (estudo de caso), delimita a área, o universo e amostra do estudo, e apresenta ainda as técnicas e instrumentos de recolha de dados, plano de análise, etapas de pesquisa, as questões éticas e os constrangimentos da pesquisa.

Os resultados do estudo são apresentados e analisados nos capítulos III, IV e V. O capítulo III tem como enfoque a transformação social do espaço na Cidade de Maputo, apresentando os diferentes aspectos relacionados com a mudança social do espaço urbano, do ponto de vista dos sujeitos de pesquisa e da documentação local. No capítulo IV, discute-se a criminalidade na Cidade de Maputo, destacando-se a dinâmica criminal a partir das estatísticas oficiais, confrontadas com as percepções dos sujeitos de pesquisa. A relação entre a transformação social do espaço e a criminalidade na Cidade de Maputo é analisada no capítulo V, que identifica as transformações vigentes, relacionadas com a criminalidade, e aborda ainda as sociabilidades que garantiam a coesão social até finais da década de 1980 e a forma de como isto foi mudando até aos tempos actuais e de como este processo foi fundamental para as questões de controlo da criminalidade.

O capítulo VI é sobre as conclusões do estudo. Este sumariza as principais constatações e delinea o horizonte para as investigações futuras.

O estudo encerra com as referências bibliográficas e anexos.

CAPÍTULO I: ESTADO DE ARTE E ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

Este capítulo tem como objectivo apresentar o estado de arte, e a discussão dos conceitos relacionados com o espaço urbano, transformação social do espaço urbano e criminalidade. Ainda, neste capítulo, são debatidas as teorias de desorganização social e interaccionismo simbólico. O estado da arte é apresentado em duas subsecções. A primeira subsecção traz abordagens da transformação social do espaço urbano e a criminalidade no contexto internacional. Na segunda subsecção documenta-se algumas abordagens em torno da mudança sócio-espacial e o crime no contexto urbano moçambicano. A discussão destes conceitos é feita com base em abordagens associadas às perspectivas geográfica, sociológica, criminológica e áreas de conhecimento afins. Finalmente, na última parte do capítulo, discute-se a teoria de desorganização social e interaccionismo simbólico.

1.1. Estado de arte

O estado de arte procura sistematizar o entendimento de alguns autores que abordam as mudanças sócio-espaciais e a criminalidade no contexto urbano. A discussão dos autores é sistematizada em duas perspectivas: uma reflecte o contexto internacional e a outra o contexto moçambicano. Esta discussão é relevante para o desenvolvimento deste estudo, uma vez que mostra o estágio actual do debate sobre as mudanças sócio-espaciais e a criminalidade nos centros urbanos.

1.1.1. Perspectivas sobre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade

A discussão na literatura internacional converge sobre as mudanças sócio-espaciais e a criminalidade no contexto urbano. São apontados como factores da criminalidade no meio urbano: (i) a estruturação física dos bairros; (ii) os aspectos políticos, sociais, económicos e culturais; (iii) a estruturação familiar; (iv) os actores de controlo informal; e (v) a intervenção dos órgãos de administração da justiça. Estes factores são referenciados por alguns autores, com destaque para Blaus e Blaus (1982); Jacobi (1990); Park (1987); Zaffaroni (1989); Massey (1996); Wilson (1996); Crowe (1999); Villaça (2001); Wacquant (2001); Adorno (2002); Texeira (2002); Ferreira e Pena (2005); Gomes (2007); UN-Habitat (2007); Borges (2009); Ribeiro (2010); Machado e Neves (2011); e Cequeira (2012).

O debate sobre espaço urbano, conforme Ribeiro (2010), não é um produto aleatório. Ele segue orientações e preferências de grupos e classes sociais. Essa construção reafirma a existência de distâncias sociais, que permitem que as pessoas se relacionem de forma diferenciada, com reflexos na construção de valores sociais e culturais de solidariedade e de sentimentos compartilhados entre os grupos. São estas construções diferenciadas que interessam ao debate do ponto de vista criminal.

Ao abordar as construções sócio-espaciais diferenciadas e as questões criminais no meio urbano, Jacob (2000) entende que é relevante apontar a distribuição espacial de ocorrências, a qual tem sido cada vez mais expressiva, principalmente, para estudos que associam o desenho urbano a áreas com maior ou menor risco, alegando que, o desenho pode diminuir ou não o problema da delinquência urbana. As áreas apontadas como sendo de maior risco são aquelas nas quais o delinquente tem mais probabilidade de êxito, ou seja, com baixo controlo informal ou apoio social, com características propensas à criminalidade, como falta de iluminação e ainda “disponibilidade” de vítimas.

A ligação entre aquele que pratica o crime e o lugar onde o pratica pode ser abordada como forma de apropriação do espaço, se a análise for focada para aquele que comete o acto. Ela é apropriação em si, pois a pessoa com conduta criminal desenvolve seus actos em determinados lugares, escolhidos pela sua familiaridade com o ambiente e pela constituição dos mesmos (falta de iluminação, lugares propícios para se esconder, fuga facilitada, disponibilidade de vítimas) (Villaça, 2001).

A espacialização da criminalidade, na perspectiva de Jacob (2000), incide sobre lugares mais propensos ao delito. No entanto, ainda que não esteja dentre as áreas de maior incidência, um espaço pode transmitir/gerar uma sensação de insegurança, motivada pela intuição, condições ambientais propícias ao delito e falta de apoio social.

A questão do apoio social, conforme Cerqueira (2012), remete-nos ao nível da relação que as pessoas têm estabelecido entre si nos centros urbanos. O facto de ter pessoas em um determinado lugar não transmite necessariamente o sentimento de apoio social. A indiferença que reina nas relações com aqueles que não fazem parte do círculo familiar ou de amigos dificulta a confiança. A indiferença, ou até o medo, pode causar, em determinadas situações, certa falta de solidariedade.

A segregação espacial urbana produz separação social de grupos económicos ou étnicos em um território. Frequentemente, ela pode ser favorecida ou confirmada por lei e legitimada socialmente, levando à formação de áreas segregadas, desiguais, e à formação de espaços de fronteira. A segregação repousa, antes de tudo, sobre um poder de excluir e, nalgumas vezes, resulta na introdução de valores económicos nas relações sociais e de vizinhança e se manifesta através de formas de poder que se revelam favoráveis à sua expressão espacial (Ribeiro, 2010 e Villaça, 1997).

Villaça (1997) defende que os bairros das camadas de alta renda tendem a se segregar e não a se espalhar aleatoriamente por toda a cidade. Uma expressão disso é a criação dos condomínios fechados, como exemplo mais frequente de segregação no espaço urbano. Impulsionada pelo medo da violência e pela busca de segurança, esse fenómeno resulta em redução dos espaços públicos, ao restringir o acesso a determinadas áreas da cidade.

Assim, Wacquant (2001, p.7) entende que nos bairros desfavorecidos desenvolve-se o comércio marginal caracterizado por actividades informais e ilegais, como alternativa de sobrevivência. Nestes bairros, as estratégias de sobrevivência dos pobres variam, desde “o tráfico de drogas para ganhar dólar ou buscar um dispensário para obter comida, pois a desnutrição é algo comum no gueto”. “As crianças do gueto são as grandes vítimas, obrigadas a obter renda muito cedo, elas podem ser vistas em vários locais, praticando serviços informais ou funções consideradas marginais” (Xavier, 2016, p.3).

O controlo da produção e consumo do espaço urbano exercido pela classe dominante manifesta-se pelo menos em dois domínios (Ribeiro, 2010). No domínio económico destaca-se o controlo do mercado imobiliário que produz os bairros da classe dominante no local onde elas desejam. No domínio político, ocorre o controlo exercido pelo Estado, que se manifesta pelo controlo da localização da infra-estrutura urbana, pelo controlo da localização das instituições do Estado e pelo controlo da legislação de uso e ocupação do solo.

Nos espaços produzidos, conforme Park (1987), surge o controlo social, que de algum modo, conforma os indivíduos a uma disposição social, através da coerção de atitudes isoladas ao comportamento colectivo. O controlo social surge, quase que espontaneamente e em resposta directa a influências pessoais e ao sentimento público. No entanto, essa resposta acontece mais por um sentimento de inércia pessoal, ou acomodação desenvolvida por um sentimento grupal dos seres humanos. Essa ideia é sintetizada na noção de vizinhança, que implica proximidade e contacto entre os vizinhos.

Assim, a vizinhança, além de ser uma unidade espacial, se configura como uma unidade social, que pelos seus contornos e características pode ser considerada como uma “região moral” (Ribeiro, 2010). A ideia de região moral é desenvolvida por Park (1987) e significa o resultado espontâneo da organização da vida urbana de acordo com interesses, gostos e temperamentos. Desse modo, a região moral configura-se como um lugar onde prevalece certo código moral, mantido por algum tipo de interesse comum.

Importa referenciar que a selecção dos espaços de convívios, chamados de vizinhanças, não ocorre por escolhas pessoais. A segregação espacial apontada pelos autores constitui uma forma de selecção dos moradores para cada vizinhança. Portanto, os critérios dessa selecção podem ser económicos (devido à exclusão ou inclusão do mercado imobiliário), políticos (selecção marcada pela carência de investimentos e implementação das leis de zoneamento) ou estruturais (mudanças advindas com o avanço da informação e globalização) (Castells, 1999).

Por causa da grande fluidez e diversidade que existe nos espaços urbanos, os sentimentos de vizinhança e integração tendem a diminuir (Park, 1987). Se por um lado, o espaço urbano possibilita o desenvolvimento da heterogeneidade nas características espaciais e sociais, por outro, permite uma maior mobilidade dos indivíduos de uma região moral a outra.

A discussão teórica trazida pelos autores citados nesta secção revela desigualdades nos espaços urbanos, o que de certa forma reflecte segregação de grupos, ilegalidade, espaços de exclusão moral e áreas desorganizadas. A construção dos espaços permite a formação de áreas de vizinhança marcadas pela desorganização física e social. De forma específica, as características desses espaços são as ocupações espontâneas de terrenos, autoconstrução, ausência de ruas e iluminação, deficiente saneamento do meio e desenvolvimento de comportamentos desviantes.

Algumas perspectivas teóricas, conforme Ribeiro (2010), argumentam que os comportamentos desviantes são, em alguma medida, produto das relações sociais, ao invés de algum tipo de evolução genética. Uma das manifestações dessas relações é a organização do espaço e a configuração das cidades, na medida em que o espaço não é desenhado aleatoriamente, mas é influenciado por regras sociais de inclusão e exclusão que produzem vizinhanças, hierarquia, integração, diferenças, classificação e isolamento.

No entender de Ribeiro (2010), essa produção no espaço tem fortes influências na vida social, principalmente quando o espaço selecciona os encontros e contactos, aproxima e distancia pessoas, permite ou inviabiliza experiências, dá liberdade ou limita interesses e valores. O espaço urbano seria importante influenciador da qualidade na interacção social, se se assumir que ela contribui para a conformação de algumas regras convencionais de convivência, influencia a distribuição de recursos sociais e económicos e afecta a conformação de comportamentos.

O entendimento dos autores Park (1987), Villaça (1997), Castells (1999) e Ribeiro (2010) é de que o espaço urbano é definido por forças sociais, políticas, económicas e ideológicas. Esse espaço por sua vez condiciona as relações sociais através das escolhas, aproximações e interesses. As tais relações vão conformar os valores, disposições e normas a serem seguidas ao longo da vida. Ao longo dessa trajectória da vida os indivíduos transportam atitudes socialmente aceites pela sociabilidade padrão, ou desviar para costumes inconformados a situações e circunstâncias vigentes. É nesta perspectiva que as vizinhanças isoladas socialmente permitem o desenvolvimento de comportamentos desviantes decorrentes do anonimato, impessoalidade e indiferença afectiva (Park, 1987).

A grande população, segundo Park (1987), confere o anonimato e certa imunidade da interferência social dos amigos e parentes. Este argumento alinha-se com o debate trazido por Ribeiro (2010) quando discute a criminalidade no espaço urbano. Assim, o autor considera que as cidades maiores apresentam maiores taxas de criminalidade por causa do seu maior retorno pecuniário e a maior facilidade para o cálculo racional da acção criminosa. Igualmente, a maior densidade populacional contribui em vários sentidos: (i) com mais indivíduos nas ruas, ou seja, mais vítimas em potencial no raio de acção do criminoso; (ii) maior número de possibilidades na escolha das vítimas; (ii) maiores interacções sociais permitem com que mais informações estejam disponíveis para os criminosos e maior possibilidade na escolha das suas vítimas; e (iii) as vítimas e os objectos mais preferidos estariam mais próximos dos potenciais criminosos. Associando ao pensamento destes autores, o espaço urbano permite dinamismo no desenvolvimento do comércio informal de mercadorias e bens roubados, devido o seu carácter de anonimato e impessoalidade.

Além do cálculo racional do criminoso, o espaço urbano permite a permanência de indivíduos no mercado do crime devido à diminuição da probabilidade de ser reconhecido e por diminuir a probabilidade de ser identificado. À medida que a segregação étnica e racial

perpetua a concentração da pobreza e suas consequências nas comunidades urbanas, a massificação de comportamentos desviantes favorece estereótipos pejorativos e intensifica o preconceito, produzindo soluções políticas muito mais difíceis (Massey, 1996).

Os espaços sociais e físicos construídos são mais uma forma de expressão do poder, de lugares onde o poder se afirma e exerce-se. Assim Ribeiro (2010, pp.56-57) entende que:

A instrumentalização do poder é materializada pela violência simbólica. As configurações do espaço urbano (ruas, avenidas, pontes e muros) e os espaços arquitectónicos (prédios, moradias, monumentos, praças) canalizam as suas restrições directamente aos indivíduos com reflexos comportamentais inscritos numa socialização distanciada e diferencial dos vários grupos dentro da cidade. Os mecanismos de violência simbólica, ao serem operacionalizados na interacção social, vão sendo incorporados pelos residentes dos bairros pobres, que radiam a pobreza e miséria, aos seus relacionamentos mais próximos.

Ainda, o autor considera que:

Os indivíduos que vivem em condições sociais de concentração da pobreza tendem a não serem conformados aos valores sociais da sociedade padrão, por exemplo, emprego regular, família nuclear estruturada etc. E nos seus relacionamentos existe uma força de atracção para baixo, portanto, de nivelamento, padronizando a condição de pobreza, seja económica, cultural e social. Dessa forma, muitos indivíduos são expostos e socializados ao comportamento de isolamento e adquirem uma cultura de violência, disposição adaptativa a realidade da ausência e tendem a desenvolver baixa auto-eficácia (Ribeiro, 2010, p.57).

Ribeiro (2010) refere que é na vizinhança urbana com ampla concentração de pobreza que as pessoas são conectadas ao padrão social institucional do trabalho, educação, igreja e governo. Assim, residentes dessas vizinhanças são menos prováveis que residentes de vizinhanças mais afluentes de conhecer pessoas que podem ajudá-las a aprender sobre trabalho ou outras oportunidades, são menos prováveis de ter modelos de regras que demonstrem as virtudes e os benefícios de aderir as condutas socialmente aceites pela maioria. Nesse sentido é importante destacar duas dimensões essenciais na relação entre o isolamento social e a sua relação com a criminalidade, nomeadamente, a rede de densidade comunitária ou de vizinhança e a concentração da pobreza.

Portanto, Wilson (1996) afirma que uma razão primária para o controlo do comportamento dos residentes de uma vizinhança é a capacidade organizacional institucional que deve fornecer uma lei extra de organização social em suas vizinhanças. Torna-se mais fácil, por parte dos pais, o controlo do comportamento de crianças em suas vizinhanças

quando existe um forte recurso institucional de base e quando as ligações entre instituições comunitárias como igrejas, escolas, organização política, comércio e clubes cívicos são fortes.

A mais alta densidade e estabilidade de organizações formais, o menor número de actividades ilícitas tais como tráfico de drogas, crime, prostituição e formação de *gangues* podem desenvolver raízes na vizinhança. Um fraco recurso institucional de base é que distingue vizinhanças do centro da cidade com alto desemprego das áreas estáveis de classe média e trabalhadora (Cerqueira, 2012).

De forma geral, Adorno (2002) defende que o isolamento espacial em vizinhanças com alta concentração de pobreza tem desenvolvido um conjunto de condições estruturais que tem alimentado uma cultura oposicional deletéria ao sucesso da sociedade padrão. Muitos indivíduos dessas áreas não se sentem capazes de realizar metas e normas culturais devido a sua socialização com comportamentos relacionados a *guetos*.

A criminalidade urbana resulta da conjugação de diversos factores, onde os estudos apontam causalidades sociais, outros atribuem explicações económicas ou ainda espaciais e até predisposição genética. Adorno (2002) resume os estudos sociológicos, ao referir que, desde a década passada, existem três ordens de explicações para a criminalidade crescente, nomeadamente, (i) mudanças nos padrões de criminalidade e violência; (ii) crise no sistema de justiça criminal; e (iii) desigualdade socioeconómica e segregação urbana.

A relação entre a transformação do espaço urbano e a criminalidade, conforme Felix (1996), vagueia sobre a atenção que a Ciência Geográfica atribui à “temática da violência e criminalidade”, em função das abordagens que consideram as manifestações espaciais do crime e dos espaços diferenciados que surgem a partir da violência.

Blaus e Blaus (1982) identificaram uma relação positiva entre a criminalidade e a condição de pobreza. O principal argumento é de que as privações económicas criam tensões e também uma desorganização social, induzindo às práticas criminosas. A falta de recursos económicos eleva a ocorrência de crimes e a fraca coesão social, ao enfraquecer os laços locais e os mecanismos de controlo social.

Nessa perspectiva, a condição de pobreza no espaço urbano, que provoca tensões sociais e desorganizações, encoraja as práticas criminais (especialmente de roubo). No entanto, algumas abordagens evidenciam que, ao mesmo tempo em que as privações de renda teriam tais impactos, também poderiam resultar, a partir de certo nível de exclusão

económica, num efeito oposto, enfraquecendo as oportunidades criminosas e inibindo, assim, a criminalidade (Hanon, 2002).

Todavia, algumas práticas criminosas poderiam ser o resultado da ausência do Estado em não proporcionar condições adequadas de bem-estar para todos (Zamparoni, 2000). Blaus e Blaus (1982) entendem que as desigualdades e posições assumidas produzem diferentes anomalias na sociedade, como a desorientação social, a qual também tende a recair na criminalidade.

A transformação social que ocorre no espaço urbano é, pelas características intrínsecas ao espaço urbano, um espaço de encontro e inter-relação entre estranhos, um lugar onde o indivíduo tem menor capacidade de controlo, o que se traduz num local de maior vulnerabilidade e inquietação humana (Machado & Neves, 2011).

Com efeito, estes autores reconhecem que estudos disciplinares provenientes da sociologia urbana, antropologia urbana, psicologia ambiental, psicologia social e ecologia humana, convergem nas suas ideias, ao reconhecer a capacidade que o espaço urbano tem de potenciar alguns comportamentos antissociais que exigem esforços acrescidos de controlo. Tais comportamentos antissociais, que não se verificam em exclusivo no meio urbano, têm nele uma prevalência e incidência acrescidas tanto no domínio das incivilidades comportamentais como no do crime.

A transformação social decorrente da expansão urbana provocou o agravamento do histórico quadro de exclusão social, tornando mais evidente a marginalização e a violência urbana que actualmente tem provocado aflições nas relações sociais de convivência dos moradores. “A estruturação da nova pobreza ocorre no contexto da modificação espacial decorrente da heterogeneidade e instabilidade do trabalho assalariado, cuja característica fundamental é o desenvolvimento de uma marginalidade avançada” (Borges, 2009, p. 2).

Aliados à exclusão do trabalho assalariado, os bairros periféricos tornam-se num espaço de materialização da exclusão social, um instrumento para “aprisionamento dos pobres, um local temido e sobretudo da difusão da cultura do medo de ser vítima do crime” (Borges, 2009, p.2).

Teixeira (2002) aponta para uma forte relação entre a criminalidade e a marginalidade, ou a criminalidade e a exclusão social no contexto da transformação urbana. A transformação social do espaço decorrente do ambiente urbano excludente, caracterizado principalmente

pelo desemprego, subemprego e espaços deteriorados, contribui para o desenvolvimento de comportamentos criminais. Assim, o crime, como tal, surge como reacção dos que percebem ser mais pobres diante das desigualdades sociais potencializadas pelo consumo.

Para a ecologia humana, o espaço urbano é entendido como habitat natural da civilização, dotado de uma ordem moral e estruturas sociais em permanente mutação. As características urbanas assumem um papel relevante ao criarem contextos distintos na produção de comportamentos e atitudes, mediante os processos de auto-exclusão e segregação social, onde o sentimento de pertença influencia significativamente as relações diárias dos cidadãos (Machado & Neves, 2011).

Apoiando-se nos trabalhos de Wirth (1970) e Félix (1996), Teixeira (2002) refere que a relação entre urbanização, marginalidade e criminalidade surge da impessoalidade das relações no meio urbano, do afrouxamento do controlo informal e da fraca vida familiar. Ainda, a exposição ao urbanismo não importada da classe social a que a pessoa pertence, somada às altas aspirações, pode provocar o afloramento de processos desviantes/delitos e, até, a formação de subculturas geradoras de criminalidade.

Ao analisar a criminalidade ocorrida no meio urbano, Félix (1996) assume que esta esteja directamente ligada à desintegração dos laços sociais, provocada pelo egocentrismo (individualismo, característica de uma sociedade competitiva), pela instabilidade (referente à falta de segurança da vida moderna, representada pelo desemprego e pela própria violência a que se submetem as pessoas no seu quotidiano), pela agressividade (gerada pela instabilidade) e pela indiferença afectiva (representada pelo anonimato e pela falta de raízes sociais, resultantes da mobilidade espacial).

Na visão de Jacobi (1990), a periferização, como expansão urbana desigual, baseada na ampliação da cidade, através do surgimento de bairros periféricos, desprovidos de condições que garantam aos seus moradores o acesso aos serviços urbanos, carrega a associação entre pobreza e criminalidade.

Teixeira (2002) defende que os estudos ligados ao espaço urbano têm conseguido demonstrar a relação entre os crimes violentos e alguns factores associados com as desigualdades económicas, estrutura populacional e desemprego. O autor defende que a concentração de equipamentos e serviços, em determinados espaços urbanos, aumenta a especulação imobiliária e limita o acesso às pessoas de baixo rendimento e, por uma questão

de oportunidades, os locais habitados por pessoas com altos rendimentos são atractivos para a prática de crimes contra o património.

Assim, Ramão e Wade (2010) defendem que o registo recorrente de homicídios em bairros periféricos revela a associação directa entre as transformações sociais e a ausência da coesão social (condições sociais de existência colectiva precárias e a qualidade de vida degradada). A criminalidade nestes bairros resulta do enfraquecimento dos mecanismos de controlo social e da impessoalidade nas relações sociais.

Os processos sociais em curso nos espaços urbanos revelam a existência de diversos factores que concorrem para o desenvolvimento da criminalidade. Com efeito, Machado e Neves (2011) destacam como factores relacionados com a criminalidade, no contexto urbano, os seguintes: (i) as densidades populacionais elevadas, conjugadas com elevadas densidades do parque edificado, mas não exclusivamente na periferia imediata das cidades onde se localiza boa parte dos bairros sociais críticos; (ii) desqualificação urbanística; (iii) insuficiência na oferta de infra-estruturas e equipamentos sociais; (iv) presença considerável de famílias desestruturadas; (v) problemas de integração de imigrantes e minorias étnicas; (vi) taxas de desemprego elevadas; (vii) taxas de abandono escolar elevadas; (viii) problemas de exclusão social; (ix) contrastes sociais com forte incidência territorial; e (x) surgimento de novas formas de organização do comércio e de consumo.

Na perspectiva de Sousa (2011), estes factores têm influência directa ou indirecta no surgimento ou na intensificação de fenómenos criminais, especificamente, os crimes contra a propriedade, criminalidade organizada (fundamentalmente relacionada com o tráfico de droga) e a violência doméstica.

Assim, Santos (1999) entende que a criminalidade é resultado de diversos factores sociais que actuam sobre os indivíduos, cuja forma de resposta individual não depende apenas de atributos individuais, mas de características socioeconómicas, demográficas e culturais dos grupos sociais aos quais os indivíduos pertencem.

Wieviorka (1997), citado por Romão e Wade (2010), confirma a existência de uma relação entre as transformações sociais do espaço e a criminalidade, mas não de forma automática e imediata, como é mediatizada. A criminalidade não é resultado directo da crise ou da mobilidade social descendente, mas corresponde, sobretudo, aos sentimentos fortes de injustiça e de não reconhecimento da discriminação cultural e racial. Assim, o desemprego e a

pobreza, mesmo quando implicam uma queda social brusca, não geram imediatamente a violência, mas alimentam frustrações.

A análise da transformação social do espaço urbano, de acordo com Romão e Wade (2010), reflecte-se na configuração espacial, transformando consideravelmente a paisagem urbana, o que requer imediata consideração da criminalidade. A crescente segmentação do espaço urbano e a fragmentação das redes de relações sociais entre os cidadãos têm sido considerados elementos-chave para a compreensão da criminalidade. As grandes disparidades sociais e espaciais (concentração da renda, segregação e auto-regulação) ajudam a formar a cultura da criminalidade urbana.

A associação da exclusão social com a criminalidade no processo de transformação social do espaço urbano deficiente gera a impessoalidade das relações urbanas, reduz os laços familiares e diminui os mecanismos de controlo social, o que pode levar à prática de crimes. Os altos índices de criminalidade não são, porém, apenas típicos de áreas de exclusão social, mas estas são geralmente as atingidas com maior grau de severidade (Félix, 2002).

Para Hugues (2004), além dos aspectos sociais ligados à criminalidade, é preciso considerar o desenho urbano no qual estão vinculados os constrangimentos da precariedade urbana e de exclusão social. Assim, Gomes (2005) aponta a fragmentação do espaço urbano em inúmeros territórios com características próprias e excludentes da cidadania, como preposições que favorecem a criminalidade e o enfraquecimento da sociedade. As transformações urbanas recentes aprofundam o processo de segregação sócio-espacial, cujo quadro é agravado pela violência.

Caldeira (2000) aponta os enclaves privados e fortificados (centros comerciais e condomínios fechados) como locais que desenvolvem uma relação de negação e ruptura com o resto da cidade, aspecto que ainda prejudica mais a qualidade das interações públicas, por meio de incremento de índices de suspeição, perigo, restrição e medo do crime violento.

A UN-Habitat (2007) refere que é nos espaços urbanos que ocorrem as ameaças de insegurança. A tal insegurança está associada à criminalidade, violência e aos problemas ambientais, susceptíveis de criar risco, afectando assim com frequência os grupos sociais mais pobres e desfavorecidos. A criminalidade no espaço urbano surge associado ao ritmo das mudanças sociais, em que o rápido crescimento da população constitui o factor fundamental.

A morfologia dos bairros é significativamente marcada por uma grande concentração da população sem as condições indispensáveis do bem-estar. Nessa perspectiva, a segregação espacial debruça-se frequentemente sobre o local de residência. Os bairros periféricos e degradados sempre transmitem o sentimento de insegurança subjectiva (UN-Habitat, 2007). Assim, a forma como os indivíduos se distribuem e se organizam, espacialmente, constitui um importante elemento para análise das relações sociais urbanas, particularmente para o entendimento da criminalidade.

Na análise da criminalidade no espaço urbano, são assumidos múltiplos factores, tanto individuais como estruturais. Tradicionalmente, os estudos prestavam atenção às motivações dos criminosos. Os trabalhos recentes, nesta área, têm-se preocupado com a busca de explicações sobre os eventos criminais, enfatizando o local onde ocorrem os tais actos. “A localização do crime constitui elemento importante na avaliação da criminalidade, como também na busca das causas e formas de prevenção” (Morais, 2009 p.14).

Assim, na perspectiva de Misse (2010), os mercados tradicionais ilegais de trabalho, como, por exemplo, a prostituição, o contrabando, as vigarices, a compra e venda de objectos roubados, foram paulatinamente produzidos pelo conflito de transformação do espaço urbano. Diante desses mercados ilegais tradicionais, o tráfico de drogas tornou-se o mais atraente para a população migrante que habita em espaços urbanos marginalizados. A segregação territorial resultante da transformação do espaço urbano pode alimentar o sentimento de revolta, a violência e a criminalidade. Contudo, a compreensão de tais comportamentos passa pelo entendimento dos padrões de desenvolvimento económico, das tendências demográficas, dos efeitos das políticas de planeamento e gestão urbana.

Evangelista (2012) relaciona os aglomerados urbanos de baixa renda com a constituição de redes de criminosos em determinados locais. O autor relata que certos locais são vigiados por sentinelas, enquanto os vendedores apresentam a mercadoria para usuários de diferentes lugares. A malha formada pelos pontos de venda é confundida com o aglomerado urbano em que está inserida, o qual acaba por constituir o território do tráfico a ser protegido da polícia e de outros grupos criminosos.

Portanto, os delitos urbanos estão associados ao desenho do lugar e a sua compreensão passa pelo estudo das transformações decorrentes na cidade. “Um dos focos de intervenção nas cenas sociais é o estudo da cidade, o qual passa a envolver problemas relativos à imigração, delinquência, ao crime e problemas sociais” (Freitas, 2000 p.2).

Diante disso, Diniz e Batella (2006) defendem a abordagem espacial da criminalidade, ao referirem que ela não ocorre no vácuo. “Os crimes não ocorrem no vácuo, mas sim, em contextos espaciais concretos, dotados de atributos específicos que favorecem, em boa medida, a ocorrência dos mesmos” (Diniz & Batella, 2006 p.55).

Segundo Machado e Neves (2011), foram os teóricos da escola de Chicago (Park, Burgess, McKenzie, Thrasher, Shaw e McKay) que, a partir das suas investigações, demonstraram que o espaço urbano produz a criminalidade, como resultado da interação de grupos e culturas humanas, produzidas pelas migrações e desorganização urbana. A explicação da criminalidade é concebida a partir da “desorganização social”. A criminalidade aparece como produto da perda de valores, desestruturação da família, ausência de vínculos de vizinhança, falência do controlo informal, mobilidade constante e, principalmente, do desenho do mapa da cidade.

De acordo com Felson (1994), um novo padrão da criminalidade surge com a expansão e transformação social do espaço urbano sem precedentes.

O novo padrão da criminalidade surge com crescimento das cidades, com ofensores predatórios ocultos na multidão, que atacam e, então, se escondem novamente para não serem presos. Vendas ilegais e consumo de drogas, assim como brigas, podem sobreviver mais facilmente dentro de um ambiente urbano (Felson, 1994, p.49).

As transformações sociais decorrentes no espaço urbano são vistas como laboratório da criminalidade, ao apresentar oportunidades para a ocorrência de crimes, através da disposição dos alvos associados aos mecanismos de controlo social e vigilância.

As transformações sociais resultantes da expansão deficiente do espaço urbano, representam um atentado para harmonia urbana, principalmente na quebra das relações sociais de convivência. Assim, a criminalidade resulta: (i) da pressão demográfica nas periferias das grandes cidades; (ii) dos espaços multiculturais decorrentes de fluxos migratórios; (iii) da concentração das minorias étnicas não integradas; (iv) do alto índice de insucesso e abandono escolar; e (v) da menor proximidade e convívio entre cidadãos (Fernandes, 2007).

A organização e distribuição da população no espaço urbano afectam os laços de vizinhança, criando assim a impessoalidade e o anonimato das relações sociais. Nessa perspectiva, Santos (1979) afirma que o aumento da criminalidade no espaço urbano está associado ao rápido crescimento demográfico decorrente do fluxo das pessoas de diferentes

localidades. O espaço urbano, como pólo de desenvolvimento que proporciona uma vida cultural intensa, melhores oportunidades de emprego, convívio e partilha de experiências de vida, tem-se tornado num local caracterizado pela escassez de habitações condignas, poluição, criminalidade e desemprego.

Ferreira *et al.* (2013) observaram que as transformações ocorridas nas comunidades urbanas marginalizadas de Chicago levaram a que os negros e outras minorias pobres tendessem a concentrar-se mais em zonas degradadas e marginalizadas. Trata-se de zonas urbanas habitadas por pobres, permanentemente desempregados, isolados dos recursos económicos e com incidência da criminalidade.

As características físicas do ambiente urbano, conforme Fernandes (2007), potenciam as oportunidades de formação de comportamentos criminais, pois afectam as percepções do criminoso e, conseqüentemente, a avaliação que este faz sobre os riscos. Na visão deste autor, o controlo natural de acessos tem como objectivo reduzir as oportunidades de cometimento de crimes pelos potenciais actores e, ao mesmo tempo, aumentar a percepção do risco de detenção. Este processo pode ser materializado através de recursos humanos (controlo de acesso através das relações sociais de convivência diárias), fechaduras (controlo de acesso mecânico) ou a concepção espacial (comunicabilidade e territorialidade).

A territorialidade urbana, segundo Newman (1997), é a capacidade do ambiente físico de promover o controlo de posse dos legítimos utilizadores. Ela estabelece a linha de demarcação entre o espaço privado, os espaços semipúblicos e públicos, gerando o sentimento de propriedade. A propriedade reforça as estratégias de vigilância natural existente e de controlo natural de acesso, conjugadas com as estratégias simbólicas e sociais.

A vigilância natural constitui um conceito do ordenamento de território que permite a observação dos intrusos e ajuda a criar um ambiente onde as pessoas têm oportunidades suficientes de observar o espaço à sua volta. Este processo envolve o desenho e colocação de dispositivos físicos para maximizar a visibilidade (orientação dos edifícios, janelas, entradas e saídas, zonas de estacionamento, passeios, uso de arames farpados ou muros, sinalética ou outros obstáculos físicos). Igualmente, o processo inclui a colocação de pessoas para maximizar a vigilância, bem como a manutenção dos padrões mínimos de iluminação (Gomes, 2007).

A vigilância natural, segundo Crowe (1999), pode ser classificada em mecânica (quando se utiliza, por exemplo, lâmpadas e câmaras), natural (quando permite a visualização por meio de janelas e paredes de vidro) ou organizada (nos casos em que são colocadas pessoas para essa finalidade, como as patrulhas policiais). Desta feita, a vigilância natural organizada, além de polícias, subentende que a participação do cidadão seja o elemento central, através das sociabilidades criadas.

Ainda, sobre a perspectiva do ordenamento territorial, no contexto da transformação espacial, Heitor (1997) acrescenta um conjunto de elementos para a compreensão da criminalidade no espaço urbano, onde destaca a acessibilidade, visibilidade e comunicabilidade. A **acessibilidade** refere-se à capacidade de circulação no interior e para o exterior do espaço urbano, a qual condiciona a utilização, distribuição e caracterização da actividade pedonal, em particular, no que se refere à orientação das deslocações, à selecção de percursos e locais de permanência, à dispersão de actividade de convívio e de encontro, à composição dos grupos e ao tipo de actividades realizadas.

A **visibilidade** diz respeito ao estabelecimento de relações visuais entre os espaços, as quais podem não ser simétricas, visto que um espaço pode ter alcance visual para outro que não possua a mesma relação recíproca. Este factor afecta a utilização do espaço, devido ao condicionamento da vigilância natural, a qual influencia a escolha do lugar, a composição, o comportamento e as actividades dos seus usuários.

A massa edificada, a quantidade e concentração de possíveis acessos e a separação entre espaços públicos e privados constituem a variável **comunicabilidade**.

A gestão do espaço construído assume um papel fundamental para a *vigilância natural* e nas *relações sociais*. Segundo Coelho (2011), nos locais com baixa intensidade de uso, a criminalidade, reduz por inexistência de potenciais vítimas; áreas com elevada densidade de uso proporcionam um grande número de testemunhas efectivas; e os locais entre elevada e baixa densidade de uso, com muitas oportunidades e poucas testemunhas, constituem os pontos críticos da criminalidade.

A viabilidade de actividades quotidianas, segundo Crowe (1999), constitui o propósito da arquitectura contra o crime no contexto urbano. A luz artificial promove uma sensação de segurança, principalmente à noite, condição indispensável ao controlo visual. Normalmente, áreas urbanas, cuja iluminação é melhorada, apresentam expressivo decréscimo de

criminalidade. Os espaços baldios constituem abrigos para os delinquentes. A redução da vigilância natural, associada à projecção de sombras, facilita a prática criminosa.

A transformação do espaço, do ponto de vista do projecto de construção do espaço público, pode reduzir ou aumentar a criminalidade. Diante desse facto, Crowe (op. cit.) apresenta a abordagem 3D (três dimensões) para a compreensão da criminalidade no espaço urbano. Esta abordagem fundamenta-se nas três dimensões funcionais dos espaços construídos: a designação, a definição e o desenho (*design*). A **designação** diz respeito aos propósitos do lugar. A **definição** refere-se aos aspectos sociais, culturais e legais que prescrevem os comportamentos desejados e aceites. Por fim, o **desenho** relaciona-se com o suporte e controlo de tais comportamentos.

A abordagem 3D tem aplicação neste estudo, uma vez que nos bairros da Cidade de Maputo coexistem as três dimensões. A designação prende-se com as necessidades de habitação e produção. Os aspectos sociais, culturais e legais correlacionam-se com as normas de convivência dos residentes. O legal relaciona-se com os instrumentos jurídicos que orientam o processo de transformação urbana, bem como a legislação atinente à criminalidade. Por sua vez, o desenho traduz-se na gestão do espaço urbano, na comunicabilidade, na vigilância e nas relações sociais de convivência estabelecidas.

No entendimento da criminalidade, no contexto da transformação social do espaço urbano, Gomes (2007, p.67) acrescenta o “controlo de acesso, apoio à actividade e manutenção” ao conjunto dos princípios defendidos anteriormente. O controlo de acesso envolve o ordenamento vocacionado para reduzir a acessibilidade criminosa (passeios, pavimentação, iluminação, vedações, paisagem iluminada). A adopção destes dispositivos limita o acesso e aumenta a vigilância natural que visa restringir a intrusão criminosa. A manutenção adequada da paisagem (pavimentação, arbustos, árvores) e o tratamento da iluminação pública são elementos fundamentais no contexto da transformação do ambiente físico urbano, com fortes relações com a criminalidade.

Park (1990) defende que as alterações permanentes do mercado de trabalho e massificação dos meios de comunicação no espaço urbano propiciam o desenvolvimento da criminalidade.

(...) o crescimento das grandes cidades, a divisão do trabalho nas empresas e os incessantes movimentos criados pelos novos meios de comunicação não deixaram de ter grandes consequências. Com eles, os meios tradicionais de controlo social (família e o grupo de

vizinhança) perderam quase toda importância, dando espaço à comportamentos desviantes (Park, 1990, p. 88).

Para Lima (2000), a criminalidade surge como um elemento a mais no cenário urbano de profundas carências estruturais e de ilegalidade. O espaço urbano constitui o lugar marcado pela multiplicação de comportamento desviante, motivado pelos factores estruturantes da cidade. Assim, Coster e Bawin-Legros (1998) afirmam que o gigantismo urbano e a criminalidade permitem o desenvolvimento de trabalhos orientados para a explicação do fenómeno como patologia social.

Nesta perspectiva, surgiu a teoria dos espaços intersticiais, defendidos por Frédéric Trasher em 1927. Os espaços intersticiais são, geralmente, ocupados pelos imigrantes provenientes de outras áreas, que enfrentam dificuldades de adaptação, passando a considerar o desvio como estratégia de sobrevivência. Nestes locais, os tipos de desequilíbrios ou equilíbrio ecológico (densidade dos habitantes por zona) é que explicam as variações das taxas de criminalidade.

A partir do debate teórico dos diferentes autores, nota-se uma certa convergência nos elementos que configuram a relação entre a transformação social e a criminalidade no contexto urbano. Os tais elementos abrangem a componente física do ordenamento espacial, as estruturas edificadas e as relações sociais de convivência. As relações sociais de convivência materializam as formas de sociabilidade.

Embora todos elementos que configuram a transformação social do espaço, defendidos pelos autores, sejam importantes para a problematização da criminalidade, este estudo orienta-se pelo debate das sociabilidades, ou seja, de todo conhecimento virado para as relações sociais de convivência, construídas a partir da coesão social.

A sociabilidade, no contexto da transformação social, constitui o elemento fundamental nas relações sociais de convivência. Na actualidade, os contactos primários com maior afectividade e intensidade limitam-se entre os grupos e/ou parentes e amigos mais próximos, por um lado. Por outro, as relações secundárias, baseadas em vínculos profissionais, técnicas e superficiais, passam a ser utilizadas quotidianamente pelos moradores. Assim, a criminalidade aparece associada à escassez de vínculos de contacto humano, ao sentimento do individualismo e à ausência de “tipos ideais” (Estado) (Brás, 2011; Fernandes *et al.*, 2013).

Na perspectiva de Fernandes *et al.* (2013), as transformações sociais decorrentes do ambiente urbano, caracterizado por relações degradadas e superficiais, constituem focos para actividade criminal. Assim, quanto maior for o número de pessoas a viver próximas umas das outras, no ambiente de impessoalidade, maior será a probabilidade do desenvolvimento de conflitos (crimes).

A transformação social do espaço urbano em ambiente degradado (ausência de modelos de referência comunitária), conforme Fernandes *et al.* (2013), cria frustração no seio dos seus residentes, onde as famílias, aos poucos, vão se desestruturando e os progenitores refugiam-se nas aventuras (álcool, aventuras amorosas ilusórias), enfraquecendo, assim, o diálogo com os filhos. Estes filhos e jovens crescem sem identidade e com uma personalidade problemática. A perda da identidade na adolescência deixa o indivíduo sem referência e com a probabilidade de aliar-se ao mundo do crime.

Ferreira e Pena (2005) referem que é no conjunto de carências sociais (morais) que, nos espaços urbanos, surgem padrões inconformistas de comportamento, de manifestações violentas de insatisfação e de transgressões criminosas. Esta relação entre a transformação social do espaço e a criminalidade no meio urbano já foi descrita por Santos (1978), quando chamava atenção para o carácter excludente da urbanização, que produziu a cidade, especialmente a grande cidade, como pólo de pobreza.

O crescimento das carências materiais urbanas torna os espaços urbanos, cada vez mais, pólos de pobreza, e é um dos factores de agravamento da crise urbana, pois, ainda assim, estes espaços possuem a capacidade de atrair e manter um grande fluxo de pessoas. Mesmo quando não se observa maior deterioração das condições de desigualdade da renda, a sociedade poderia assistir, ainda assim, a uma espiral no crescimento da criminalidade, influenciada pelo aumento da população. A criminalidade no contexto da transformação social do espaço excludente ocorre ainda com a queda contínua do valor de salários, deterioração da renda, diminuição da qualidade dos serviços de educação e saúde, bem como com o investimento da reengenharia das empresas, voltado para os lucros, empregando cada vez menos mão-de-obra (Ferreira & Pena, 2005).

As relações sociais de convivência, conforme Cerqueira (2012), introduzem o novo cenário, permeado por relações interpessoais diferenciadas e marcado profundamente por alterações nas relações pessoa-espaço urbano. Estas relações, analisadas sob a perspectiva clássica, apontam para uma interacção social, ditada pela lógica do mercado. De acordo com o

autor, o modo de produção capitalista demandava maior volume de mão-de-obra, pelo que os espaços urbanos receberam fluxos de imigrantes em busca de oportunidades, sem que estes espaços estivessem devidamente estruturados para acomodá-los. Essa dinâmica transformou o espaço urbano em um ambiente hostil, dando oportunidade para experiências de vida que deram uma nova personalidade. O novo cenário urbano cria dificuldade de relacionamento entre os indivíduos, devido à alta densidade, abrindo espaço para relações menos afectivas.

Em suma, na visão dos autores apresentados, a criminalidade surge como patologia social urbana, motivada pelo enfraquecimento das relações sociais de transformação do espaço urbano. A relação entre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade é explicada a partir do modelo das relações sociais de convivência entre os indivíduos, decorrente do ambiente físico e social.

A relação que a literatura estabelece, entre a transformação social e a criminalidade no contexto urbano, encoraja o desenvolvimento deste estudo na Cidade de Maputo. Nesta cidade, as formas de transformação social do espaço são profundamente marcadas pelas rupturas na organização e ocupação do espaço, bem como pelas descontinuidades económicas que configuram a sobrevivência diária dos residentes.

As preposições defendidas pelos autores constituem alicerce na fundamentação do estudo, bem como, no processo de elaboração dos instrumentos de recolha de dados, com vista a materialização dos objectivos do estudo.

1.1.2. Alguns estudos sobre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade no contexto moçambicano

O estado de arte sobre a transformação social e a criminalidade no contexto moçambicano fornece elementos essenciais no desenvolvimento desta tese, uma vez que os autores apontam algumas directrizes que se foram alterando no Moçambique pós-independência. O interesse neste debate é mais para entender como as tais directrizes foram-se consolidando e que influência tiveram/têm na expressão criminal.

As mudanças sócio-espaciais e a desordem pública no contexto moçambicano são debatidas por Araújo (1988, 1997, 2001, 2003); Baia (2009 e 2011); Henriques (2008); Jorge e Melo (2014); Maloa (2013); Raposo e Salvador (2002); Vivet (2015).

O debate sobre a criminalidade encontra-se amplamente debatida nos estudos desenvolvidos pela ACIPOL (2019); ACIPOL/KULA (2009); Bilério (2015); CAP/UEM (2014); Maloa (2012, 2015, 2016 e 2019). Nestes estudos, os autores entendem que a criminalidade nas cidades moçambicanas é influenciada por (i) ordenamento do território; (ii) fraca presença e actuação policial; (iii) expansão urbana que ocorre desproporcionalmente à expansão das medidas e estabelecimentos policiais; e (iv) projectos urbanísticos em curso em quase todas as cidades moçambicanas que não contemplam aspectos de Ordem e Segurança Pública.

A visão espacial sobre a criminalidade tem sido a variável frequente assumida pelos estudiosos e gestores das políticas públicas de segurança, que ocorrem no âmbito geral, ignorando as especificidades e as territorialidades criadas pelo mundo do crime. Os estudos criminais no contexto urbano, em Moçambique, dificilmente relacionam a criminalidade com as mudanças sócio-espaciais em curso (a estruturação da família, os mecanismos de controlo informal, as vizinhanças, a pobreza).

Contudo, alguns autores (Girod, 1984; Peralva, 2000; Brás, 2011; Osório e Macuácuá, 2013; Efraime, 2014; Mbembe, 2014; Brito, 2019; Maloa, 2019) assumem que o actual padrão criminal no espaço urbano moçambicano deve ser analisado a partir das mudanças sócio-espaciais ocorridas no pós-independência. A aprovação da Constituição da República de Moçambique de 1990 constitui o marco fundamental para o entendimento das dinâmicas sócio-espaciais da criminalidade.

O processo de transformação social do espaço urbano, na Cidade de Maputo, foi profundamente influenciado pelos seguintes factores: (i) deslocações forçadas de indivíduos que, conseqüentemente, perderam os seus vínculos familiares; (ii) erosão do relacionamento e da convivência no seio dos laços comunitários, elementos fundamentais para a coesão social; e (iii) alteração na distribuição territorial, que deu espaço à concentração da população em áreas adjacentes e à modificação do parque residencial. Por outro lado, a edificação desta cidade resulta de políticas urbanas não claras, que podem ser contextualizadas nos “tipos ideais” de Weber, decorrentes da sociedade socialista e capitalista (Brás, 2011).

O estado de arte enquadra-se no contexto da “sociologia urbana”, que está associada à “sociologia de dominação”, tornando-se importante perceber como é que a criminalidade foi-se relacionando com a transformação social do espaço urbano nos diferentes momentos de

orientação do modelo socialista para o capitalista, bem como as racionalidades que explicam a tal relação dentro da Cidade de Maputo.

Os processos estruturantes da transformação social do espaço urbano, dominantes na Cidade de Maputo, ocorrem de fora para dentro e de cima para baixo, faltando assim uma base social de legitimidade, o que, conseqüentemente, resulta no esvaziamento das relações sociais de convivência. São estas relações de convivência (coesão social) que interessam explorar, no contexto da emergência de comportamentos desviantes na Cidade de Maputo. Até finais da década de 80 tinham sido instalados mecanismos de sociabilidade que garantiam a coesão social, no controlo da criminalidade. Contudo, a partir da década de 90 foram surgindo novas formas de sociabilidades, que deram espaço ao distanciamento nas relações de convivência entre os indivíduos.

Maloa (2019) entende que as potencialidades da criminalidade violenta urbana na sociedade moçambicana têm suas origens na guerra dos 16 anos e nas políticas de controlo estatal. As aldeias comunais, a operação produção, os grupos dinamizadores e a pena de morte constituem em parte, os dispositivos usados pelo poder do Estado na gestão de comportamentos desviantes.

O recurso à violência e à morte de outros seres humanos para atingir ganhos políticos foi aceite e até justificado como instrumento para solução de diferenças políticas, destruindo os laços emocionais que criavam a coesão entre os moçambicanos (Efraime, 2014). A guerra dos 16 anos, segundo Maloa (2019), constitui um dos fundamentos da ascendência da mudança de valores, hábitos e comportamentos em relação à vida na sociedade moçambicana.

As mudanças sociais, políticas e económicas, pelas quais passou a sociedade moçambicana no período de 1975-1990, devem ser entendidas a partir da transformação do Estado socialista para democrático, da economia centralmente planificada para a economia de mercado, do colectivismo para o “individualismo de massa” (Peralva, 2000).

Portanto, conforme Maloa (2019), a experiência urbana da década de 90 para diante tem sido uma espécie de drama de violência urbana, se o aumento desta é indiscutível, há também o sentimento de se estar a viver um período de crise do sistema de justiça criminal. Desde então, o país enfrenta o problema de criminalidade urbana violenta, problema que demora a ser compreendido, controlado e prevenido.

A partir desse entendimento, Maloa (2019) salienta que os esforços de explicação das transformações socioeconómicas e políticas operadas na década de 1990, que tiveram impactos nas mudanças da criminalidade urbana em Moçambique, pelo menos agrupam-se em cinco dimensões, com enfoque para (i) mudanças na estrutura política e económica da sociedade moçambicana pós-década de 1990; (ii) mudanças nas relações sociais pós-década de 1990; (iii) mudanças na estrutura familiar pós-década de 1990; (iv) mudanças na relação com as crianças: “de flores que nunca murcham para *molwenes*”; e (v) mudança nas relações com juventude: “da seiva da nação para *ninjas*”.

A mudança estrutural da sociedade moçambicana foi oficialmente consolidada com a aprovação de uma nova Constituição (em 1990), que colocou o país na emergência de uma sociedade “capitalista”, com o advento da economia de mercado que substituiu a economia centralmente planificada do período anterior. Este novo contexto social, económico e político, como indica Maloa (2019), anunciou uma nova era. Uma nova sociedade que exerce uma forte pressão de monetarização e de introdução ao trabalho assalariado que repercutem no domínio do crime, da violência e dos direitos humanos.

A mudança na reestruturação produtiva, que começou com grande força na década de 1990, acabou com a esperança dos moçambicanos de obter um emprego estável para garantir melhores condições de vida para as suas famílias. Neste cenário, aumentou a deterioração das relações entre as classes. A visibilidade desse afastamento é a forte diferenciação no consumo e acesso a serviços básicos, bem como a segregação residencial nas cidades moçambicanas, configurando uma sociedade mais densa e mais complexa nas suas relações de classe e intersubjectivas (Girod, 1984).

A crise de geração não se dá apenas na obediência às ordens instituídas, mas também no padrão de comportamento entre a moralidade pública e privada. A concepção de relação entre género, crianças e jovens, de construção socialista, foi alterada a partir da década de 1990 pelo impacto do neoliberalismo e pela abertura da economia de mercado. Essas mudanças provocaram impactos na estrutura familiar e do lar, que se transformou substancialmente a partir da década de 1990. A “imagem moderna” de mulheres solteiras e homens solteiros, vivendo juntos com os filhos, passou a ser aceite como algo puramente normal (Osório e Macuácuá, 2013).

Como defende Maloa (2019, p.118), com o fim da guerra civil as causas do movimento das crianças na *rua* e da *rua* foram colocadas como articuladas aos maus-tratos, à

influência de amigos, à fuga de repressão por delitos cometidos, ao problema com madrasta e à fraca relação com a família, e à pobreza urbana. Essa situação não faz escapar as crianças da rua e na rua à sujeição criminal; as crianças pobres, quando estão nas ruas são chamadas de “*Molwenes*”.

A emergência dos jovens no “mundo do crime” está associada a transformações sociais e económicas operadas a partir da década de 1990. Essas transformações impulsionaram os processos de desfiliação nas relações entre pais e filhos. Contudo, isso não quer dizer que, no período da “Primeira República”, não existisse desfiliação como hoje. Mas o que se destaca é que ela não se constituía uma realidade notória (Maloa, 2012).

É justamente a partir desse processo de desfiliação que muitos jovens são empurrados para prática dos crimes violentos, como alternativas para alimentar os desejos e cobiças de consumo fantasiado e estimulado pelo poder da imaginação da globalização, onde os rituais de ostentação (de *show off*, na gíria local) desenvolvem-se, imitando-se os grandes significados do consumo global (Mbembe, 2014).

O estado da arte revela que as mudanças nas condições socioeconómicas, políticas e culturais constituem preposições que devem ser repensadas na problematização da criminalidade urbana, tomando como base os diferentes contextos históricos. A partir deste debate nota-se a existência de algumas lacunas no entendimento das mudanças sócio-espaciais e a criminalidade urbana no contexto moçambicano. Assim, pretende-se que o desenvolvimento deste estudo seja uma contribuição para a formulação de um quadro analítico sobre a dinâmica sócio-espacial e a emergência de comportamentos desviantes. A integração destes elementos no estudo abre uma possibilidade para o entendimento da criminalidade que, até então, é debatida do ponto de vista da estruturação do espaço.

1.2. Quadro teórico-conceitual

Como referiu-se na parte introdutória deste capítulo, a presente secção tem como o objectivo apresentar o debate sobre conceitos e teorias que orientaram o estudo. Assim, de forma específica discute-se os conceitos de espaço urbano, transformação social do espaço urbano e criminalidade, bem como as teorias de desorganização social e interaccionismo simbólico.

1.2.1. Discussão dos principais conceitos do estudo

1.2.1.1. Espaço urbano

Nesta subsecção é discutido o conceito de espaço urbano ou cidade, com base em diferentes abordagens teóricas. Basicamente, são destacadas quatro perspectivas teóricas ou escolas que discutem o espaço urbano, sendo elas, a Escola de Chicago, Escola Marxista, Teoria urbana e a Teoria crítica urbana. Portanto, o pensamento dos diferentes autores arrolados em diante enquadra-se dentro destas teorias/escolas.

As abordagens sobre o conceito do espaço urbano encontram-se enraizadas em estudos focalizados na sociologia urbana, urbanismo, geografia urbana e arquitectura urbana, bem como em áreas que exploram as questões relacionadas com a planificação urbana.

Por outro lado, Lourenço (2013) defende que a globalização da economia, o desenvolvimento científico e tecnológico, as transformações ocorridas nos sectores produtivos e a terciarização da economia constituem o ponto de referência para a conceptualização do espaço urbano.

Vários estudiosos que discutem o conceito de cidade/espaço urbano enquadram-se, em princípio, dentro da Escola de Chicago (Ecologia Humana/Desorganização Social) e da Escola Marxista, assim como da Teoria Urbana e Teoria Crítica Urbana.

a) Escola de Chicago

Os estudiosos da *Escola de Chicago* assimilaram os conceitos da ecologia e passaram a integrá-los nos estudos das comunidades urbanas. A *Escola de Chicago*, segundo Marafon (1996), caracteriza-se fundamentalmente por estudar (i) as relações do ser humano com o ambiente urbano, descrevendo os aspectos sociais de adaptação e (ii) a forma e o desenvolvimento em comunidade da população humana, descrevendo o processo de organização das relações implicadas na adaptação ao meio.

Nesse contexto, os estudiosos da Escola de Chicago (Park, Burgess, Hughes, Wirth, Mackenzie) propuseram conceitos e processos para o estudo e definição do espaço urbano. Os conceitos para o estudo do espaço urbano estão relacionados com comunidade urbana, mobilidade, fluidez e distância, e os processos de concentração, centralização, segregação, invasão e sucessão. Estes estudiosos elegeram três asserções básicas para os estudos da

ecologia humana, nomeadamente: (i) a eficácia da analogia biológica; (ii) o emprego de princípios do “darwinismo social” para explicar o comportamento humano; e (iii) a relação de valores simbólicos ao campo da psicologia social, por serem secundários para o primado da competição económica (Gottdierner, 1993).

Para Madeira (2003, p.377), a Escola de Chicago teve sua visibilidade nas teorias da ecologia humana e das zonas concêntricas. A teoria da ecologia humana apropria-se dos métodos antropológicos para explicar o crime. Assim o crime “antes de ser determinado pelas pessoas, o é pelo grupo a que pertencem”. A teoria das zonas concêntricas aponta a zona II como a que regista “os altos índices da criminalidade”, devido à maior deterioração do espaço físico e ao declínio da população.

Conforme Gottdierner (1993), a grande crítica que se pode avançar em relação ao estudo do espaço urbano, na perspectiva da *Escola de Chicago*, prende-se com a atenção dada às suas análises, que se centram nos factores económicos, sem explicar, de forma consistente, as desigualdades no uso do solo urbano.

Para além da problematização do espaço urbano, a *Escola de Chicago* estava preocupada em compreender o aparecimento de fenómenos sociais urbanos que eram concebidos como problemas sociais (crescimento da criminalidade, da delinquência juvenil, o aparecimento de *gangues* de marginais, a pobreza e desemprego, a imigração e formação, e segregação dos espaços). Estes problemas sociais foram apelidados de “patologia social” (Freitas, 2002).

A expansão das cidades e suas modificações, sob o efeito da industrialização, representa um contexto dentro do qual são visíveis novos fenómenos sociais, que abarcam desde mudanças na ordem económica, demográfica e espacial, até alterações de costumes, e também das formas de controlo social. Esse turbilhão que emerge de um novo ambiente amarrado por grandes desigualdades apresenta-se propício ao surgimento de desvios de condutas, muitos deles caracterizados como crimes (Freitas, 2002, p.370).

A Escola de Chicago tornou-se mais respeitada em função dos trabalhos que desenvolveu, principalmente no que se refere à organização do espaço urbano e à sua relação com criminalidade, onde o crime passou a ser concebido como produto da urbanização.

b) Escola Marxista

A construção do conceito de espaço urbano, na perspectiva marxista, surgiu decorrente das mudanças provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo. De uma forma geral, as mudanças estão relacionadas com os seguintes fenómenos: (i) intensa urbanização; (ii) reestruturação das áreas metropolitanas em função de um grande processo migratório que criou um crescimento desordenado dos espaços urbanos; (iii) crescimento das actividades ligadas aos sectores terciário e quaternário da economia; (iv) mundialização do sistema financeiro; e (v) articulação da economia à escala mundial (Marafon, 1996).

A escola marxista é uma das alternativas para a compreensão do conceito de espaço urbano. Ela introduziu a teoria da acumulação (valor de uso e valor de troca e solo urbano), os agentes produtores do espaço urbano (os proprietários dos meios de produção e fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos) e o processo de segregação residencial.

Assim, Lèfébvre (1976) considera quatro aspectos para a conceptualização do espaço urbano: (i) o espaço como absoluto, com existência autónoma (um espaço que contém coisas); (ii) o espaço como um produto social; (iii) o espaço como local de reprodução da força de trabalho; e (iv) o espaço como o *locus* da reprodução social, envolvendo toda a sociedade em seus vários segmentos, incluindo a reprodução do capital.

Os estudiosos da escola marxista (Castells, Marcuse, Carlos, Hegel, Marx e outros) usam os conceitos como circuito do capital, promotores, poder público, sistema financeiro, actividades locais, usuários e arquitectos para definir o espaço urbano. Nesta escola, são identificados e analisados os agentes sociais concretos que modelam o espaço urbano, agentes que apresentam estratégias e são integrantes dos conflitos que ocorrem na cidade.

Portanto, os autores da escola marxista definem o espaço urbano a partir de sociedades, tendo em conta o modelo de produção em que estão inseridas. Assim, parecem ser importantes os conceitos de classe social, relações de propriedade, Estado e modelo de regulação da produção e reprodução. Estes autores procuram estudar o papel que o espaço urbano desempenha no processo do desenvolvimento das relações sociais no contexto de uma economia do mercado. Eles consideram importante o valor de uso e de troca para

compreender as diferentes formas de produção e uso do solo urbano. Ainda, se preocupam com a identificação dos agentes que actuam na produção do espaço.

c) Teoria urbana e Teoria crítica urbana

Os postulados das teorias urbana e crítica urbana desenvolvem-se dentro do contexto das Escolas da Ecologia Humana e Marxista. A teoria urbana, segundo Brenner (2010), olha o espaço urbano/a cidade como uma expressão de leis trans-históricas da organização social, de eficiência económica e racionalidade burocrática, herdadas da sociologia urbana da Escola de Chicago, vale dizer, também, de seu organismo social e de normas tecnocráticas neoliberais.

No que respeita ao objectivo da teoria urbana, Brenner (2018, pp.56 e 57) explica:

A teoria urbana tem como **objectivo** criar um espaço colaborativo intelectual e pedagógico no qual tais experiências teóricas possam ser buscadas de forma rigorosa, ambiciosa e, também, colaborativa. Baseia-se no pressuposto de que os desafios contemporâneos da teoria urbana devem ser confrontados por meio de um diálogo reflexivo com os esforços anteriores para demarcar os contornos da questão urbana, sempre entendida no contexto histórico-geográfico de sua produção e apropriação em pesquisa e prática. Assim, o Laboratório de Teoria Urbana está interessado em quase todas as formas de conhecimento urbano, incluindo ideologias urbanas e ideologias de urbanização – afinal, é através do domínio da ideologia pelo qual instituições poderosas (como os Estados nacionais e as corporações) e as forças sociais conseguem narrar, justificar e mobilizar as suas próprias estratégias de intervenção nas relações sociais e no ambiente construído em todas as escalas espaciais imagináveis.

Por seu turno, a teoria crítica urbana, conforme Brenner (2010), dá ênfase ao carácter político e ideológico mediado, contestado socialmente e, portanto, maleável, do espaço urbano, ou seja, sua (re) construção contínua como lugar, meio e resultado das relações de poder sócio-historicamente específicas.

Assim, Brenner (2018, pp. 21 e 22) caracteriza a teoria crítica urbana como se segue:

A teoria crítica rejeita divisões do trabalho e formas de compreensão urbana estatais, tecnocráticas e orientadas pelo e para o mercado (...) dá ênfase ao carácter político e ideologicamente mediado, contestado socialmente e, portanto, maleável, do espaço urbano, ou seja, sua (re) construção contínua como lugar, meio e resultado de relações de poder sócio-historicamente específicas (...) envolve uma crítica da ideologia (incluindo ideologias científicas-sociais) e uma crítica do poder, da desigualdade, da injustiça e da exploração existentes, ao mesmo tempo, nas e entre as cidades.

d) O espaço urbano na perspectiva de outros autores

Ferreira e Penna (2005) consideram que os diferentes espaços da cidade não se definem apenas como uma base sobre as identidades urbanas, mas operam de forma dinâmica para a constituição dessas identidades, sejam elas a pobreza, a riqueza ou a criminalidade. Esta abordagem tem como base a noção da produção do espaço urbano, na qual a cidade não constitui apenas um elemento transitório da sociedade, mas também um receptor das relações sociais.

Os espaços urbanos transformados em objectos de consumo agregam conteúdos sociais às formas construídas, que se articulam fortemente para criar territórios urbanos. A partir desta visão, os espaços passam a ser diferenciados pelas suas formas-conteúdos e não apenas pelas condições variáveis da natureza e da sociedade. A configuração social do espaço caracteriza-se por uma existência sócio-material própria, isto é, a sua existência real somente é dada pelas relações sociais. Os espaços formam pontos de fixação das vivências e de sua produção. Assim, o espaço urbano é entendido como um sistema de objectos e de acções articulados (Santos, 1996).

Na concepção de Carlos (1994), o espaço urbano é produzido pelos agentes sociais de forma excludente, desigual e injusta. Por um lado, no espaço urbano, estão os espaços elitizados das classes dominantes e, por outro, os espaços periféricos das classes populares e as hiper-periferias dos excluídos. Os espaços elitizados caracterizam-se pelo consumo de bens e infra-estruturas com alto padrão de qualidade, financiados pelo governo. Nos espaços periféricos predomina a cultura da pobreza, o desemprego, o comércio informal e as necessidades habitacionais imediatas.

Portanto, sem opção no mercado imobiliário, com pouco ou nenhum financiamento público e privado, nos espaços periféricos predomina a informalidade e autoconstrução, ou seja, a cultura de subsistência. O espaço urbano periférico descrito por Carlos confunde-se com a realidade urbana de Maputo, caracterizada por informalidades nos sistemas de produção, consumo e de habitação.

A proximidade física entre os bairros elitizados e periféricos confronta as diferenças sociais, em termos de estratégias de sobrevivência no meio urbano. A espacialização da pobreza próximo das condições de vida moderna urbana, e socialmente distantes, estimula a

dificuldade da mobilidade social e o desenvolvimento de acções criminosas (Ferreira & Penna, 2005). O crescimento das carências materiais torna estes bairros polos de pobreza, agravando assim as condições urbanas.

O espaço urbano tem sua significância construída pelas relações sociais que o compõem, sendo produto e produção de práticas, percepções e apropriações que enunciam representações do mesmo. Trata-se de uma operação em que os indivíduos se inscrevem e são inscritos, produzem e reproduzem, se objectivam e subjectivam no contexto da relação dos sujeitos (Amaral, 2014).

Assim, as referências sócio-espaciais são resultado da justaposição, sobreposição ou correlação de vários elementos, suscitando a existência de significâncias múltiplas e combinadas (Meneses, 2000).

Na análise do espaço social e das suas relações, além dos elementos constitutivos do lugar, é também importante considerar os modos próprios de intervenção dos sujeitos. O espaço urbano compõe a mundividência dos sujeitos, incorporando identidades e abrindo-se sempre às transformações vividas ou esperadas nas condições de vida dos sujeitos e nas suas relações sociais (Lopes, 2002).

Nessa perspectiva, Castells (1984, p.85) destaca a existência de dois contextos distintos na definição do espaço urbano. O primeiro contexto tem a ver com “a concentração espacial da população a partir de determinados limites de dimensões e densidade”. A segunda refere-se à “difusão dos sistemas de valores, atitudes e comportamentos submetidos à denominação da cultura urbana”.

Os dois contextos espaciais, descritos no parágrafo anterior, associam-se à fragmentação espacial defendida por Salgueiro. A fragmentação espacial, conforme Salgueiro (2001), é caracterizada por: (i) uma estrutura policêntrica; (ii) desenvolvimento de complexos de grandes dimensões, com frequência para o uso misto; (iii) presença de enclaves socialmente diferenciados e dissonantes do tecido sócio-urbanístico envolvente, que reflectem situações de continuidade sem continuidade; e (iv) dessolidarização em relação ao entorno, afirmando-se as relações sociais à distância e quebrando-se as relações de vizinhança.

Coster e Bawin-Legros (1998) definem o espaço urbano como centro económico ou um mercado auto-suficiente, isto é, susceptível de satisfazer as necessidades essenciais dos

cidadinos, sendo este centro económico, acompanhado de um espaço de racionalidade jurídico-administrativo autónomo.

A sociedade, a partir das suas instituições, define os espaços, dando-lhes significados específicos. Nesse contexto, o espaço reúne objectivos materiais no campo simbólico e autoriza as manipulações mentais diversas, que contribuem para o enfraquecimento da personalidade e o anonimato das relações sociais do quotidiano no meio urbano (Coster & Bawin-Legros, 1998).

A partir da teoria do conflito de Marx e Engels, Horta (2007) observa que o espaço urbano deve ser entendido como expressão da lógica do capitalismo e como processo de urbanização no qual emergem as desigualdades, a exclusão e segregação das camadas populacionais mais pobres. A partir desta realidade, a vida no espaço urbano passa a ser contraditória, com a tendência de promover o anonimato e a indiferença afectiva.

Ainda, Mela (1999) problematiza os modelos sociais das sociedades pré-industriais e industriais, os quais tenderiam a conceber a cidade como oposto do campo e o urbano como oposto do rural, no contexto dos eixos dicotómicos de solidariedade mecânica³ e orgânica⁴ propostos por Durkheim (1893).

Tendo em conta a perspectiva da solidariedade orgânica, o espaço urbano é concebido na base de um modelo fundado na interdependência funcional, decorrente de uma complexa divisão social do trabalho. Assim, a modernidade e a vida urbana implicam a destruição das formas tradicionais de integração social, provocando rupturas sociais, conflitos e alienação. Os espaços urbanos modernos passam a ser conotados com uma organização racional, uma economia fundada no mercado e na burocratização das funções públicas (Mela, 1999).

O espaço urbano nos países em desenvolvimento é caracterizado por dois fenómenos (Outhwaite & Bottomore, 1996). O primeiro fenómeno está relacionado com a acentuada e incontrolável polarização entre um número limitado de camadas médias e de alta renda, que desfrutam condições de vida semelhante às das camadas mais abastadas dos países

³ Solidariedade mecânica refere-se aos laços sociais que unem as pessoas com base na comunhão de crenças, costumes, rituais e símbolos. Ela é caracterizada pelo sentimento colectivo, pela homogeneidade e indistinção entre os seus membros (Mela, 1999).

⁴ Solidariedade orgânica pretende explicar a sociedade moderna como resultado de um processo de evolução e de diferenciação social (Mela, 1999).

industrializados e de serviços fornecidos por uma população disponível para trabalho muito mal pago, e uma população heterogénea com renda monetária extremamente baixa.

O segundo fenómeno está associado às estratégias de sobrevivência do grupo de renda baixa, que, ao viver em condições miseráveis e em terrenos ocupados ilegalmente, tem o seu estilo de vida sustentado pelas estratégias de sobrevivência do mundo rural, desde a criação de animais domésticos até à importância de parentesco, das redes étnicas e comunitárias, e da solidariedade entre amigos e vizinhos que é indispensável à sobrevivência.

Confrontando esta realidade dicotómica, a vida social urbana constrói-se a partir da lógica do anonimato, impessoalidade e superficialidade. Assim, nas subcondições de transitoriedade e heterogeneidade, as pessoas só interactuam em termos de papéis segmentares necessários para a obtenção de serviços locais. As diferenças no estilo de vida e no comportamento social são interpretadas recorrendo-se a variáveis sociais clássicas, tais como ciclos vitais, estruturas de famílias e emprego (Outhwaite & Bottomore, 1996).

O problema de sociabilidade no espaço urbano, conforme Outhwaite e Bottomore (1996), é o progressivo enfraquecimento e adaptação no contexto da economia de mercado em crescimento contraditório e desigual. Esta situação abre lugar para a eclosão de conflitos e desigualdade nas áreas sociais, que são penalizadas e marginalizadas pelos novos métodos de distribuição de recursos sociais e de organização da representação de interesses políticos. Por exemplo, a questão habitacional, a pobreza, a marginalização, problemas ecológicos, a criminalidade e a delinquência constituem parte dos problemas que emergem nesses contextos.

Na perspectiva de Simmel (2001), a vida (sociabilidade) no espaço urbano é caracterizada por processos de intelectualização e racionalização. A qualidade intelectualista do modo de vida urbana afigura-se como estratégia de protecção desenvolvida pelos habitantes dos grandes centros urbanos, face às mudanças bruscas e de estímulos constantes a que são continuamente expostos. A conjugação destes elementos traduz-se em comportamentos de distanciamento social, de indiferenças e de insensibilidade, onde os residentes passam a privilegiar o anonimato e a impessoalidade como estratégia para preservar o espaço individual decorrente do contexto urbano.

A racionalização ocorre no contexto da economia de dinheiro que se traduz numa sociedade calculista. Assim, a sociabilidade no espaço urbano é múltipla, decorrente do

conflito e de alienação (Simmel, 2001). O espaço urbano tende a substituir as formas tradicionais das relações sociais de convivência muito próxima por relações sociais de convivência distante, caracterizada pelo anônimo e distanciamento entre os indivíduos. O anonimato e distanciamento podem favorecer a ocorrência do crime.

O debate sociológico contemporâneo, no contexto urbano, tem problematizado constantemente as relações espaciais e o processo coletivo de consumo. A relação espacial é vista no conjunto da estrutura social e do consumo coletivo, no contexto da economia política urbana (Castells, 1975). Assim, Castells (1984) concebe o espaço urbano como lugar de super-estrutura político-administrativa que estimula a diferenciação do produto entre o simples e o alargado, no contexto da força de trabalho.

A cidade é lugar geográfico onde se instala a super-estrutura político-administrativa, que corresponde a uma sociedade em que os técnicos e as condições materiais (meio ambiente, população) tornam possível a diferenciação do produto entre o simples e o alargado da força de trabalho, e, por conseguinte, deram origem a um sistema de distribuição que supõe: (i) existência de classes sociais; (ii) sistema político que assegura simultaneamente o funcionamento de estrutura social e o domínio de classe; (iii) sistema institucional de investimento de sociedade, em especial na ciência e na arte; e (iv) sistema externo, especialmente, centrado no intercâmbio de produtos com outras comunidades sociais (Castells, 1984 p. 93).

Por essa via, Salgueiro (2001) afirma que o espaço urbano se configura cada vez mais marcado pela coexistência, ao nível micro, de elementos contrastantes que contemplam condomínios fechados, erguidos no meio de edifícios ou na vizinhança de bairros com edifícios de habitação, que se misturam com os prédios de promoção privada, habitações de lazer, comércio e escritórios.

A segregação espacial do ponto de vista residencial está vinculada à capacidade que cada classe social apresenta para pagar pela habitação, ocasionando um acesso diferenciado aos bens e serviços. Assim, o espaço urbano torna-se o lugar da reprodução das relações sociais de produção. Para além da segregação imposta, existe a auto-regulação, que ocorre, principalmente, através de condomínios fechados, nos grandes centros metropolitanos (Marafon, 1996).

A partir das diferenças micro, os desfavorecidos ocupam áreas marginalizadas (áreas estigmatizadas no contexto da cidade), com um conjunto de problemas sociais, desde o desemprego, insucesso e abandono escolar, população com baixas qualificações, até à

criminalidade. Em muitos destes locais gera-se espirais de pobreza e exclusão social, onde a indiferença afectiva tende a reproduzir-se (Meneses, 2014).

O debate do conceito de espaço urbano trazido pelos diferentes autores assemelha-se com a realidade de alguns bairros da Cidade de Maputo, onde se assiste a reestruturação das formas e tipos de uso, caracterizada pela emergência de condomínios e transformação de uma parte das residências em escritórios e centros comerciais. A reestruturação dos bairros decorre dentro da requalificação urbana inscrita no PROMAPUTO. O consumo de drogas, principalmente o álcool, é regra geral partilhado nas relações sociais de convivência, e o crime passa a ser alternativa de sobrevivência, passivamente assistido pela comunidade, sem nenhuma reacção, devido à indiferença afectiva.

As desigualdades sociais e a segregação residencial levam à segregação étnica e racial, cujos processos de separação espacial dos grupos têm como base as diferenças associadas às tradições, atitudes, valores, costumes e estilo de vida da população de diferentes origens (Mela, 1999). Na Cidade de Maputo, existem, por exemplo, bairros apelidados de *Xinhembanine*⁵ e *Kamuchope*⁶. A atribuição destes nomes testemunha a segregação étnica.

O contraste de sociabilidade no espaço urbano confunde-se com o debate funcional das metrópoles completas e incompletas, introduzidas por Santos (2008). As metrópoles constituem o escalão responsável pela macro-organização do território. As metrópoles incompletas representam os polos económicos dos países subdesenvolvidos, cujo processo de industrialização é descrito como precoce, o que lhes permite prover a maior parte de suas necessidades em produtos fabricados localmente e criar infra-estruturas nacionais.

As metrópoles incompletas irradiam-se sobre um vasto espaço, mas só podem exercer a totalidade das suas funções a partir de contribuições externas. Elas são uma consequência do atraso da industrialização, no plano nacional ou internacional, e das formas que a industrialização assume, quando ocorre. Estas não dispõem de meios para a dominação e são obrigadas a se completar fora ou dentro do próprio país (Santos, 2008). As metrópoles incompletas descrevem melhor o conceito do espaço urbano da Cidade de Maputo, uma cidade que depende da economia rural e do mercado internacional.

⁵ Xinhembanine é o actual bairro Luís Cabral que foi habitado maioritariamente por indivíduos provenientes da província de Inhambane que falam *guitonga*.

⁶ Kamuchope é uma parte do bairro de Chamanculo “C” habitado por machopes. Até hoje este local possui um estabelecimento comercial designado por “Xitolo ka Mushope”, que significa cantina.

No contexto da sociabilidade urbana, Beaujeu-Granier (1995) afirma que o espaço urbano existe materialmente, atrai e acolhe habitantes, aos quais fornece, através da sua produção própria, do seu comércio e dos seus diversos equipamentos, a maior parte de tudo o que eles necessitam. Trata-se de um lugar onde os contactos de toda natureza são favorecidos e maximizados os resultados. O espaço urbano contribui, essencialmente, para a dupla ligação com o espaço periférico, que mais ou menos domina o espaço longínquo, com o qual mantém ligações complexas.

Ainda, no contexto de sociabilidade, Santos (2009) discute as variáveis sociológicas da evolução do espaço urbano nos países subdesenvolvidos, onde destaca: (i) as civilizações urbanas relativamente antigas, compreendendo uma população rural formada por elementos abertos às condições da vida contemporânea e quase sempre composta de elementos alógenos; (ii) a civilização urbana, em grande parte formada de elementos indígenas mal assimilados, cuja rejeição é, às vezes, económica e cultural, e essa marginalização é que torna tão difícil a integração de elementos indígenas na economia (a urbanização é feita segundo uma separação que lembra a dicotomia cidade-campo); (iii) a urbanização moderna que cria uma dicotomia no próprio interior da cidade (formação das elites nacionais, consciência nacional); e (iv) a população completa ou quase completamente imigrada, cuja chegada aos locais novos coincide com as possibilidades de desenvolvimento do local acolhedor.

Assim, Santos (2012) destaca a relevância dos indicadores demográficos na vida urbana. Nessa relevância, para além da percentagem da população urbana na população total e a taxa do crescimento urbano, destaca-se ainda o êxodo rural e a ordem económica. "Por causa do desequilíbrio económico cada vez maior entre a cidade e o campo, a cidade é tida como oportunidade para melhorar as condições de vida" (Santos, 2012, p.25).

Para Araújo (1997, 2001 e 2003), o espaço urbano deve ser visto como um processo muito diversificado e que difere de região para região do globo, particularmente quando se está perante sistemas urbanos transportados, como é o caso de Moçambique e quase de toda África-subsaariana.

Na África-subsaariana, onde se insere Moçambique, o dualismo entre o urbano e o rural é ainda muito marcado e manifesta-se por oposições notórias, que não se transformaram de imediato e, de acordo com a dimensão do movimento migratório, marcam a cidade que, muito gradualmente, cria a sua própria cultura, o que não sucede sem sobressaltos e antagonismo de diversa ordem (Araújo, 2003, p. 167).

O aumento considerável de fluxos humanos oriundos do meio rural, em Moçambique, leva à transferência cultural que provoca relações conflituosas e desiguais, causando o surgimento de espaços segregados, onde prevalecem, por bastante tempo, atitudes, hábitos e comportamentos rurais, dando origem a um fenómeno que, apesar de transitório, “ruraliza” os espaços urbanos (Araújo, 2003).

Para Lamy (2006), o espaço urbano resulta do agrupamento da colectividade humana e seus símbolos e deve ser entendido como um espaço social, produtivo e habitacional (produção, consumo, intercâmbio e resposta às relações entre os indivíduos).

Do ponto de vista geográfico, Beaujeu-Garnier (1995) define o espaço urbano como projecção, numa fracção do espaço, das condições naturais, das heranças da história, do jogo das forças económicas, dos esforços do progresso técnico, do génio criador dos arquitectos, dos constrangimentos administrativos, dos hábitos quotidianos, assim como das aspirações conscientes e inconscientes dos seus habitantes.

Por sua vez, Beaujeu-Garnier (1983) considera como indicadores fundamentais para a definição do espaço urbano, o número de habitantes, a principal actividade da população residente e a organização administrativa.

Embora os organismos especializados das Nações Unidas deixem para os países a decisão da diferenciação entre rural e urbano, recomendam que, para África, o número de habitantes deve oscilar entre 10.000 a 20.000 habitantes para que um povoamento seja considerado urbano. Nessa perspectiva, Araújo (1997) defende que, para Moçambique, a classificação do urbano deve combinar mutuamente, como critérios para a definição do espaço urbano, a organização administrativa, número de habitantes, a existência de infra-estruturas socioeconómicas, a função económica e papel histórico.

Nessas condições, o espaço urbano é definido como aglomerado urbano populacional com 10.000 ou mais habitantes, cuja actividade económica principal não pertença ao sector agrário, e com uma infra-estrutura socioeconómica e administrativa considerada mínima (Araújo, 1997).

Do ponto de vista sociológico, Grafmeyer (1994) considera o espaço urbano como uma realidade avassaladora e dominante da sociedade contemporânea. Trata-se de um espaço que é simultaneamente território e unidade de vida colectiva, meio e mediação, quadro físico e nó de relações entre os seres sociais. Na visão deste autor, o espaço urbano é definido

mediante as cinco figuras, nomeadamente, "encontro, mosaico, centralidade, cidade e suas instituições e permeabilidade urbana ou cultura cidadina" (Grafmeyer,1994, p.13).

O “encontro” é considerado o dispositivo mais apropriado às diversas relações de troca e de cooperação que se estabelecem entre os seres humanos dentro da cidade. O “mosaico” refere-se à distribuição residencial dos grupos sociais e das camadas étnicas no meio urbano. O mosaico é extensivo ao plano fisionómico da cidade, tendo em conta as construções dos edifícios que obedecem modelos e tipos heterogéneos, bem como os planos de ordenamento do território que correspondem aos sectores constituíveis e não constituíveis, perímetros a salvaguardar, centralidade envolvendo o mercado (regulação de trocas comerciais), o poder (controlo, redistribuição, instituições, regras de coexistência entre grupos sociais), dispositivos (organização da divisão social do trabalho) e lugares (culto, lazer e serviços). As “cidades e as instituições” correspondem às relações entre as instituições. A “personalidade urbana ou cultura do cidadão” abrange as relações sociais anónimas, superficiais e efémeras (Grafmeyer,1994, pp.13-14).

Segundo Castells (1984), o espaço urbano é definido por tensões entre: (i) territorialidade e mobilidade; (ii) proximidade e distância nas inter-relações do quotidiano; (iii) afirmação da identidade e a experiência do outro; e (iv) diversidade dos meios humanos que moldam o urbano no espaço de vida conflitual.

Para Amaral (2014), o espaço urbano apresenta um extenso mosaico de contradições e antagonismo: áreas de ocupação diferenciadas, ora valorizadas, ora decadentes, ora urbanisticamente planeadas, ora precarizadas e com baixos padrões de habitabilidade. A precaridade do espaço urbano é caracterizada por uma condição social marcada pela imprevisibilidade das relações estabelecidas entre os seus habitantes, pela precaridade do acesso aos mecanismos estatais necessários para manter o direito a uma vida digna, e pela insustentabilidade económica.

Assim, o espaço urbano produz uma imagem associada à desordem, ao inacabado, ao provisório, ao precário e carente, produto de práticas de subsistência, desde a autoconstrução da moradia até às alternativas informais de geração de renda.

Na visão de Amaral (2014), ao habitar num espaço urbano, marcado pela pobreza e provisoriade (informal), os seus residentes estão sujeitos a uma inclusão precária, pois apesar das possibilidades de se inserirem, sob o ponto de vista económico, na cadeia

produtiva, geralmente, de forma instável, não são incluídos, sob ponto de vista social, moral e político, formando um mundo à parte, uma espécie de sub-humanidade que é incorporada por meio de trabalho precário, da informalidade e do sector de serviços mal remunerados.

O espaço urbano, aqui, é entendido como o mundo habitado, um espaço de produção, reprodução e desenvolvimento das sociedades, configurando-se como um espaço em contínua transformação, quer do ponto de vista dos processos socioculturais, quer da reflexão que sobre ele se faz. Esta forma de concepção do espaço é influenciada pela leitura das obras de Santos (1978; 2009; 2012), que entende o espaço como indissociável do tempo, contemplando assim a acção transformadora e tornando-se o lócus do encontro entre passado e presente.

É no espaço urbano onde se expressam as hierarquias sociais. Deste modo, o espaço se apresenta como “um verdadeiro campo de forças, cuja formação é desigual” (Santos, 1978, p. 122). Como uma totalidade, assim como a própria sociedade que o constitui, o espaço se define como um “conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções” (Santos, 1978, p. 122).

Após as diferentes perspectivas de conceituar o espaço urbano, pode-se afirmar que ele corresponde ao espaço urbanizado, cuja base de existência é testemunhada pelo processo do uso do “solo urbano⁷”, o número de habitantes e as formas recorrentes de sociabilidade. A concentração da população no mesmo espaço, o desenvolvimento de actividades fora do sector primário, o anonimato e impessoalidade constituem as palavras recorrentes na definição do espaço urbano. Especificamente, no contexto moçambicano, o espaço urbano é definido por Araújo (1997), tomando como indicador a dimensão populacional e sector de actividade.

Neste estudo, o espaço urbano é tratado na perspectiva sociológica decorrente das formas de sociabilidades. Assim, o estudo adopta o conceito de Grafmeyer (1994) que, para além do encontro, mosaico, centralidade, cidade e suas instituições e permeabilidade urbana ou cultura cidadina, define o espaço urbano como produto social, meio e mediação.

⁷ Solo urbano é toda a área compreendida dentro do perímetro dos municípios, vilas e das povoações, sedes dos postos administrativos e localidades, legalmente instituídas (MICOA, 2009).

A componente do produto social contempla a vida social que deve ser entendida na sua interdependência com os outros (a forma das habitações, a distribuição da população sobre a superfície do território, as estruturas políticas e jurídicas).

O espaço urbano, como meio, deve ser entendido como o feito de pessoas e de coisas reunidas e distribuídas segundo uma certa ordem. O espaço urbano, como tal, reúne diversas actividades num mesmo lugar, é fonte de numerosas exterioridades positivas (vantagens de proximidade, efeitos de complementaridade) e negativas (anonimato e impessoalidade).

Por último, a componente de mediação é contextualizada na perspectiva da competição entre os diferentes agentes (domésticos e empresários) pela apropriação do solo urbano, mediação de apropriação simbólica, do controlo de vizinhança e do acesso aos espaços públicos, e mediação, também, das dominações políticas, baseadas em competências territoriais.

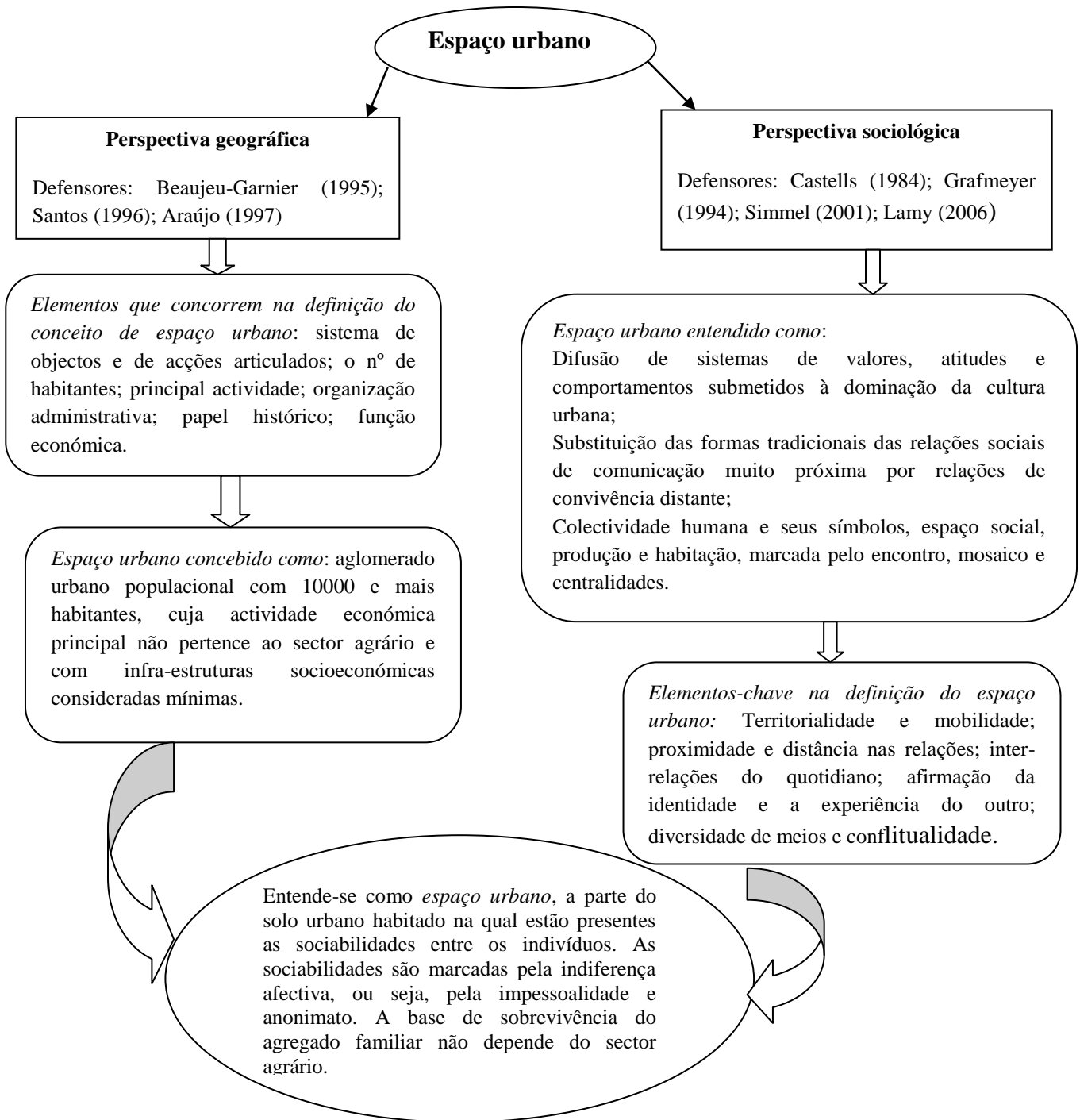
Ao adoptar o conceito de Grafmeyer para o estudo, importa trazer o conceito de unidade, defendida por Simmel (1983). A unidade, na perspectiva do espaço urbano, é vista como elemento que provém da interacção social e possibilita que os residentes urbanos sejam levados a conviver entre si, numa acção conjunta de influências, mesmo que sejam conflituosas.

Assim, o espaço urbano, do ponto de vista de sociabilidade, implica estar com o outro, para com o outro, através de impulsos ou de propósitos. São estes contextos de sociabilidade (impulsos ou propósitos) que nos interessam explorar no espaço urbano para problematizar a criminalidade.

Nas palavras de Simmel (1983, p.168), a sociedade não é exterior aos indivíduos, mas emerge da interacção entre eles. Assim, a sociabilidade é “o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais”.

Entretanto, antes que passemos para a próxima secção, importa resumir algumas ideias dos autores que discutem o conceito do espaço urbano na perspectiva geográfica e sociológica (Esquema 1).

Esquema 1 - Perspectiva geográfica e sociológica do conceito de espaço urbano



Fonte: Elaborado pelo autor

1.2.1.2. Transformação social do espaço urbano

A “transformação social do espaço urbano” sempre constituiu uma preocupação para os diferentes campos de saber, tais como, o urbanismo, a arquitectura, geografia, economia, sociologia, história, psicologia, antropologia e as artes. Cada campo de saber procura debater a transformação social do espaço urbano a partir de elementos estruturantes do território, ao longo do tempo, tendo em conta o objecto de estudo de cada disciplina científica.

À semelhança do espaço urbano, os autores do debate sobre a transformação social do espaço urbano buscam, independentemente da disciplina científica, os seus fundamentos na Escola de Chicago, Escola Marxista, Teoria Urbana, Teoria Crítica Urbana e em teorias sociológicas.

Dentre os estudos que abordam a transformação social do espaço urbano, Villaça (1997) distingue três vagas. A primeira vaga abarca as abordagens tradicionais que vêm da Escola de Chicago, com uma visão crítica de base marxista, revolucionando a sociologia urbana e criando um campo interdisciplinar de estudo do espaço, cujas análises partem das mudanças sociais, económicas e políticas. A visão sobre a transformação do espaço é concebida a partir do social, com fortes referências económicas.

A segunda vaga de estudos tem seu fundamento no social, onde a segregação espacial das classes sociais é entendida como processo necessário para o exercício de dominação política e desigual apropriação de recursos do espaço. O produto do trabalho constitui a força determinante da estrutura intra-urbana. A terceira vaga de estudos tem o seu fundamento nas relações dialécticas entre o espaço e a sociedade.

A conceptualização da transformação social do espaço urbano passa por compreender e validar as sociabilidades dos indivíduos, tendo em conta a sua capacidade de criar alternativas para atender as suas demandas, as condições de vida, a habitação, alimentação, enfim, todas as questões conducentes ao desenvolvimento do ser humano. Na literatura de cariz marxista, é consensual assumir-se que a transformação social do espaço urbano ocorre sempre com a intervenção humana, mediante à divisão social do trabalho e apropriação dos meios de produção pela classe dominante.

Derivada da divisão social do trabalho, tópico de relevo nas abordagens de Marx, Weber e Durkheim, a hierarquização social do trabalho tem como princípios a divisão técnica

e o parcelamento de tarefas, na qual estabelece-se a relação entre as desigualdades e os privilégios na modificação social do espaço urbano, numa formação social, onde impera uma racionalidade económica capitalista incipiente e dependente (Baia, 2009).

A transformação social do espaço urbano envolve estudos de tendência demográfica, alterações na estrutura familiar e na estratificação social. Todavia, as transformações ocorrem rapidamente no âmbito tecnológico, reflectindo-se de imediato na sociedade, alterando imediatamente os hábitos de trabalho, de consumo e de relacionamento (Dias, 2012).

Os estudos sociológicos, no contexto de transformação social apontam seis questões fundamentais que orientam o processo. As questões procuram captar: (i) o que é que muda; (ii) como é que muda; (iii) qual a direcção da mudança; (iv) qual é o ritmo de mudança; (v) porquê ocorre a mudança, ou porquê ela foi possível; e (vi) quais os principais factores de mudança (Bottomore, 1987).

Dias (2012) alia-se ao pensamento de Bottomore (1987), acrescentando as componentes geográficas, socioeconómicas, culturais, tecnológicas e políticas. O autor refere que a componente geográfica provoca alterações no estilo de vida das pessoas, ou seja, uma maior disponibilidade ou ausência de recursos pode determinar o tipo de vida de determinados grupos humanos. Os aspectos culturais concorrem para a transformação das ideias e valores que moldam a teia de relacionamento interpessoal. Os processos demográficos constituem impulso para a transformação social, especialmente, a componente do tamanho da população, os padrões de movimento populacional e estrutura demográfica (Jonathan, 1999).

A transformação social do espaço urbano, conforme Grafmeyer (1994), ocorre com a intervenção dos agentes, actores e actividades económicas. Os agentes privados e as empresas, ao prosseguir objectivos que lhes são próprios, não deixam de contribuir para a reestruturação dos espaços e as sociabilidades urbanas, pelo seu ascendente material simbólico, pelas incidências na distribuição das residências e dos trajectos do quotidiano, bem como pelos efeitos sobre o emprego, os modos de vida e a demografia. Os promotores e construtores são, por excelência, portadores de intervenção social sobre o quadro construído, reestruturando assim as relações diárias de convivência.

Grafmeyer (1994) afirma que todos os cidadãos, enquanto consumidores ou utilizadores, produzem, por acumulação dos seus comportamentos individuais, efeitos sobre a qualificação dos eventuais processos de transformação dos espaços urbanos que ocupam. O

poder público interfere no tipo de relações susceptíveis de ceder espaço para a subordinação, concertação, convivência, solidariedade, legitimação mútua, conflitos de poderes e interesses.

O poder público interfere na sociabilidade urbana, a partir de múltiplos processos, desde a construção, planificação e até à regulamentação. Especificamente, este poder interfere no controlo directo da estrutura edificada, ou em viários arranjos, e até na produção de leis ou regulamentos que visam enquadrar iniciativas dos agentes privados. Com efeito, as actividades no meio urbano modificam a fisionomia e as relações sociais do lugar (Grafmeyer, 1994).

A transformação social do espaço urbano está relacionada com as sociabilidades construídas ao longo do tempo da existência humana, variando de acordo com as condições materiais, históricas e sociais moldadas em cada período. Quando se lida com a transformação social do espaço urbano, é fundamental a compreensão das relações amplas nas quais este espaço é produzido. Neste caso, subentende-se que a transformação social do espaço urbano é consequência da forma como a sociedade actua para atender as suas necessidades. Trata-se de um processo contínuo e, na actualidade, é marcado pelas forças reguladoras do mercado de emprego.

A *Escola de Chicago* constitui uma referência teórica na discussão sobre a questão da transformação social do espaço urbano. O contexto de transformação social do espaço urbano, na perspectiva da *Escola de Chicago*, é marcado fundamentalmente por quatro processos: diferenciação; competição; sucessão ecológica; e segregação⁸.

Em função dos teóricos da Escola de Chicago (Park, Burgess e McKenzie), a vida urbana (relações sociais de convivência) envolve a ausência da comunidade e de relações pessoais estreitas. Os cidadãos se retraem emocionalmente e reduzem a intensidade da sua interacção social com os outros. A interacção passa a ser superficial, impessoal e centrada em

⁸ A diferenciação refere-se ao processo pelo qual a população urbana e suas actividades se tornam mais complexas e heterogéneas com o passar do tempo. A competição envolve a luta contínua de diferentes grupos para se estabelecer nos melhores locais para habitar e produzir. A sucessão ecológica ocorre quando um determinado grupo de pessoas se muda de uma área para outra, e um segundo grupo chega para substituir o primeiro. Ou seja, é o resultado de um ciclo de invasão e corresponde a uma mudança de utilização do solo ou grupo populacional (Marafon, 1996). Finalmente, a segregação ocorre quando há uma separação espacial de determinados grupos, por exemplo, em função da raça, etnicidade, classes sociais, tipos de actividades e rendimentos (Brym *et al.*, 2006).

fins específicos. As pessoas tornam-se mais individualistas e assiste-se a um controlo social fraco que leva à incidência de comportamentos criminais (Brym *et al.* 2006).

De acordo com Savage e Wade (2002), a *Escola de Chicago*, olhava a industrialização, o rápido crescimento urbano e os constantes fluxos migratórios como aspectos determinantes do processo de transformação da sociedade urbana. A grande concentração de imigrantes externos e internos oriundos de zonas rurais, associada à uma forte heterogeneidade cultural e social, constituía um enorme desafio às formas tradicionais de integração e coesão social.

Com efeito, as relações de competição e de colaboração entre as comunidades resultariam numa diferenciação funcional (divisão do trabalho) e numa distribuição espacial equilibrada de diferentes grupos económicos por nichos de habitat urbano (áreas naturais). No entanto, a componente cultural da vida urbana está directamente associada à comunidade e à forma como a vida nos bairros se funda, na partilha de laços de pertença, assim como num conjunto de símbolos, valores e práticas culturais. Assim, as questões da pobreza, do crime, do vício, da delinquência e da segregação espacial, constituem objectos de análise, sendo a cidade percebida como um espaço privilegiado de observação e de estudo (Park, 1967).

Os teóricos da Escola de Chicago (Wirth, 2001; Park, 1967; Burgess, 1974) consideram que os conflitos e tensões sociais entre os grupos no espaço urbano são explicados em função das desigualdades sociais na população, ou seja, em função de quatro factores: competição; conflito; acomodação; e assimilação⁹.

Na óptica de Burgess (1974), a transformação social da cidade insere-se no seu constante crescimento e compreende um conjunto de círculos concêntricos. A partir dos tais círculos concêntricos nota-se que o desenvolvimento da cidade compreende um processo dual de concentração e de desconcentração. Então, o crime, a delinquência, as patologias mentais, a violência e conflitos entre *gangs*, tensões raciais e outros problemas sociais são comuns nas áreas urbanas degradadas.

⁹ As relações de competição são motivadas pelo acesso a um conjunto de recursos necessários à sobrevivência do grupo (habitação, espaço, emprego, educação). O contacto directo entre os grupos com condições bem diferenciadas conduziria a situações de conflito social. Na fase posterior, as relações de conflito dariam lugar a um processo contínuo de acomodação e de relações consensuais entre grupos. Finalmente, ocorre o processo de assimilação dos valores, crenças, atitudes e práticas da sociedade dominante (Park, 1967).

A convivência social urbana, segundo Wirth (2001), resulta da conjugação de três factores, nomeadamente: (i) a dimensão do agregado populacional; (ii) a densidade; e (iii) a heterogeneidade¹⁰.

A transformação do espaço urbano, como produto das relações sociais, assume práticas seculares, marcadas pela substituição das relações primárias (de base familiar) pelas relações secundárias (caracterizadas pela racionalidade e indiferença entre as pessoas) e a imposição de uma certa anomia e de um diferente ritmo de vida daqueles que vêm habitar no espaço urbano (Wirth, 2001).

A partir da concepção marxista, Lefèbvre (1991) desenvolveu uma matriz assente em três elementos (os circuitos de capital, a produção social do espaço e o papel do Estado na regulação espacial), para compreender a convivência no espaço urbano. Nesta abordagem, as categorias económicas, tais como capital, força de trabalho, lucro, renda, salário, exploração e o desenvolvimento desigual, constituem noções que se aplicam em estudos de transformações sociais das cidades.

Por seu turno, Lima (2013) assume que a transformação do espaço urbano é diversificada, de forma a atender a demanda do capital, o que pode ser observado a partir das diferentes formas de sociabilidades que se registam na cidade, decorrentes da lógica do investimento predominante.

Considerando que a transformação do espaço urbano é o resultado do desenvolvimento do modo de produção e, especificamente, como este se desenvolve na sociedade capitalista, isso possibilita compreender que no espaço são materializadas as condições para a acumulação do capital, o que seria de acordo com cada momento histórico; logo, as transformações que ocorrem tanto na estrutura quanto na dinâmica realizada neste espaço reflectem o processo constante de mudanças pelas quais o mesmo

¹⁰ A dimensão do agregado populacional compreende: (i) a diversificação e individualização; (ii) a competição e os mecanismos formais de controlo social, os quais tendem a substituírem a organização social baseada em relações primárias e de parentesco; (iii) a grande especialização e segmentação dos papéis sociais; e (iv) o anonimato, a superficialidade e o utilitarismo nas relações interpessoais. A densidade abrange: (i) a capacidade de viver com desconhecidos; (ii) a fuga de espaços com grande densidade, o que provoca o desenvolvimento de espaços periféricos e o aumento de custos do solo nos subúrbios; e (iii) a intensidade de competição. Finalmente, a heterogeneidade permite o relacionamento entre os grupos, a diluição das fronteiras entre classes e grupos étnicos, bem como a compartimentação de papéis individuais e sociais de acordo com os diferentes círculos de contacto, intensificando-se o anonimato e a despersonalização na vida urbana (Wirth, 2001).

passa, na tentativa permanente de manter e ampliar as formas de acumulação do capital (Lima, 2013 p.12).

Santos (1999) considera que, para compreender as modificações do espaço da cidade, não implica apenas o estudo do conjunto das dimensões material e imaterial que o compõem, mas também a observação de processos que o transformaram em energia, ou seja, os processos que transformaram uma simples forma em forma-conteúdo (formas de sociabilidade).

Para Lefèbvre (2004), a transformação social que ocorre na cidade resulta do processo de adensamento e de explosão. O adensamento é estimulado pelo desenvolvimento dos meios de transporte colectivos e pela transformação das indústrias nos arredores da cidade onde se situam as fontes de energia. Por seu turno, o movimento de explosão é estimulado pelas transformações tecnológicas das construções, que permitem maior verticalização e concentração populacional nas áreas centrais.

Assim, a preferência pelos espaços centrais na cidade, segundo Harvey (1980), tornou a terra uma mercadoria, quando associada às infra-estruturas produzidas. O solo urbano passa a ter um duplo aspecto: valor de uso e valor de troca. O solo urbano como valor de uso tem a ver com a utilidade da mercadoria, servindo como meio de existência. Como valor de troca, o solo urbano associa-se ao estabelecimento de uma relação quantitativa entre as mercadorias.

A renda, como tal, no espaço urbano, assume três modalidades, conforme Ribeiro (1997). Uma delas é a renda absoluta, que está relacionada com o monopólio sobre a propriedade do solo urbano, característica do sistema capitalista. Como nenhuma parcela do solo da cidade é igual à outra, alguns atributos, como oferta de serviços e benfeitorias urbanas, servem para valoração do solo urbano. A localização privilegiada possibilita uma renda suplementar, chamada renda diferencial. A existência de características exclusivas, tais como avenidas e aspectos paisagísticos, possibilitam a extracção de mais renda, uma vez que pode ser cobrado um preço de monopólio que é determinado pelas necessidades, desejos e capacidade de pagamento de compradores.

Os promotores imobiliários constituem agentes de transformação social de espaço, ao desejar que os seus imóveis estejam em uma parcela valorizada, que garanta maior renda. Assim, no espaço urbano passam a existir lotes ociosos de parcelas, sem função social, à espera da valorização que advém da provisão de infra-estruturas urbanas (Ribeiro, 1997).

Enquanto aguarda-se pelas melhores oportunidades de investimentos, estes espaços vão se tornando locais apropriados para o cometimento da criminalidade e esconderijo para os supostos criminosos.

A habitação, como tal, constitui um elemento de transformação social do espaço urbano, cujo Estado desempenha um papel relevante. Na óptica de Lojkin (1981), a intervenção do Estado na transformação social do espaço é notória a partir da distribuição social e espacial de equipamentos urbanos nas diferentes áreas. Nesse contexto, Araújo (2003) destaca a relevância do Estado na provisão de recursos para o processo de construção, destruição e reconstrução do espaço urbano, no âmbito de novos usos e funções.

Assim, o Estado possui o papel fundamental e mutável na transformação social do espaço, sendo ele proprietário fundiário dos meios de produção e promotor imobiliário, e agente financeiro, além de seu papel ideológico no processo produtivo. Por exemplo, os instrumentos para a normalização do espaço urbano, como é caso do regulamento de uso do solo urbano e as taxas, são definidos pelo Estado.

Castells (1975) vê a transformação social do espaço urbano como um elemento que gera uma série de processos sociais que criam funções, formas espaciais e actividades dentro do contexto espacial. Os elementos espaciais são vistos como mediadores que viabilizam os processos sociais que configuram o espaço social geográfico.

Nessa perspectiva, sempre que a sociedade sofre mudanças, as formas espaciais assumem novas funções. Então, os conceitos de forma, função, processo e estrutura, considerados em conjunto e relacionados entre si, servem de elo para compreensão da organização espacial em sua totalidade e tipos (Santos, 1985). Em relação aos tipos espaciais, Corrêa (1997) destaca a centralização, descentralização, coesão e segregação¹¹.

¹¹ A centralização está associada à maior concentração de actividades comerciais, serviços e ao foco de transporte que serve de potencial de atracção. A descentralização surge como resultado da disputa pelo solo das áreas privilegiadas (alto preço do solo, congestionamento, poluição). Este processo leva ao deslocamento da população para terrenos mais baratos. A coesão relaciona-se com a tendência de especialização e concentração de certas actividades em determinadas áreas da cidade (economia de aglomeração). A segregação refere-se ao desenvolvimento urbano desigual que se configura nas cidades, fruto da própria dinâmica da produção do espaço (população com melhor poder aquisitivo ocupa as melhores áreas e a população com a baixa renda ocupa áreas desprovidas de serviços básicos). Os tipos espaciais, principalmente os de segregação, podem constituir um

A disparidade do nível de vida, segundo Castells (1983), deve ser interpretada não só em termos de diferença, mas também de hierarquia. Assim, a invasão-sucessão é comum em áreas nas quais a população com determinado nível socioeconómico é substituída por pessoas de outras classes, em geral de renda inferior. Este processo pode produzir inércia no contexto espacial. A inércia é caracterizada pela permanência de determinadas funções e usos de solo urbano, mesmo quando as causas que justificam a sua localização já deixaram de existir.

Assim, a transformação social do espaço urbano refere-se ao conjunto de processos que determinam a articulação concreta entre elementos materiais e não materiais num dado momento, com impacto nas relações de convivência entre os indivíduos (Castells, 1984). Portanto, conforme Castells (1984, p. 75), “a transformação social de uma unidade espacial é determinada pelas variações nos elementos do sistema urbano e nas relações que mantêm entre si”.

Os elementos de transformação social do espaço urbano, na óptica de Castells (1984), incluem produção, consumo, intercâmbio e gestão¹². Assim, Castells chama a atenção, no que respeita à sociologia de produção de espaço, para a necessidade de ampliar o horizonte do debate, passando a incorporar os problemas de planeamento urbano, mas sem deixar nunca, por mais importante que seja, a gestão.

Ainda, Castells (1983) relembra que a problematização sociológica da transformação social do espaço urbano deve partir da análise da mesma, como processo social, que resulta da interacção entre as infra-estruturas e forças sociais.

A transformação social do espaço urbano fundamenta-se através da percentagem significativa da população humana que se ocupa no espaço, formando aglomerados funcional e socialmente inter-relacionados, do ponto de vista interno. A partir desta construção, a

atractivo para a criminalidade, devido às diferenças sociais de nível de vida (Corrêa, 1997 e Marafon, 1996). A coesão social indica o estado pelo qual os indivíduos mantêm-se unidos.

¹² A produção constitui a dimensão espacial do conjunto de actividades produtoras de bens, serviços e informação. O consumo representa a dimensão espacial das actividades que têm por objectivo a apropriação social, individual e colectiva do produto (habitação, os equipamentos colectivos, culturais e recreativos). O intercâmbio inclui a dimensão espacial de trocas que têm lugar entre a produção e o consumo (circulação e consumo). Finalmente, a gestão inclui processos de regulação das relações de produção, consumo e intercâmbio (organismos de planeamento urbano, instituições municipais) (Castells, 1984).

dimensão e densidade da população constituem os indicadores de transformação do espaço, o que pressupõe o acréscimo das possibilidades de interação social que pode originar um sistema específico de comportamento (a mudança na forma espacial de organização) (Castells, 1983).

A transformação social do espaço urbano nos países em desenvolvimento, na óptica de Castells (1984), não ocorre só pela transferência da população rural para cidade, mas também é fortemente influenciada pelo elevado ritmo de crescimento da população já urbanizada, em consequência da brusca diminuição da mortalidade e, especialmente, da mortalidade infantil.

Na transformação social do espaço urbano, a rua, ou seja, as vias de acesso jogam um papel fundamental. Elas representam a vida quotidiana, os lugares de trabalho, de residência, lugares de distração e de convívio. As vias de acesso constituem microcosmo da modernidade onde se moldam as relações sociais de convivência (é na rua onde as crianças brincam, os vizinhos cruzam-se) (Pensavento, 1995 e Lefèbvre, 1971).

Do ponto de vista social, é na rua onde circula todo o tipo de pessoas. Na vertente económica, a rua converte-se em um diferenciador social de frustração e privação, uma vez que nem tudo o que se oferece pode ser consumido. Na visão territorial e de territorialidade, a rua oferece inúmeras diferenças e pode concentrar grupos étnicos com diferentes culturas que se reúnem para debater assuntos do seu interesse. A análise da rua, como espaço multifuncional, resulta do movimento que revela a articulação entre o público e o privado, onde o habitar, trabalhar e circular estão presentes, configurando assim as relações sociais de convivência (Lefèbvre, 1971).

Para Corrêa (1995), a transformação social do espaço urbano corresponde ao conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, distintos em termos de forma e conteúdo social. Assim, o espaço urbano passa a ser fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social num conjunto de símbolos e campo de lutas. A transformação social do espaço urbano é produzida pelos agentes sociais que fazem e refazem a cidade, tais como os proprietários dos meios de produção, os fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e grupos sociais excluídos.

A transformação social da paisagem urbana, na visão de Carlos (1994), reflecte a dinâmica da reprodução social e do capital social que, em decorrência das diferenças socioeconómicas, evidencia também a segregação espacial. Ela resulta da reacção social, onde

estão presentes o espaço construído, os símbolos e valores determinantes da sociedade que constituem a identidade do lugar.

Assim, na óptica deste autor, a transformação social da paisagem urbana compreende: (i) alteração do estilo de vida; (ii) aumento da renda, consumo e poupança; (iii) desenvolvimento dos sectores terciários e quaternários; (iv) crescimento do consumo cultural, turismo; e (v) efeitos conjugados da mobilidade e da oferta imobiliária.

Nessa perspectiva, Villaça (1997) enfatiza que a transformação social do espaço urbano, no contexto de controlo da produção e do consumo, exercido pela classe dominante, materializa-se nas esferas económica, política e ideológica¹³.

Por razões diversas, o processo de transformação social do espaço urbano pode ocorrer com o desenvolvimento de uma industrialização dentro ou nas proximidades de determinada urbe e, por conseguinte, o surgimento de outros atractivos em zonas circundantes ou não, mas fora da cidade, bem como o fenómeno de retirada significativa da população outrora habitante na urbe (disurbanização). Mas também o processo de transformação social do espaço urbano pode ocorrer por razões que se prendem com o crescimento vertical da urbe, o surgimento de novos atractivos que impliquem a localização de alojamento dentro da cidade (Savage & Warde, 2002).

A transformação do espaço pode ocorrer ainda por via da nobitação. A nobitação, conforme Savage e Warde (2002, p. 83), ocorre através “da reinstalação e concentração social, transformação do espaço edificado, junção de pessoas e reordenamento económico de propriedades”. A reinstalação e concentração social envolvem a mudança de um grupo de residentes para junto de um outro de estatuto social superior.

A transformação do espaço edificado pode representar modificações de características estéticas e aparecimento de novos serviços locais, como também pode significar a junção de pessoas com cultura e estilo de vida mais ou menos idênticos, ou, pelo menos, pertencentes à

¹³ Na esfera económica, destaca-se o controlo do mercado imobiliário, que produz os bairros da classe dominante, no local onde eles desejam. A esfera política ocorre sob o controlo do Estado e manifesta-se através do controlo da localização das infra-estruturas urbanas pelo aparelho do Estado e do controlo da legislação do uso e ocupação do solo. A ideologia está relacionada com a classe dominante e visa auxiliar o poder, de modo a torná-lo aceitável pelos dominados (Villaça, 1997).

mesma classe e partilhando preferências de consenso. O reordenamento económico de propriedades pode corresponder a uma oportunidade comercial para a indústria de construção e, frequentemente, à extensão do sistema de posse privada de propriedade doméstica (Savage & Warde, 2002).

Dias e Andrade (1997) destacam, como aspectos relacionados com a heterogeneidade étnica e cultural, o anonimato e atomismo da interacção, que marcam ruptura dos mecanismos tradicionais de controlo (família e vizinhança), dada a pluralidade na cidade moderna. Este processo de transformação impulsionou o desenvolvimento da ecologia criminal, com enfoque para a perspectiva epidemiológica (que considera o crime como fenómeno sociológico-estatístico que pode ser cartografado) e psico-sociológica (que privilegia o estudo da experiência individual do delinquente e das suas respostas às pressões ambientais). Assim, a desorganização social, do ponto de vista de transformação social do espaço, é entendida como a impossibilidade de definir e impor modelos colectivos de acção.

Por via disso, Lamy (2006) subentende que a transformação do espaço tende a afectar o conjunto de actividades sociais da população, afectando as condições e formas de vida e mentalidade das pessoas. Assim, até então, o enfoque é entender as repercussões nos modos de vida (sociabilidade urbana) e interrogar sobre os elementos que estruturam as relações entre actores, instituições e grupos sociais.

Neste contexto, o espaço social deve ser considerado como uma organização que ocorre, na realidade, tendo em conta os processos de estruturação e desestruturação sociológica. A diferenciação social do espaço urbano efectiva-se nos bairros pelas vivências do quotidiano.

Com efeito, Santos (2013), na sua obra sobre "Pobreza Urbana", discute os circuitos formal e informal (tratados como superior e inferior em Santos, 2008), como processos importantes no contexto de transformação do espaço urbano¹⁴. Assim, cada circuito define o conjunto de actividades realizadas num dado contexto e o sector da população que se liga a ele, essencialmente pela actividade e consumo.

¹⁴ O circuito superior/formal abrange o conjunto constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. Por sua vez, o circuito inferior/informal é constituído, essencialmente, por actividades de fabricação sem capital intensivo, pelos serviços não modernos e de pequena dimensão (Santos, 2013).

No entender de Lamy (2006), o espaço urbano está em plena transformação social, na qual emergem novas fontes de problemas, cuja reflexão é muito recente e renovada nos últimos anos, motivada pelas razões sociopolíticas e pragmáticas. As razões sociopolíticas estão relacionadas com grandes projectos arquitectónicos, situação dos subúrbios, qualidade de vida, comodidade e eficácia dos serviços públicos. As pragmáticas têm a ver com as perspectivas arquitectónicas que se interessam pelas qualidades formais do espaço, a constituição material do marco construído e a perspectiva sociológica orientada aos modos de vida dos cidadãos. As duas perspectivas convergem na tradução (espaço urbano como reflexo da estrutura social) e determinação (os factos do espaço construído sobre os comportamentos).

Assim, a transformação social do espaço urbano deve ser entendida como o produto de contradições e de lutas intrínsecas a esse processo. A modificação social do espaço envolve o espaço físico (natureza), espaço mental (abstracções sobre o espaço) e o espaço social (prática social).

Na visão de Lefèbvre (1991), as teorias urbanas e as políticas de planeamento urbano devem ser entendidas como formas ideológicas que devem ser desconstruídas e combatidas através de perspectivas capazes de explicar o espaço como uma construção da lógica capitalista. Portanto, o espaço construído emerge a partir da representação do espaço (espaço concebido), das representações (espaço vivido) e das práticas (percepção do mundo). Estes elementos manifestam-se nas redes, trajectórias e nos padrões de interacção social existente entre os lugares.

No entanto, o estabelecimento permanente de uma colectividade humana densa e suficientemente heterogénea, conforme Castells (1984), provoca a aparição de um novo tipo de cultura, caracterizada pela passagem das relações primárias e secundárias, sedimentarização de papéis, anonimato, isolamento, relações instrumentais, ausência de controlo social directo, diversidade e fugacidade de papéis sociais, abrandamento de laços familiares e concorrência individualista.

O contexto sociocultural concebido por Castells é que explica a aparição de novas formas de comportamentos, que passam pela destruição das subculturas comunitárias pela cultura socialmente dominante. Na visão de Castells, os problemas das cidades estão ligados às dificuldades de gestão do sistema no seu conjunto (organização das interdependências espaciais num meio tecnológico complexo, acção do sector público com vista à organização do consumo colectivo, tentativa de controlo das tensões sociais produzidas e materializadas

no espaço, com base em processos de segregação étnica e social). Este processo leva à formação da cultura urbana (comportamentos, atitudes e opiniões).

A discussão do processo de transformação social do espaço urbano induz à questão da qualidade de vida urbana. Esta perspectiva parte do reconhecimento de que a urbanização actual é intensa, desordenada e geradora de um conjunto de problemas e de disfuncionamento interno das condições de vida. Simultaneamente, as cidades surgem como contextos espaciais, marcadas pela exclusão social e insegurança (Santos & Martins, 2002).

Autores como Mendonça (2006), Santos e Martins (2002) e Forattini (1991) destacam a relação entre a distribuição territorial da população e a distribuição dos recursos, da renda e do emprego como aspectos fundamentais na qualidade da vida urbana. Estes aspectos são recorrentes em autores que discutem a transformação social do espaço urbano.

Por exemplo, no debate sobre a qualidade de vida urbana são levantados os aspectos de habitação (inserção do cidadão, a inclusão, o direito à cidade, o endereço, a presença de terras ociosas em boas condições de ocupação), infra-estruturas (a disponibilidade de água, redes de esgotos, a recolha dos resíduos sólidos e electricidade) e mobilidade urbana (facilidade com que os cidadãos acedem os locais onde se encontram oportunidades de trabalho, bem como as redes públicas de saúde e de educação), quase os mesmos assumidos na discussão sobre a transformação social do espaço (Mendonça, 2006).

Para Forattini (1991), a qualidade de vida urbana passa pelas transformações ocorridas no espaço urbano, especificamente nos aspectos orgânicos (saúde e estado funcional), psicológicos (identidade, auto-estima e aprendizado), sociais (relacionamento, privacidade e sexualidade), comportamentais (hábitos, vida profissional e lazer), materiais (economia privada, renda e habitação) e estruturais (posição social e significado da própria vida).

A transformação social do espaço urbano compreende as alterações que ocorrem no meio urbano, cujo reflexo é a qualidade da vida (capital social ou sociabilidade), especificamente, a componente das relações sociais de convivência familiar e com os vizinhos. Nesse processo da construção do capital social e sociabilidade, a componente habitacional é fundamental quando relacionada com a demografia, principalmente nos bairros antigos que não foram objecto de qualquer tipo de planeamento. A situação da habitação agrava-se mais pela presença de uma população de baixo nível de vida, em parte, oriunda do meio rural, a qual se instala precariamente em barracas nos subúrbios (Antunes, 1999).

A transformação social do espaço urbano no contexto habitacional, conforme Antunes (1999), tem-se traduzido na especulação imobiliária, pela venda de terrenos para construções privadas. Igualmente, os grandes blocos residenciais são muitas vezes monótonos e desprovidos de serviços essenciais. Esta situação leva a que as famílias passem a viver num ambiente em que as pessoas se ignoram, perdem as suas antigas relações e sofrem o isolamento, enquanto os jovens se organizam em "bandos de delinquentes".

A componente habitacional, no processo de transformação social do espaço, associa-se às construções clandestinas, onde assiste-se o loteamento de terrenos (frequentemente clandestinos), seguidos de construção sem as mínimas condições de habitabilidade (Antunes, 1999).

Uma outra componente não menos importante na transformação social urbana é a ruptura das infra-estruturas básicas, com forte incidência na qualidade de vida dos cidadãos, especificamente, o abastecimento de energia e água. As infra-estruturas de fornecimento de energia tornam-se obsoletas face ao crescimento do consumo, consequência não só da expansão da cidade como também do aumento do consumo *per capita*. Os bairros passam a conviver com os problemas da falta de energia/ou de corte periódico, como processo compulsivo de poupança. No que respeita ao fornecimento de água, a situação é idêntica, onde as condutas e as fontes alimentadoras tornam-se insuficientes para alimentar a rede de distribuição (Antunes, 1999).

Na visão de Baia (2009), a transformação social do espaço urbano leva à divisão social do espaço, através da repartição de seres humanos, grupos e actividades no espaço, da construção e da interpretação das formas espaciais. Assim, os grupos sociais exercem um poder sobre a organização do espaço urbano, como também exprimem preferências por certo estilo de vida e certa maneira de habitar.

As condições de vida nas áreas urbanas com transformação social deficiente levam a que a convivência e a solidariedade cedam lugar, muitas vezes, ao individualismo, isolamento, egoísmo e à violência, gerando assim fenómenos de tensão social (Antunes, 1999).

A discussão sobre a transformação social do espaço urbano no contexto deste estudo está intimamente ligada aos tipos de solidariedade defendidos por Durkheim (1893), na sua obra sobre a Divisão social do trabalho. Os tipos de solidariedade configuram as formas de

transformação social do espaço urbano que as pessoas estabelecem no seu dia-a-dia. Um desses tipos de solidariedade é a mecânica que pressupõe a existência de ligeiras diferenças entre os indivíduos, ou seja, os membros de uma mesma colectividade assemelham-se quando experimentam mesmos valores e reconhecem o mesmo sagrado (Aron, 2007).

Tanto na solidariedade mecânica assim como na orgânica emerge a valorização da consciência colectiva, através de um conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma sociedade. Nas sociedades onde domina a solidariedade mecânica, a consciência colectiva cobre a maior parte das consciências individuais que são governadas por imperativos e por interditos sociais (Aron, 2007).

Aron (2007) afirma que quanto mais forte é a consciência colectiva, mais viva é a indignação social contra o crime, isto é, contra a violação do imperativo social. Quando reina a solidariedade orgânica, regista-se uma redução da esfera coberta pela consciência colectiva, um enfraquecimento das reacções sociais colectivas contra a violação dos interditos e, sobretudo, uma margem maior de interpretação individual dos imperativos sociais.

A solidariedade orgânica comum nos espaços urbanos implica a diferenciação social, fenómeno característico das sociedades modernas, marcadas pela liberdade individual. Trata-se de uma sociedade em que a consciência colectiva perdeu uma parte da sua rigidez invasora, o indivíduo goza uma certa autonomia de juízo e coesão. Neste tipo de solidariedade, o problema maior é como manter o mínimo de consciência colectiva, ou seja, como evitar a desintegração social (Aron, 2007).

A partir do debate levantado pelos diferentes autores em relação à transformação social do espaço urbano, pode-se concluir que ela compreende as sociabilidades presentes no meio urbano, que, em parte, explicam os comportamentos sociais dos indivíduos. Para tal, ela deve ser entendida como alterações sociais que ocorrem no meio urbano, com impacto na construção do capital social, ou seja, nas relações sociais de convivência.

Os estudos ligados à transformação social têm recorrido ao abandono escolar e desempenho académico, ao desenvolvimento intelectual infantil, às modalidades de acesso ao emprego, à mobilidade profissional, segregação residencial e às iniciativas empresariais para explicar os problemas do quotidiano. Portanto, a transformação social do espaço urbano ocorre a partir do apoio familiar, das redes fora da família, da intervenção do Estado e dos detentores de capitais.

Nessa perspectiva, Portes (2000) considera que a transformação social do espaço urbano no contexto familiar tende a ser mais eficiente em espaços urbanos cujos progenitores têm como a principal tarefa criar os filhos, do que nos espaços com predominância de famílias monoparentais ou aquelas em que ambos os pais trabalham. Em outras palavras, a transformação social do espaço urbano tende a ser deficiente em famílias monoparentais, pois as crianças não se beneficiam da presença em casa do segundo progenitor e/ou por tenderem a mudar de residência frequentemente, facto que limita o desenvolvimento dos laços que as unam a outros adultos da comunidade.

Em relação ao apoio familiar, a transformação social do espaço urbano é eficiente em famílias com menos crianças, e naquelas onde os pais possuem grandes aspirações para com os filhos. Estas condições propiciam uma maior atenção por parte dos pais, maior número de horas passadas com as crianças e uma orientação para o êxito dos adolescentes.

Os estreitos laços comunitários tendem a facilitar a supervisão e educação das crianças, visto que os adultos conhecem os mais novos e assumem a responsabilidade pelo seu bem-estar.

Em síntese, neste estudo, a transformação social do espaço urbano abrange as relações sociais de convivências, (sociabilidade) que estimulam a coesão social entre os indivíduos com vista a prossecução de objectivos comuns. Com efeito, a confiança e reciprocidade entre os indivíduos facilitam a coordenação de acções. Aliás, como defendem Walter, Ranincheski e Castro (2003), a confiança amplia a capacidade da acção colectiva, enquanto a reciprocidade ocorre na troca de um favor por outro ou na expectativa generalizada de que um favor seja retribuído no futuro.

Assim, nos espaços urbanos, caracterizados por uma forte impessoalidade, a comunicação é menor, as expectativas interpessoais diluem-se e pouco se observa a reciprocidade, conseqüentemente a transformação social torna-se cada vez deficiente. É nestes espaços onde se observa o desenvolvimento de comportamentos desviantes.

Para finalizar, importa destacar o desafio teórico-metodológico que se coloca neste estudo, ao usar os conceitos ligados à transformação social do espaço urbano, como sociabilidade (relações sociais de convivência) e coesão social. O desafio emerge, por um lado, da dificuldade de medir ou especificar com clareza quando é que se considera que as sociabilidades ou a coesão social é eficiente ou deficiente. Por outro lado, o desafio está

associado à identificação dos limites do uso deste conceito, tendo em conta a área específica de estudo.

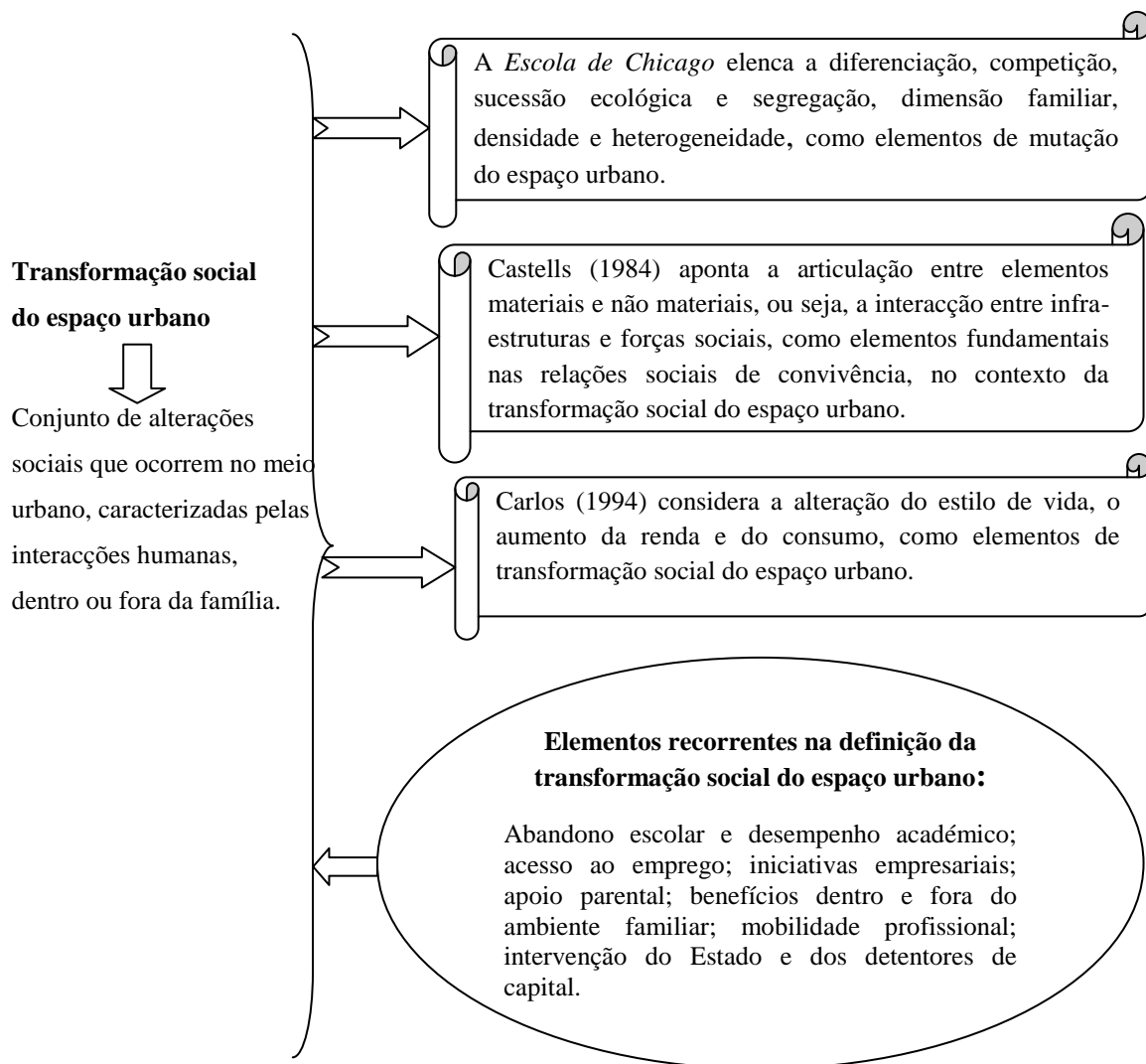
No campo epistemológico, o desafio surge na perspectiva de uma análise focalizada ao simbólico, pois, as sociabilidades envolvem análises das crenças e atitudes dos actores sociais, que muitas vezes são entendidas de forma subjectiva.

Portanto, para este estudo, a transformação social do espaço urbano corresponde ao conjunto de recursos actuais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento. O interconhecimento passa necessariamente por um trabalho sistemático e metódico no reforço da identidade individual/familiar/grupal, base para o fortalecimento das sociabilidades e o sentimento de pertença mútua.

As sociabilidades e o sentimento de pertença mútua constituem os elementos que interessam explorar neste estudo com vista à problematização da criminalidade na Cidade de Maputo, ou seja, analisar como as sociabilidades e o sentimento de pertença mútua foram-se configurando e como as mesmas influenciaram o sistema de valores, do ponto de vista das práticas criminais.

O esquema 2 apresenta o resumo de algumas posições recorrentes no debate sobre a transformação social do espaço urbano que, de certo modo, ligam-se ao conceito da criminalidade, o objecto de debate na próxima secção.

Esquema 2 - Síntese de algumas abordagens sobre transformação social do espaço urbano



Fonte: Elaborado pelo autor

1.2.1.3. Criminalidade

O conceito de criminalidade encontra-se reflectido nas discussões sobre o desvio e crime. A relação entre o crime e o desvio constitui temática candente, debatida em diferentes campos de saber, desde a sociologia, antropologia, criminologia e vitimologia, bem como em outros fóruns ligados à ordem e segurança públicas.

Parte das reflexões e pesquisas sobre o que pode designar-se de crime varia consoante as perspectivas teóricas, onde alguns autores centram-se na explicação das causas do crime,

procurando perceber os motivos porquê determinados indivíduos parecem mais vulneráveis ou predispostos a cometer delitos em relação aos outros (Ferreira, 2004).

Assim, o modo de formulação do conceito de crime remete-nos, infalivelmente, à sua problematização a partir do conceito de desvio. O desvio, no contexto social, é conceituado a partir do papel social. O papel social constitui um sistema de valores e de atitudes, através dos quais regulam-se os comportamentos e as expectativas dos indivíduos, em cada situação particular, cujo desempenho depende da capacidade interpretativa e estratégica de cada actor no contexto de integração social (relações sociais de convivência). A interacção social, como tal, é sempre dependente da quantidade e da capacidade de manipulação da informação que cada actor cultiva no âmbito da convivência com os outros (Ferreira *et al.*, 2013).

Ferreira *et al.* (2013) apontam que o desvio não é sempre uma “ruptura com as normas de sociabilidade, mas a possibilidade da existência dessa sociabilidade”.

O desvio não é sempre uma ruptura com a “sociabilidade”, mas muitas vezes a possibilidade da existência dessa “sociabilidade” (...). O não cumprimento integral das normas sociais de convivência revela o princípio de que os actores sociais não procuram soluções para os seus problemas e de que são capazes, pela sua capacidade reflexiva, de modificar as regras e normas que limitam os seus interesses e liberdades (Ferreira *et al.*, 2013, p.405).

A conduta desviante, segundo Goffman (1980), citado por Ferreira *et al.* (2013) divide-se em duas categorias, intragrupais e sociais. Os desviantes intragrupais correspondem a um conjunto de indivíduos cuja violação ou o não cumprimento de normas de convivência são aceites pelo grupo a que pertencem. Estes indivíduos, ainda que não cumprindo as normas e regras de convivência do seu grupo, desempenham um papel importante na coesão do grupo a que pertencem.

A categoria de desvio social decorre da deslocação de um sistema de referência de um grupo restrito para o mais amplo. Neste contexto, não se trata de não cumprir as regras e as normas de convivência vigentes no contexto de um determinado grupo social, mas de recusar de forma aberta e voluntária o lugar social e os papéis que regem o grupo. Nessa perspectiva, Ferreira *et al.* (2013) afirmam que a sociedade é “marcada pelo movimento de encontros sociais, que podem desencadear tanto a ordem como a desordem, tanto conflito como paz, tanto a sinceridade assim como a hipocrisia”.

No aparato sociológico de Goffman (1980), citado por Ferreira *et al.* (2013), a sociedade, no contexto do desvio, é marcada pelos rituais sociais e de consensos. Os rituais sociais são prescrições socialmente estabelecidas que constituem quadros de referência à organização das expectativas sociais e ao modo de orientação dos comportamentos. Os rituais sociais podem ser negativos ou positivos. Os negativos correspondem a um conjunto de normas que impedem de olhar, falar e entrar em contacto com espaços estranhos (comportamentos que transmitem a sensação de medo, ansiedade e pânico). Os positivos revelam o sentimento de conforto, amizade, ou seja, um reconhecimento dessa pessoa como pertencente ao grupo.

Os rituais sociais, ao evidenciar o compromisso das interações individuais com as normas e as regras socialmente estabelecidas, permitem, igualmente, a preservação da identidade social dos indivíduos e servem como elemento determinante na obtenção do consenso nas relações sociais entre os indivíduos (Ferreira *et al.*, 2013). Os rituais revelam a capacidade de auto-regulação que se exerce pelo controlo de cada actor sobre as impressões de si e de outros, com o objectivo de adequar o seu comportamento às expectativas normativas designadas nos papéis socialmente definidos.

O conceito de desvio, conforme Ferreira *et al.* (2013), aplica-se às condutas individuais e colectivas que transgridem as normas de uma sociedade, ou de um grupo. Trata-se de ausência ou falha de conformidade face às normas ou obrigações sociais. Assim, cada sociedade, ao definir esfera de comportamentos socialmente aceitáveis, define ao mesmo tempo uma esfera de condutas desviantes. O desvio é, paradoxalmente, um fenómeno de conformidade em relação a um grupo que não se identifica com o padrão normativo dominante.

Assim, o desvio remete-nos ao controlo social, se se assumir que este constitui mecanismo de monitoria da acção individual e de sensação positiva e negativa que serve, respectivamente, para o reforço positivo ou negativo do comportamento, como o conjunto de mecanismos normativos que visam assegurar a conformidade face às normas de convivência social (Ferreira *et al.*, 2013).

O estudo do desvio no contexto de transformação social do espaço foi analisado no âmbito da industrialização e urbanização. A partir deste quadro surge um conjunto de transformações estruturais e institucionais que procuram fazer a desconstrução do desvio nos espaços urbanos. As tais transformações ocorrem progressivamente com a perda da influência

dos grupos sociais primários, associada à difusão da racionalidade institucional e adoção de novos valores, ideologias e normas de convivência (Ferreira *et al.*, 2013).

A transformação progressiva de grupos sociais primários destrói as relações sociais de convivência assentes no parentesco, na tradição, nas comunidades locais e nos grupos de vizinhança. Assim, ao invés da família alargada e da comunidade, são o Estado e as múltiplas instituições e organizações da sociedade civil que desempenham esse papel de sociabilidade.

Em relação ao cenário do desvio, emergem estudos com concepções diferenciadas. Uma dessas concepções é dominada pela abordagem clínica, onde os comportamentos desviantes foram classificados como casos de patologia individual, derivados de desordens mentais e físicas, muitas vezes com conotações hereditárias. Uma outra concepção é constituída por estudos designados sócio-estatísticos, onde o desvio assume o estatuto sociológico, abordando o crime e suicídio como fenómenos sociais. A terceira concepção é dominada pela abordagem construtivista, na qual o desvio deixa de ser visto como um fenómeno que emerge da estrutura da sociedade, passando a ser percebido como resultado de um processo de definição social. Nessa visão, as relações de convivência assumem o papel de variável explicativa e conquistam o lugar central na análise sociológica (Ferreira *et al.*, 2013).

Na desconstrução do desvio, Durkheim é um dos autores que se notabilizaram na investigação desta patologia no contexto das relações sociais movidas pela lógica do controlo social. Nesta lógica, Durkheim defende que o crime é um fenómeno normal que caracteriza todas as sociedades, sendo que cada contexto social corresponderá a um conjunto específico de crimes (criminalidade).

O conceito de crime, na perspectiva de anomia, proposta por Durkheim (1895), significa a ausência de normas e falta de referência a regras e práticas de vida em sociedade. A anomia procura apontar as tensões, socialmente estruturadas, que induzem a ocorrência do crime e a consequente adoção de soluções desviantes. Assim, procura-se descobrir como é que o sistema social produz o crime e o faz como resultado normal. Este conceito acabou por adoptar o estatuto de teoria geral da criminalidade e das formas mais variadas de comportamento desviante, nomeadamente, o alcoolismo, consumo de estupefacientes, doença mental, heterodoxia religiosa e alienação em relação à vida pública (Machado, 2008).

Na obra “Da divisão social do trabalho”, Durkheim (1895) analisa o crime no quadro do modelo de evolução social. Para ele, a divisão social do trabalho assume uma função

histórica determinante para a solidariedade social e estabilidade das sociedades modernas em constantes transformações sociais. A divisão social do trabalho preenche os requisitos da diferenciação funcional das sociedades complexas. Assim, por oposição à solidariedade mecânica das sociedades tradicionais, em que a divisão do trabalho era rudimentar e as pessoas se assemelhavam, a sociedade moderna desenvolve a solidariedade orgânica assente na divisão do trabalho ou na diferenciação de funções. Na solidariedade mecânica, o desvio/crime é controlado pela acção de uma força constringedora, assente na consciência colectiva, na semelhança e nas relações de base territorial. A criminalidade é objecto de sanção automática. Na solidariedade orgânica, a consciência colectiva restringe-se apenas a alguns elementos bastante abstractos que se encontram reflectidos no direito contratual e, em geral, em todo o direito restritivo (Aron, 2007).

Uma outra contribuição de Durkheim, em relação ao desvio, encontra-se reflectida na obra sobre o “suicídio”, publicada em 2003, onde aprofunda o debate e sistematiza o desvio social, ao anunciar um novo segmento de comportamentos classificados e qualificados de desviantes. O autor considera que a diferenciação das causas do suicídio reside nos processos de integração, convivência e regulamentação social, onde emergem três tipos de suicídio, nomeadamente: o egoísta; o altruísta; e o anómico.

O autor defende, ainda, a existência de uma relação entre o grau de integração/convivência social de determinados grupos sociais e as taxas de suicídio dos seus membros. A religião, a situação familiar, sexo e idade oferecem condições distintivas de integração/convivência social. Assim, o suicídio egoísta verifica-se nas sociedades de deficiente integração/convivência social, pelo qual os indivíduos tendem a exacerbar os seus interesses particulares. O suicídio altruísta reflecte-se no excesso de integração/convivência social em que o indivíduo submete os seus próprios interesses aos do grupo. O anómico é típico da sociedade moderna, relacionada com o pico dos ciclos económicos, as suas taxas aumentam com as crises, mas também com o crescimento e progresso (Durkheim, 2003).

Dores (2004) aponta a anomia como a causa social do desvio. Nesse sentido, a anomia é entendida como um problema de desadaptação da população, em particular dos desviantes ou criminosos, às turbulências da vida moderna.

Em suma, para Durkheim, o crime consiste numa transgressão em relação ao que é definido ao nível de estados fortes e da consciência colectiva, suscitando, como tal, reacções intensas que se projectam pelas sanções previstas no direito criminal (Machado, 2008). Então,

na perspectiva deste autor, a característica comum aos crimes residiria no facto de estes constituírem actos universalmente reprovados pelos membros de cada comunidade.

A abordagem de crime na perspectiva marxista caracteriza-se por privilegiar o papel do sistema económico, tanto no plano da distribuição diferencial da criminalidade como na génese e especificidades da produção das leis criminais, decorrente da evolução histórica das estruturas económicas e de conflitos sociais. Assim, o crime constitui um fenómeno social normal na sociedade capitalista, por advir da exploração do ser humano e das consequências daí decorrentes (miséria, desmoralização, isolamento, individualismo e “guerras” constantes em busca do lucro). A outra perspectiva dos marxistas consiste em analisar as articulações entre os desígnios de protecção da propriedade desenvolvida pela sociedade capitalista e a ocorrência do crime. Assim, a desigual distribuição da riqueza potencia as acções de tentativa de acumulação do capital do modo mais célere possível, por via legal ou ilegal, como será o caso de criminosos (Vold *et al.*, 2002).

A discussão do crime, na perspectiva do desvio, é visível também na denominada “primeira geração dos sociólogos da Escola de Chicago¹⁵”. O contexto sócio-histórico que envolveu o desenvolvimento desta corrente de pensamento associa o crime à expansão das cidades, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX. Neste período, sob o efeito da industrialização, tornaram-se visíveis novos fenómenos sociais, de ordem económica, demográfica e espacial, que se reflectem nos grandes centros urbanos e são acompanhados por alterações de valores, costumes e novas formas de interacção e controlo social. Assiste-se a uma complexidade dos processos de mobilidade e estratificação social, à diversificação cultural e, sobretudo, à predominância das relações sociais secundárias e consequente quebra da solidariedade e coesão social tradicional (Machado, 2008).

A teoria de desorganização social, defendida pelos teóricos da *Escola de Chicago*, tem como enfoque as comunidades locais, que devem ser entendidas como um complexo sistema de redes de associações formais e informais, de relações de amizade, parentesco e outras que, de alguma forma, contribuam para o processo de socialização e aculturação do indivíduo.

¹⁵A primeira geração de sociólogos da Escola de Chicago foi composta por Albion W. Small; Robert Ezra Park (1864-1944); Ernest Watson Burgess (1886-1966); Roderick Duncan McKenzie (1885-1940) e William Thomas (1863-1947). Foram eles que elaboraram o primeiro programa de estudos de sociologia urbana. Nas décadas seguintes, outros colaboradores se destacaram: Frederic Thrasher (1892-1970), Louis Wirth (1897-1952) e Everett Hughes (1897-1983).

Essas relações seriam condicionadas por factores estruturais, como *status* económico, heterogeneidade étnica, mobilidade residencial, desagregação familiar e urbanização.

A organização social e a desorganização social constituem laços inextricáveis de redes sistémicas para facilitar ou inibir o controlo social (Sampson, 1997). Desse modo, a criminalidade emergiria como consequência de efeitos indesejáveis na organização dessas relações sociais comunitárias e de vizinhança (Entorf & Spengler, 2002), como, por exemplo, redes de amigos esparsas, grupos de adolescentes sem supervisão ou orientação, ou baixa participação social.

A alteração das formas tradicionais de controlo social é comum nas cidades moçambicanas. A família, a igreja, a escola e convivência comunitária estão fragilizadas ou profundamente alteradas nos seus mecanismos de controlo social, cedendo espaço para relações sociais anónimas. Nessas relações, os vizinhos dificilmente comunicam-se e os pais têm pouco poder sobre os filhos.

A partir do posicionamento da *Escola de Chicago*, nota-se uma certa relação entre a organização social do espaço e a criminalidade. Assim, o crime passou a ser entendido como um produto da urbanização, configurando-se um novo enfoque de análise, ao nível da sociologia do desvio, em que os estudiosos desta escola converteram a cidade num laboratório social.

Nesse contexto, a criminalidade passou a ser problematizada a partir de indicadores ligados ao crescimento económico, à pressão demográfica, à segregação social e exclusão social que caracterizavam os aglomerados urbanos. Ainda é consensual de que a predominância de relações sociais secundárias, em detrimento de relações sociais primárias, fragiliza os laços de solidariedade mecânica e de coesão social. Assim, a pobreza, o desemprego e a falta de higiene passaram a ser patologias sociais que coabitam com a criminalidade (Ferreira *et al.*, 2013).

Os estudos levados a cabo pelos sociólogos da *Escola Chicago* podem ser sintetizados em três vertentes: (i) trabalho de campo com forte empirismo; (ii) o estudo da cidade, em particular os problemas relacionados com a imigração, o crime e desvio; e (iii) uma forma característica de psicologia social, oriunda, principalmente, do trabalho de Mead e que veio a ser denominada como interaccionismo simbólico (Freitas, 2000).

Na perspectiva da teoria de ecologia humana, proposta por Park (1990), o crime é definido como algo não determinado pelas pessoas, mas sim pelo grupo a que pertencem, pressupondo que o comportamento humano é modelado e limitado pelas condições sociais presentes no meio físico e social.

A análise de Park sobre o crime parte de uma analogia entre a organização da vida animal e da vida humana em sociedade, passando a fundamentar a sua ideia com base nos conceitos das ciências naturais (simbiose, invasão e sucessão), na perspectiva da vida colectiva como um processo adaptativo constante, baseado na interacção entre o meio ambiente, população e organização. O autor defende que a causa principal da ocorrência de crime é a quebra dos processos de socialização primária, sob influência do ambiente urbano.

Por sua vez, a teoria das zonas concêntricas, de autoria de Burgess, discute o desvio do ponto de vista da “desorganização social”, traduzida na impossibilidade de definir e impor modelos colectivos de acção e que forma processos de segregação espacial, com base nos seguintes princípios: (i) a diferenciação e segregação espacial obedecem a constrangimentos da competição económica e da mobilidade social; (ii) a segregação pode revelar-se benéfica, na medida em que grupos semelhantes podem formar abrigos de identidade comunicacional, profissional e cultural; (iii) o crime e o desvio resultam da expansão e diferenciação dos processos de socialização dos indivíduos e grupos que habitam o espaço urbano, principalmente por via da pressão da mobilidade (Dias & Andrade, 1997).

Para Burgess (1990), a segunda zona (a mais próxima do centro da cidade) constitui o principal foco da criminalidade, devido à degradação física e social. É nesta zona que a mobilidade é maior, e, por consequência, ela converte-se numa zona deteriorada da cidade moderna, na qual os controlos primários se desintegram completamente, formando regiões de desmoralização, promiscuidade e vício.

Wirth (1990) dedicou-se a explicar os principais aspectos do modo de vida urbano, considerando que a forma do funcionamento da cidade moderna deve ser analisada com base nos princípios da dimensão, densidade e heterogeneidade populacional. Partindo do pressuposto básico de que a segregação social funciona como expressão de identidade e de integração social, tanto para ricos como para pobres, criminosos e não criminosos, o autor acrescenta que, no entanto, a pressão para a mobilidade fragiliza a função controladora das normas e valores, fomentando a competição e a concorrência, que geram a diferenciação e espacialização social.

Neste contexto, Machado (2008) entende que o espaço urbano apenas consegue controlar e integrar uma pequena parte da personalidade dos indivíduos e que os contactos humanos em meio urbano se tornam superficiais, efémeros e segmentários, gerando personalidades frias, anónimas e calculistas. O aumento da criminalidade na segunda zona concêntrica é influenciado pela degradação física, doença e segregação económica. Ainda, esta zona é marcada pela renovação cíclica dos seus habitantes, devido à estrutura da vida comunitária que fomenta a tradição do delinquente.

Apesar da sua popularidade no estudo da criminalidade, os posicionamentos da Escola de Chicago foram progressivamente criticados. Em parte, as críticas, segundo Machado (2008), prendem-se com as constatações de que: (i) as taxas de criminalidade poderão ser baixas no seio da comunidade estável, mesmo que haja degradação do espaço físico, pobreza e proximidade ao centro da cidade, sendo o inverso também plausível; (ii) são retiradas ilações puramente negativas do conceito de desorganização social; (iii) propaga-se a ideia de uma cultura unificada, não diferenciadora dos habitantes de uma cidade fragmentada em classes, etnia e género; (iv) não se explica a criminalidade produzida fora das áreas consideradas delinquentes e nem as condutas não desviantes que ocorrem nessas áreas; (v) a análise realizada a partir das estatísticas oficiais não considera a criminalidade oculta; e (vi) existe a necessidade de alargar o âmbito teórico e explicativo, em vez da explicação centrada na pequena comunidade ecológica.

Por sua vez, Ferreira *et al.* (2013) consideram a expansão económica decorrente do processo de industrialização e de urbanização, que coexiste com as crises económicas e as falências das empresas, como fundamental para a emergência do desvio. Nessa situação, os trabalhadores pouco qualificados e socioculturalmente menos integrados, com as dificuldades de sobrevivência, facilmente enveredam em comportamentos desviantes. As dificuldades de sobrevivência conduzem a uma vida marginal, formada por comunidades com um tipo de valores, normas e cultura muito específico. Nessas comunidades coabitam ladrões, prostitutas, mendigos e drogados que constituem a classe de trabalhadores ocasionais. Os trabalhadores ocasionais são um grupo social excluído pela sociedade. Eles personificam uma condição económica, social, política e cultural que é marginal às normas, à moral, aos valores, à ideologia e às ideias da sociedade dominante.

De acordo com as teorias da subcultura do delinquente, o crime resulta da interiorização e obediência a códigos normativos, culturais e morais próprios da subcultura do

delincente. Esta teoria considera os jovens das classes desfavorecidas como os que são propensos ao desenvolvimento do crime, não só pela escassez de recursos económicos e culturais, como pelas diferenças de tipo de socialização primária que apresentam em relação aos jovens das classes mais favorecidas.

Cohen (1963) e Merton (1970) apontam que, enquanto os jovens das classes médias são socializados segundo valores que podem potenciar a ascensão social, como por exemplo, a transmissão da importância da responsabilidade, do trabalho, do sacrifício e da perspectivação de compensações no médio e longo prazo, os jovens mais desfavorecidos são socializados na ética de reciprocidade, baseada na permissividade, no recurso à violência, na crença do papel da sorte e do destino e na procura de gratificações imediatas.

A subcultura do delincente nasce, sobretudo, no seio de comunidades em que os lares são matriarcais, na medida em que o homem está ausente ou se demite do papel de chefe de família (Machado, 2008). Nesse sentido, o conjunto de padrões normativos desenvolvidos pela subcultura do delincente expressa uma obsessão por valores exacerbados de masculinidade, que produz experiências maritais excepcionais e transitórias e faz com que os grupos de rua sejam quase que exclusivamente masculinos.

Cloward e Olhin (1960) focalizam o estudo do crime no comportamento desviante dos jovens masculinos provenientes de classes sociais desfavorecidas, aplicando a teoria do desfavorecimento entre o que os jovens são levados a querer (pela estrutura e cultura) e o que lhes é efectivamente acessível (pela estrutura social). A partir desta teoria, os autores introduzem o conceito de oportunidades ilegítimas, que contempla (i) um ambiente propício à aprendizagem de valores e técnicas adequadas ao desempenho de comportamentos desviantes e criminosos e (ii) os recursos efectivos para o desempenho do desvio e do crime, contando com o apoio de um universo subcultural criminoso.

Na perspectiva de Machado (2008, p.23), “a frustração criada no contexto das oportunidades legítimas abre a possibilidade de conversão à delinquência”. A concretização da prática de crimes vai depender da posição ocupada na estrutura das oportunidades ilegítimas. Por sua vez, a estrutura diferenciada das oportunidades ilegítimas vai criar três tipos principais de subculturas de delinquentes, nomeadamente, a subcultura criminal, a subcultura do conflito e a subcultura de evasão.

A subcultura criminal encontra-se no topo da hierarquia da estrutura das oportunidades ilegítimas e só se desenvolve em áreas de criminalidade organizada e estável, controlado por criminosos adultos. O ambiente criado apoia as actividades ilícitas que procuram atingir o sucesso económico (furto, roubo e extorsão). Este processo, às vezes, ocorre em convivência com o mundo convencional que oferece oportunidades de aprendizagem, reprodução de tradição de carreiras aos jovens delinquentes mais talentosos.

A subcultura de conflito simboliza a revolta contra a ordem social vigente e expressa a violência de rua. Ela é particularmente visível nas áreas de criminalidade mais pobres e desorganizadas. Há, assim, uma dupla exclusão social, no acesso tanto às oportunidades legítimas com às oportunidades ilegítimas.

Finalmente, a subcultura de evasão, muitas vezes presente na delinquência, expressa-se pelo consumo de drogas. Constitui uma espécie de refúgio, que pretende proporcionar experiências novas e prazer imediato.

Enquanto as teorias anteriores explicavam porquê determinados indivíduos ou grupos sociais cometem crime ou desvio, a teoria de rotulagem procura perceber porquê é que determinados grupos sociais ou indivíduos são classificados como criminosos e outros não, no contexto de um processo social interactivo.

Os pronunciamentos anteriores olhavam o desvio como uma transgressão às normas e papéis definidos pela cultura dominante e sancionados pelo aparelho do controlo social. A rotulagem, por sua vez, entende que os desviantes têm em comum a resposta das instâncias de controlo, de produção normativa e as respectivas audiências de reacção.

Assim, Becker (1963), citado por Machado (2008, p. 23), entende que a classificação de comportamento desviante é, deste modo, “intersubjectivo e, nesse sentido, varia segundo as características da pessoa que a cometeu”. O interaccionismo concentra a atenção sobre o “jogo complexo que envolve desígnios morais, rotulagem, controlos sociais e acções colectivas”.

Ferreira *et al.* (2013) entendem que, quando os diferentes tipos de adaptação dos indivíduos geram comportamentos desviantes, a sociedade tende à desorganização social. Nesse sentido, subentende-se que haja a necessidade de aproximar os objectivos culturais dos meios institucionais, de forma a permitir que a integração e a convivência social se possam revelar mais funcionais.

A teoria de rotulagem veio modificar o modelo da construção do conceito de crime assente nas relações de causa-efeito, que caracterizava o modelo de explicação do desvio/crime, na perspectiva do controlo social. Ao invés do desvio comportamental ser visto como uma transgressão das normas e de papéis definidos pelo controlo social, a teoria de rotulagem aponta o controlo social como uma das causas do desenvolvimento do comportamento criminal (Cusson, 2007).

Assim, o crime passa a ser definido a partir de um processo social interactivo, protagonizado por pessoas desviantes e outras não. Os indivíduos, como tal, têm a capacidade de codificar e descodificar os significados das suas interacções, isto é, eles participam na construção da própria realidade social desviante. Os indivíduos detêm uma capacidade interpretativa que lhes permite reagir à pressão das normas de convivência e definir modalidades de desvio comportamental que lhes adequam (Castro, 2002).

Os comportamentos criminais ligados à delinquência juvenil, a droga, prostituição e o alcoolismo não são definidos como um mero produto de transgressão de indivíduos e grupos anormais, mas da reacção social que provêm, muitas vezes, da própria natureza da convivência social. Com a presença do controlo social que os estigmatiza e rotula, de forma negativa, os indivíduos constroem os seus espaços sociais de identidade pessoal e colectiva. Os modelos de convivência social têm a capacidade de forçar a mudança dos indivíduos, rotulando-os e levando-os a assumir uma identidade criminal (Dias & Andrade, 1997).

Para Lemert (1967), o desenvolvimento do comportamento criminal/desviante passa por dois estágios, “o primário e o secundário”. O primário é “conformado por meio do processo legislativo de criação e sanção da lei penal”. É neste momento que se tipificam as condutas, as acções e omissões, que são consideradas crimes. As atitudes criminais violam normas constitucionais, valores éticos, morais e regras socialmente estabelecidas. O secundário corresponde “à aplicação da lei penal aos crimes que são identificados”.

Ao se reprimir, estigmatizar e segregar os criminosos, estes transformam-se em agentes activos do crime e são obrigados a construir uma identidade específica. Assim, é pacífico que ladrões, prostitutas e drogados construam subculturas específicas que funcionam como modalidades de respostas à rotulagem social.

Ao construir uma identidade própria, estes grupos conseguem facilmente resistir às pressões do controlo social. O fenómeno criminal, antes de mais, radica uma realidade social

que pressupõe a existência prévia dos elementos que o geram (regras, normas e sanções). O crime só existe porque os indivíduos não se identificam ou não se adequam ao carácter prescrito nas normas, nos papéis, na moral e na cultura de uma dada sociedade. Ele resulta de uma criação artificial, de um processo social cuja interacção é modelada pela arbitrariedade.

Assim, a raiz do crime está na própria convivência social e no processo desencadeado pelo controlo social formal. As normas e a moral, que os grupos sociais utilizam, funcionam como produtores de estigma e de rotulagem negativa que, em última análise, geram o crime. A convivência e controlo social funcionam mais como elementos de desorganização social do que como elementos de socialização e de coesão social (Ferreira *et al.*, 2013).

Uma outra concepção para explicar o desvio/crime assenta na análise estratégica defendida por Cusson (1992). Do ponto de vista da análise estratégica, o crime não é mero efeito perverso de situações sociais ou pessoais, que urge erradicar na sociedade. Perante uma racionalidade limitada e escolha de alternativas, os criminosos agem de acordo com a lógica dos custos de oportunidade. Todos os criminosos que praticam o roubo, consomem estupefacientes ou cometem qualquer outro acto devem ser vistos como actores que visam a resolução de problema social e individual, ou como motores da prossecução de determinados objectivos.

Na óptica de Cusson (2007), a oportunidade e os mercados de emprego são fundamentais para a percepção do conceito do crime. A oportunidade refere-se à convergência, num dado momento e num dado lugar, das circunstâncias favoráveis à execução de um acto desviante. Os mercados são importantes como contingência externa do crime, ao elucidar sobre a lógica da análise do custo-benefício. Os bens e serviços que são objecto de roubo estão ligados à conjuntura dos preços do mercado. As relações entre a oferta e a procura agregada a esses produtos no mercado paralelo, tanto podem evoluir no sentido de baixar como de aumento dos preços de venda. Quando a procura é superior à oferta, e o preço de um desses produtos aumenta excepcionalmente, os criminosos têm a tendência de orientar a sua acção quer no sentido da sua compra quer no da sua venda.

Na definição do crime, o grupo constitui um importante meio de identidade social, pelo qual o indivíduo desviante sente-se que é objecto de uma determinada solidariedade social e vê nele uma possibilidade de fugir do estigma e das sanções negativas do controlo social (Cusson, 2007).

Do ponto de vista da análise estratégica, o indivíduo desviante possui uma capacidade racional que lhe permite avaliar, adaptar-se e explorar as situações em que se desenrola a sua acção. Não só escolhe meios consequentes para atingir determinados fins, como também escolhe soluções de desvio que são menos arriscadas e que maximizam os seus ganhos. Em suma, da trajectória apresentada sobre os diferentes autores que conceituam o crime na perspectiva do desvio, pode-se dizer que o crime constitui a violação das normas de convivência social estatuídas numa comunidade.

Contudo, Roche (1999) defende que o crime só é definido a partir do momento em que se “cria uma lei que tipifica e pune a acção criminal”. A partir desse entendimento, Castro (2002) define a criminalidade como o somatório de crimes, numa combinação de características pessoais inatas e na convivência social, durante a infância. O autor, apoiando-se na explicação de Durkheim (1964), defende que o crime representa as fronteiras e transgressões não apenas à lei, mas também à consciência colectiva.

Por um lado, a abordagem marxista tradicional defende que o crime resulta do facto de a classe dominante, ao cuidar dos seus interesses, criar benefícios e leis a seu favor. Por outro lado, o realismo da Nova Esquerda aponta que o crime da rua é realmente um problema para as pessoas das zonas urbanas, cujas motivações individuais constituem a base do comportamento criminal. O realismo da Nova Esquerda defende que o conceito do crime está na privação relativa.

As pessoas têm maior probabilidade de se sentirem privadas e de quererem fazer algo em relação a isso, não necessariamente porque são pobres, mas porque se sentem privadas em relação às expectativas que têm. Os jovens contemporâneos sentem-se frustrados e amargos devido à disparidade entre as expectativas que são levados a criar e aquilo que conseguem obter na realidade, mesmo se têm um padrão de vida relativamente elevado, de uma perspectiva histórica (Castro, 2002, p. 248).

De acordo com Durkheim (1978), uma determinada acção constitui crime, não por ser criminosa em si, mas porque a consciência colectiva assim a identifica. O acto não fere a consciência colectiva por ser crime, ao contrário, tal acto é crime, uma vez que fere consciência colectiva. Porém, não basta que tais acções sejam contrárias à consciência colectiva, pois muitas práticas assim são e, no entanto, não constituem crime, mas apenas uma transgressão à moral.

Portanto, para que uma determinada acção constitua crime, é necessário que essa acção ofenda a consciência, em uma intensidade considerável, e que seja dotada de nitidez e precisão. Entretanto, uma transgressão à moral, normalmente, carece de tais características, apresentando-se com maior fluidez e imprecisão. Assim, Helpes (2014) resume a ideia de Durkheim, afirmando que um acto é criminoso quando ofende os estados fortes, definidos pela consciência colectiva.

Para Cusson (2007), o crime processa-se em três etapas: i) as normas penais são estabelecidas; ii) as normas penais são violadas; e iii) a violação provoca uma reacção social repressiva. Apesar de várias perspectivas na definição do crime, Dias e Andrade (1997) defendem que a componente criminológica do crime assenta necessariamente numa dupla referência (jurídica e sociológica). A referência jurídica admite a possibilidade já actualizada ou não de o comportamento vir a ser sancionado negativamente pelo ordenamento criminal e a converter-se num problema jurídico. A referência sociológica sublinha a importância do aspecto social do crime, como conduta lesiva de valores comunitários e capazes de despertar reacções sociais emotivas ou danosidade social (violação de normas ético-sociais fundamentais, frustração das expectativas sociais, lesão dos bens e perturbação das condições fundamentais da vida em comunidade).

Na visão de Costa (2000), o crime deve ser entendido como um facto típico e antijurídico. O facto típico representa a conduta (acção ou omissão), o resultado (inerente às consequências provocadas pela acção ou omissão), a relação causa e efeito, entre a conduta e o resultado (relação de causalidade) e também a tipicidade. Assim, subentende-se que o crime se refere, então, a um determinado espaço social, a um determinado quadro normativo e, normalmente, a uma convivência social específica.

Os modos de formulação das interrogações da realidade criminal remetem-nos, indubitavelmente, para a própria definição do conceito de crime, na medida em que as próprias divergências no conceito reflectem modos diversificados de pensar, teorizar e agir em relação a esta problemática. A operacionalidade do conceito puramente legalista de crime é evidente, tanto mais que as estatísticas criminais oficiais reflectem essa perspectiva (Machado, 2008). Ao aceitar o conceito jurídico do crime implica, em última instância, supor que a criminalidade corresponde efectivamente ao tipificado pela lei penal.

A outra crítica do conceito legal do crime é que as normas penais apenas projectam a estrutura normativa dos grupos culturalmente dominantes, reflectindo deste modo os valores e

interesses dos grupos sociais que controlam o aparelho legislativo. Esta forma de pensar sobre o crime faz com que emergjam conflitos de interesse entre os fazedores da lei e as normas de conduta que regulam as convivências e situações sociais dos grupos desfavorecidos.

Na visão dos autores, pode-se considerar que existem três elementos básicos a considerar na definição de crime, nomeadamente, (i) os danos, que nos remetem para a natureza, dimensão e severidade dos prejuízos e males causados e para o tipo de vítimas atingidas; (ii) o consenso social sobre os impactos criados pela ocorrência do crime; e (iii) as respostas oficiais, que implicam a existência de legislação penal que específica as circunstâncias em que um acto danoso pode ser classificado como crime e quais as sanções a dirigir a quem o cometeu (Machado, 2008).

A generalidade dos autores defende que o conceito de desvio é mais adequado à abordagem sociológica, embora as definições não sejam coincidentes. Pode-se afirmar que o conceito do desvio assenta em dois pressupostos: (i) comportamentos que violam as expectativas da maioria dos membros da sociedade; e (ii) susceptibilidade a reacções negativas, tratando-se de um acto que deve estar sujeito a sanções.

Para Machado (2008), a abordagem do crime como desvio implica entrar em “ruptura com o conceito jurídico de crime e a perspectiva positivista que lhe é inerente, em função da qual se estudava o crime, exclusivamente, através do criminoso e da perspectiva das causas que conduziram à prática do crime”. Ao alargar o estudo do crime na perspectiva do desvio, implica estudar as condições sócio-históricas da produção social dos desvios, o funcionamento dos mecanismos informais de regulação social, as interacções entre os indivíduos e as instituições de controlo social e os impactos da reacção social sobre o sujeito definido como desviante (criminoso).

Para o contexto deste estudo, a criminalidade, como conjunto de crimes, deve ser problematizada a partir da perspectiva sociológica defendida por Herbert Blumer. Para Blumer (1969, p. 19), a criminalidade “é o processo social em grupo que cria e suporta as normas, e não as normas que criam e suportam a vida em grupo”. Assim, uma abordagem sociológica do crime deve ultrapassar a visão estritamente legal, passando a ser abordado como uma construção social que jamais deixará de estar associada à lei e ao controlo social formal e informal.

Assim, Dias e Andrade (1997) assumem que o conceito do desvio se aplica às condutas que transgridem as normas de uma dada sociedade, remetendo, por isso, a análise para as operações de classificação e definição social, que variam em termos espaço-temporais. Subjacente ao desvio, existe o conceito de controlo social, que envolve mecanismos de socialização e internalização de normas e valores, mas também de aplicação de sanções a quem transgride as regras.

De facto, a criminalidade, como desvio, envolve os actos criminais ou delituosos que criam a insegurança na comunidade local, abarcando todas as etapas do desenvolvimento anti-social do comportamento humano, quer grupal ou individual, que pode transformar-se em transgressões ou infracções da legalidade.

A criminalidade está relacionada com a prática de actos tipificados em lei como delituosos, atitudes que contrariam valores e regras sociais. A identificação do indivíduo como criminoso é tão importante quanto o crime praticado por ele. Isso significa que o facto de alguém cometer um delito não o torna passível de punição até que a colectividade o perceba como criminoso.

A criminalidade revela-se, principalmente, como um *status* atribuído a determinados indivíduos mediante um duplo processo: a definição legal de crime, que atribui à conduta o carácter criminal, e a selecção que etiqueta¹⁶ e estigmatiza um autor como criminoso entre todos aqueles que praticam tais condutas (Dias & Andrade, 1997).

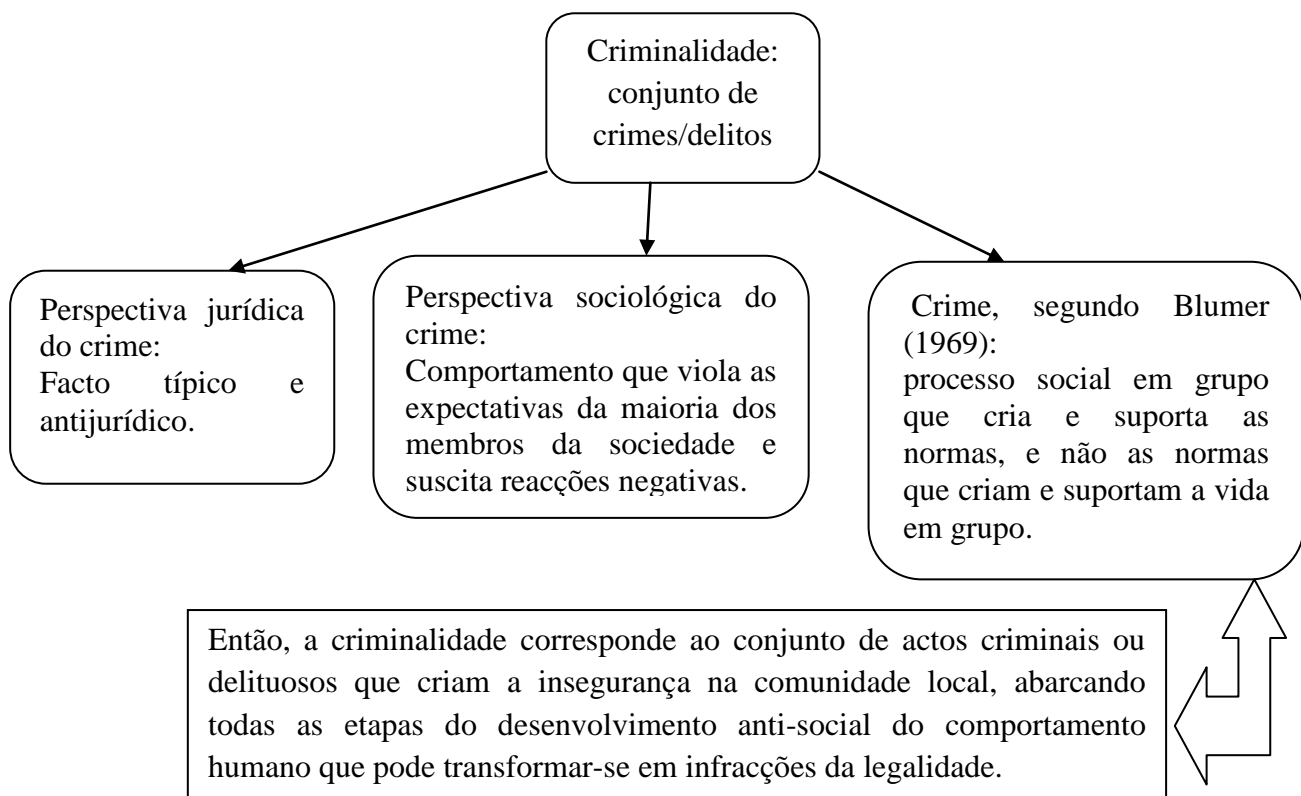
O ordenamento jurídico moçambicano (Código Penal de 2014) define o crime ou delito como um facto voluntário declarado punível pela lei penal. Assim, o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2018) define o crime como o facto descrito e declarado passível de pena por lei estabelecida antes do momento da ocorrência do facto. Ainda, considera-se crime registado, aquele que foi detectado pelas autoridades policiais ou levado ao seu conhecimento por meio de denúncia ou queixa.

¹⁶ O etiquetamento do indivíduo desenvolve-se a partir de uma conduta desviante, que é definida por Penteadó Filho (2012) como um comportamento considerado perigoso e constrangedor. A tal conduta gera uma reacção social que é justamente a responsável pela identificação daquele indivíduo como criminoso.

Assim, o INE (2018) agrupa os crimes, no contexto moçambicano, em crimes Contra a Propriedade, crimes Contra Pessoas e crimes Contra Ordem Pública. Os crimes Contra a Propriedade incluem: roubos, assaltos à mão armada, furto qualificado, furto simples, furto doméstico, abuso de confiança, cheque sem cobertura, extorsão, fogo posto e outros crimes relacionados com a perda de posse de um bem e a constituição de novo proprietário desse mesmo bem. Os crimes Contra Pessoas referem-se ao homicídio voluntário, homicídio frustrado, ofensas corporais voluntárias simples, ofensas corporais voluntárias qualificadas, violações, estupro e outros. Finalmente, os crimes Contra Ordem Pública incluem o consumo e tráfico de estupefacientes, suborno, desvio de fundos, falsificação de documentos, moedas e títulos de crédito, contrabando e outros crimes.

Para finalizar, pode-se afirmar que a criminalidade, como conjunto de crimes, exige a compreensão das estruturas sociais mais amplas em que este se insere. Implica, de igual modo, conceber o crime como sendo um problema social que emerge das expectativas socialmente criadas, que provoca reacções negativas a partir do contexto social, fundado nas relações sociais de convivência. O esquema 3 reflecte os elementos básicos que conceituam a criminalidade como o conjunto de actos criminais no contexto de desvio.

Esquema 3 - Conceito de criminalidade



Fonte: Elaborado pelo autor

O conceito de crime de Blumer é mais abrangente, ao incluir a construção social da realidade, as leis e os mecanismos de controlo social formal e informal num determinado contexto espacial. Assim, o crime é visto como produto social que resulta do contexto em que o indivíduo/grupo vive. É nessa perspectiva que o crime é visto como algo não determinado pelas pessoas, mas pelo grupo a que pertencem. Ele compreende aspectos físicos, sociais e culturais.

1.2.2. Abordagens teóricas que orientam o estudo

O desenvolvimento do estudo sobre "a transformação social do espaço e a criminalidade na Cidade de Maputo" tem como suporte as teorias de desorganização social e interaccionismo simbólico defendidas pela Escola de Chicago e por outros autores que destacam a necessidade de integrar os aspectos relacionados com as sociabilidades na problematização da criminalidade.

A teoria de desorganização social emergiu no início do século XX, para explicar a componente espacial do crime, e, até hoje, constitui uma das teorias usadas na sociologia. No geral, esta teoria destaca a influência do ambiente urbano dos bairros no comportamento criminal. Ela aponta para a inabilidade de uma comunidade em estruturar e compreender valores em comum de seus habitantes com vista a preservar um efectivo controlo social. A construção desta teoria baseou-se em observações dos aspectos diários dos moradores da Cidade de Chicago, para elucidar a influência do meio urbano na conduta humana. Por conta disso, a desorganização dos espaços urbanos é entendida como o elemento que desestrutura as famílias, na qual as relações interpessoais tornam-se superficiais, o que de certo modo enfraquece os mecanismos sociais de controlo do crime (Santos, 2016).

Esta teoria tem como enfoque as comunidades locais, entendidas como um complexo de sistema de redes de associações formais e informais, de relações de amizade, parentesco e outras que, de alguma forma, contribuam para o processo de socialização e aculturação do indivíduo (Santos, 2016). As tais relações são condicionadas por factores estruturais, como *status* económico, mobilidade residencial, heterogeneidade étnica, desagregação familiar e urbanização. Com efeito, a criminalidade surge como consequência dos efeitos indesejáveis presentes na organização dessas relações sociais comunitárias e de vizinhança, tais como as

redes de amizade dispersas, grupos de adolescentes sem supervisão e reduzida orientação ou participação social.

Nesta perspectiva, os adeptos da teoria de desorganização social recorrem à mobilidade residencial, pobreza, segregação de famílias, heterogeneidade étnica, para correlacionar e prever o crime (Melo e Matias, 2015).

Ainda, as relações sociais de convivência entre os vizinhos (redes dispersas de bom relacionamento local, adolescentes não supervisionados e a baixa participação organizacional) são problematizadas no contexto criminal. De acordo com Cerqueira e Lobão (2004), a conclusão geral que se pode extrair de todos os estudos que recorrem à teoria de desorganização social é de que existe uma correlação negativa entre a coesão social e o crime.

Apoiando-se no modelo de Shaw e Mackay (1969), Da Cruz (2001) refere que a desorganização social ocorre, fundamentalmente, “com a renovação e heterogeneidade populacional”, pelas seguintes razões: (i) as instituições que participam no controlo interno da comunidade (igrejas, escolas e associações comunitárias) têm dificuldades de actuar quando muitos membros estão desinteressados dos problemas da comunidade; (ii) os controlos sociais informais (vigilância dos vizinhos, parentes, amigos ou conhecidos) são menos desenvolvidos; e (iii) a heterogeneidade impede a comunicação e inibe a possibilidade de resolver os problemas comuns.

A desorganização social corresponde ao declínio da influência dos grupos sociais sobre os indivíduos e manifesta-se por enfraquecimento dos valores colectivos e uma valorização das práticas individuais. Ela existe quando atitudes individuais não encontram satisfação nas instituições comunitárias. O início deste processo é a ausência da coesão social, induzindo assim o declínio da solidariedade comunitária (Da Cruz, 2001).

A desorganização social é a incapacidade de uma estrutura comunitária realizar os valores comuns de seus habitantes e manter o controlo social efectivo. O conceito de organização social implica o entendimento da comunidade local e da vizinhança como um sistema complexo de amizade, parentesco ou afinidade e formação/manutenção de redes, com base em laços associativos formais e informais (Sompson, 1995 p.198, citado por Da Cruz, 2001 p.72).

As variáveis contidas na teoria de desorganização social expressam a simbolização das vivências diárias da comunidade (sociabilidades), a necessidade de compreensão e

valorização do “Outro”, bem como as interacções diárias entre os indivíduos. Daí resulta a relevância de considerar a teoria de interaccionismo simbólico para o fortalecimento teórico deste estudo.

O interaccionismo simbólico, conforme Ritzer (1997), inspira-se nas análises psicossociais de Mead (1963), as quais privilegiam o processo pelo qual os comportamentos de alguns indivíduos respondem, positivamente ou negativamente, às expectativas dos outros.

Assim, Lima (2001) refere que, para o interaccionismo simbólico, a moralidade de uma sociedade é socialmente construída, sendo relativa aos actores, ao contexto social e a um dado momento histórico. A moralidade é definida pelas pessoas cujas reivindicações são baseadas em seus próprios interesses, valores e visões. Com efeito, o interaccionismo simbólico permitiu compreender como as sociabilidades, ao longo tempo, foram-se construindo e como as mesmas foram-se relacionando com a criminalidade na Cidade de Maputo.

No contexto de transformação social do espaço urbano, o interaccionismo simbólico preocupa-se com o desvio, a partir da sua construção, com a forma como certos rótulos são colocados em algumas pessoas e com as consequências que advém do processo. Portanto, duas questões são formuladas para orientar o processo: "como eles os criaram e quais as consequências" (Lima, 2001, citando Conrad & Schneider, 1980).

Os rótulos, do ponto de vista do interaccionismo simbólico, interligam-se com as questões de estigmatização ao atingir indivíduos socialmente excluídos e que têm dificuldades de conformar-se aos padrões normalizados pela sociedade. A estigmatização ocorre no contexto das interacções sociais entre os indivíduos.

O interaccionismo simbólico possibilita compreender o modo como os indivíduos interpretam os objectos com os quais interagem e como tal processo de interpretação conduz ao comportamento individual, em situações específicas. O interaccionismo simbólico representa um potencial para compreensão de diferentes aspectos da vida organizacional, complementando outras perspectivas teóricas (Carvalho, 2010). No interaccionismo simbólico, os processos sociais influenciam a conduta dos indivíduos envolvidos e a comunidade exerce controlo sobre o comportamento dos seus membros.

De acordo com o interaccionismo simbólico, o significado é um dos mais importantes elementos na compreensão do comportamento humano, das interacções e dos processos. O

significado é um produto social, uma criação que emana das actividades dos indivíduos, à medida que estes interagem (Carvalho, 2010, citando Blumer 1969).

O interaccionismo simbólico tem como base de análise três premissas, a saber: " (i) o ser humano orienta seus actos em direcção às coisas, em função do que estas significam para ele; (ii) o significado destas coisas surge como consequência da interacção social que cada qual mantém com o seu próximo; e (iii) os significados se manipulam e modificam-se mediante um processo interpretativo, desenvolvido pela pessoa, ao defrontar-se com as coisas que encontra no seu caminho" (Carvalho, 2010, citando Blumer 1969, p.2). O interaccionismo simbólico defende a ideia de que para compreender o mundo é necessário analisá-lo em termos das acções e interacções dos seus participantes.

Considerando a complexidade e pluralidade das questões que são comuns, no contexto da transformação social e da criminalidade no espaço urbano, o interaccionismo simbólico possibilita explorar ambiguidade, contradições, vários modos de representações e construções dos significados do quotidiano a partir dos actores envolvidos.

O interaccionismo simbólico considera que as interacções constituem o núcleo de todas as relações sociais e se traduzem em algo mais que está para além das regras e das etiquetas constrangedoras. O que é determinante das interacções é um mundo subjectivo e intersubjectivo de fenómenos, como as impressões, as perspectivas, as representações (rótulos, tipificações, expectativas sobre os outros e sobre si próprio, crenças, avaliações, julgamentos...) e as interpretações que os actores fazem dos actos, dos gestos, e das palavras que se trocam mutuamente. O interaccionismo simbólico é uma corrente filosófica preocupada com os significados. A sua abordagem sociológica no contexto do crime assenta no estudo da: (i) produção e efeito das leis; (ii) violação das leis e suas causas; e (iii) reacção social ao crime.

A combinação das teorias de desorganização social e interaccionismo simbólico, neste estudo, permite problematizar a transformação social do espaço urbano e a criminalidade, buscando as convicções e significados das pessoas em comunidade, residentes na Cidade de Maputo, ou seja, como estas pessoas interpretam as vivências diárias e a criminalidade.

Aliás, este estudo insere-se num contexto organizacional delimitado, no qual o processo de construção da realidade pode ser problematizado a partir da realidade social edificada pelas pessoas em comunidade. Com base nos pressupostos interaccionistas, de que a

pessoa em comunidade contribui para os significados que surgem em um dado contexto social, este estudo passa a valorar as vivências (individuais, familiares e de vizinhança), construídas ao longo do tempo, na problematização da criminalidade no contexto espacial da Cidade de Maputo.

Especificamente, o estudo descreve como a supervisão familiar, a coesão dentro e fora da família, mobilidade residencial, desemprego, densidade populacional, entre outros aspectos ligados às relações sociais de convivência foram-se modificando ao longo do tempo, e como estes indicadores relacionam-se com a criminalidade.

Se se assumir que o interaccionismo simbólico oferece um meio para examinar como as reputações do *status* são construídas e institucionalizadas, ao longo do tempo, e como estas afectam as interacções entre a organização e seus membros, a sua integração neste estudo permitiu ampliar a problematização da criminalidade, no contexto urbano, que, até então, é comumente debatida na perspectiva da estruturação física do espaço.

Aliás, Lima (2001) refere que a criminalidade pode ser problematizada através da compreensão das atitudes dos actores para com o meio social e das significações que eles próprios dão aos seus actos. Assim, a contribuição do interaccionismo simbólico, neste estudo, visa superar a perspectiva dos estudos que problematizam a criminalidade a partir das causas, e não do processo social através do qual ela ocorre na sociedade.

Porém, é fundamental notar que as interacções entre os actores ou grupos sociais relacionam-se dentro da ordem moral, política e socioeconómica da comunidade. Portanto, a criminalidade depende da forma como é interpretada, em cada comunidade, num dado momento histórico e social.

Todavia, ao considerar estas teorias, não significa necessariamente usá-las taxativamente para a construção da realidade que se levanta no estudo. Elas são alicerces e lentes da pesquisa. Aliás, Macamo (2016), na sua obra sobre a Sociologia Prática, ensina-nos que o quadro teórico “é um problema falso (...), na verdade ninguém precisa dele, ou seja, um problema bem elaborado sugere ele próprio o tal quadro teórico” (Macamo, 2016, p.36).

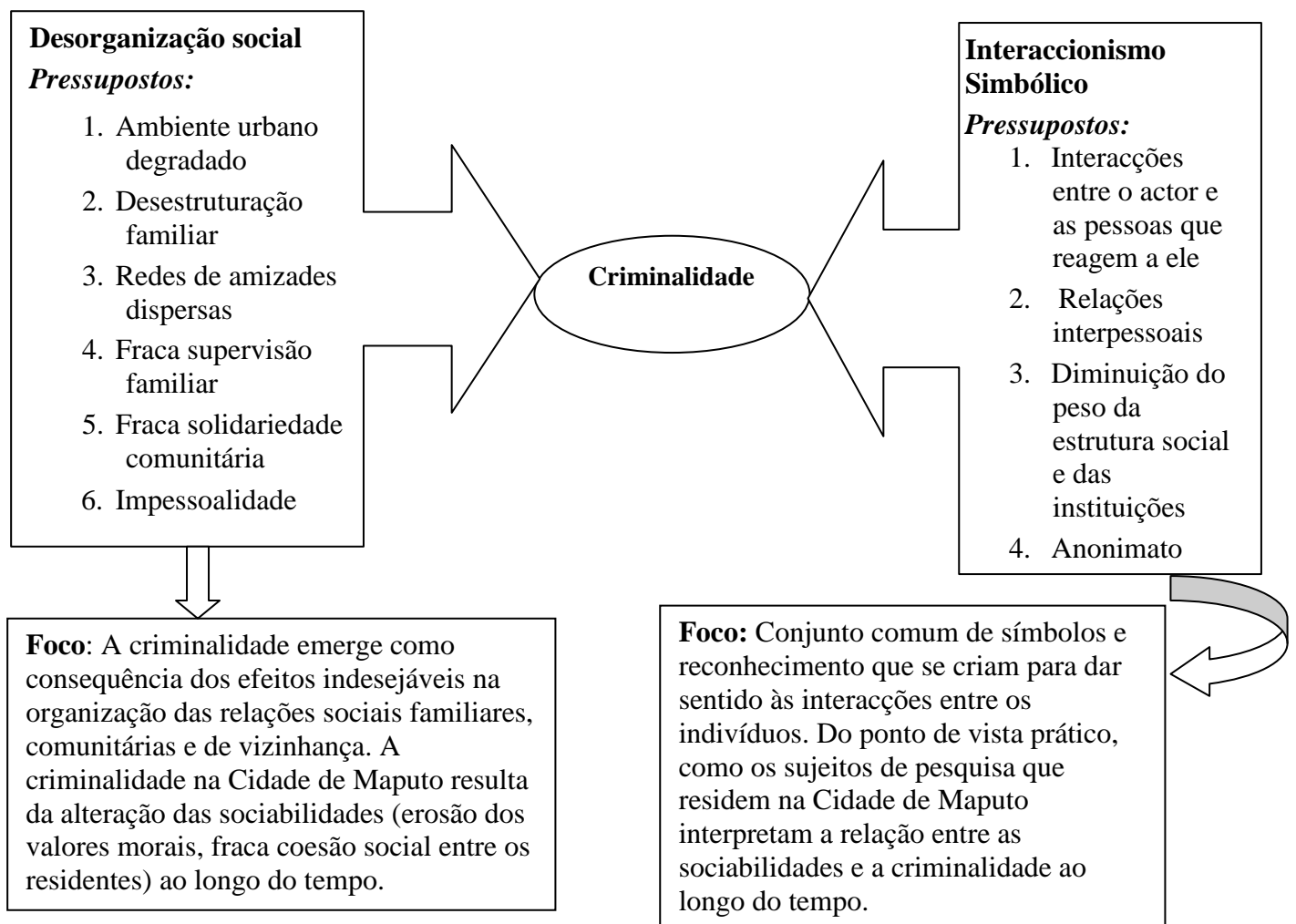
Nesta perspectiva, ao fazer a triangulação das teorias de desorganização social e interaccionismo simbólico, não significa que a construção da realidade sobre o objecto do estudo (transformação social do espaço urbano e criminalidade) seja forçada a posicionar-se diante destas correntes. As duas teorias servem de base epistemológica e metodológica das

variáveis e procedimentos que, normalmente, se observam na construção do conhecimento, derivado do problema desta natureza.

Portanto, o interesse por estas teorias foi o de dar coerência aos relatos expressos pelos sujeitos de pesquisa e aos elementos que foram observados durante o processo de busca de informação, com vista a fazer falar os dados cientificamente. Ao combinar as duas abordagens teóricas, pretendeu-se conjugar as diferentes variáveis, para demonstrar que o problema da criminalidade na Cidade de Maputo não deve ser visto apenas do ponto de vista da estruturação do território, mas também como resultado das mudanças de sociabilidade que os residentes têm experimentado ao longo do tempo.

O esquema número 4 apresenta o resumo dos principais pressupostos defendidos pelas teorias de desorganização social e interaccionismo simbólico.

Esquema 4 - Alguns pressupostos da teoria de desorganização social e interaccionismo simbólico



Fonte: Elaborado pelo autor

1.3. Conclusão

Este capítulo teve como objectivo apresentar o estado de arte e o enquadramento teórico-conceptual do estudo. No estado de arte foram apresentados alguns debates sobre a transformação social do espaço e a criminalidade, no contexto urbano, de autores nacionais e internacionais. Do ponto de vista conceptual, foram debatidos os conceitos de espaço urbano, transformação social do espaço urbano e criminalidade. No final, foram apresentadas as abordagens teóricas que norteiam o estudo. Assim, nesta secção, o capítulo encerra resumizando as principais constatações.

a) Espaço urbano

O conceito do espaço urbano remete-nos às aglomerações que se caracterizam pela presença de indivíduos que se dedicam quase exclusivamente às actividades urbanas. O espaço urbano é uma condicionante social que se consolida através das obras erguidas (formas espaciais), desempenhando assim um papel relevante nas relações sociais de produção.

Com efeito, o espaço urbano não pode ser conceituado apenas tendo em conta os aspectos económicos, mas também o social. O social joga um papel fundamental na mudança das relações sociais na cidade, ampliando a justiça social e a qualidade de vida.

Os autores comungam que para conceituar o espaço urbano, é necessário considerar a sua dinâmica de produção e crescimento, através do processo de urbanização, compreendendo os elementos que configuram a sua estruturação. Portanto, é fundamental a inclusão do processo de reprodução do capital e da sociedade com as suas vivências diárias.

A partir do debate notou-se que o conceito do espaço urbano apresenta novas áreas de organização, que contemplam as actividades comerciais, de serviços e de todo um fluxo que expressa novas centralidades. Neste mesmo processo, ocorre a descontinuidade do território do espaço urbano e a criação de novos espaços que representam a fragmentação.

O espaço urbano integra funções específicas como: produção, consumo, moradia e outras que influem no valor destas áreas, de acordo com sua característica ou tipo de actividade.

Na definição do espaço urbano foi notório a relevância da localização, que se configura como elemento importante para a valorização do solo urbano, conseqüentemente a especulação imobiliária no contexto da economia capitalista.

Assim, o espaço urbano é um lugar que carrega o simbolismo social e histórico materializado pela divisão social e territorial do trabalho. É uma área urbanizada, que se diferencia de outros espaços através da combinação de vários critérios, desde aglomeração de população, densidade demográfica, ocupação dos residentes em actividades fora do sector agrário e diversidade de funções económicas.

b) Transformação social do espaço urbano

O conceito de transformação social no seu todo carrega o simbolismo de mutação da sociedade na sua forma de organização e das vivências. As vivências podem manifestar-se no espaço produtivo e residencial, nas instituições sociais, nos comportamentos e nas relações entre os indivíduos. A transformação social surge pela necessidade de os indivíduos adaptar-se à novas estratégias de sobrevivência. A transformação social do espaço urbano abrange as relações sociais de convivências (sociabilidade) que podem ou não estimular a coesão social entre os indivíduos com vista a prossecução de objectivos comuns.

A transformação social do espaço urbano é materializada pelo tipo de controlo social, apoio familiar, pela intervenção da vizinhança e de todos os processos económicos mediados por redes de interajuda dentro e fora do ambiente familiar. A transformação social do espaço urbano indica, de facto, como a convivência humana pode afectar as redes de relacionamento entre os indivíduos e como as pessoas se relacionam com as outras no contexto diário urbano.

O processo de transformação social do espaço urbano compreende as sociabilidades presentes no meio urbano, que, em parte, explicam os comportamentos sociais dos indivíduos. Com efeito, ela pode ser entendida como alterações sociais que ocorrem no meio urbano, com impacto na construção do capital social, ou seja, nas relações sociais de convivência.

c) Criminalidade

A conformação do desvio e crime é analisada dentro de várias correntes de pensamento, com destaque para: anomia (ausência de normas e falta de referências a regras e práticas de vida em comunidade); marxista (apropriação dos meios de produção, distribuição desigual dos recursos e produção das leis criminais); escola de Chicago (expansão da cidade que trás novas formas de interacção e controlo social); subcultura do delinvente (interiorização e obediência a códigos normativos, culturais e morais próprios da subcultura do delinvente/violência contra a ordem social vigente); controlo social (transgressão das normas e de papéis sociais); rotulagem (controlo social como causa do comportamento criminal); e análise estratégica

(racionalidade limitada e escolha de alternativas no contexto da lógica de custos de oportunidades).

O crime é predominantemente definido na perspectiva jurídica e sociológica. A perspectiva jurídica considera o crime como facto antijurídico tipificado pela lei penal. Por sua vez, a perspectiva sociológica concebe o crime a partir do conceito amplo de desvio. O desvio é visto como condutas individuais e colectivas que ferem as normas de uma comunidade, ou de um determinado grupo.

A criminalidade está relacionada com a prática de actos tipificados em lei como delituosos, atitudes que contrariam valores e regras sociais. A identificação do indivíduo como criminoso é tão importante quanto o crime praticado por ele, isso significa que o facto de alguém cometer um delito não o torna passível de punição até que a colectividade o perceba como criminoso.

Assim, a criminalidade corresponde ao conjunto de crimes que assolam uma determinada comunidade durante um período. Para que um comportamento seja considerado crime, significa a existência de normas definidas pela comunidade que reprovam as tais atitudes.

d) Transformação social e a criminalidade no espaço urbano

A literatura revela alguma relação entre a transformação social do espaço e a criminalidade no espaço urbano. O espaço urbano é tido como terreno fértil que propicia o desenvolvimento de comportamento desviante.

A exclusão social, o agravamento do quadro das desigualdades sociais, a deficiente coesão social dentro e fora da família, a instabilidade do trabalho assalariado, o enfraquecimento do controlo informal e o anonimato são algumas preposições sociais decorrentes da transformação do espaço urbano com impacto na emergência de comportamentos criminais no contexto urbano.

A configuração físico-espacial, especialmente, o controlo de acessos, a territorialidade, a comunicabilidade, a acessibilidade, a visibilidade, a definição, a designação e o desenho, constituem também variáveis que influenciam a emergência de comportamentos criminais no espaço urbano.

O crescimento desordenado dos bairros urbanos faz desaparecer o controlo social informal, levando a que as pessoas se tornem anónimas, de modo que a família, a igreja e os serviços sociais não sejam capazes de impedir o desenvolvimento de comportamentos desviantes.

A infância abandonada (lares dissolvidos, pais separados, crianças órfãs) aumenta o número de crianças que se transformam em pedintes profissionais, viciadas em drogas e criminalizadas pelas mais velhas, que as exploram economicamente.

Timidamente, existe uma relação de proximidade entre a pobreza e a criminalidade. A pobreza, na visão dos autores, não é considerada factor condicionante da criminalidade, tendo em conta a existência dos chamados “crimes do colarinho branco”, que geralmente são praticados por indivíduos pertencente à classe mais abastada.

Os crimes contra a propriedade, na sua maioria, são atribuídos aos indivíduos com baixo nível de literacia, pobres e com formação moral inadequada. Eles cultivam o sentimento de “ódio” para com os que têm melhores condições de vida. O “ódio” é motivado pelo sentimento de exclusão, o que leva à revolta social e ao conseqüente desenvolvimento do comportamento criminal.

Alguns programas da televisão são apelidados de não abonatórios, ao criar estereótipos de comportamentos, enaltecendo o amor livre, incitando a banalização de violência e o sensacionalismo de certos programas policiais, o que induzem a uma vida de imitação por parte de alguns jovens urbanos.

As condições desfavoráveis de habitação, a estruturação do território, o crescimento desmedido da população, o índice de desempregados e de subempregados e a educação informal (família, sociedade) e a formal (escola) constituem as transformações recorrentes, assumidas pela literatura como condicionantes da criminalidade nos espaços urbanos.

No contexto moçambicano, a explicação da criminalidade é baseada nos elementos estruturantes do território e a intervenção dos órgãos da administração da justiça. De forma tímida existe o consenso de que o padrão criminal é provável que seja o produto das alterações sócio-espaciais desenvolvidas no Moçambique pós-independência, com forte incidência a partir da década de 1990. As preposições dominantes na transformação social e a criminalidade no contexto urbano têm o seu enquadramento nas teorias de desorganização social e do interaccionismo simbólico.

A seguir a esta discussão sobre o estado de arte e o marco teórico-conceitual, são apresentados, no próximo capítulo, os procedimentos metodológicos que levaram à elaboração da presente tese.

CAPÍTULO II. METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se a metodologia usada para materialização do estudo. Primeiro, faz-se uma descrição sobre o tipo de estudo e o método de pesquisa. A seguir, apresenta-se a delimitação da área de estudo e o procedimento de amostragem. Ainda, faz-se uma descrição das técnicas e dos instrumentos de recolha, processamento e análise de dados. Mais adiante, são apresentadas algumas questões éticas e, finalmente, as limitações do estudo.

2.1. Tipo de estudo

Como referiu-se, no capítulo anterior, o desenvolvimento deste estudo é orientado pelas perspectivas teóricas do interaccionismo simbólico e de desorganização social, que têm suas raízes na denominada sociologia da Escola de Chicago. Ao abraçar-se estas perspectivas teóricas, está-se ciente da possibilidade de elas fornecerem ferramentas adequadas para a compreensão do modo como os indivíduos interpretam os objectos e outros sujeitos com os quais interagem, e como esse processo de interpretação conduz ao comportamento individual, em situações específicas.

Embora, o interaccionismo simbólico seja conhecido e discutido, especificamente, como uma perspectiva teórica adequada à condução de investigações qualitativas, seus pressupostos são também compatíveis com abordagem quantitativa (Ritzer, 1997). É isto que o torna um modelo epistemológico ideal para o desenho de estudos que primam pela adopção de múltiplas técnicas (Carvalho, 2010), o que pode contribuir para o aumento da profundidade e da amplitude do conhecimento sobre o fenómeno estudado (transformação social do espaço urbano e a criminalidade), compensando assim os “vieses inerentes a cada abordagem”.

O interaccionismo simbólico e a desorganização social transmitem a noção de que, para se compreender o mundo, é necessário analisá-lo em termos das acções e interacções de seus participantes. A concepção de Blumer (1982) é de que o pesquisador deve ser capaz de interagir activamente com as pessoas que estão sendo pesquisadas, de modo a ver as coisas do ponto de vista destas e no seu contexto natural. Dai que Benzies e Allen (2001) aconselham o uso de uma variedade de métodos empregues nas ciências sociais.

Com base nesse entendimento, Carvalho (2010) advoga que, ao trabalhar-se numa visão mais ampla, conceitos generalizados podem ser potencialmente úteis e teorias podem

ser formuladas e testadas, assim como trabalhos baseados em métodos qualitativos ou quantitativos podem ser estratégicos para os pesquisadores. Portanto, considerando que um método não pode adequar-se a todos os problemas de pesquisa, a adesão absoluta a um tipo de abordagem limitaria o leque de problemas que poderiam ser abordados numa pesquisa.

Assim, em atenção aos argumentos aqui apresentados, o estudo sobre “a transformação social do espaço e a criminalidade na Cidade de Maputo” baseou-se na abordagem mista concomitante, isto é, a combinação das abordagens qualitativa e quantitativa. A adopção destas abordagens permitiu a conjugação de múltiplas técnicas e instrumentos de recolha de dados, o que produziu uma informação rica e valiosa sobre as representações e percepções dos sujeitos de pesquisa, em relação às sociabilidades ligadas à dinâmica da criminalidade.

Importa realçar que o uso da abordagem mista passou por diferentes designações, tais como, integração, síntese, métodos quantitativos e qualitativos, multimétodos mistos e metodologia mista (Cresweell, 2010). O uso deste tipo de abordagem emana desafios ao pesquisador, desde a necessidade de uma extensa recolha de dados até à natureza de tempo intensivo de análise de dados de textos e numéricos e à exigência de familiarização com as formas de pesquisa qualitativa e quantitativa (Cresweell, 2010).

Na visão de Cresweell (2010), a abordagem mista concomitante é aquela em que o pesquisador converge ou mistura dados quantitativos e qualitativos para realizar uma análise abrangente do problema de pesquisa. Ademais, o pesquisador recolhe os dois tipos de dados, ao mesmo tempo, e, depois, integra as informações na interpretação dos resultados gerais.

Para Romsnelli (1998), a relação desejada entre o qualitativo e o quantitativo pode ser complementar, ou seja, enquanto o quantitativo se ocupa de ordem de grandezas e as suas relações, o qualitativo é um quadro de interpretações para medidas, ou a compreensão do não quantificável.

O uso da abordagem qualitativa em estudos urbanos vem sendo uma prática na denominada Escola de Chicago, onde defende-se que, para a reconstituição da realidade, o pesquisador deve estar envolvido com a vida da sua cidade¹⁷ e interessar-se pela transformação social (Goldenberg, 2004).

¹⁷ O autor é residente da Cidade de Maputo desde 1995. A partir de 2007, autor tem participado activamente em pesquisas ligadas à criminalidade urbana.

Assim, a abordagem qualitativa revelou-se importante na busca de experiências vividas pelos sujeitos de pesquisa, em relação aos contextos e significados ligados à transformação social do espaço urbano e à criminalidade na Cidade de Maputo.

Enfatizando a natureza simbólica da vida social, a abordagem qualitativa postula que as actividades interactivas dos indivíduos são as que produzem as significações sociais. Esta abordagem dá importância ao indivíduo como intérprete da realidade que o rodeia. O seu propósito é compreender as significações que os próprios indivíduos põem em prática para construir o seu mundo social.

Portanto, para captar a realidade sobre as representações, sentimentos e opiniões em relação à transformação social do espaço urbano e a criminalidade, revelou-se ser relevante o uso da abordagem qualitativa, na medida em que o pesquisador só teve a realidade empírica a partir dos olhos dos sujeitos de pesquisa. Ademais, o uso desta abordagem foi estratégico, se se assumir que os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações, com o objectivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos.

Por sua vez, a abordagem quantitativa permitiu o estabelecimento de conexões (relações causa-efeito) entre as dimensões/indicadores de sociabilidade urbana e a criminalidade. O uso da abordagem quantitativa, neste estudo, foi influenciado pelas abordagens clássicas do delito, cujas marcas são comuns na descrição do suicídio e desvio da autoria de Durkheim (2003).

O uso exclusivo da abordagem quantitativa revelava-se ser insuficiente para a recolha de concepções detalhadas sobre "como e porquê" as sociabilidades no espaço urbano podem estar a influenciar a dinâmica criminal na Cidade de Maputo. Daí a relevância da sua combinação com a abordagem qualitativa. Ademais, Brym *et al.* (2006) fundamentam que os sociólogos da Escola de Chicago se distinguiram pelas suas descrições e análises vividas e pormenorizadas da vida urbana, amparadas no contexto do paradigma interpretativista (qualitativa).

A razão de se combinar os dados quantitativos e qualitativos é para se entender melhor o problema levantado, fazendo convergir as tendências numéricas amplas e as concepções detalhadas sobre a transformação social do espaço e a criminalidade na Cidade de Maputo. Robert (2007) refere que a sociologia de Chicago produziu uma lição metodológica, em

virtude da combinação de esforços quantitativos (a determinação das taxas por zona urbana e o cálculo de suas relações) com esforços qualitativos (a história de vida de delinquentes).

O uso da abordagem mista neste estudo teve por objectivo abranger a máxima amplitude na descrição e compreensão da relação entre as sociabilidades e a criminalidade, a partir da realidade expressa pelos sujeitos de pesquisa, residentes na Cidade de Maputo. Enquanto a abordagem quantitativa procurou trazer dados comparáveis, que podem ser generalizáveis (indicadores de transformação social do espaço urbano, a dimensão numérica e tipificação das famílias delitivas), a abordagem qualitativa trouxe, directamente, o que cada sujeito de pesquisa experimenta em relação às sociabilidades e ao crime.

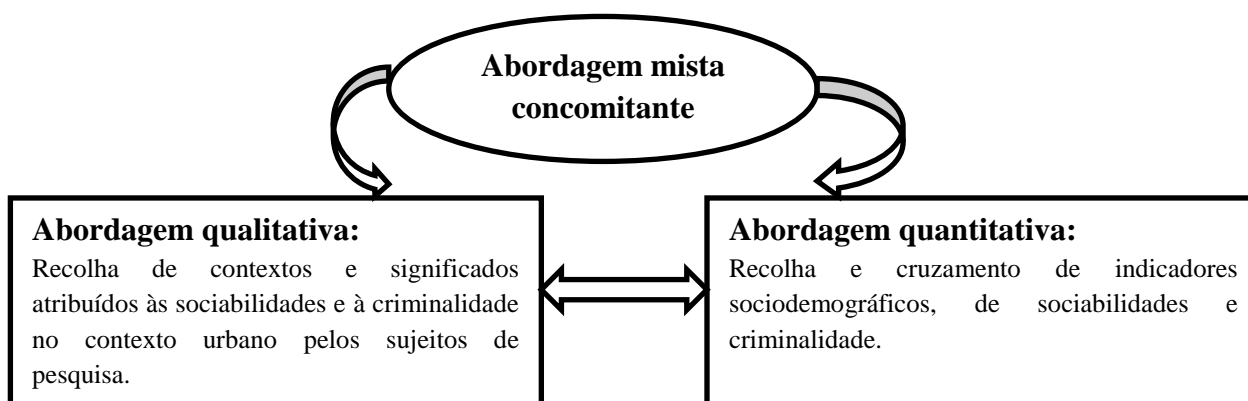
Aliás, Goldenberg (2004) associa-se ao pensamento de Burgess (1927), que não vê nenhum conflito no uso de métodos quantitativos e qualitativos e acha que a interpretação simultânea dos mesmos poderia ser mais fecunda. Assim, as comparações estatísticas poderiam sugerir pistas aos dados qualitativos (processos sociais), com vista a ter uma realidade bem detalhada do fenómeno estudado.

O uso da abordagem mista concomitante revelou-se ser relevante para superar as subjectividades provenientes do tipo de dados, informações e percepções dos sujeitos envolvidos no estudo. Aliás, Ruas (2017) considera que os estudos que recorrem este tipo de abordagem são bastante ricos, pois ela permite superar as imprecisões provenientes das percepções.

A percepção de como os fenómenos acontecem é alta na abordagem qualitativa porque a informação recebida dos sujeitos de pesquisa para a análise é normalmente fundamentada e bastante detalhada. Na abordagem quantitativa, a percepção como os fenómenos acontecem é bastante baixa porque as variáveis cometidas nos eventos estão normalmente associadas a factores de elevada imprevisibilidade, podendo por isso mudar (Ruas, 2017, p. 116).

Neste estudo, foi usado o questionário (instrumento quantitativo) para recolher os dados estatísticos relacionados com a vivência dos sujeitos de pesquisa, tipificação criminal e a dimensão numérica dos crimes. Ao mesmo tempo, as percepções, sentimentos e opiniões, em relação às sociabilidades e à criminalidade no espaço urbano, foram explorados/recolhidos a partir do guião de entrevista e grelha de observação (instrumentos qualitativos). Em suma, o estudo adoptou o pressuposto da triangulação metodológica, onde se combinaram as técnicas e instrumentos de recolha de dados da abordagem qualitativa e quantitativa (esquema 5).

Esquema 5 - Triangulação metodológica (abordagem mista concomitante)



Fonte: Elaborado pelo autor

2.2. Método de Pesquisa

O estudo sobre a transformação social do espaço e a criminalidade na Cidade de Maputo recorreu ao método de estudo de caso explanatório. Ruas (2017) considera estudo de caso explanatório aquele que é conduzido quando uma teoria existente é usada para perceber e explicar o que está a acontecer no âmbito de um determinado contexto de ocorrência.

Assim, o estudo foi desenvolvido tendo em conta os pressupostos teóricos da desorganização social e do interaccionismo simbólico, defendidos pela Escola de Chicago, para explicar as sociabilidades e a criminalidade, no contexto da Cidade de Maputo.

Os estudos de caso tiveram a sua origem na investigação qualitativa, empreendida pelos sociólogos da Escola de Chicago, focados na pesquisa de grupos ou de comunidades socialmente desfavorecidas, na sua maioria imigrantes (Amado, 2013). Assim, os estudos de caso são vistos como uma estratégia de investigação em que o pesquisador explora profundamente um programa, um evento, uma actividade, um processo ou um ou mais indivíduos (Creswell, 2010).

Creswell (2010) e Amado (2013) referem que os estudos de caso, para além da combinação possível com outras estratégias investigativas e das diferentes técnicas de recolha e análise de dados que possam empregar, possuem características que melhor os definem. Eles são fundamentais para explicar/compreender casos específicos e, de algum modo, determinados pelo contexto.

Daí, a partir deste postulado de Creswell (2010) e Amado (2013), o estudo de caso permitiu a recolha de informação ligada ao contexto social, cultural e institucional, em que ocorrem as sociabilidades no espaço, ao longo do tempo, e aferir como é que as tais sociabilidades do espaço foram ou vão influenciando o comportamento criminal nos bairros da Cidade de Maputo.

Na busca da explicação causa-efeito e concepções detalhadas, o estudo privilegiou a combinação de múltiplas fontes e técnicas de recolha de dados, de forma a captar as diferentes percepções contextualizadas ao fenómeno de transformação social do espaço urbano e a criminalidade. Esta visão metódica, para além da descrição numérica do fenómeno, permitiu ampliar a análise, trazendo a interpretação do "como e porquê" as sociabilidades do espaço urbano se relacionam com a criminalidade.

Lundin (2016) observa que o estudo de caso é uma pesquisa que envolve a análise profunda e exaustiva de um ou poucos objectos de maneira que se tenha o seu amplo e detalhado conhecimento. Na visão de Goldenberg (2004), o estudo de caso tornou-se uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa, em ciências sociais. Ele não tem uma técnica específica, mas uma análise holística que considera a unidade social estudada como um todo.

O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objectivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto, através de um mergulho profundo e exaustivo em um objecto delimitado. Assim, ao invés de se estudar toda a Cidade de Maputo, o processo de recolha de dados empíricos ocorreu nos bairros de Magoanine "C" e Chamanculo "C".

Em suma, a recolha de dados sobre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade adoptou o método de estudo de caso, pois a busca da essência, significados, realidades e conexões circunscreveu-se numa comunidade bem definida (Cidade de Maputo). Associado a isso, a preocupação foi de explorar uma temática específica, neste caso, a relação entre as sociabilidades e a criminalidade, tomando como unidades espaciais de recolha de dados os bairros de Magoanine "C" e Chamanculo "C".

2.3. Área de estudo

Em princípio, o que caracteriza os sociólogos é o seu enfoque de estudo: conjuntos sociais enquanto totalidades diferentes da soma das partes. As informações úteis só podem ser obtidas junto dos elementos que constituem o conjunto (Quivy e Campenhoudt, 2008). A partir deste entendimento, o estudo sobre a transformação social do espaço urbano e criminalidade foi desenvolvido na Cidade de Maputo, tomando como subunidades espaciais de análise os bairros de Magoanine "C" e Chamanculo "C".

A escolha da Cidade de Maputo, como área de estudo, no contexto moçambicano, deveu-se, entre outros aspectos, à centralidade que ela desempenha na economia local, nacional e regional. As sociabilidades espaciais nesta cidade decorrem do modo de produção capitalista, onde a riqueza convive lado a lado com a pobreza, fora dela, a exclusão social (Matos, 2005).

A presença de estrato social empobrecido torna este espaço numa diversidade social que se manifesta tanto pela materialidade produzida quanto pelas formas de trabalho e de vida, ou seja, a partir da materialização das múltiplas práticas socioculturais, perpetuadas tanto no centro quanto na periferia urbana (Santos, 2009).

O problema de sociabilidade habitacional, na Cidade de Maputo, conforme Silva (2011), afecta particularmente a população de baixa renda, concentrada na periferia, onde persistem práticas diversificadas de reprodução social que contrastam e complementam as actividades socioeconómicas reproduzidas na área central, sujeita à lógica da racionalidade económica. Este processo culminou com a produção de espaços de vivência e convivência distintos e segregados.

A Cidade de Maputo compreende um território dual, cujas áreas de influência ou os espaços contidos ostentam características de formações rurais. Esta cidade é, actualmente, o maior centro urbano do país e, simultaneamente, a capital política e económica nacional, concentrando diversas instituições do governo central, agências de cooperação internacional e parte significativa de empresas privadas e nacionais e estrangeiras. Estes aspectos, por si, conferem à cidade um papel relevante na dinâmica socioeconómica do país.

Aliás, em termos de estrutura produtiva, o espaço urbano da Cidade de Maputo é pouco industrializado e sua economia depende significativamente do sector de serviços e de comércio, facto que se repercute na divisão do trabalho e distribuição da renda (Silva, 2011).

O comércio dentro do espaço urbano residencial exerce uma centralidade nas actividades que garantem a sobrevivência das famílias. Do ponto de vista da produção e situação habitacional, este espaço urbano regista mudanças impulsionadas pela acção dos agentes económicos e pela intervenção dos grupos sociais de baixa renda, que transformam as formas preexistentes e implantam novos conteúdos.

Os agentes económicos intervêm na reprodução e transformação deste espaço urbano, através da realização de empreendimentos imobiliários que acabam por reconfigurar os espaços produtivos e residenciais preexistentes. Ainda, persiste um vasto grupo social que sobrevive das actividades informais e que influi no processo sócio-espacial local. As interacções entre as demandas destes agentes espaciais reproduzem-se em formas de conteúdos antagónicos e complementares (Silva, 2011).

A formação e evolução da Cidade de Maputo circunscrevem-se ao processo histórico que marcou a dinâmica da sociedade moçambicana, na sua articulação com eventos externos, ou seja, na interacção local-global. A origem deste espaço urbano remota do modo de produção colonial, inaugurado pela expansão europeia e que condicionou a formação de um espaço urbano fragmentado (centro, resultante de um processo planificado, e periferia de ocupação espontânea).

Conforme Guevane (2008), a pobreza urbana, associada ao crescimento populacional da Cidade de Maputo, constitui constrangimento ao processo de sociabilidades, no contexto da gestão urbana, na medida em que:

- O bem-estar dos cidadãos foi afectado pela situação de guerra terminada em 1992, bem como dos seus impactos imediatamente posteriores, e, nessa sequência, pela debilidade económica nacional;
- As famílias pobres não são homogéneas, quanto à sua localização, às fontes de rendimento, bem como ao grau de pobreza; daí a razão de adopção de diferentes estratégias de sobrevivência; e

- Não é a pobreza que limita a sociabilidade, mas sim os entraves que esta apresenta, em termos da limitada capacidade de acesso aos recursos (sobretudo os financeiros) para os diferentes estratos sociais, submetidos a elevados índices de pobreza e desigualdades.

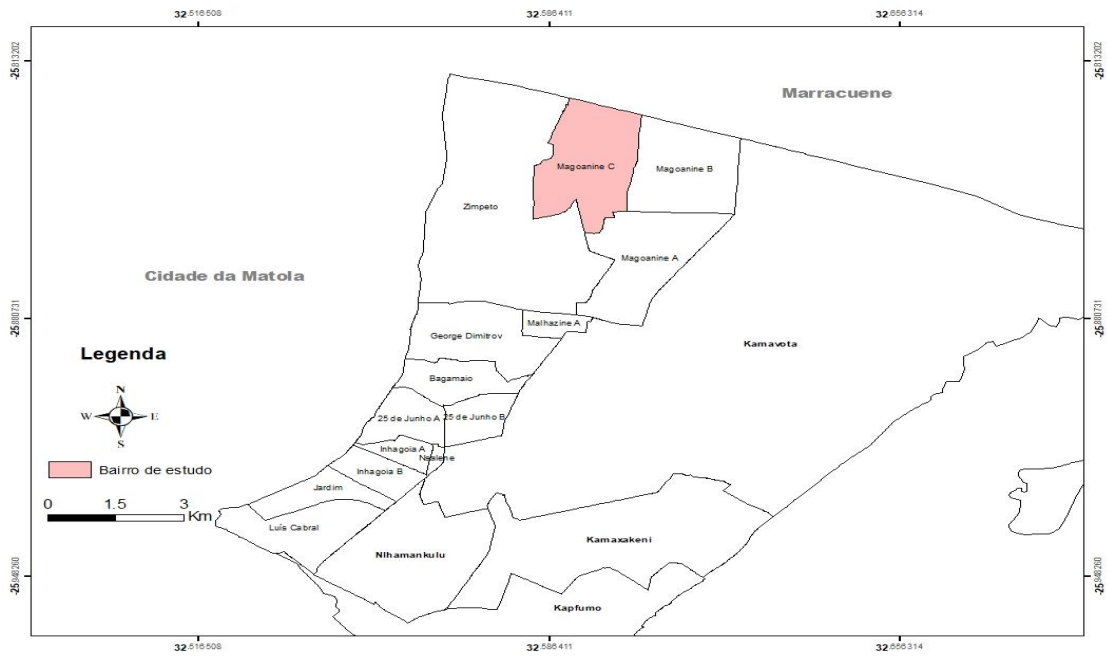
A breve descrição das sociabilidades que reconfiguram o espaço urbano da Cidade de Maputo, no contexto moçambicano, constituíram elementos de suporte para sua escolha como área de estudo. Dentro desta realidade, a recolha de dados empíricos foi feita nos bairros de Magoanine "C" e Chamanculo "C", de modo a captar as percepções dos sujeitos de pesquisa em relação às sociabilidades e à criminalidade. A selecção destes bairros para o estudo esteve intimamente ligada ao próprio processo da génese urbana.

O bairro de Magoanine "C", embora tenha sido habitado desde os primórdios da independência nacional (1975), o seu enquadramento no cenário urbano é recente, impulsionado pelo processo de reassentamento da população, no âmbito das cheias de 2000. Enquanto isso, o enquadramento do bairro de Chamanculo "C" no cenário urbano remota desde o tempo colonial, o qual albergava a população indígena. Por outro lado, é tido como um dos bairros que regista maior índice de criminalidade, testemunhado pelo ensaio piloto do projecto de implementação do Policiamento Comunitário, em Moçambique, no ano de 2000.

O bairro de Magoanine "C" desenvolveu-se no contexto da *cidade informal*, todavia, as habitações predominantes são de alvenaria. Chamanculo "C" desenvolveu no contexto da *cidade de caniço* que, embora consolidada ao longo das décadas, ainda apresenta moradia precária, constituída por madeira e zinco.

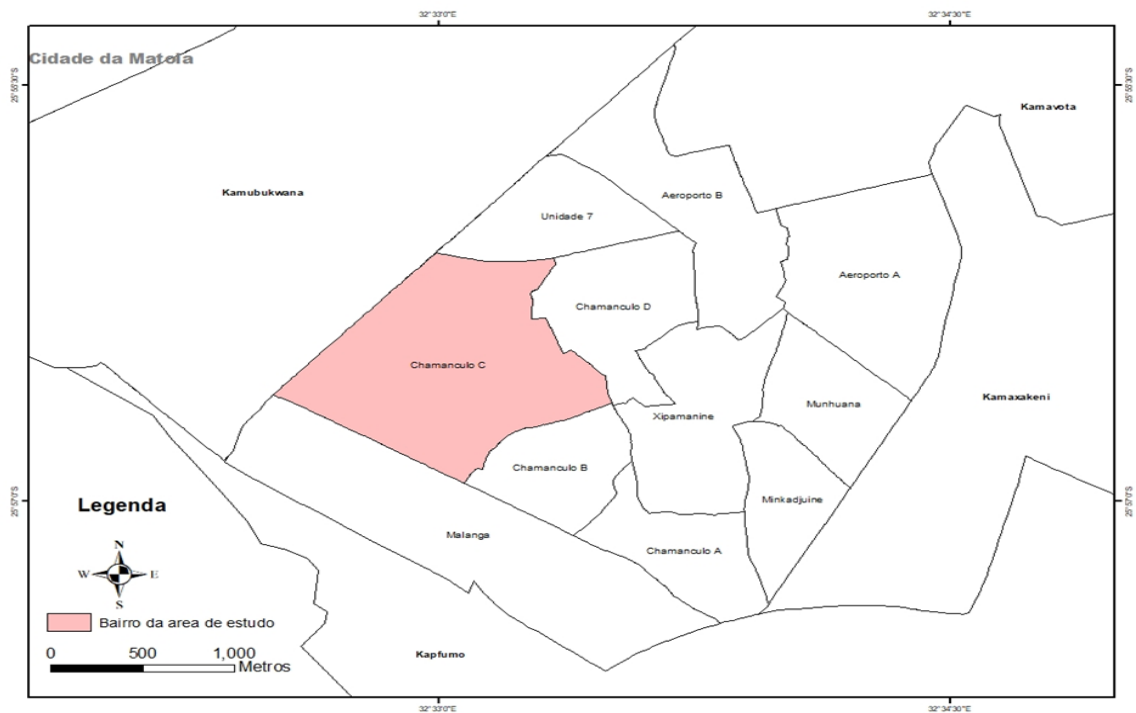
Os bairros de Chamanculo "C" e Magoanine "C" localizam-se na Cidade de Maputo, nos distritos Kalhamankulo e Kamubukwane respectivamente. O bairro de Magoanine "C" localiza-se a Norte do Posto Administrativo de Michafutene, a Oeste do bairro de Zimpeto, a Sul do bairro de Magoanine "A" e a Este do bairro de Magoanine "B" (Mapa 1). Por sua vez, o bairro de Chamanculo "C" situa-se a Norte do Distrito Municipal de Kamubukwane, a Sul do bairro de Chamanculo "C", a Oeste do bairro da Malanga e a Este do bairro de Chamanculo "D" (Mapa 2).

Mapa 1 - Limites do bairro de Magoanine “C”



Fonte: INE (2021)

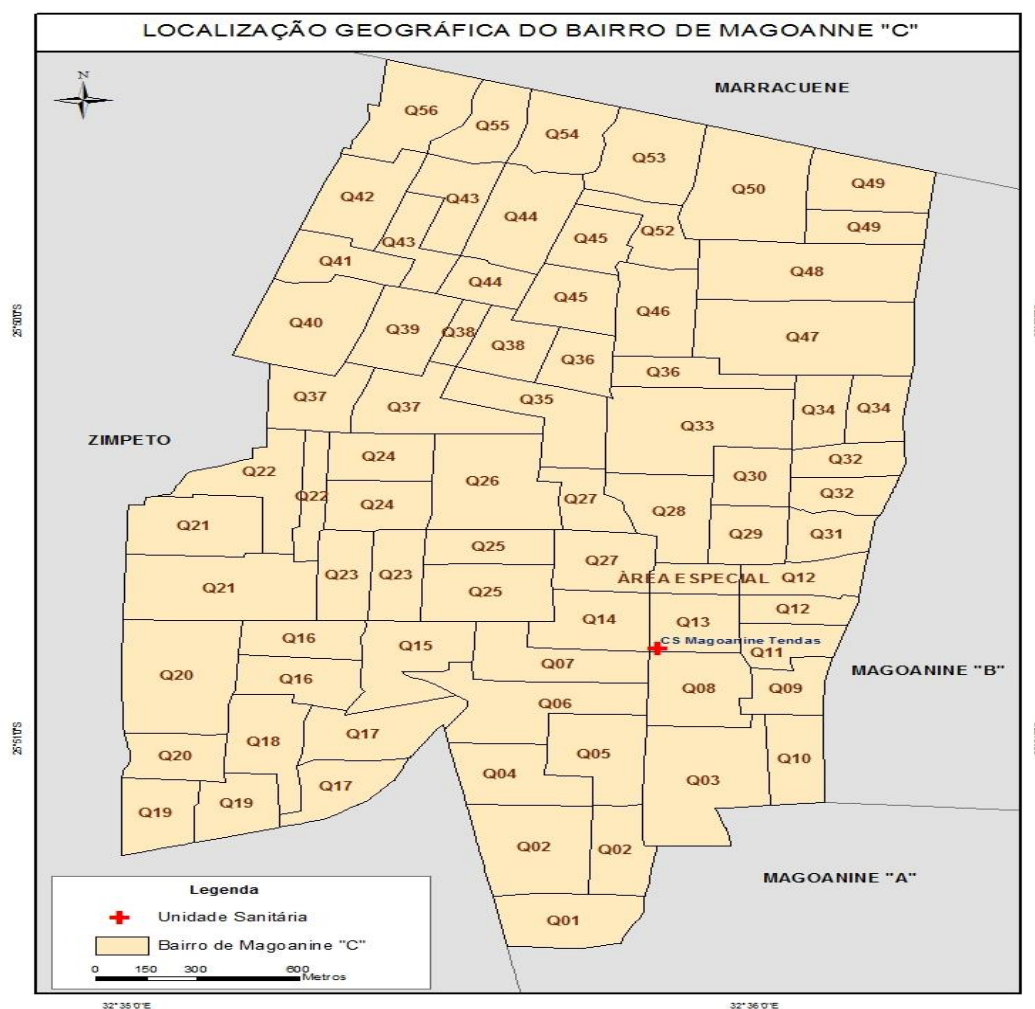
Mapa 2 - Limites do bairro de Chamanculo “C”



Fonte: INE (2021)

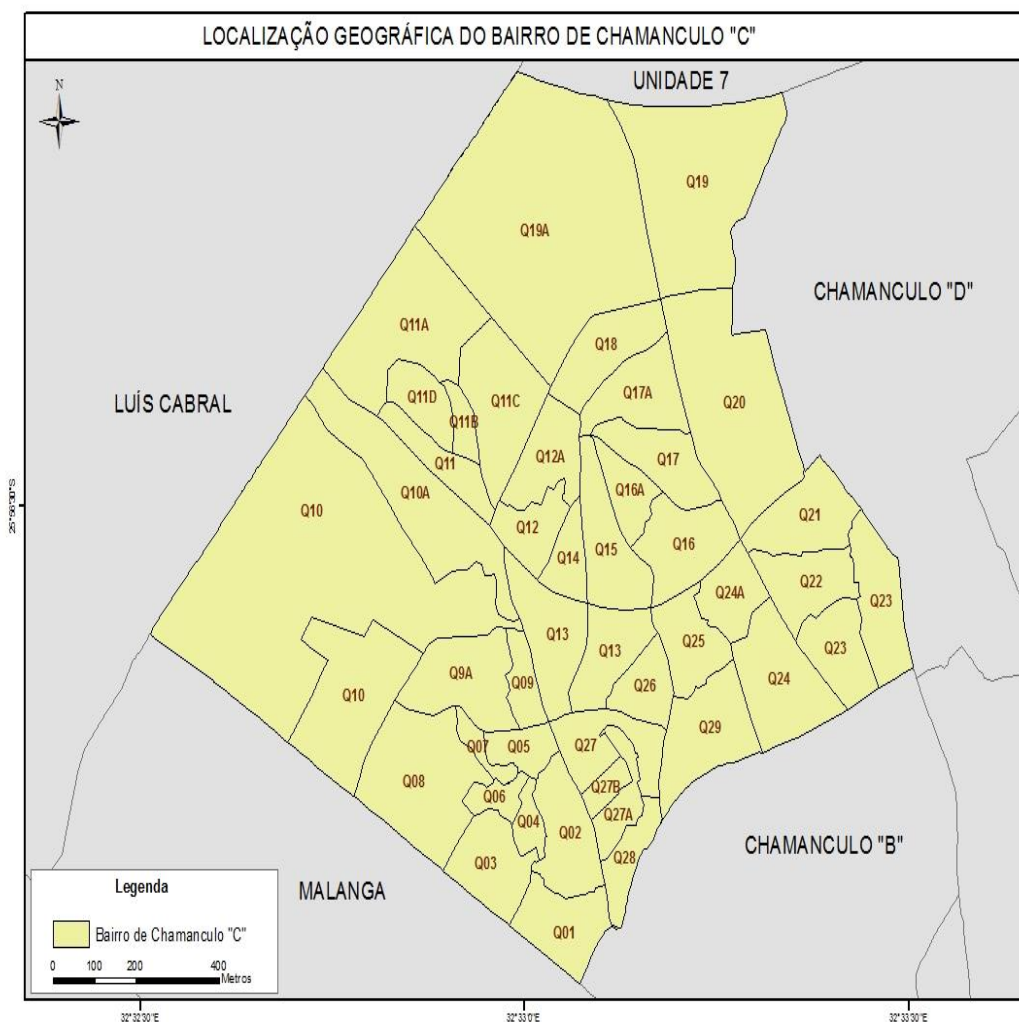
Os mapas 3 e 4 apresentam a divisão administrativa dos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C”, respectivamente. Entre os dois bairros a divisão dos quarteirões não é uniforme. O bairro de Magoanine “C” apresenta o maior número de quarteirões em relação ao bairro de Chamanculo “C”.

Mapa 3 - Divisão administrativa do bairro de Magoanine “C” por quarteirões



Fonte: INE (2020)

Mapa 4 - Divisão administrativa do bairro de Chamanculo “C” por quarteirões



Fonte: INE (2020)

A distribuição da população por situação de emprego na Cidade de Maputo mostra que, em 20014/15, 72,5% dos chefes de agregados familiares estavam empregados e 27,5% desempregados. Note-se, ainda, que 41,2% dos chefes de agregados estavam vinculados a outros serviços e 39,1% trabalhavam por conta própria (INE, 2015).

A avaliação da criminalidade na cidade de Maputo foi feita pela ACIPOL/KULA através de uma pesquisa realizada de Setembro a Outubro de 2009. A pesquisa envolveu uma amostra de 1080 indivíduos, com idade igual ou superior a 16 anos, os quais reportaram ter

sido vítima de violação ao domicílio (25%), furto de bens na rua (30%), roubo (63%) e ameaça física (35%) (ACIPOL/KULA, 2009).

2.4. Delimitação do universo de estudo e amostragem

A Cidade de Maputo tem uma superfície de 300 km², com uma população estimada em 1.120.867 habitantes, correspondente a uma densidade populacional de 3.736,22 habitantes por km² e uma taxa média de crescimento anual de 0,8 por cento no período entre 2007-2017 (INE, 2019). Conforme os registos das autoridades administrativas, o bairro de Magoanine "C" possui cerca de 40.012 habitantes, correspondentes a 9.292 agregados familiares. Por sua vez, o bairro de Chamanculo "C" tem cerca de 38.696 habitantes, correspondentes a 5.429 agregados familiares

A definição da amostra para administração do inquérito para este estudo baseou-se numa amostragem probabilística estratificada multi-etapa. O primeiro estrato a considerar foi o bairro. No segundo momento, a alocação da amostra teve que ser estratificada proporcionalmente ao tamanho da população do quarteirão. Em cada quarteirão seleccionado, foram inquiridos os chefes de agregados familiares que estão a residir nos bairros há mais de 5 anos. Por sua vez, a selecção dos agregados familiares foi mediante o uso de tabelas de números aleatórios, antecedida pela listagem no local.

A amostra foi concebida para obter resultados com uma margem de erro de 5% no intervalo de confiança de 95%. Assim, o estudo teve como amostra 373¹⁸ indivíduos, chefes de agregados familiares, definidos a partir de um total de 14.721 agregados familiares dos dois bairros seleccionados para o estudo. A amostra foi repartida pelos dois bairros seleccionados, proporcionalmente ao número de agregados familiares de cada bairro. Em Magoanine "C" foram inquiridos 213 indivíduos (chefes de agregados familiares), enquanto no Chamanculo "C" inquiriu-se 160 indivíduos (chefes de agregados familiares).

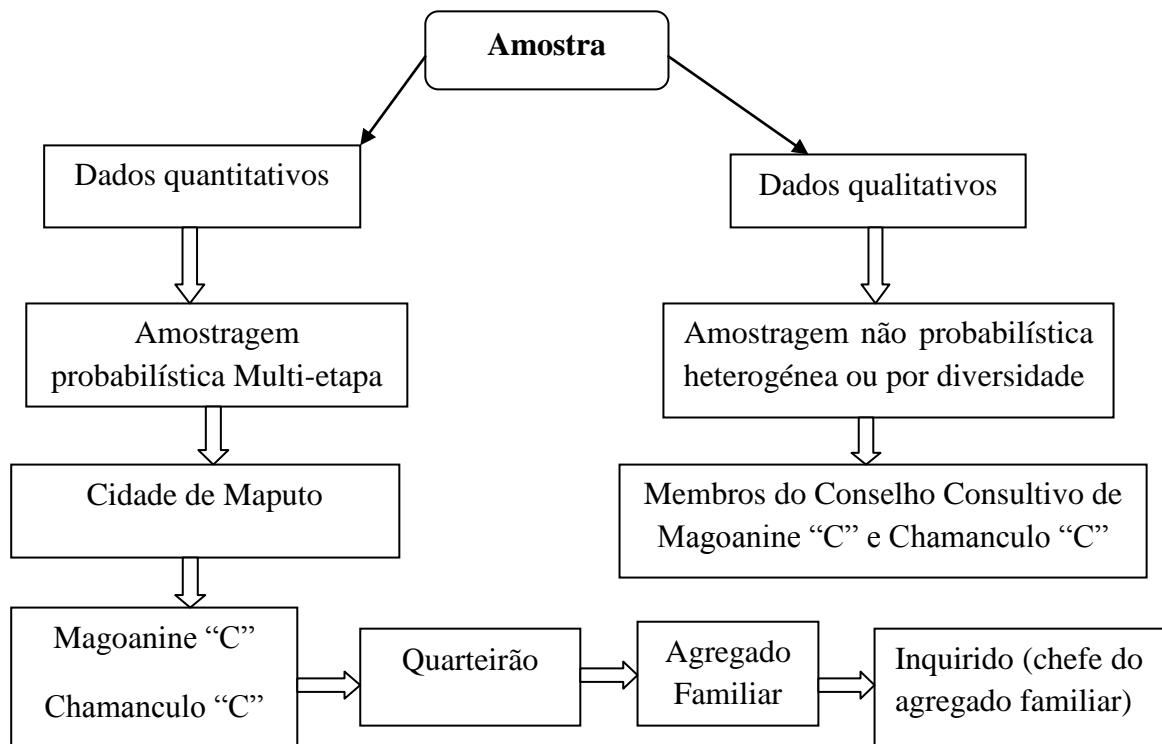
¹⁸ O cálculo da amostra foi a partir da seguinte fórmula: $n = \frac{z^2 \times P \times q \times N}{\varepsilon^2 \times (N-1) + z^2 \times P \times q}$ (Z corresponde o valor crítico obtido a partir de um nível de intervalo de confiança; N corresponde ao tamanho da população; ε corresponde ao erro de estimação; P e q representam as proporções da população com características pesquisadas, onde o P corresponde à probabilidade de sucesso e q à probabilidade de fracasso.

A selecção dos informantes-chave para as entrevistas baseou-se numa amostragem não probabilística do tipo heterogéneo ou de diversidade. Segundo Marroco (2007), neste tipo de amostragem, a probabilidade de um determinado elemento pertencer à amostra não é igual à dos restantes elementos. Tal como defende o autor, neste tipo de amostragem, as amostras são constituídas de modo que todas as características, opiniões, atributos estejam presentes, independentemente das proporções com que se encontram na população.

Assim, em cada bairro foram entrevistados 10 indivíduos que fazem parte do Conselho Consultivo de cada bairro seleccionado. De acordo com a Resolução nº71/AM/2011, o Conselho Consultivo do bairro é constituído pelo secretário do bairro, chefe tradicional, representantes das confissões religiosas, das organizações sociais, da Polícia Municipal, da Polícia da Ordem, presidente do Comité de Segurança Comunitário, director da escola, representante dos agentes económicos e da comissão dos moradores.

As etapas da definição da amostra encontram-se resumidas no esquema número 6.

Esquema 6 - Etapas da definição da amostra para a recolha de dados



Fonte: Elaborado pelo autor

2.5. Técnicas de recolha de dados

O estudo de caso pode utilizar várias técnicas e vários métodos de recolha de dados e informação, sendo os mais comuns, a entrevista, o inquérito, a análise documental, a observação, os métodos exploratórios, descritivos, analíticos e os estudos pilotos, desde que sejam adequados para a obtenção de dados e informação necessária para a compreensão do caso em estudo (Ruas, 2017).

Ainda, os vários métodos de recolha de dados, no estudo de caso, podem ser simultaneamente qualitativos e quantitativos (Ruas, 2017). Com efeito, a consulta bibliográfica, documental, a observação, o inquérito e a entrevista constituíram, neste estudo, as técnicas de recolha de dados com vista à materialização dos objectivos definidos.

A consulta bibliográfica consistiu na busca, selecção e leitura de obras e artigos científicos que versam sobre a transformação social do espaço urbano, a criminalidade, bem como os pressupostos teóricos que fundamentam o desvio no contexto do controlo social. Esta informação serviu de base para o suporte teórico, principalmente para responder parte dos objectivos específicos. A informação ainda visava aumentar o cunho científico, em relação à construção da realidade prática sobre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade.

Severino (2007) refere que na pesquisa bibliográfica usa-se dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registadas. Assim, foi fundamental, para materialização deste estudo, a retomada das contribuições teóricas de autores que discutem assuntos relacionados com a transformação social, o espaço urbano e o desvio.

Uma outra técnica de recolha de dados, usada neste estudo, é a pesquisa documental. Tal como referem Severino (2007) e Gil (2008), a pesquisa documental consiste na consulta de materiais não publicados ou que ainda não receberam tratamento analítico. Ruas (2017) resume a análise documental como a forma de obtenção de dados secundários, conduzida a partir de documentos existentes e produzidos por outros autores.

A análise documental, segundo Quivy e Campenhoudt (2008), é mais adequada para análise de: (i) fenómenos macrossociais; (ii) mudanças sociais e o desenvolvimento histórico

dos fenómenos sociais sobre os quais não é possível recolher testemunhos directos; (iii) mudança nas organizações; e (iv) ideologias dos sistemas de valores.

Com efeito, a pesquisa documental, neste estudo, permitiu a recolha de informação contida em relatórios das estatísticas criminais, produzidas pelo Comando Geral da Polícia da República de Moçambique, Informes Anuais da Procuradoria-geral da República, levantamentos de dados do Instituto Nacional de Estatística (dados do Censo 2007 e inquérito do orçamento familiar), documentos normativos sobre o ordenamento e planeamento territorial, jornais e outros documentos que abordam a questão da transformação social do espaço urbano, sociabilidades e a criminalidade (dados do Inquérito sobre a Criminalidade e Vitimização em Maputo e Beira, de 2009).

Um dos relatórios mais importantes, na análise documental, é o da pesquisa desenvolvida pela ACIPOL/KULA, em 2009. Este relatório apresenta o levantamento de dados sobre a Criminalidade e Vitimização nas Cidades de Maputo e Beira. O uso deste relatório permitiu, em parte, a reconstituição dos dados quantitativos provenientes da comunidade.

Entretanto, estes dados foram complementados com a informação recolhida a partir dos agregados familiares e informantes-chave seleccionados. A informação contida nos documentos, para além do delineamento da situação problemática, permitiu responder parte do primeiro e terceiro objectivos específicos. Aliás, Quivy e Campenhoudt (2008) defendem que a análise documental tem como métodos complementares, análise de dados estatísticos e a análise de conteúdo.

Paralelamente às outras técnicas de recolha de dados, a observação constituiu um dos valiosos métodos para a obtenção de dados no terreno. Gressler (1979) refere que a observação é um método básico de recolha de dados para estudos que usam outros procedimentos. Para ele, a observação sem estrutura é quase sempre usada em estudos em que não se possui dados suficientes sobre o problema. Com efeito, os dados recolhidos estão sujeitos a modificações e novas interpretações.

Conforme Quivy e Campenhoudt (2008), as observações sociológicas incidem sobre os comportamentos dos autores, na medida em que manifestam sistemas de relações sociais, bem como sobre os fundamentos culturais e ideológicos que lhes subjazem. A partir desta

técnica é possível estar atento ao aparecimento ou à transformação dos comportamentos e aos efeitos que eles produzem.

Nesta perspectiva, com vista ao enriquecimento dos dados, a observação possibilitou o contacto com a realidade da Cidade de Maputo (bairros seleccionados): a forma da produção e organização do espaço, as sociabilidades ocorridas no espaço e a emergência de sinais de insegurança. Na prática, a observação consistiu no levantamento dos aspectos ligados à ocupação e uso de espaços, especialmente a descrição física dos bairros (estrutura urbana, vias de acesso, parcelamento de terrenos, habitações, a iluminação, os espaços baldios, dualidades de espaços, marcas de insegurança, as formas de uso). Em suma, a acessibilidade, designação e definição do espaço constituem os elementos de base que foram observados.

Do ponto de vista teórico e prático, o estudo adoptou a observação não participante, aquela em que, segundo Quivy e Campenhoudt (2008), o investigador não participa na vida do grupo que, portanto, ele observa do exterior. A observação pode ser tanto de longa como de curta duração, feita à revelia ou com o acordo das pessoas em questão, ou realizada com ou sem a ajuda de grelhas de observação pormenorizadas.

Assim, a observação permitiu a apreensão de comportamentos e acontecimentos no próprio momento em que se produziam (actual mutação social do espaço, as marcas de insegurança) e a recolha de dados espontâneos que aumentam autenticidade do estudo (situações não previstas nas dimensões de análise e na grelha). A observação foi efectuada nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C” durante 30 dias.

A par das técnicas referidas nos parágrafos anteriores, o inquérito permitiu a recolha de dados de natureza quantitativa. Severino (2007) e Chizzotti (2008) salientam que o inquérito corresponde ao conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações vividas por parte dos sujeitos pesquisados, com vista a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo.

Especificamente, esta técnica permitiu a recolha de indicadores que captam as relações de causa-efeito entre as dimensões de transformação social do espaço urbano e a criminalidade (número de habitantes, densidade populacional, condições de habitação, a situação do emprego, o uso de espaço, tipologia criminal, convívio na família e com vizinhos, laços e coesão familiar).

Albarello *et al.* (2005) comparam o inquérito com a fotografia. A fotografia fixa, em imagem, uma determinada situação num dado momento. Igualmente, o inquérito tem, também, a finalidade de fixar num dado momento uma determinada situação social.

Finalmente, como técnica de obtenção de dados, a entrevista permitiu a captação imediata e coerente da informação desejada de informantes, sobre os mais variados tópicos (Amado, 2013). A entrevista permitiu que os informantes-chave seleccionados expressassem com clareza as suas concepções detalhadas ou convicções sobre as suas experiências, representações e análises que fazem sobre os contextos da transformação social do espaço urbano e a criminalidade.

Portanto, para a materialização desta técnica, recorreu-se à entrevista “semidirigida”, que, segundo Chizzotti (2008), é um tipo de comunicação entre um pesquisador que pretende colher informações sobre fenómenos e indivíduos que detenham essas informações e possam emití-las. Na prática, a entrevista visava recolher informação associada às dimensões de transformação social do espaço, às manifestações criminais e à relação que os sujeitos de pesquisa estabelecem entre as sociabilidades no espaço urbano e a criminalidade.

2.6. Instrumentos de recolha de dados

Para a recolha de dados no terreno, o estudo privilegiou uma combinação de instrumentos de recolha de dados: o guião de entrevista semidirigida, o questionário de inquérito de administração indirecta e a grelha de observação.

Como advertem Quivy e Campenhoudt (2008), a entrevista semidirigida distingue-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interacção humana. Ela permite ao investigador retirar informações e elementos de reflexão muito ricos, a partir da análise do sentido que os sujeitos de pesquisa atribuem às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêm confrontando (sistemas de valores, referências normativas, interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, a reconstituição de um processo de acção, de experiências ou de acontecimentos). A entrevista como técnica de recolha de dados está sempre associada à análise de conteúdo.

O uso do guião de entrevista semidirigida visava recolher os contextos, realidades, significados e concepções detalhadas sobre como os sujeitos de pesquisa pensam sobre "como

e porquê" a transformação social do espaço pode estar a influenciar a criminalidade na Cidade de Maputo. Este instrumento foi administrado aos informantes-chave seleccionados e residentes nos bairros de Magoanine "C" e Chamanculo "C". O guião de entrevista semidirigida abrangia três dimensões: a primeira, que visava captar as transformações sociais do espaço urbano; a segunda, destinada a captar as manifestações da criminalidade; e a terceira, para aferir a relação entre as sociabilidades e a criminalidade no contexto urbano da Cidade de Maputo (Anexo 1).

Por sua vez, o questionário de inquérito visava recolher a opinião construída pelos chefes dos agregados familiares em relação aos indicadores de transformação social do espaço urbano e criminalidade. O questionário continha cinco secções. A primeira secção visava captar os dados demográficos dos sujeitos de pesquisa. A segunda era para a recolha das percepções sobre as dinâmicas sociais do espaço urbano. A terceira visava recolher as manifestações da criminalidade. A quarta tinha como objectivo relacionar a transformação social do espaço urbano e a criminalidade. Finalmente, a quinta secção visava relacionar as sociabilidades (individuais, familiares, de vizinhança e económicas) com a criminalidade (Anexo 2).

O questionário de inquérito de administração indirecta é um instrumento de recolha de dados pertencente a abordagem quantitativa, que é preenchido pelo próprio inquiridor a partir das respostas que lhes são fornecidas pelo inquirido. Este tipo de instrumento é essencialmente adequado para recolher o conhecimento de uma população como tal (condições e modos de vida, os comportamentos, as opiniões). O seu uso tem como método complementar a análise estatística (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Finalmente, a grelha de observação visava recolher informação para complementar o alcance do primeiro e terceiro objectivos específicos, concretamente, os indicadores/categorias de transformação social e as marcas de insegurança emergentes do contexto criminal (definição, designação, gestão do espaço e marcas de insegurança) (Anexo 3).

Como pode-se notar a partir das técnicas e instrumentos de recolha de dados propostos, o estudo tem uma particularidade ímpar de adoptar a triangulação de dados, recolhidos simultaneamente de diferentes fontes, com o objectivo de garantir a complementaridade e fiabilidade do estudo (quadro 1).

Quadro 1 - Triangulação das técnicas e instrumentos de recolha de dados

Técnicas	Instrumentos/material	Dados/informação
Pesquisa bibliográfica	Não aplicável	Levantamento, selecção e leitura de obras e artigos científicos que versam sobre a transformação social do espaço urbano, a criminalidade, as perspectivas teóricas-conceituais sobre o desvio e sociabilidades.
Pesquisa documental	Não aplicável	Levantamento, selecção e leitura de relatórios, documentos normativos e dados estatísticos. A essência é buscar informação que fundamenta as questões da criminalidade e sociabilidades no contexto urbano, especificamente para a Cidade de Maputo.
Inquérito	Questionário de inquérito de administração indirecta	Recolha de indicadores relacionados com: (i) dados sociodemográficos; (ii) ordenamento do espaço; (iii) sociabilidades; (iv) criminalidade; e (v) cruzamento entre as sociabilidades e a criminalidade.
Entrevista	Guião de entrevista semidirigida	Recolha de contextos, significados e percepções expressos pelos sujeitos de pesquisa sobre: (i) sociabilidades, representações sobre a criminalidade; e (ii) a relação entre as sociabilidades e a criminalidade.
Observação não participante	Grelha de observação	Recolha de dados relacionados com a definição, designação, gestão do espaço, territorialidade, comunicabilidade e marcas de insegurança.

Fonte: Elaborado pelo autor

2.7. Plano de análise de dados

A análise de dados obedeceu uma combinação de análise de conteúdo com o método estatístico. A análise de conteúdo refere-se à interpretação de dados recolhidos através do guião de entrevista semidirigida e documentos. O método estatístico tem a ver com análise de dados recolhidos a partir do questionário de inquérito de administração indirecta. Contudo, as duas técnicas de análise de dados complementam-se, ou seja, não há fronteiras rígidas para cada tipo de dados.

O recurso à análise de conteúdo tem como objectivo tirar partido de um material dito qualitativo e é frequentemente necessário, na prática habitual, em pesquisas sociológicas (Bardin, 1977).

Feijó (2017) refere que a análise de conteúdo está alicerçada em cinco passos cruciais, nomeadamente: i) construção do objecto de análise (desenho do protocolo de pesquisa); ii) estabelecimento de regras de codificação (unidade de amostra, unidade de registo e de contexto); iii) construção do sistema de categorias (etiquetas que permitem classificar os materiais); iv) testagem da fiabilidade do sistema de codificação/categorização (validação do material); e v) processo de inferências (construção do conhecimento a partir de dados).

Para Bardin (1977), as diferentes fases de análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico, organizam-se em torno de cinco polos cronológicos, nomeadamente, a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e interpretação. A pré-análise corresponde à fase da organização dos materiais, especificamente a selecção dos documentos.

Os documentos seleccionados devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponder ao objectivo que suscita a análise. A exploração do material consiste essencialmente em operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. As operações estatísticas simples ou complexas permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise.

Ruas (2017) afirma que para o sucesso da análise de conteúdo é preciso que se observe os seguintes passos: (i) a definição das categorias de análise a serem consideradas; (ii) determinação do processo de codificação; (iii) processo de formação de codificadores; e (iv) análise dos resultados do processo de codificação.

No contexto prático deste estudo, os documentos foram categorizados e classificados conforme a sua origem. De seguida, fez-se a exploração dos conteúdos relacionados com as sociabilidades e a criminalidade no contexto urbano. Nesta etapa, foram analisados, os documentos normativos e relatórios com vista a apurar o quão a transformação social do espaço urbano e a criminalidade são percebidas ao nível das instituições/organizações públicas e privadas.

Em relação aos dados provenientes das entrevistas e da observação, impôs-se o exercício de organizar o conteúdo do conjunto de mensagem, que se traduziu nas ideias-chave veiculadas pelos sujeitos de pesquisa. De seguida, a informação foi atribuída códigos. Embora se tenham definido, inicialmente, as dimensões de análise, em função dos objectivos (sistema de categorias prévias), revelou-se fundamental a sua combinação com as dimensões emergentes, após a recolha de dados.

A unidade de contexto foi cada questão que compõe o guião de entrevista semidirigida. Portanto, a análise foi em função de cada questão colocada aos sujeitos de pesquisa. As unidades de registo ou de significados foram materializadas pelas palavras ou frases, construídas de acordo com o tipo de informação recolhida em cada pergunta e sujeito de pesquisa.

Amado (2013) alerta que a palavra-chave, ou expressão mais ampla que traduz a categoria, deve ser escolhida de modo a reflectir, com exaustividade e precisão, o sentido das unidades de registo e dos indicadores em que as tais unidades se traduzem.

Neste estudo adoptou-se a análise de co-ocorrência que, segundo Quivy e Campenhoudt (2008), permite examinar as associações de temas nas sequências da comunicação. Assim, este tipo de análise consistiu no agrupamento das respostas, em função das perguntas que compõem cada dimensão prévia. Isto permitiu agrupar o conteúdo das respostas recolhidas, com vista à sistematização da informação que, posteriormente, permitiu a elaboração da síntese da tendência das respostas, com o objectivo de reconstruir o conhecimento que advém dos sujeitos de pesquisa.

O método estatístico foi fundamental para a análise de dados provenientes do questionário de inquérito e de documentos contendo informação numérica. Os dados do questionário foram processados no *SPSS* versão 20. Após o processamento, os dados foram exportados para *EXCEL* com vista à produção de gráficos e tabelas.

O método estatístico tem como essência a correlação entre as variáveis (Lundi, 2016). Assim, neste estudo, o uso do método estatístico permitiu medir a correlação de dados cruzados de sociabilidades e criminalidade no contexto urbano. Para Quivy e Campenhoudt (2008), o método estatístico inclui técnicas gráficas e matemáticas que dizem respeito à análise das frequências dos fenómenos e da sua distribuição, bem como das relações entre variáveis ou entre modalidade de variáveis.

Este estudo é produto da triangulação da informação proveniente da análise de conteúdo e estatística, complementada pela informação documental, bibliográfica e da observação (esquema 7).

Esquema 7 - Triangulação da análise de dados



Fonte: Elaborado pelo autor

2.8. Etapas da pesquisa

A materialização do estudo ocorreu em cinco etapas sucessivas: a primeira etapa consistiu, fundamentalmente, na busca da literatura (livros, artigos científicos, documentos,

dissertações e/ou teses) relacionada com as sociabilidades, criminalidade e desvio no contexto urbano. A segunda etapa foi de exploração da literatura, isto é, leitura e sistematização das ideias fundamentais, com vista a aprimorar o problema e a construir o quadro teórico.

A partir do problema formulado, passou-se para a terceira etapa de construção do quadro teórico-conceptual que orienta o estudo, ou seja, aquilo que a literatura designa por “construção do modelo teórico”. O trabalho empírico constituiu a quarta etapa deste estudo. Esta etapa compreendeu o seguinte: a análise de documentos e relatórios oficiais sobre o processo de transformação social do espaço e a criminalidade em Moçambique; a administração de entrevista, através da aplicação de guiões de entrevista aos informantes-chave e especialistas; administração do questionário de inquérito aos chefes dos agregados familiares. Ainda, nesta etapa, fez-se observação dos aspectos de transformação social do espaço urbano e as marcas de insegurança. A quinta etapa da pesquisa foi caracterizada pelo processamento das informações recolhidas, seguida de uma análise, interpretação e discussão das mesmas.

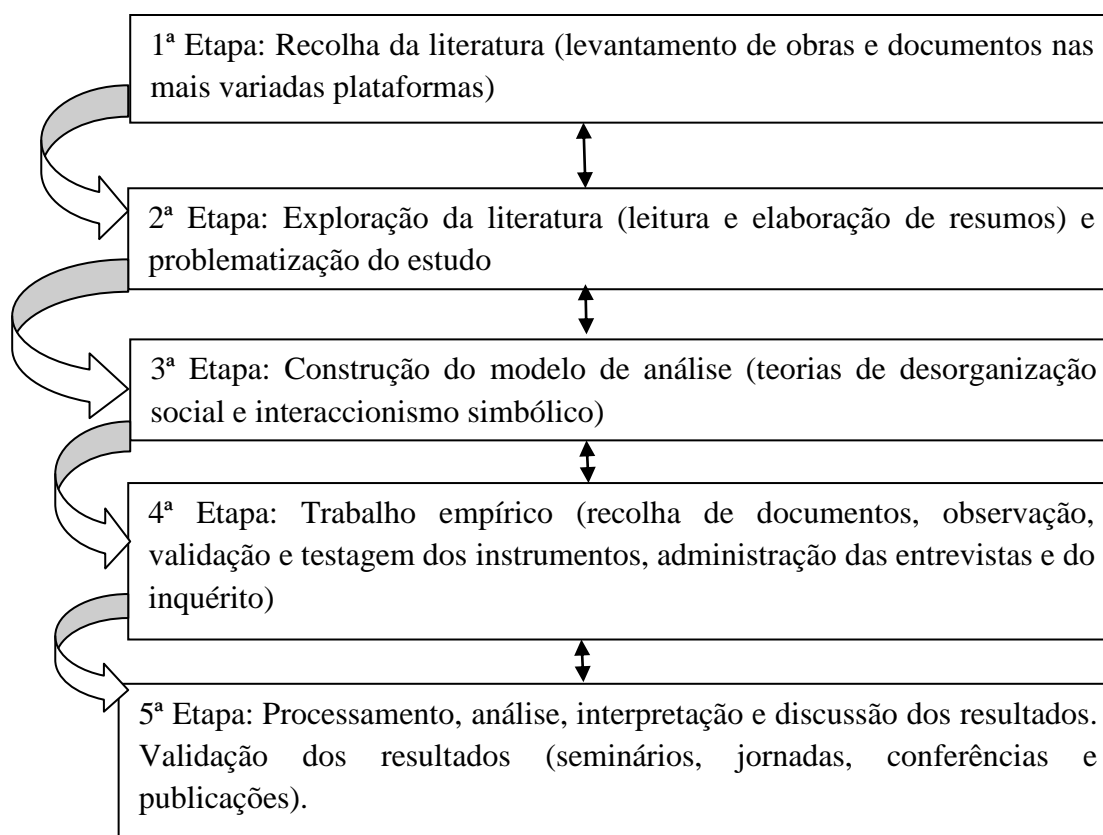
Outro aspecto que importa realçar é a validação do estudo, através da observância da consistência entre os objectivos, o problema e a hipótese de trabalho. Para a validação dos instrumentos de recolha de dados foram obedecidos dois procedimentos: o primeiro procedimento consistiu na submissão dos instrumentos de recolha de dados aos especialistas em investigação para fazerem uma avaliação das perguntas, em termos de sua dimensão, compreensão, pertinência e objectividade.

O segundo procedimento foi a testagem dos instrumentos no terreno (pré-teste). O pré-teste foi realizado no bairro de Intaka e abrangeu os quarteirões 5 e 14. O mesmo teve a duração de sete dias (1 a 7 de Abril de 2019). Após a validação dos instrumentos, o questionário foi introduzido no *Tablet* para uma administração electrónica. A administração electrónica do questionário foi uma experiência importante, pois permitiu maior flexibilidade na concepção da base de dados e, ainda, na redução dos erros de digitação.

A administração do inquérito e das entrevistas decorreu entre os meses de Julho e Agosto de 2019, com uma duração de 30 dias. Neste processo, foram envolvidos três inquiridores para a componente quantitativa e dois para a componente qualitativa. A grelha de observação foi aplicada pelo autor do estudo. Para a garantia da qualidade no processo de recolha de dados, o autor sempre esteve no terreno para supervisionar o trabalho efectuado pelos inquiridores.

Os resultados do estudo foram validados a partir da triangulação metodológica e das técnicas de recolha de dados. Igualmente, decorreu a socialização dos resultados em seminários, conferências e jornadas científicas. Partes dos resultados deste estudo foram transformados em dois artigos¹⁹ e publicados em revistas científicas. Ainda, houve partilha dos resultados com os informante-chaves das áreas de estudo. Finalmente, a presença constante do autor no terreno foi fundamental para validação dos resultados. As etapas descritas nos parágrafos anteriores encontram-se resumidas no esquema nº 8.

Esquema 8 - Etapas de pesquisa



Fonte: Adaptado a partir de Quivy e Campenhoudt (2008, p. 27)

2.9. Questões éticas da pesquisa

O estudo sobre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade impôs importantes desafios éticos e metodológicos, além dos decorrentes de qualquer pesquisa. A natureza do tipo de informação recolhida fez com que as questões de segurança,

¹⁹ O primeiro artigo foi publicado no e-book: Práticas, pesquisas e reflexões: pontos e contrapontos no fazer da educação. O segundo artigo foi publicado na Revista Cadernos de África Contemporânea, E-ISSN 2595-5713.

confidencialidade e de postura do pesquisador fossem ainda mais importantes do que noutras áreas de pesquisa.

Nesta pesquisa, as questões éticas, para além da postura do autor (pesquisador), foram decorrentes do tipo de perguntas que eventualmente puderam trazer lembranças e emoções negativas aos sujeitos de pesquisa (condição social do agregado familiar, as sociabilidades e a experiência sobre a criminalidade).

Portanto, manter a confidencialidade foi essencial para garantir a segurança dos sujeitos da pesquisa e a qualidade da informação recolhida. O autor da pesquisa assinou o acordo de confidencialidade, onde se comprometeu a nunca revelar as informações específicas sobre os sujeitos de pesquisa. Nenhum sujeito de pesquisa foi identificado pelo seu nome em qualquer parte do estudo ou em artigos publicados.

Em alguns casos, em que os sujeitos de pesquisa apresentavam sinais de mal-estar ou desconforto, a equipa de pesquisa procurou sempre saber do sujeito de pesquisa se valia a pena continuar ou se precisava de outras informações que lhe garantissem mais confiança e tranquilidade.

Os sujeitos de pesquisa, antes da aplicação do questionário, foram informados que podiam, se assim o desejassem, interromper a conversa. Neste caso, a equipa de pesquisa terminaria de imediato a conversa e agradeceria pelo tempo e participação do sujeito de pesquisa.

O consentimento informado e a declaração do participante foram distribuídos um dia antes da recolha de dados, de modo que os chefes de agregados familiares seleccionados tivessem mais tempo de ler e compreender o conteúdo de dados que se pretendia recolher, para permitir uma tomada de decisão da sua participação no estudo.

A informação recolhida foi armazenada numa base de dados só para os fins da produção da tese. Garantiu-se aos sujeitos de pesquisa a destruição da base de dados após a defesa pública da tese. Cada sujeito de pesquisa foi-lhe atribuído um código. O código combinava os números e as letras iniciais dos bairros estudados.

Entretanto, mais detalhes sobre as questões éticas, decorrente do estudo, estão contidas no consentimento informado e na declaração do participante (Anexo 4).

2.10. Constrangimentos

Constituíram constrangimentos do estudo, os seguintes:

- Ausência de dados actualizados até ao nível dos bairros aquando do processo da definição da amostra, facto que forçou o recurso aos dados de Censo de 2007 e da administração local dos bairros;
- Escassez da literatura local que aborda as questões relacionadas com a transformação social do espaço e criminalidade;
- Fragilidade nos registos e armazenamento dos dados sobre as mudanças sociais e criminalidade em diferentes momentos históricos; e
- Dificuldade no acesso aos dados criminais na Polícia da República de Moçambique.

CAPÍTULO III. TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO NA CIDADE DE MAPUTO: UM OLHAR SOBRE OS BAIRROS DE MAGOANINE “C” E CHAMANCULO “C”

Este capítulo tem como objectivo analisar a transformação social do espaço na Cidade de Maputo, tomando os bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C” como subunidades espaciais de análise. A análise da transformação social do espaço urbano nestes bairros, inclui (i) caracterização do perfil demográfico e (ii) descrição de como a comunidade participa na construção diária das sociabilidades (ocupação do espaço, relações de trabalho/económicas, relações familiares e relações de vizinhança).

3.1. Perfil sociodemográfico dos inquiridos

Neste estudo, o inquérito para a recolha de dados foi dirigido ao chefe do agregado familiar. O agregado familiar constitui a base da sociedade, por isso, tem sido o foco principal das análises sociais, económicas e demográficas, sobretudo no que diz respeito às necessidades do bem-estar.

O perfil sociodemográfico dos chefes de agregados familiares inquiridos reveste-se de grande importância para o conhecimento da estrutura e relações familiares que são estabelecidas dentro deles. Deste modo, a presente secção apresenta o número de agregados familiares, sua composição por sexo e idade, religião, relações de parentesco, actividades económicas dos chefes de agregados familiares, entre outros aspectos, com a finalidade de compreender as bases para a edificação da coesão familiar.

Para este estudo, foram inquiridos 393 chefes de agregados familiares, dos quais 187 são residentes no bairro de Chamanculo “C” e 206 no bairro de Magoanine “C”. Dentre os chefes de agregados familiares inquiridos, 60,31% são do sexo feminino. A tabela 1 apresenta a distribuição dos inquiridos por sexo, segundo o bairro de residência, destacando-se o bairro de Magoanine “C”, onde as mulheres representam cerca de 65% dos inquiridos.

Tabela 1 - Distribuição dos chefes de agregados familiares inquiridos por bairro e sexo

Bairro	Nº de chefes de agregados familiares inquiridos	Sexo dos inquiridos		Total
		Masculino	Feminino	
		(%)	(%)	(%)
Chamanculo “C”	187	44,39	55,61	100
Mogoanine “C”	206	35,44	64,56	100
Total	393	39,69	60,31	100

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

Dos 393 chefes de agregados familiares inquiridos nos dois bairros, 288 são nativos de outros bairros, com maior enfoque para Mogoanine “C,” onde 65,6% dos inquiridos referiram ter nascido noutros bairros. Os relatórios de actividades da administração dos dois bairros em estudo indicam uma distribuição não uniforme do número de agregados familiares por quarteirão. No bairro de Mogoanine “C”, os dados locais da estrutura administrativa referem que o número de agregados familiares varia entre 48 e 70 por quarteirão, enquanto no bairro de Chamanculo “C”, a variação situa-se entre 40 e 50 agregados familiares.

No bairro de Chamanculo “C”, o relatório aponta os quarteirões 5, 10, 11A, 19, 19A e 20 como os que apresentam maior número de agregados familiares. Por sua vez, no bairro de Mogoanine “C”, os quarteirões 20, 26, 29, 30, 33, 47, 50, 52, 56, e 105 são os que apresentam números elevados de agregados familiares.

A distribuição desigual de agregados familiares pelos quarteirões foi confirmada pelos secretários dos dois bairros, conforme os depoimentos que se seguem:

Embora o quarteirão seja conhecido como divisão do bairro que alberga 40 famílias (...) aqui os quarteirões não têm o mesmo número de famílias. Os quarteirões próximos do mercado de Mbuzine e Estrada Circular são os mais numerosos que chegam a ter mais de 70 famílias (Entrevista ao secretário do bairro de Mogoanine “C” realizado no dia 19 de Julho de 2019).

Essa coisa de 40 famílias por quarteirão nunca se observou. Veja só algumas famílias constroem dependências ou quartos no seu quintal e arrendam a vários inquilinos (...) e quando se faz o levantamento do número de casas não dizem (...) Oficialmente, os quarteirões 10, 11A, 19A, 19, 20 são os mais habitados com mais de 60 famílias por

quarteirão (Entrevista ao secretário do bairro de Chamanculo “C” realizado no dia 16 de Agosto de 2019).

Por outro lado, os inquiridos (59%) referiram que as dimensões dos talhões não são uniformes, o que denuncia a existência de irregularidades do ponto de vista de ordenamento urbano. As irregularidades são comuns nos dois bairros, onde 64% dos inquiridos afirmaram que viviam em espaços não parcelados e sem DUATs.

As irregularidades do ponto de vista do ordenamento de espaço foram igualmente, testemunhadas durante a observação efectuada pelos bairros em estudo. Neste processo, foi possível constatar a existência de terrenos com dimensões maiores em relação aos outros, no mesmo quarteirão. As dimensões diferenciadas de terrenos sempre estão presentes, mesmo nos quarteirões em que houve a intervenção do Conselho Municipal, através do processo de parcelamento. A presença de terrenos com dimensões diferenciadas, nos bairros em estudo, é motivada pela coexistência de dois modelos de parcelamento e atribuição de terrenos (prática informal, que envolve os nativos, sob a conviência das autoridades administrativas do bairro, e formal, materializada pela intervenção dos técnicos do Conselho Municipal).

Raposo *et al.* (2012) referem que a ocupação do território, por iniciativa da população, nem sempre reconhecida pelo poder público, denominada por “autoprodução”, é um processo preponderante na formação e consolidação dos bairros. Os dados da UN-Habitat (2010) confirmam a existência de espaços “autoproduzidos”, ao observar que 70% da população total da Cidade de Maputo reside em assentamentos informais.

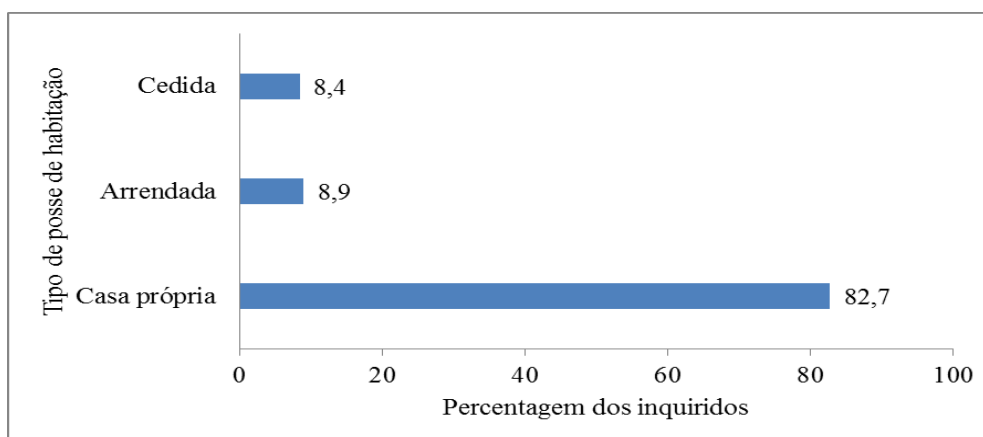
Os assentamentos informais estão concentrados nas áreas peri-urbanas, habitadas por uma população, geralmente, com menos recursos e baixo nível de escolaridade, cujo território e vivências se forjam na interacção entre dois mundos bipolares, o urbano, resultante do modelo da cidade ocidental, espelhado no centro, e as referências rurais que marcam a história dos seus moradores (Raposo & Salvador, 2007).

Outros aspectos que marcam a “autoprodução” do espaço, segundo Jorge e Melo (2014), são: (i) parcelamento e atribuição de talhões, com níveis variáveis de infra-estruturação (sector público e lideranças locais); (ii) reassentamento e realojamento, com níveis variáveis de infra-estruturação (sector público e, em alguns casos, investidores privados, agências internacionais e organização da sociedade civil); (iii) qualificação urbana, através da implementação ou melhoria de infra-estruturas; (iv) renovação urbana, recorrendo

à demolição do tecido existente para a construção de novos espaços, geralmente, na lógica do mercado; (v) construção de grandes infra-estruturas, equipamentos e empreendimentos imobiliários, em áreas tendencialmente desocupados; e (vi) regularização fundiária, através da atribuição de título de direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT).

Questionados sobre a posse da habitação em que os inquiridos viviam, a maioria (82,7%) disse que a casa era própria²⁰. Entretanto, houve alguns que disseram que a casa tinha sido arrendada (8,9%) e cedida (8,4%) (gráfico 1). A realidade sobre o tipo de posse de habitação, expressa pelos inquiridos dos dois bairros, revela a mesma tendência dos dados do Inquérito de Orçamento Familiar (2014/15), que indicam que na Cidade de Maputo, a maioria dos agregados familiares (78,4%) vivia na casa própria, e que os restantes estavam em casas arrendadas (14%) ou cedidas (7,7%) (INE, 2016). Dentre os inquiridos que vivem em habitações arrendadas, 87,1% não celebraram o contrato de arrendamento, e 83% não foram apresentados à estrutura local do bairro.

Gráfico 1 - Distribuição percentual dos inquiridos segundo o tipo de posse de habitação nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”



(N=393)

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Setembro de 2019)

Em relação ao tamanho dos agregados familiares, mais da metade dos inquiridos (55%) afirmou que vivia em agregados familiares compostos por 6 ou mais membros. No entanto, houve outros inquiridos, em proporções significativas que disseram que viviam em agregados familiares de 3 a 5 membros (30%), 2 membros (10%) e 1 membro (5%). A presença de agregados familiares compostos por 6 ou mais membros é comum no bairro de Magoanine “C”, onde estes foram referidos por 75% dos inquiridos. Entretanto, no bairro

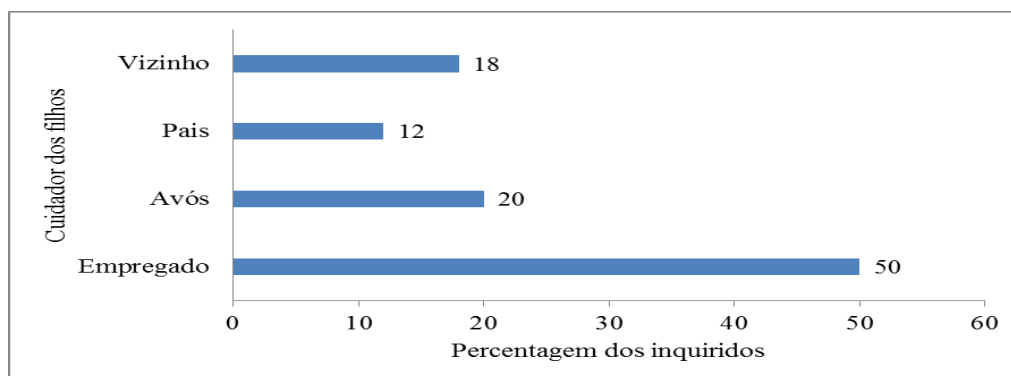
²⁰ A prevalência da casa própria também é referenciada pelos dados do Censo de 2017, ao indicar 90%.

Chamanculo “C” predominam famílias compostas por 3 a 5 membros, conforme a declaração de 57% de inquiridos.

Nas famílias inquiridas, o exercício de autoridade reparte-se entre patriarcal (com 45,5% dos inquiridos), igualitária (com 28% dos inquiridos) e matriarcal (com 26,5% dos inquiridos). A presença de famílias patriarcais é comum no bairro de Magoanine “C”, onde foram referidas por 56% dos inquiridos. A autoridade matriarcal é mais expressiva no bairro de Chamanculo “C”, tendo sido referida por 65% dos inquiridos. Nestas famílias de autoridade matriarcal, os pais ou encarregados de educação passam mais tempo fora de casa, conforme a declaração de 90% de inquiridos.

Como consequência disso, os filhos/educandos ficam sob os cuidados de empregados (em 50% dos inquiridos), avós (em 20% dos inquiridos) ou vizinhos (em 18% dos inquiridos). Apenas 12% dos inquiridos afirmaram que os filhos/educandos ficavam sob o cuidado dos pais (gráfico 2). O elevado número de membros e fraca presença dos pais no agregado familiar transmite a ideia de vulnerabilidade dos filhos, bem como a fraca sociabilidade parental.

Gráfico 2 - Distribuição percentual dos inquiridos segundo o tipo de cuidador dos filhos nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”



(N=393)

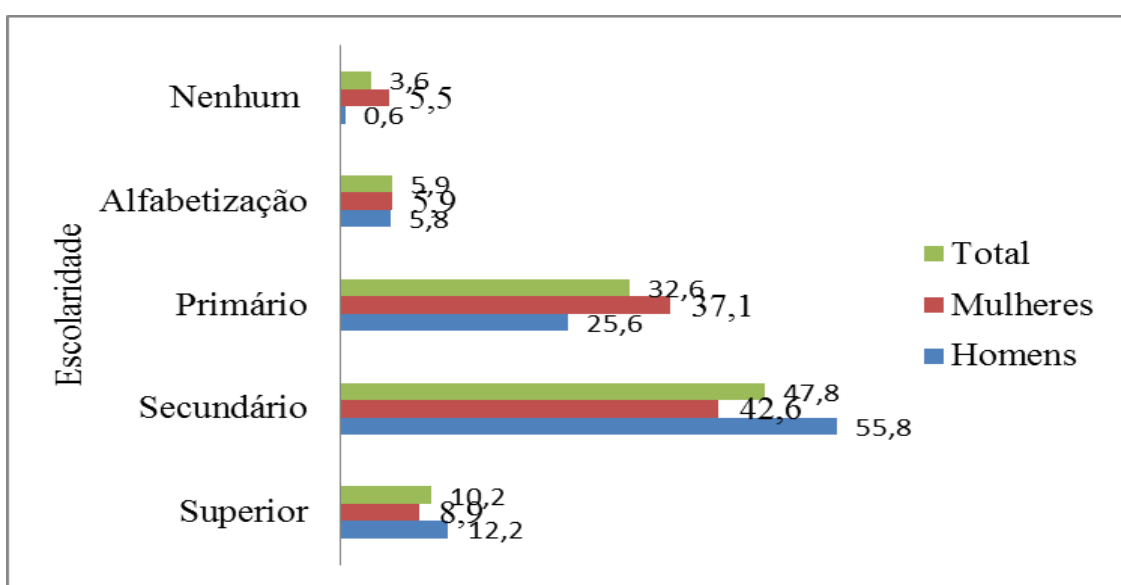
Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

Analisando a relação entre o nível de escolaridade e o sexo dos chefes de agregados familiares inquiridos, nota-se que a maioria dos inquiridos, de ambos os sexos, tem o nível secundário, com destaque para os inquiridos do sexo masculino que perfazem cerca de 56%, contra 42,6% dos inquiridos femininos. Depois do nível secundário, os inquiridos aparecem, em percentagens consideráveis, no nível primário, sendo 37,1% dos inquiridos femininos e

25,6% dos inquiridos masculinos. O nível superior está presente em apenas 12,2% e 8,8% dos inquiridos masculinos e femininos, respectivamente. Nota-se, porém, que há uns 5,5% de inquiridos sem nenhum nível de escolaridade (gráfico 3).

O baixo nível de escolaridade espelhado nos dados encontra o seu enquadramento no estudo de Raposo e Salvador (2007), ao referirem que as áreas peri-urbanas da Cidade de Maputo são habitadas por uma população geralmente de baixo nível de escolaridade. Ainda o INE (2019) refere que 38,6% das crianças entre 6 e 17 anos encontram-se fora da escola.

Gráfico 3 - Distribuição percentual dos inquiridos por sexo e nível de escolaridade nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”



(N=390)

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

A distribuição dos inquiridos por estado civil, indica que estes se repartem, principalmente, entre o estado civil de união marital e o de solteiro (com 140 e 130 inquiridos, respectivamente). Os inquiridos solteiros concentram-se mais nas faixas etárias de 15-24 e 25-34 anos (com 40,8% dos inquiridos, respectivamente). Os inquiridos casados, nos bairros em estudo, estão mais concentrados nas faixas etárias de 35-44 e 45-54 anos (com 40% e 33,3% dos inquiridos, respectivamente). Ainda, nota-se a presença considerável de inquiridos que vivem em união marital nas faixas etárias de 25-34 e 35-44 anos (com 35% e 29,3% dos inquiridos, respectivamente). Os divorciados/separados apresentam maior concentração nas faixas etárias de 35-4 e 45-54 anos (com 41% e 33,4 % dos inquiridos, respectivamente).

Finalmente, a maioria dos inquiridos viúvos (61,5%) está na faixa etária de 55 anos e mais (tabela 2).

O estado civil constitui uma das variáveis fundamentais no processo da educação familiar. Os filhos que vivem em famílias de progenitores separados (divorciados, viúvos) ou de mães solteiras têm a maior possibilidade de experimentar comportamentos desviantes.

Tabela 2 - Distribuição percentual dos inquiridos por estado civil segundo a idade

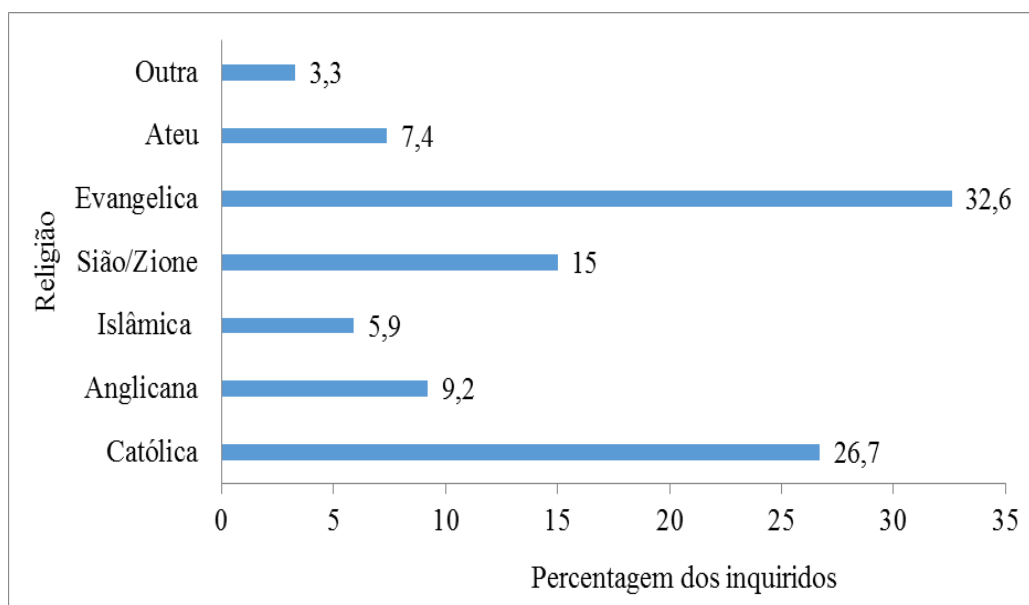
Idade	Estado Civil dos inquiridos				
	Solteiro/a	Casado/a	União marital	Divorciado/a	Viúvo/a
15-24	40,8	2,2	2,9	0	0
25-34	40,8	13,3	35	15,4	0
35-44	9,2	40	29,3	41	2,6
45-54	4,6	33,3	22,1	33,4	17,9
55 e mais	4,6	11,1	1,7	10,3	79,4
Total (%)	100	100	100	100	100
Total (N)	130	45	140	39	39

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

A religião constitui uma das instituições de controlo social, dotada de capacidades educativas que visam promover o bem comum para todos no contexto da coesão social e valorização do próximo. Assim, dos 393 inquiridos, residentes nos dois bairros, 26,7% referiram que professavam a religião católica, 32,6% a evangélica, 15% a sião/zione, 9,2% a anglicana, 5,9% a islâmica e 3,3% a outra religião. Há 7,4% de inquiridos que afirmaram ser ateus (gráfico 4).

Apesar dos inquiridos terem revelado que faziam parte de uma igreja, quando questionados sobre a sua relevância na promoção dos bons valores na sociedade, 78% afirmaram que, na actualidade, a igreja encontra-se enfraquecida e outros ainda (57%) disseram que ela era movida pelo dinheiro (venda da fé).

Gráfico 4 - Distribuição percentual dos inquiridos por religião nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”



(N= 393)

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

Em relação à ocupação dos inquiridos, os que trabalhavam por conta própria e indivíduos sem trabalho constituem a maioria dos inquiridos (com 32,1% e 29,3% de inquiridos, respectivamente). A percentagem de inquiridos sem trabalho é mais elevada no bairro de Magoanine “C” (35,4% dos inquiridos), se comparada com a do bairro de Chamanculo “C” (22,5% dos inquiridos). Nos dois bairros, não existe uma diferença expressiva entre os inquiridos com trabalho na função pública e na empresa privada (13,7% e 14,8% de inquiridos, respectivamente). A empresa privada foi referenciada por 18,7% dos inquiridos residentes no bairro de Chamanculo “C” e 11,2% de inquiridos de Magoanine “C” (tabela 3). Os dados do Inquérito de Orçamento Familiar 2014/15 indicam 73,1% de chefes de agregados familiares, na Cidade de Maputo, na condição de trabalhadores por conta própria.

Esta tendência de informação vem reforçar o pensamento de Raposo (2007) que retrata a dualidade urbana, concebida a partir das desigualdades económicas e como fenómeno de segregação e exclusão decorrente de processos e dinâmicas de intervenção em diferentes contextos históricos (urbanização acelerada, a guerra civil e o neoliberalismo).

O desemprego no contexto moçambicano é bastante preocupante, principalmente, quando os dados do INE (2019) referem que em cada 100 pessoas existem cerca de 99 pessoas a espera de outras para lhes suportar em todas suas despesas.

Tabela 3 - Distribuição percentual dos inquiridos por local de trabalho, segundo o bairro de residência

Local de Trabalho	Bairros de residência		Total (%)
	Chamanculo “C” (%)	Magoanine “C” (%)	
Função Pública	13,9	13,6	13,7
Empresa Privada	18,7	11,2	14,8
Cooperativa	0,5	0	0,3
Instituições Sem Fins Lucrativos	4,8	2,4	3,6
Empregado Doméstico	5,9	6,8	6,4
Conta Própria	33,7	30,6	32,1
Sem Trabalho Remunerado	22,5	35,4	29,3
Total	100,0	100,0	100,0
Total de Inquiridos (N)	187	206	393

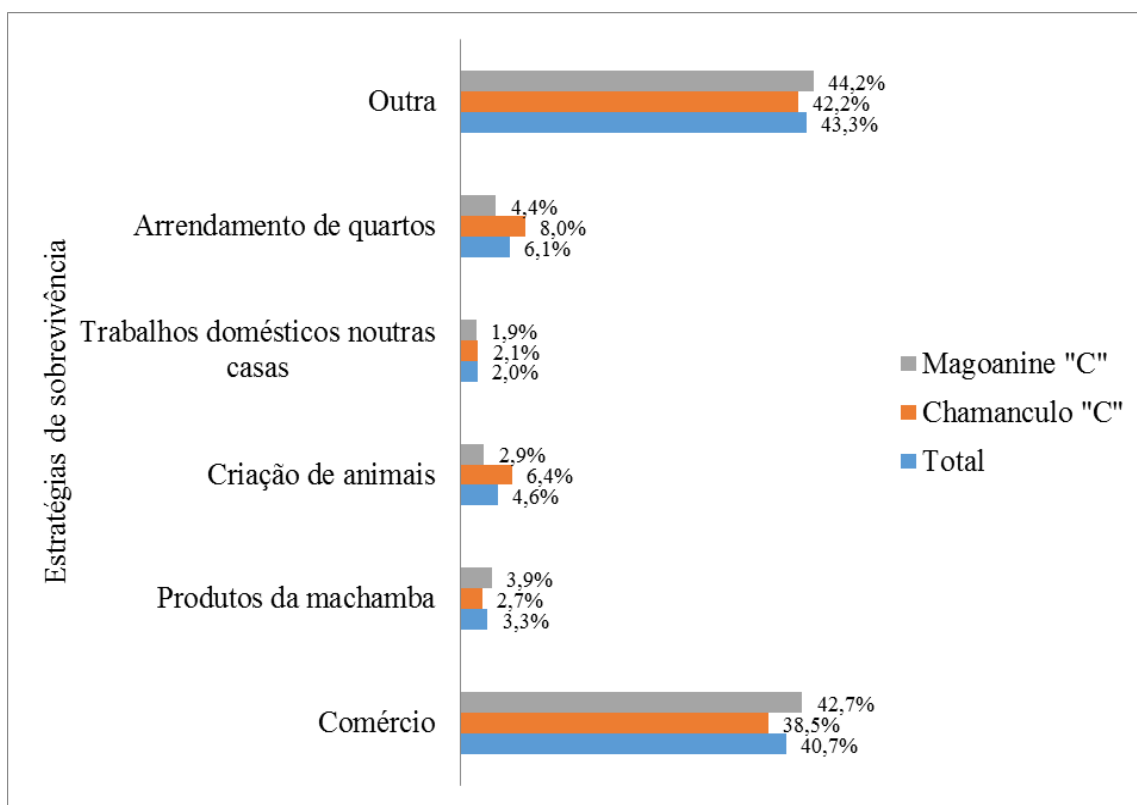
Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

Grande parte dos inquiridos (43,3%) adopta outras estratégias de sobrevivência, não mencionadas, para complementar o seu rendimento, em ambos bairros de estudo. Entretanto, há uma proporção significativa de inquiridos (40,7%) que recorre ao comércio, tanto em Chamanculo “C” quanto em Magoanine “C”. A seguir ao comércio, estão as estratégias de arrendamento de quartos e criação de animais, com 6,1% e 4,6% de inquiridos, respectivamente. Entre os dois bairros, não se verifica diferenças significativas em relação às estratégias de sobrevivência para complementar os rendimentos familiares (gráfico 5).

A partir da observação, foi possível verificar a presença de actividades comerciais nos dois bairros. As mesmas são desenvolvidas dentro e fora do espaço residencial e, muitas delas, de forma espontânea (nas vias de acesso e arredores do mercado). As bebidas alcoólicas e produtos alimentares de primeira necessidade constituem os produtos mais comercializados. O comércio desenvolve-se no contexto do mercado informal, em que os compradores estão

mais preocupados com o preço e não com a qualidade, proveniência e segurança²¹ do produto vendido.

Gráfico 5 - Distribuição percentual dos inquiridos de acordo com as estratégias de sobrevivência adoptadas para complementar o rendimento, por bairro



(N Geral = 367; N Chamanculo "C" = 157; e N Magoanine "C" = 210)

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

As vivências dos inquiridos enquadram-se dentro do contexto mais amplo a que os residentes da Cidade de Maputo foram sujeitos ao longo do tempo. As mesmas remontam desde o tempo colonial, em que o centro foi planeado pela administração portuguesa, impulsionando até então a segregação e exclusão sócio-espacial.

Após a proclamação da Independência nacional (a 25 de Junho de 1975), a produção da cidade fez-se à custa da expansão e densificação das áreas peri-urbanas, por meio de “autoprodução”, o que interferiu nas formas de ocupação do espaço.

²¹ As pessoas não estão preocupadas com a validade do produto e nem com o recibo de compra.

A ocupação dos inquiridos por tipo de actividades configura-se no contexto da expansão da economia do mercado que se produziu à escala global e promoveu, a partir da década de 80, uma mudança radical da economia, através da liberalização das actividades produtivas, acompanhada pelo processo de democratização e de descentralização do poder. Este processo foi acompanhado pela reformulação de políticas e do quadro legal assente no crescimento económico desigual.

Do ponto de vista legal, na Cidade de Maputo, assistiu-se à elaboração e aprovação de vários instrumentos de ordenamento e planeamento urbano, como por exemplo, o Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM), em 2008, e os planos parciais de urbanização de alguns bairros (Zimpeto, Magoanine “C” e “B”), em 2010, e ratificados em 2011 e 2012, enquanto a intervenção no Chamanculo “C” iniciou com uma fase de diagnóstico realizado entre 2005 e 2006, tendo evoluído para o projecto municipal de requalificação urbana entre 2008 e 2009.

Apesar destas intervenções, Jorge e Melo (2014) referem que o crescimento económico e social promovido ainda é insuficiente ou incapaz de responder aos interesses e necessidades da maioria da população, que continua a recorrer a “autoprodução”.

A descrição do perfil sociodemográfico teve em consideração especial as características do chefe do agregado familiar. A informação fornecida pelo chefe do agregado familiar permitiu reconstituir a convivência social dos restantes membros da família. Esta informação ajudou a compreender o processo de mudança do rendimento económico, as estratégias de sobrevivência, elementos fundamentais para a coesão social das famílias.

As estratégias de socialização descritas pelos inquiridos resultam de um processo dinâmico, que pode implicar diversos tipos de conflitos, de negociação e de consensos, entre os membros que compõem as famílias. A sobrevivência das famílias é baseada em estratégias de risco, que se manifestam através da coexistência de características, que simultaneamente levam à coesão social e desagregação.

Para a sobrevivência das famílias, no contexto da crise económica e social, resultante das discontinuidades dos processos produtivos, os inquiridos têm diversificado as suas fontes de rendimento, as redes de solidariedade e a dispersão dos membros do agregado familiar por diversas actividades. A dispersão de membros do agregado familiar por actividades pode

constituir ameaça à coesão social da família e de vizinhança, pois nem na família, assim como na vizinhança, ninguém sabe o que cada um faz para sua sobrevivência.

Embora o perfil sociodemográfico tenha revelado a presença de menos de 5% de inquiridos sem nível de escolaridade, as estatísticas do Instituto Nacional de Estatística têm feito menção da existência de proporções muito elevadas de jovens e adolescentes fora da escola.

A religião permite suportar a vida, onde se anima e se resgata a esperança de viver, com a promessa de uma vida melhor no “paraíso”, buscando, assim, o perdão e a reconciliação. Assim, ela garante a coesão social, ao mobilizar a maior parte da população para o bem comum, “a fé, harmonia, o amor ao próximo, o perdão, o valor à vida”.

A partir do perfil sociodemográfico dos inquiridos, pode-se afirmar, que as igrejas, no contexto dos dois bairros, são vistas como instituições que tendem a pilhar os recursos de crentes, através da banalização da fé. Aliás, pelas evidências do dia-a-dia, a igreja pouco promove a coesão social dos inquiridos dos dois bairros, senão a venda da fé.

3.2. Alguns mecanismos de controlo social local no espaço urbano moçambicano

Brito (2019) refere que, antes da Independência nacional, as cidades foram denunciadas como lugares de vício e corrupção. O discurso proferido por Samora Machel (primeiro presidente de Moçambique independente), no mês anterior à Independência, vincava mensagens ligadas à preguiça, ao banditismo, às drogas, ao álcool e a prostituição. A prostituição era referida como sendo “carne podre à espera das moscas”. Então, a cidade era vista como lugar do “vício”, corrupção e manobras do inimigo. Foi nesse sentido que a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) impôs a sua política repressiva e de controlo social.

Os grupos dinamizadores, criados durante o período de transição, tornaram-se as únicas estruturas organizacionais reconhecidas nos locais de residência e de trabalho. Eram eles que asseguravam a aplicação das orientações do partido e que constituíam um instrumento privilegiado do poder para fazer o enquadramento de toda a população (1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros, 1979a).

Neste período, foram banidas as associações culturais, científicas e estudantis. Houve, no entanto, duas exceções, ligadas às igrejas e aos clubes desportivos. Os clubes desportivos estavam ligados aos ministérios ou empresas estatais, perdendo a sua autonomia em relação ao poder. As igrejas tiveram que restringir as suas actividades de culto e as suas propriedades.

Nos bairros, a função do controlo social dos grupos dinamizadores alargou-se com a nomeação de responsáveis para cada quarteirão ou prédio, que tinham a missão de garantir que os habitantes respeitassem a linha política do partido e de elaborar um registo contendo informação sobre a situação familiar e emprego, assim como de mobilizar os residentes para trabalho voluntário ou para as manifestações organizadas pelo partido (1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros, 1979b).

As mesmas reuniões indicam que, nas empresas, havia os conselhos de produção que, para além da planificação e gestão, tinham, também, a tarefa de promover a alfabetização e formação, organizar o trabalho voluntário e participar no reforço da disciplina. Todas estas organizações tinham como missão garantir o centralismo democrático e o controlo de todo o comportamento desviante (incivilidades).

Para Brito (2019), a preocupação do governo da Frelimo, numa primeira fase, era assegurar o abastecimento da população urbana em produtos alimentares e outros bens de consumo. Para isso, foram criadas as lojas de Povo que, numa fase inicial, tratavam de resolver os problemas de abastecimento que se faziam sentir nos bairros suburbanos de Maputo.

Nessa perspectiva, foi criada uma Comissão de Coordenação de Abastecimento, que era dirigida pelo então Ministro de Segurança, cuja missão era instituir o racionamento dos bens da primeira necessidade para garantir uma distribuição “justa” e ao mesmo tempo para manter o nível de preços (1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros, 1979c).

A prioridade dada pelo Estado às camadas sociais urbanas, segundo Brito (2019), traduziu-se pela prestação de serviços gratuitos no campo de educação e de saúde, como é o caso dos subsídios na habitação e nos bens de consumo básico, o que, mais tarde, tornou-se uma fonte de inflação. A pressão inflacionária, que não se podia manifestar em preços mais altos, traduziu-se em bichas, em frente das lojas, resultantes da penúria de bens e no desenvolvimento do mercado negro, conhecido na altura como *candongas*.

A Operação Produção (1983) foi uma das grandes transformações sociais, que tinha como finalidade evacuar os considerados improdutivos das cidades para os alojar no campo. Brito (2019) refere que, com a Reunião Nacional dos Comités Distritais, foram traçadas duas recomendações para lidar com o problema de desemprego e do fluxo para as cidades. Em termos políticos, sugeria-se a intensificação do processo de descentralização a dois níveis. Ao nível da cidade, a descentralização consistia em fazer entender à população a necessidade de retornar ao campo, enquanto ao nível rural, sensibilizava-se a população para a inutilidade e o perigo da emigração para cidade.

Assim, logo após a Independência, foi introduzido o sistema de guias de marcha. As guias de marcha segundo Brito (2019), eram um documento emitido pelas autoridades políticas ou administrativas locais, que cada cidadão deveria ter quando viajasse para fora do seu distrito de residência, no qual indicava-se o destino, a razão e a duração da viagem. Era obrigatória a apresentação desta guia nos postos de controlo, ao longo da estrada, e devia ser carimbado pelas autoridades do lugar de destino.

A FRELIMO estava cada vez mais preocupada com a migração contínua do campo para a Cidade de Maputo, que era vista como uma fonte de instabilidade e de delinquência. Em 1978, o Ministério da Planificação e Desenvolvimento Económico criou uma comissão para estudar a questão das migrações e propor medidas para pôr fim ao êxodo rural. A primeira Reunião Nacional sobre as Cidades e Bairros, realizada em Março de 1979, considerou a migração descontrolada do campo para cidade como o factor que fazia com que as pessoas que deveriam desenvolver actividades produtivas no campo se tornassem desempregadas na cidade, o que levava a uma vida parasitária e conduzia à situação de marginalidade, banditismo, prostituição, roubo e outros males sociais.

No relatório do Comité Central ao 4º Congresso, foi referido que o movimento migratório, especialmente do campo para cidade, não tinha parado de crescer e que era um dos factores que contribuía para o aumento da criminalidade, diminuição do abastecimento e o alargamento da margem de manobra para *candongas*.

Conforme Brito (2019), a Operação Produção consistiu, em tirar das grandes cidades os desempregados, enviando-os para o campo, onde supostamente poderiam produzir. Essa acção foi desencadeada pela Polícia e pelas unidades do exército, baseadas nas cidades, assim como pelas milícias e pelos grupos dinamizadores. Estas forças foram mobilizadas para controlar a população, identificar e deter os considerados improdutivos.

Assim, qualquer indivíduo que não pudesse provar que estava em situação «regular» na cidade, como, por exemplo, apresentar os documentos (bilhete de identidade, cartão de residência, cartão de trabalho, cartão de recenseamento, cartão de serviço militar obrigatório, ou guia de marcha para quem estava de passagem) era imediatamente detido e enviado para os campos de reeducação.

Estes mecanismos de controlo social instituídos, segundo Maloa (2018), eram para subordinar ou mesmo destruir qualquer forma de organização social que escapasse ao controlo directo do Estado, tornando cada indivíduo um sujeito do Estado. Estas acções visavam em parte garantir a legitimação do Estado, no contexto da experiência “socialista”.

Após a experiência “socialista” com a aplicação do Programa de Reabilitação Económica (PRE), a partir de inícios de 1987, adoptaram-se medidas de liberalização que representaram mudanças rápidas e de grande amplitude. Os mercados interno e externo liberalizaram-se, os processos de privatização aconteceram de forma caótica e sem estratégias alternativas, a criação do empresariado nacional teve as mesmas características acrescidas da politização através da promiscuidade da política, dos negócios e da corrupção (Mosca, 2013, p. 54).

A abertura económica de Moçambique, que se fez sentir a partir de meados da década de 1980, e as rápidas transformações de carácter socioeconómico, fruto da adesão a políticas neoliberais, somadas aos efeitos das mudanças globais que têm vindo a afectar o continente africano desde finais do século XX, fizeram-se reflectir nas formas de sociabilidade por todo o território (Cruz e Silva *et al*, 2015).

Os efeitos conjugados da crise económica nacional e de destabilização, provocadas pelos Regimes da Rodésia e da África do Sul e pela guerra conduzida pela Renamo, acabaram por levar a FRELIMO a iniciar um processo de liberalização económica em favor de sectores burgueses em ascensão e abriu espaço para que a população se organizasse independentemente do Estado (Cruz e Silva, 2011).

As mudanças foram espectaculares na Constituição de 1990, ao abrir espaço para o liberalismo económico e ao multipartidarismo. A partir deste marco assiste-se a uma abertura às actividades do mercado especulativas e a uma criminalidade generalizada no contexto urbano.

Nessa perspectiva, Cruz e Silva (2011) defendem que o processo de transição política embrionária na década de 80, concretizada nos anos de 90, teve custos sociais que se reflectem na qualidade da vida da população. A autora ainda enfatiza que a necessidade de contrair os níveis de consumo, para os adaptar à realidade económica do país, e a incapacidade e impossibilidade do Estado para prover o bem-estar social, impediram que se criasse um sistema para a minimização dos efeitos sociais negativos das reformas económicas, elevando assim os níveis de pobreza²² e o crescimento da exclusão social e da violência.

Igualmente, CEP/UEM (2003) afirma que os elevados índices de pobreza e crescente desigualdade económica têm sido apontados como possíveis factores de conflito, ou até mesmo, como maior ameaça à paz. Todavia, a associação directa das possíveis convulsões sociais com os níveis de pobreza e desigualdade apoiam-se em ideias pré-concebidas ou motivações ideológicas e políticas, do que numa consideração cuidadosa das evidências empíricas.

As transformações sociais em curso nas zonas urbanas de Moçambique são marcadas por assentamentos informais, caracterizadas por: desprovimento de infra-estruturas básicas (água, saneamento e energia); insegurança no direito de posse de terra; elevada densidade do parque habitacional; condições ambientais impróprias; baixa qualidade das construções; entre outros. Igualmente, são inúmeras as habitações “autoproduzidas”, o que denuncia as disparidades económicas e desigualdades sociais.

As transformações ocorridas na década de 1990 conforme Maloa (2019) marcam o acúmulo histórico de problemas na área de segurança pública decorrente dos novos desafios da pacificação social, numa sociedade onde a desigualdade social e segregação urbana, cresce

²² Nos estudos sobre o conceito de “pobreza”, pode-se verificar que este assume progressivamente uma maior complexidade e passou a ligar-se não só ao baixo rendimento familiar, falta de saúde, sub-nutrição, falta de acesso à educação, falta ou inadequada habitação e de condições de vida, mas também, e profundamente, à exclusão social, a marginalização, a vulnerabilidade social e a falta de poder. Por sua vez, a vulnerabilidade não é uma simples consequência da exposição aos perigos, mas sim o resultado de condições de desigualdade social que precedem a ocorrência desses processos e que podem estar relacionados com factores como a pobreza, a idade, o género ou a classe social. A pobreza descreve uma situação de “privação”, enquanto a vulnerabilidade é o efeito de resiliência, através do qual as pessoas têm a capacidade de reter os seus bens e manter o seu bem-estar e subsistência face à adversidade (Cruz e Silva *et al*, 2015).

e enfraquece a busca de soluções pacíficas e estimula relações conflituosas, numa sociedade de “carências e escassez”, onde o consumo, aposta de todos, emerge como forma de vida comum e conecta mercados legais e ilegais, inclusive fomentando a violência urbana.

3.3. Factos e realidades da transformação social do espaço nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C”

Os factos e realidades sociais de sociabilidades nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C” inserem-se no contexto das grandes transformações que ocorreram e ocorrem em todo Moçambique e, em particular, na Cidade de Maputo, marcadas por uma grande expansão territorial desajustada às condições de vida da população.

As tais transformações ocorrem de forma desordenada e anárquica, pois o ritmo de crescimento populacional não é acompanhado por igual ritmo de desenvolvimento e nem pela criação de capacidades para a implantação de projectos de desenvolvimento capazes de dar emprego a todos, ou seja, que concorram para a melhoria da qualidade de vida.

A trajetória histórica do ambiente urbano moçambicano foi marcada pela vigência de um sistema socialista, com economia centralizada e planificada a nível da capital do país. Neste processo, a nível estrutural, ocorreram algumas anomalias relacionadas com (i) fragilidade do sistema de administração pública; (ii) morosidade no crescimento e desenvolvimento económico; e (iii) marginalização de certos segmentos da população.

Para além das anomalias referenciadas no parágrafo anterior, a prolongada guerra dos 16 anos e as adversidades climáticas exacerbaram as dificuldades de construção de uma comunidade coesa, caracterizada por altas taxas de analfabetismo, decréscimo das receitas e divisas, saldo negativo do comércio externo, emigração, fome, dependência internacional e complexo processo de reconciliação (Ngoenha, 1992).

Com efeito, o Estado moçambicano, vendo a sua economia assolada por crises, resultantes de factores conjunturais, e na impossibilidade de responder às demandas sociais, optou por liberalizar a economia, assumindo o papel regulador e não de desenvolvimento económico. Os factores conjunturais ainda colocaram em causa a governabilidade, agravada por uma profunda erosão da legitimidade das instituições do Estado.

Foi neste contexto, que novos actores foram chamados a intervir no processo produtivo e, simultaneamente, introduziram reformas com vista estimular o crescimento e

recuperar a confiança dos cidadãos em relação ao Estado. A nível administrativo, foram introduzidas reformas, visando substituir a burocratização no sector público por novos modelos de administração voltada para eficiência e eficácia do Estado.

Para Canhanga (2007), as reformas iniciadas obrigaram o Estado a alterar o paradigma de desenvolvimento centralmente planificado e a adoptar um sistema político-económico mais descentralizado e responsabilizado ao cidadão. As reformas, no campo da descentralização, tinham em vista ampliar a expansão do bem-estar das comunidades, garantir a extensão da cobertura de protecção social básica, assegurar a inclusão dos grupos pobres e vulneráveis no acesso a renda e no processo de desenvolvimento assente nos padrões de eficiência e eficácia, com base na boa governação, descentralização e crescimento económico. Estas reformas conheceram um enquadramento político e a sua celeridade em 1990, com a aprovação da Constituição da República de 1994.

Apesar das reformas introduzidas legalmente na Constituição da República de 1994, até hoje, os bairros urbanos diferem nas formas de construção, no sistema viário, nas actividades económicas dos moradores, bem como nos factores socioeconómicos dos seus agregados familiares. A diferenciação dos bairros remete-nos à referida segregação da cidade em “cimento e caniço”, embora, na actualidade, não se afigure válida, nem no que diz respeito à fisionomia dos diferentes espaços e nem ao que se refere às condições de vida da população (Ammering & Merklein, 2010).

Araújo (1999) defende a necessidade de desagregar a cidade de Maputo em zona urbana, zona suburbana e zona periurbana, a partir das características socioeconómicas e das infra-estruturas. A zona urbana corresponde à área de cimento e segue as regras coloniais de urbanização, com planta ortogonal nítida e edifícios de diversos pisos. Na zona suburbana, directamente ao Norte e Oeste da zona urbana, é onde aconteceu mais imigração da população nos últimos 60 anos (zona onde se enquadra o bairro de Chamanculo “C”). Mesmo depois de 40 anos da independência e da abolição da exclusão social étnica da população negra, ainda persistem sinais de exclusão no que diz respeito às infra-estruturas e aos factores socioeconómicos.

A zona periurbana é caracterizada, principalmente, por uma densidade de ocupação residencial relativamente baixa, com presença considerável de espaços não habitados e vivendas em construção (zona onde se enquadra Magoanine “C”).

O povoamento no interior das zonas suburbana e periurbana chama atenção, até hoje, pelos caminhos não planeados e estreitos, pela falta de infra-estruturas, a existência de condomínios e pela construção horizontal e vertical, ainda com pouca mistura dos materiais tradicionais e modernos, elementos assumidos, pela literatura, como relevantes para a ocorrência da criminalidade, de ponto de vista da comunicabilidade e definição dos espaços.

Nessa perspectiva, MOPHRH (2016) considera que as elevadas taxas de incidência da pobreza absoluta em Moçambique estão intimamente associadas ao desemprego e sub-emprego. Factores como (i) elevadas taxas de analfabetismo, principalmente entre as mulheres, (ii) baixos índices de produtividade no sector agrícola familiar, de onde provêm os rendimentos de mais de 80% da população e (iii) fraca disponibilidade de infra-estruturas básicas (estradas, energia, água e outras) são, simultaneamente, causa ou consequência quer da pobreza absoluta, quer do desemprego e convulsões sociais.

Henriques (2008) refere que o bairro de Chamanculo “C”, embora as suas origens sejam antigas e autoproduzidas, no geral, ainda se estrutura segundo um tecido orgânico denso, composto por ruas de terra batida, onde predominam habitações unifamiliares, com níveis variáveis de habitabilidade e infra-estruturas. A observação feita neste bairro, no que respeita à introdução do projecto de requalificação urbana, indica uma alteração profunda ao longo das vias de acesso, onde a terra batida é gradualmente substituída por pavês.

No bairro de Magoanine “C”, as sociabilidades decorrem da pressão exercida pelo mercado e da sua maior visibilidade, dada a proximidade ao centro. Este processo resultou da maior disponibilidade do espaço para a expansão da cidade, respondendo a demanda residencial provocada pelo aumento demográfico e por processos migratórios resultantes de reassentamento populacional.

O enquadramento, no contexto criminal, dos factos que configuram o processo de transformação social do espaço passa necessariamente pelo reconhecimento das autoconstruções presentes nos bairros estudados. Os actuais modelos de planeamento urbano devem acomodar as transformações em curso, do ponto de vista das necessidades habitacionais existentes e do aproveitamento do investimento feito, de forma individual, pelos residentes.

O contexto actual do crescimento da Cidade de Maputo é alimentado pelas construções autoproduzidas, por indivíduos singulares, e consideradas informais/espontâneas no contexto das políticas de ordenamento do território.

A transformação social do espaço nos bairros estudados constitui a continuidade das mudanças que ocorrem na Cidade de Maputo, caracterizadas por uma fraca implementação dos instrumentos que regulam o ordenamento do território, bem como pelas desigualdades sociais que se registam.

A falta de instrumentos que regulam o ordenamento do território é reconhecida pelo MOPHRH (2016), ao considerar que o país não possui políticas nem estratégias de desenvolvimento urbano específico. Os Programas e os Projectos que decorrem em prol do desenvolvimento urbano ou são estruturados numa base *ad hoc*, ou são fruto de iniciativas isoladas de agências internacionais de cooperação ou de desenvolvimento. A continuidade e a sustentabilidade destas intervenções não estão garantidas.

De facto, os processos de expansão urbana são programados ainda de uma forma deficiente, e a sua implementação esbarra com constrangimentos relacionados com recursos materiais e financeiros, principalmente para o desenvolvimento das infra-estruturas viárias e de equipamento público, de utilidade colectiva, como escolas, hospitais, unidades policiais e áreas para o desenvolvimento da agricultura urbana.

Em outras palavras, pode-se dizer que a implementação da estratégia para intervenção nos assentamentos informais não encontra avanços, devido à exiguidade de recursos financeiros, incluindo a provisão de infra-estruturas e de equipamentos sociais de utilidade pública, nomeadamente, o acesso à água, electricidade, ao transporte, à educação, saúde, habitação e segurança.

Estes desmandos ocorrem devido à fraca capacidade de fiscalização no desenvolvimento dos instrumentos de ordenamento do território. As áreas reservadas para infra-estruturas, que não são implementadas, acabam por ser ocupadas de forma espontânea (prática comum no bairro de Magoanine “C”).

Ao abordar os factos e realidades da transformação social do espaço, importa documentar, de forma separada, as sociabilidades que ocorrem na componente habitacional, familiar, de vizinhança e económica.

3.3.1. A transformação sócio-espacial e habitacional nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C”

A transformação sócio-espacial e habitacional nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C” desenvolve-se e consolida-se ao longo do tempo, marcada por diferentes processos e dinâmicas de intervenção, que alteram a sua configuração. Nos dias de hoje, a par de predomínio da autoconstrução (“autoprodução”) sócio-espacial e habitacional, destacam-se as seguintes intervenções: (i) parcelamento e atribuição de talhões; (ii) reassentamento e realojamentos; (iii) requalificação urbana; (iv) construção de grandes infra-estruturas; e (v) regularização fundiária.

Jorge e Melo (2014) apontam que cada um dos tipos de intervenção, dependendo da especificidade dos territórios onde actualmente as transformações são mais significativas, é susceptível de diferentes níveis e formas de segregação e exclusão, em três perspectivas: (i) a exclusão dos benefícios proporcionados pelo território urbano; (ii) os processos em si mesmos e as aspirações; e (iii) percepções dos principais actores envolvidos, em relação à cidade e aos tipos de intervenção.

A intervenção no bairro de Chamanculo “C”, conforme referiu-se na secção anterior, iniciou em 2005, quando os moradores identificaram os quarteirões onde a prioridade era a melhoria das acessibilidades, através de abertura de vias e da redefinição de talhões. As autoridades municipais financiaram a reconstrução das habitações demolidas e a alguns moradores foram atribuídos novos talhões em outros bairros.

De acordo com o secretário deste bairro²³, o processo incluiu a atribuição de uma parte de DUATs simbólicos e provisórios aos residentes, cujos talhões se localizavam próximas das ruas consideradas principais.

Por sua vez, o bairro de Magoanine “C” também tem acompanhado grandes transformações sócio-espacial e habitacional de uso do solo. O secretário deste bairro²⁴ informou que essas transformações decorrem de autoconstruções que têm tido lugar com envolvimento de alguns residentes influentes e/ou técnicos municipais. O parcelamento, em

²³ Entrevista realizada no dia 23 de Agosto de 2019.

²⁴ Entrevista realizada no dia 20 de Julho de 2019.

alguns quarteirões, foi local, promovido por agregados familiares e camponeses que ocupavam grandes áreas antes de 2000.

Jorge e Melo (2014) apontam que as maiores acessibilidade e segurança que o bairro de Magoanine “C” proporcionou, durante o período da guerra dos 16 anos, associadas à presença de bases militares, contribuíram para a sua ocupação. Para além destes aspectos, as sociabilidades sócio-espaciais e habitacionais foram influenciadas pelo realojamento da população afectada pela construção da Avenida Joaquim Chissano e pelo reassentamento e realojamento decorrentes das cheias de 1998 e 2000.

O assistente do secretário²⁵ do bairro informou, também, que o bairro de Magoanine “C” recebeu famílias desalojadas após cheias. As famílias receberam talhões parceladas localmente por indivíduos que ainda detêm espaços grandes e/ou em zonas que eram reservadas para infra-estruturas.

Os residentes dos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C” constituem um grupo social que foi movimentado de um local, onde tinham estabelecido o seu espaço de relações sociais, para um novo espaço carregado de desafios, do ponto de vista de inserção individual, grupal e, até, de trabalho.

Nestes bairros, a comunidade foi sujeita aos processos de reassentamento, resultantes da necessidade de prevenção contra inundações (Magoanine “C”), com o propósito de desenho de zoneamento adequado e definição de planos detalhados de uso de terra (Chamanculo “C”), em particular as novas experiências de melhoramento dos bairros de ocupação informal e espontânea, com infra-estruturas e serviços urbanos insuficientes.

A expressão sócio-espacial e habitacional nestes bairros enquadra-se nas grandes transformações que estão a ocorrer na Cidade de Maputo, reflectidas no Programa de Desenvolvimento Municipal (PROMAPUTO). O PROMAPUTO destaca a necessidade de melhorar o uso da terra dentro da cidade. A par deste programa, foi, igualmente, aprovado o Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM), um plano normativo e directivo, que define as orientações necessárias para a reserva de terrenos destinados ao desenvolvimento da cidade, para assegurar a qualidade ambiental e para corrigir as desigualdades sociais no acesso e uso do solo urbano (Município de Maputo, 2008).

²⁵ Entrevista realizada no dia 20 de Julho de 2019.

No PEUMM consta, como meta declarada, a necessidade de fornecer diretrizes para o ordenamento do solo urbano e corrigir os desvios e injustiças históricas que se reflectem na actual estrutura espacial.

Para a materialização desta meta, foram definidas nove medidas que devem ser implementadas no processo de transformação social do solo urbano, nomeadamente: (i) requalificação dos bairros informais; (ii) melhoria da acessibilidade para todas as áreas; (iii) garantia do equilíbrio ecológico e da qualidade ambiental; (iv) criação de novos centros de actividades económicas, sociais, culturais, recreativas e administrativas; (v) densificação da ocupação do espaço urbano; (vi) desenvolvimento das infra-estruturas dos serviços urbanos; (vii) abertura de novas áreas urbanas estruturadas; (viii) promoção da construção da habitação social; e (ix) garantia da preservação das qualidades monumentais e do património cultural e histórico que enriquecem e corporizam a memória colectiva da cidade (Município de Maputo, 2008).

Apesar destas intervenções, os bairros suburbanos e periurbanos em estudo continuam congestionados e “doentios”, com casas superpovoadas, passeios estreitos e cheios de pequenos mercados, vendedores, oficinas de reparações, bares e outras instituições, todos contribuindo para o que Jorge e Melo (2011), citando Hansen (1997), apelidaram de “viver amontoado”.

As pessoas vão e vêm constantemente, e há um grande número de “estranhos” que arrendam casas ou quartos por curtos períodos para fazerem negócios no centro da cidade. Isto tem implicações para o sentimento de pertença e segurança das pessoas, em que se torna cada vez mais difícil relacionarem-se com outras pessoas dentro da vizinhança mais próxima (normalmente no quarteirão), numa situação em que não se sabe quem é a pessoa do bairro.

Nestes bairros, as transformações implicam, por vezes, a perda de propriedade, dos meios de subsistência ou de acesso a bens e serviços, assim como a mudança de residência, o que de certa forma pode implicar a marginalização de alguns agregados familiares afectados por essas mudanças, levando ao desenvolvimento de novas estratégias de sobrevivência menos seguras.

Embora o povoamento do bairro de Magoanine “C” tenha-se intensificado em 1998, este desperta atenção a partir de 2000, pelos caminhos não planeados e estreitos, pela falta de infra-estruturas e pela mistura de construções horizontal e vertical, ainda com mistura de

materiais tradicionais e modernos, elementos relevantes para ocorrência da criminalidade, do ponto de vista da comunicabilidade dos espaços e das desigualdades sociais.

O desenho espacial do bairro de Chamanculo “C” não apresenta grandes diferenças, se comparado com o de Magoanine “C”, embora tenha-se beneficiado do processo de requalificação urbana. O processo de requalificação foi mais expressivo para a questão da melhoria das principais vias de acesso, mas persiste a questão dos “becos sem saída”. A habitação, que era vulgarmente chamada de “madeira e zinco”, tende a ser substituída pelas casas de alvenarias. Todavia, ainda persiste a vedação dos quintais com chapas de zinco ou em *espinhosa*.

Em Magoanine “C”, a vinda de novos residentes implicou, por vezes, a perda de propriedade, dos meios de subsistência ou de acesso a bens e serviços, o que de certa forma implicou a marginalização de alguns agregados familiares. Com efeito, 95% dos inquiridos nativos afirmaram ter perdido a sua terra a favor de novos residentes, o que implicou a mudança nas estratégias de sobrevivência.

A população nativa, que dependia da agricultura, foi obrigada a procurar novos espaços nos bairros da província de Maputo. Esta nova realidade teve implicações directas no tipo de habitações. As habitações de caniço foram substituídas por tendas, e mais tarde, por casas de alvenaria. O desenho espacial foi modificado, levando à coexistência de talhões de dimensões diferenciadas. O espaço produtivo (reservado para agricultura) foi substituído pelo espaço residencial.

Em Chamanculo “C,” 54% dos chefes de agregados familiares inquiridos afirmaram que, com a requalificação do bairro, perderam parte dos seus vizinhos com quem mantinham relações sociais de interajuda. Outros inquiridos (46%) disseram que os seus quintais ficaram reduzidos. Alguns ainda (34%) afirmaram que as suas habitações ficaram alteradas. As habitações ficaram alteradas a partir do processo de compensação implementado pelo Conselho Municipal para as moradias demolidas. As novas moradias denunciam as desigualdades sócio-espaciais e habitacionais.

As mudanças na localização da moradia, dentro da Cidade de Maputo, segundo Chavana (2009), terão trazido alterações na estrutura das despesas familiares e no próprio bem-estar, ao agravar as privações do acesso aos locais de emprego e dos serviços básicos de saúde e educação, sobretudo, para os pobres.

As novas localizações de residências em Magoanine “C”, resultantes da mobilidade residencial centro-periferia, constituem, em parte, o novo elemento responsável pela precarização das condições de vida dos agregados familiares pobres, ao introduzir novos custos de transporte para o acesso físico aos locais de emprego e serviços básicos.

As famílias, quando são obrigadas a instalar-se em lugares mais afastados, sentem-se excluídas, porque o transporte não é eficiente, dificultando o acesso ao centro, onde estão oportunidades de sobrevivência. A mudança do local de residência contribui para o enfraquecimento das sociabilidades económicas e de vizinhança, que levaram anos a ser edificadas, em troca de um ambiente marcado pelo “anonimato”, “impessoalidade” e pouca “valorização do próximo”.

Considerando que os residentes destes bairros são heterogéneos, a sua convivência pode não ser entendida como um processo pacífico, a partir das experiências individual, familiar e de vizinhança, no que se refere ao processo de adaptação à nova sociabilidade. O ambiente de convivência nestes bairros, especialmente o de Magoanine “C,” é marcado por um sentimento de exclusão e traumático, devido à perda de terra a favor de novos residentes reassentados. Também, há manifestação de “inveja”, em Chamanculo “C”, entre os residentes que beneficiaram da remodelação de suas moradias, no âmbito do projecto de requalificação urbana, e os que não se beneficiaram disso.

Raimundo *et al.* (2011) afirmam que, com os deslocados da Avenida Joaquim Chissano, houve alteração da fonte que proporcionava dinheiro, pois esta foi substituída por pequenos negócios. O salário que havia deixou de existir. Isto levou a novas estratégias de sobrevivência, através do desenvolvimento de pequenos negócios informais, devido à perda de salário fixo com a mudança de lugar de residência.

Em relação à dependência de pequenos negócios, o primeiro secretário do bairro de Magoanine “C” apontou que quase todas as famílias residentes desenvolviam um negócio fora ou dentro do espaço habitacional como estratégia de sobrevivência.

Aquí ninguém vive só na base do emprego (...) mesmo os que têm emprego formal, o salário não é suficiente (...) daí que as famílias ou têm que fazer um pequeno negócio dentro do quintal ou fora (...) a melhor forma que as famílias encontraram é comprar

uma caixa de cerveja ou de refresco e gelar dentro da casa e colocar um vasilhame no muro do quintal (Entrevista ao primeiro secretário de Magoanine “C”, realizada no dia 22 de Julho de 2019).

A habitação, como um processo de transformação social do espaço, depende da etapa da vida, da situação familiar, da composição do agregado familiar, do local e da forma do trabalho. Além disso, a preferência individual também depende das influências do grupo específico ao qual o indivíduo pertence. Assim, a habitação reflecte prioridades socialmente construídas e símbolos do estatuto social.

A realidade habitacional dos bairros da Cidade de Maputo, em particular de Magoanine “C” e Chamanculo “C”, expressa-se de forma dual, caracterizada por uma mistura de vivendas, casas de madeira e zinco, caniço e de alvenaria, inacabadas. Esta realidade revela a confluência de dois mundos diferentes, os pobres e ricos, que de certa forma influencia as relações de convivência entre os vizinhos e denuncia as desigualdades entre os residentes.

As sociabilidades sócio-espaciais e habitacionais apresentam uma mistura de muros de vedação, uns com madeira e zinco (Chamanculo “C”) e outros em *espinhosa* (Magoanine “C”) e em blocos de cimento. A altura dos muros de algumas habitações denuncia, de forma recorrente, a exclusão no processo de convivência entre os residentes, como apontou um dos entrevistados.

Meu filho, veja uma coisa (...) só, a partir das vedações dos quintais (...) fica o recado de que nós não convivemos com os nossos vizinhos, não nos conhecemos, e mesmo quando um grita ninguém socorre o outro, porque não nos conhecemos, por causa destes muros altos, parecem cadeia (...) (Entrevista ao líder religioso residente em Magoanine “C”, realizada no dia 13 de Julho de 2019).

No bairro de Chamanculo “C”, a vedação dos quintais não é tão excludente como em Magoanine “C”, a julgar pela própria altura dos quintais e dos circuitos de comunicabilidade estabelecidos. A vedação do quintal (talhão) traduz, antes de mais nada, a vontade de conservar o espaço, de segurá-lo. Ela simboliza a privatização, cuja função simbólica é muito importante no contexto actual dos bairros em estudo, marcados por uma forte densidade populacional e conflitos de terra. O vedar o quintal significa garantir a intimidade residencial, delimitar a fronteira entre estar dentro e fora de casa e o poder de vigiar as pessoas que pretendem entrar.

Ammering e Merklei (2010) apontam que a escolha da habitação e a consequência para o desenvolvimento residencial é um fenómeno complexo, com ligações a muitos outros sectores da vida e da política. A mobilidade urbana, embora seja desejada pelos agregados familiares e, em particular, pelo indivíduo, constitui um factor de incerteza similar a qualquer migração. Para a política urbana, o fenómeno da mobilidade urbana influencia o mercado da habitação, a expansão dos assentamentos, bem como a estrutura interna da habitação urbana.

Por sua vez, o MOPHRH (2016) considera o rápido crescimento urbano que o país está a testemunhar nos últimos 20 anos como um processo irreversível. A migração campocidade continua a ser um dos factores que contribui para o aumento da população urbana. Assim, um dos grandes desafios que a rápida urbanização traz para Moçambique é a integração, no desenvolvimento urbano, dos esforços de mulheres, jovens e de pessoas da terceira idade, desprovidas de habitação condigna.

Os bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C” são caracterizados por uma incerteza habitacional, materializada pelas ocupações informais, mediadas pelo reassentamento forçado e processo de exclusão. Nestes bairros, a ocupação informal e a incerteza habitacional resultam da falta de parcelamento dos talhões, que apresentam dimensões diferenciadas, e da morosidade no processo de atribuição de DUATs.

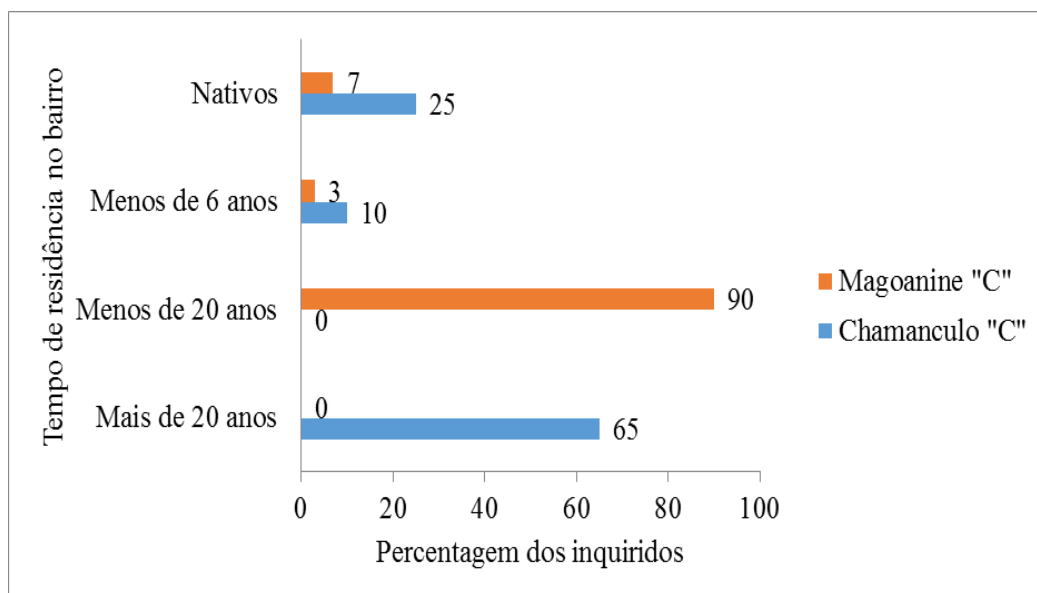
A substituição das casas de caniço e madeira e zinco por casas de material convencional (blocos) reflecte preocupação no que se refere ao investimento duradouro para a segurança e estabilidade familiar. Tal como refere Vivet (2015), a habitação de caniço em Maputo é sinónimo de ruralidade, de precaridade social e económica, mas também de precaridade em termos de terra.

A precaridade habitacional reflecte o complexo processo de obtenção de talhões, alguns agregados familiares adquiriram parcelas de terra por via de compra, outros através do reassentamento orientado pelas autoridades municipais, e outros ainda por via de herança.

A habitação, como um importante local de encontro com outras pessoas, ou, pelo menos, como ponto de partida para o estabelecimento de redes sociais de convivência, significa muito mais do que somente o factor económico. A troca de informações dentro da família alargada e as ligações com os proprietários tradicionais e as autoridades locais garantem o sucesso para coesão social.

As redes sociais que se estabelecem com os vizinhos, a partir do momento em que a pessoa começa a residir, são importantes para garantir a sociabilidade e a coesão comunitária. Comparando o tempo de residência dos inquiridos, entre os dois bairros, maior tempo de residência foi expresso pelos inquiridos do bairro de Chamanculo “C”, dos quais 65% assumiram que viviam há mais de 20 anos, 25% nasceram no mesmo bairro e 10% viviam há menos de 6 anos. Em Magoanine “C”, 90% dos inquiridos afirmaram que viviam há menos de 20 anos, 7% eram nativos e 3% viviam há menos de 6 anos (gráfico 6).

Gráfico 6 - Distribuição percentual dos inquiridos por tempo de residência nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”



(N Geral = 373; N Chamanculo “C” = 160; e N Magoanine “C” = 213)

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

No contexto habitacional, as pessoas investem mais no relacionamento com os membros da família, parentes e amigos que vivem dentro e fora do bairro. A qualidade e o tipo de habitação podem ter um efeito positivo (para a função económica e para a sobrevivência social da família) e negativo (a ocorrência de delitos), principalmente no ambiente marcado por desigualdades residenciais.

A complexidade habitacional nestes bairros deu uma paisagem caracterizada por territorialidade difusa que se manifesta pela comunicabilidade, visibilidade, acessibilidade e designação deficientes do espaço social. Nestes bairros não existe uma demarcação nítida

entre o espaço privado e público. As construções privadas erguem-se à custa do espaço público.

As reservas locais de espaço, para futuras infra-estruturas sociais, são ocupadas pelas habitações de particulares (também típico de Magoanine “C”). As vedações de quintais (muros) erguem-se em espaços públicos, reduzindo a dimensão das vias de acesso. Por exemplo, no bairro de Chamanculo “C”, alguns moradores, quando se aperceberam do processo de requalificação urbana, iniciaram com as construções de muro, ocupando as vias de acesso (becos).

Meu filho, as pessoas são difíceis aqui no meu quarteirão. O município veio fazer demarcações para aumentar as ruas e abrir valas para a água passar durante o período de chuva (...); quando se aperceberam disso começaram a construir muros e diminuir a largura dos becos existentes (...) alguns começaram a reabilitar as casas, tudo isso para barrar o projecto que visa reorganizar o bairro (Entrevista realizada no dia 20 de Agosto de 2019 a um dos chefes de quarteirão do bairro de Chamanculo “C”).

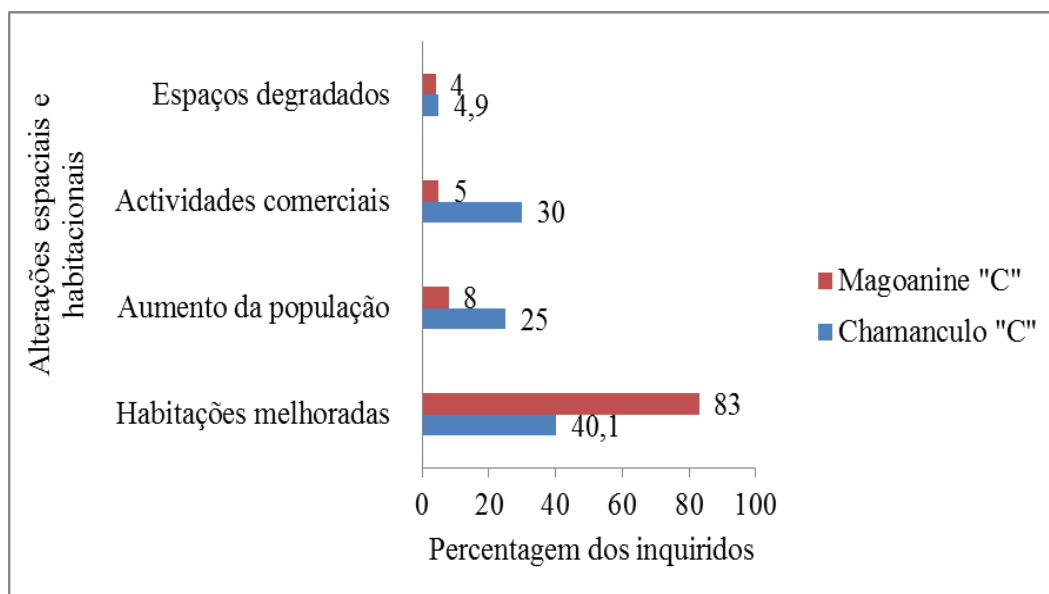
A comunicabilidade é marcada pela coexistência de actividades produtiva e residencial no mesmo talhão. As formas de uso não estão claras. A ausência de manutenção de alguns talhões e a existência de residências semi-habitadas, associada às árvores frondosas (fenómeno mais expressivo em Magoanine “C”), tornam a comunicação dos espaços deficitária.

A visibilidade é marcada pela orientação deficitária das habitações (combinação de construções horizontais e verticais, e alternância do material convencional e precário) e pela dimensão dos muros de vedação dos quintais (muros que ocupam parte do espaço público). Nestes bairros, não existe uma designação clara dos espaços, o produtivo coabita com o residencial. Nos quintais, é comum o desenvolvimento das actividades comerciais, pequenas hortas e criação de animais (aves). Ao longo das vias de acesso (principalmente, em Magoanine “C”), os agregados familiares abrem covas que servem de depósito de lixo e, ainda, persiste a acumulação de material de construção fora dos quintais.

Os inquiridos entendem que as principais alterações nos bairros, do ponto de vista social, espacial e habitacional, associam-se ao seguinte: (i) surgimento de habitações melhoradas (em 40,1% dos inquiridos de Chamanculo “C” e 83% de Magoanine “C”); (ii)

aumento da população (em 25% dos inquiridos de Chamanculo “C” e 8% de Magoanine “C”); (iii) surgimento de actividades comerciais (em 30% dos inquiridos de Chamanculo “C” e 5% de Magoanine “C”); e (iv) espaços degradados (em 4,9% dos inquiridos de Chamanculo “C” e 4% de Magoanine “C”) (gráfico 7).

Gráfico 7 - Principais alterações espaciais e habitacionais nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”, segundo os inquiridos



(N Geral = 373; N Chamanculo “C” = 160; e N Magoanine “C” = 213)

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

Ainda, no contexto habitacional, 56% dos inquiridos referiram que a casa onde viviam era própria; outros (24%) disseram que a casa era arrendada; uns ainda (20%) afirmaram que a casa era cedida. Note-se, porém, que houve 80% dos inquiridos que vivem em casa própria que disseram que a casa tinha sido construída sem licença. Uma das motivações que levavam os inquiridos a erguer suas habitações sem licença de construção prende-se com o sistema de atribuição do título de direito de uso e aproveitamento de terra, o que faz com que 85% dos inquiridos vivam em terrenos não regularizados.

Dentre os inquiridos que vivem em habitações arrendadas, 81% afirmaram que não foram apresentados à estrutura local do bairro e nem celebraram contrato com o proprietário. A expressão habitacional e a forma como o espaço foi ocupado, nestes bairros, revelam a ausência de segurança e vulnerabilidade dos residentes, bem como o dismantelamento das redes de coesão e controlo social instituídos após a proclamação da independência nacional.

No passado, os mecanismos de controlo social a nível dos bairros eram mantidos pelos grupos dinamizadores. Estes ajudavam a solucionar os problemas crescentes na cidade, como é o caso da migração, do desemprego, da ocupação da terra, entre outros problemas sociais. Os grupos dinamizadores combatiam todas as manifestações anti-sociais, mobilizavam os moradores urbanos para o trabalho voluntário, impediam a criação de mercados paralelos, através das brigadas de inspecção, e desempenhavam um papel importante nos meados dos anos 1980 até princípios da década 90 (Brito, 2019).

A estrutura administrativa implantada na actualidade, conforme 50% de inquiridos, pouco promove o controlo e a coesão entre os residentes e possui pouco poder de controlo da população. Os residentes dos bairros em estudo pouco participam nas reuniões convocadas pela estrutura administrativa do bairro. A fraca participação nas reuniões locais do bairro foi confirmada por 80% dos inquiridos do bairro de Magoanine “C”.

O sistema de arrendamento habitacional não é comunicado à estrutura local, de acordo com a maioria dos inquiridos (90%). Isso, na opinião dos inquiridos (70%), revela maior insegurança. De acordo com a opinião de um entrevistado, a estrutura local só se apercebe da existência de novos residentes (inquilinos) quando há ocorrência de casos de roubo ou de falta de pagamento.

A situação actual de vida já não permite manter a ordem no bairro (...) marca-se reunião, os moradores não aparecem (...) até mesmo alguns chefes de quarteirões não participam (...) isto estraga a convivência (...) porque é nestas reuniões onde se passam as informações, instruções importantes que nos tornam mais próximos dos outros (...) com a falta disto, passamos a não conhecer quem vive no bairro e nem o comportamento dos residentes (...) outros alugam as casas sem comunicar e só aparecem quando há problemas entre eles (Entrevista ao Permanente do círculo de Magoanine “C”, realizada no dia 18 de Julho de 2019).

O desrespeito pelas estruturas locais pode ter sido influenciado pela má interpretação das reformas jurídicas iniciadas na década de 1990 e do Acordo Geral de Paz de 1992, que permitiram o pluralismo político e a liberdade de reunião. Nesse contexto, Negrão (2003) observa que algumas organizações de massas romperam a sua aliança com a Frelimo e surgiram sindicatos independentes.

A expressão habitacional e o dismantelamento das redes sociais de coesão social nestes bairros não podem ser percebidos como um fenómeno isolado. Os teóricos da Escola de Chicago e os Marxistas sempre defenderam que a vida no meio urbano é construída a partir do anonimato e da impessoalidade nas relações diárias em que as pessoas sempre procuram maximizar os interesses individuais.

No contexto habitacional, a transformação social do espaço urbano, conforme Antunes (1999), tem-se traduzido na especulação imobiliária, pela venda de terrenos para construções privadas. Igualmente, os grandes blocos residenciais são muitas vezes monótonos e desprovidos de serviços essenciais. Esta situação leva a que as famílias passem a viver num ambiente em que as pessoas se ignoram, perdem as suas antigas relações e sofrem o isolamento, enquanto os jovens se organizam em "bandos de delinquentes".

Os factos e realidades sobre a transformação sócio-espacial e habitacional, nos bairros de Magoanine "C" e Chamanculo "C", ocorrem no processo de segregação sócio-espacial, que pode ser percebido como exclusão no campo das sociabilidades dos moradores detentores de poucos recursos dentro do território. Os poucos recursos manifestam-se a partir das infra-estruturas básicas (unidades policiais, saneamento, abastecimento de água, rede de energia eléctrica, vias de acesso), habitação condigna e espaços públicos que promovam a melhor qualidade de vida.

A segregação sócio-espacial e habitacional, nestes bairros, é influenciada pela alta densidade do espaço edificado, pelo surgimento de conflitos na posse do mesmo espaço, pela precaridade habitacional, pelo sistema de arrendamento e sistema deficitário de saneamento, que coloca os seus residentes em situação de risco e vulnerabilidade à violência.

A sociabilidade espacial e habitacional ocorre num ambiente dual, caracterizado pela fraca territorialidade, comunicabilidade, definição e designação do espaço construído, o que tem promovido pouca coesão social entre os residentes. A fraca coesão e pouco controlo social são testemunhados pelo dismantelamento e desestruturação das relações sociais de poder entre a estrutura local e os moradores, que só comunicam quando ocorrem conflitos sociais.

3.3.2. As sociabilidades familiares, de vizinhança e económicas nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C”

Nesta secção interessa descrever as sociabilidades familiares, de vizinhança e económicas que ocorrem nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C”. De forma específica, discute-se como as tais sociabilidades vão se configurando no processo da coesão social. A coesão social é o estado pelo qual os indivíduos mantêm-se unidos, integrados em um grupo social, ou, simplesmente, o estado de integração coesa do grupo social.

3.3.2.1. Sociabilidades familiares

A família constitui elemento unificador de coesão social das práticas individuais e comunitárias. Nesta instituição, desenvolve-se e define-se a socialização familiar. Embora surjam novas formas de sociabilidade no meio urbano, a sociabilidade baseada no parentesco é que suporta reciprocidades e fornece as bases para a definição das relações de convivência.

A precaridade em que algumas famílias vivem nem sempre permite sustentar o imperativo das solidariedades tradicionais, o que, em muitos casos, constitui factor de enfraquecimento dos laços de coesão social.

A família é o centro das relações sociais e agente de socialização, em que se constrói e desenvolve o indivíduo, através da transmissão de valores essenciais, primados na ética, na moral, no carácter e intelecto, sendo o laço entre as necessidades intrínsecas ao ser humano e as normas de convívio social o ponto de partida.

Os pais são fundamentais no processo de formação de um indivíduo, eles são o marco de referência para os filhos. Neste contexto, desenvolve-se a importância da afinidade familiar, firmada no afecto, na prática de imposição de limites e de uma participação realmente efectiva dos pais no que se refere à responsabilidade de formar indivíduos capazes de respeitar as normas de convívio social.

Wirth (2001) defende que a convivência social no meio urbano resulta da conjugação da dimensão do agregado populacional, da densidade e da heterogeneidade. Os bairros em estudo apresentam alta densidade populacional e do parque edificado, resultante dos deslocados da guerra dos 16 anos e dos processos de reassentamento. Eles albergam indivíduos provenientes de quase todas as províncias moçambicanas e outros vindos de outros

países. Assim, considerando a composição dos seus residentes, pode-se afirmar que a sua convivência não seja um processo pacífico, a partir das experiências individual e familiar de adaptação à nova realidade.

Importa frisar que 75% dos inquiridos de Magoanine “C” e 67% de Chamanculo “C” disseram que o ambiente de convivência no bairro leva ao desenvolvimento do sentimento de exclusão. Ainda, os inquiridos (60% de Magoanine “C” e 40% de Chamanculo “C”) afirmaram que o ambiente de convivência proporcionava rivalidade entre os reassentados, inquilinos e nativos.

A socialização familiar e a criminalidade estão intimamente ligadas. Uma família que preserva seus valores e princípios e os transmite aos seus descendentes, independentemente de suas condições económicas, terá menor probabilidade de ter um de seus membros a aderir à criminalidade, pois seus valores estão enraizados em sua personalidade e, certamente, estes valores transcendem a influência para a prática de delitos.

Dentre os inquiridos destes bairros, 65% defendem que a família constitui elemento unificador, e 80% acham que ela é elemento de coesão das práticas individuais. Entretanto, 90% dos inquiridos entendem que, do ponto de vista de educação parental, a família encontra-se enfraquecida.

O enfraquecimento da família na socialização dos filhos pode estar relacionado com a dimensão da composição do agregado familiar e a presença permanente dos pais em casa. Nestes bairros, 95% dos inquiridos vivem em agregados familiares compostos por 6 ou mais membros. Também, 75% dos inquiridos, chefes de agregados familiares, passam maior parte do tempo fora de casa.

O facto de os pais passarem maior parte do tempo fora de casa significa que os filhos ficam sem o guardião e se o têm, muitas das vezes, é um vizinho ou empregado. Esta realidade contribui, de forma significativa, para a vulnerabilidade dos filhos a más companhias e, conseqüentemente, à sua entrada ao mundo de crime.

Nós como pais não temos tempo de conversar e de fazer o acompanhamento dos nossos filhos (...) estamos preocupados com coisas materiais (...) para aqueles que têm condições, os filhos recebem o companheirismo de empregados (...) na verdade são poucos pais que estão sempre presentes em casa (...) quando amanhece a

correria é maior para desenrascar a vida (Entrevista realizada no dia 19 de Julho de 2019 a um dos residentes do bairro de Magoanine “C”).

Os filhos de mães solteiras ou de famílias em que o pai ou a mãe está ausente, têm maior risco de envolver-se na criminalidade²⁶. Estes envolvem-se no mundo do crime devido à ausência de um dos progenitores para complementar a socialização familiar. Em Chamanculo “C” existe uma maior proporção de inquiridos (73,2%) que assumiram que havia muitos casos de filhos cujo um dos progenitores encontrava-se ausente da família, contra 54,3% dos inquiridos de Magoanine “C”. Nestes bairros predominam famílias monoparentais.

Um dos entrevistados²⁷ observou que “Chamanculo não é bairro para se criar uma criança sem pai ou mãe até à fase adulta. O comportamento das crianças daqui é muito negativo, elas imitam o que as outras fazem (...) por exemplo, se uma fuma outra quer seguir”.

A ausência de progenitores no seio do agregado familiar é, em parte, justificada pela necessidade de melhorar as condições de vida (o estar ocupado fora de casa foi declarado em 90% dos inquiridos de ambos os bairros).

As condições de vida nas áreas urbanas com transformação social deficiente e de maior movimentação de pessoas levam a que a convivência e a solidariedade cedam lugar, muitas vezes, ao individualismo, isolamento, egoísmo e à violência, gerando, assim, fenómenos de tensão social (Antunes, 1999).

Os inquiridos, quando questionados sobre os factos que terão influenciado a coesão familiar, apontaram o acesso à escola (24% dos inquiridos), o emprego da mãe fora de casa (23% dos inquiridos), o tamanho da família (15% dos inquiridos), a separação dos progenitores (14% dos inquiridos), as amizades fora da família (13% dos inquiridos), o tipo e a frequência de convívios com os amigos (11% dos inquiridos) (gráfico 8).

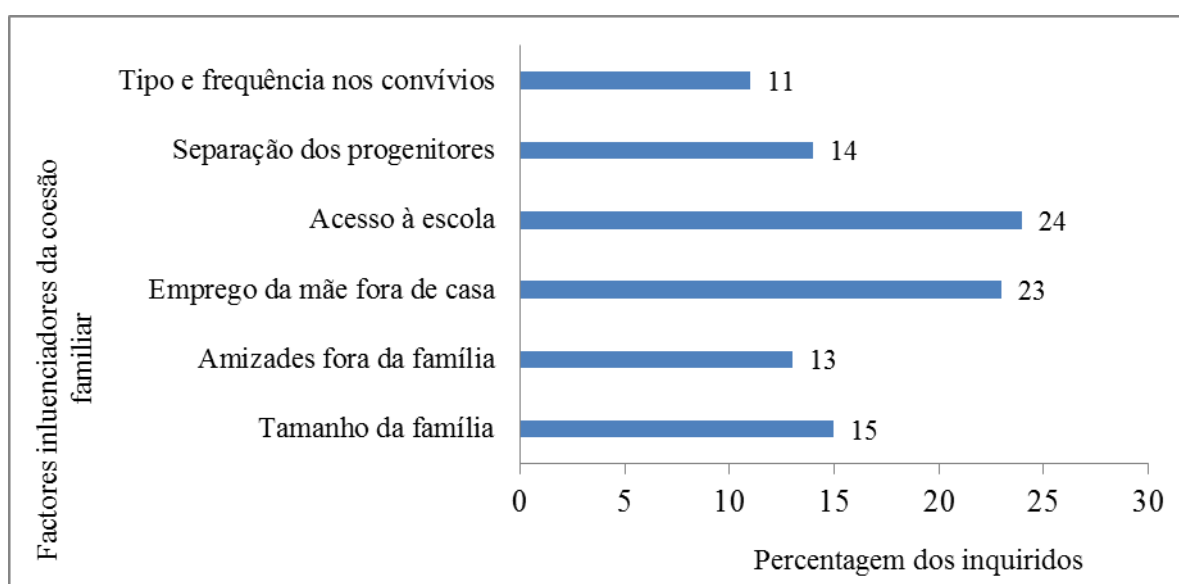
²⁶ A ausência do pai numa família como factor da criminalidade no contexto moçambicano já foi referenciada pela cantora Zaida Lhongo numa das suas composições, quando dizia “Numa casa que o pai faleceu não há harmonia (...) este sai daqui e entra aí não há ninguém que possa-lhe chamar atenção”.

²⁷ Entrevista a um residente do quarteirão 5 do bairro de Chamanculo “C” realizado no dia 15 de Agosto de 2019.

Entretanto, um dos entrevistados²⁸ afirmou que “o mau parcelamento é outra dor de cabeça que Chamanculo enfrenta (...) existem casas que albergam entre 10 e 15 famílias, a disputar um espaço pequeno”.

A dificuldade no acesso à escola constitui um dos obstáculos de coesão familiar nos dois bairros, principalmente o acesso por parte dos adolescentes e jovens que concluem o ensino básico do II Grau e secundário do I Ciclo. Para testemunhar o problema de acesso à escola, um dos residentes²⁹ afirmou que “em algumas ocasiões, a convivência e a falta de condições financeiras influenciam os jovens a não irem à escola (...) os jovens aqui preferem procurar algo para matar a fome e deixam a escola para o segundo plano (...) mas também as vagas nas escolas não existem (...)”.

Gráfico 8 - Factores que influenciam a coesão familiar, segundo os inquiridos de Chamanculo “C” e Magoanine “C”



(N Geral = 373; N Chamanculo “C” = 160; e N Magoanine “C” = 213)
 Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

A transformação social do espaço, nestes bairros, produziu o desmantelamento das redes tradicionais de controlo social, ruptura nas relações sociais, principalmente, para as crianças, jovens, e gerações, como também, criou o distanciamento nas relações familiares (entre pais e filhos). O distanciamento nas relações é realçado pelos inquiridos, ao

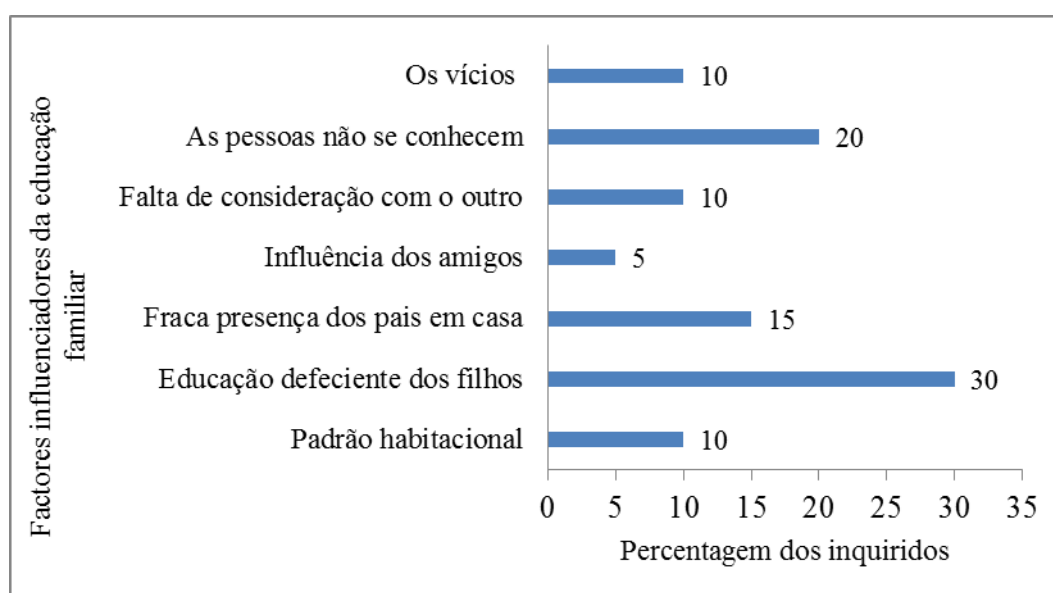
²⁸ Entrevista a um residente do quarteirão 20 do bairro de Chamanculo “C”, realizada no dia 18 de Agosto de 2019.

²⁹ Entrevista a um residente do quarteirão 75 do bairro de Magoanine “C”, realizada no dia 10 de Julho de 2019.

apontarem a educação parental dos filhos deficiente (30% dos inquiridos), fraca presença dos pais em casa (15% dos inquiridos) e fraca coesão entre os vizinhos (11% dos inquiridos) (gráfico 9).

Maloa (2018) explica que, antes de 1990, a situação de submissão e lealdade dentro das famílias tinha produzido mecanismos de controlo em que os jovens, ao sair de casa, deviam informar aos seus progenitores. Esta relação revitalizava a coesão social familiar entre pais e filhos. Ainda, o autor realça o papel que os pais tinham como autoridade máxima na família (decisão tomada, decisão cumprida).

Gráfico 9 - Factores que influenciam a educação familiar segundo os inquiridos de Chamanculo “C” e Magoanine “C”



(N Geral = 373; N Chamanculo “C” = 160; e N Magoanine “C” = 213)

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

A tendência dos dados quantitativos do gráfico 9 é reforçada pela informação qualitativa, quando um dos entrevistados afirmou que os pais/encarregados de educação haviam perdido o seu valor em relação ao controlo dos seus educandos/filhos.

Nós como pais nem temos controlo dos nossos filhos, eles voltam de madrugada e nem perguntamos onde estavam e com quem estavam. Nem sabemos com quem brincam os nossos filhos, o vizinho nem pode dizer nada sobre o filho do outro. (Entrevista ao representante das confissões religiosas realizada no dia 10 de Agosto de 2019 no bairro de Chamanculo “C”).

Maloa (2018) observa que um dos factores que impulsionou o distanciamento nas relações familiares, durante a Primeira República, foi a guerra civil que deixou muitas crianças sem parentes e fez com que as mesmas tomassem conta de suas vidas.

A guerra instituiu a separação entre pais e seus filhos, gerando pobreza nas famílias rurais e urbanas, e propiciou a desagregação e instabilidade familiar. O discurso de “crianças, flores que nunca murcham”, do saudoso Presidente Samora Machel, esvaziou-se, dentro deste cenário; as ruas acabaram funcionando como local de sobrevivência para as crianças duplamente afectadas, pedindo uma esmola ou realizando trabalhos precários, num processo de acelerada urbanização (Loforte, 1989).

Actualmente, o principal factor de separação entre pais e filhos prende-se com as desigualdades socioeconómicas.

Hoje os jovens e as crianças do bairro estão no mercado Grossista de Zimpeto a vender água, ovos, a carregar plásticos, a guarnecer carros (...) e são estes que roubam carteiras, telefones, espelhos de carros, a desenrascar a vida (Entrevista realizada no dia 16 de Julho de 2019 a um membro da Polícia Municipal afecto no bairro de Magoanine “C”).

As crianças e os jovens da minha idade vendem pão e bajias, fritos e outros produtos alimentares em frente dos quintais ou noutros locais (...) por várias vezes prefiro não me identificar como natural e residente deste bairro para não ser conotado como um indivíduo desviado ou marginal (...) neste bairro existem poucos aspectos positivos (Entrevista realizada no dia 16 de Agosto de 2019 a um jovem residente no bairro de Chamanculo “C”).

Maloa (2018) destaca o preconceito à volta das crianças fora do convívio familiar, vistas como “molwenes” perigosos, preguiçosos, transviados e anormais, que se alimentam de uma cultura patogénica. A demonização das crianças leva a que sejam simbolicamente isoladas e descartadas, justificando-se assim uma política de repressão e criminalização.

Durante a década de 1990, os jovens ladrões eram chamados de “ninjas” em homenagem aos filmes chineses, projectados em vídeo cassete em locais de cinema improvisados, nos bairros, por “Madjerman” (trabalhadores moçambicanos regressados da antiga República Democrática Alemã), que cobravam, na época, 100 meticais da antiga família (Oppenheimer, 2004).

O distanciamento das relações familiares notabilizou-se no início da década 1990, nas grandes cidades moçambicanas, quando a imagem do jovem “Seiva de nação” dava lugar à de “ninja”, principalmente, entre os jovens rotulados de ladrões.

O discurso de “crianças flores que nunca murcham” deixou de existir, hoje as crianças estão na rua, estão desprotegidas, os pais estão pouco presentes na vida das crianças, o vizinho não pode chamar atenção ao filho do outro, os pais não questionam o tipo de bens que as crianças trazem em casa. A imagem de jovem “Seiva de nação” deu lugar à de “ninja” (Entrevista realizada no dia 9 de Julho de 2019 a um dos directores de Escola no bairro de Magoanine “C”).

A leitura dos dados revela que os bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C” são caracterizados por um fraco acompanhamento das crianças e fraca coesão social no seio familiar. A partir deste processo, as famílias tendem a ser mais egoístas e as crianças desfiliando-se dos pais.

A família, como tal, revela a perda dos seus valores educativos para com os filhos. Nota-se a perda de valores morais e pouca valorização da educação parental dos filhos. Esta transformação ocorre no campo de possibilidades, caracterizado pela presença de agregados familiares compostos por 6 e mais membros, bem como pela fraca permanência dos pais dentro da família.

Estes processos fazem com que as crianças e os jovens desenvolvam amizades fora da família e, conseqüentemente, cultivem comportamentos desviantes, rotulados de “ninjas” ou “molwenes” e criminosos. As crianças e os jovens encontram no comércio informal a fonte de sobrevivência (“mundo de boladas”), relegando a escola para o segundo plano.

A socialização familiar nos bairros em estudo é marcada pela transmissão de valores que pouco promovem a formação de uma personalidade que leva a coesão social. Os pais não têm tido a devida atenção à educação dos filhos, no sentido de os fazer entender que o caminho para o sucesso é a escola, o sacrifício pelo trabalho, o respeito pela vida e pelo próximo.

3.3.2.2. Sociabilidade na vizinhança

O espaço urbano contemporâneo não apenas está a crescer, mas também sofre mudanças nas suas características físicas e relações sociais. Como observam Farias e Pinheiro (2013), as casas antigas são substituídas por construções verticais, o espaço das ruas é quase completamente destinado aos veículos, e o lazer vem sendo transferido para a área de espaços privados, como *shoppings*, clubes e condomínios. As novas tecnologias criam laços sociais cada vez mais virtuais e com grandes distâncias físicas, dando suporte a uma supervalorização da privacidade e do individualismo.

As vizinhanças, caracterizadas por uma intensa dinâmica social e cultural, vão perdendo o seu espaço, em nome da privacidade, na qual regista-se pouco investimento emocional, de forma que os sujeitos de pesquisa pouco interagem com seu espaço físico e nem em eventos locais. Muitas vezes, o vizinho é visto como um elemento estranho do bairro, ou seja, o vizinho não é visto como alguém próximo e nem confidente da vida quotidiana do bairro.

Eu não conheço os meus vizinhos (...) mesmo quando se trata de problemas, dificilmente encontramos-nos (...) o vizinho era a pessoa muito próxima, mas agora não (...) por isso, se as pessoas estão juntas, ou são do mesmo grupo de xitique ou da igreja (...) (Entrevista realizada no dia 18 de Agosto de 2019 a um dos residentes do bairro de Chamanculo “C”).

As pessoas vivem em casas cercadas por vedações altas de muros, com agentes de segurança (...) elas entram em casa e não saem, comunicam-se com os vizinhos através de celulares (Entrevista realizada no dia 18 de Julho de 2019 a um dos residentes do bairro de Magoanine “C”).

Actualmente, nestes bairros, pouco se assiste às brincadeiras de crianças na rua e nem vizinhos conversam, principalmente, no período nocturno. Dificilmente, os vizinhos organizam eventos colectivos “festas em conjunto”. A intimidade entre vizinhos, a partir da participação em actividades íntimas do bairro, já não se observa. Os sujeitos de pesquisa disseram que as pessoas não se conhecem e nem sabem quem é do bairro. Ainda, foi dito que, na actualidade, torna-se difícil cuidar, educar/chamar atenção ao filho do vizinho.

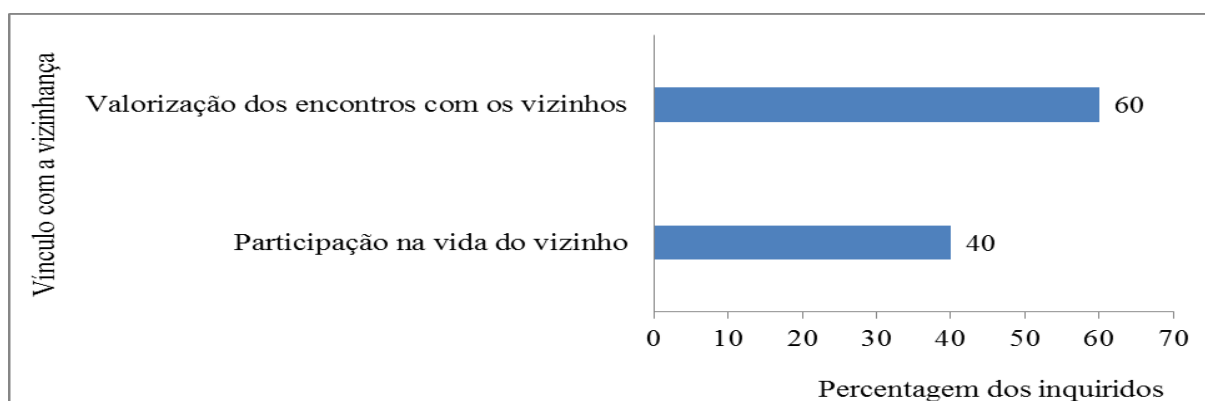
A transformação da vizinhança, em curso nestes bairros, contraria o conceito de *neighboring* de Farrel *et al.* (2004), que, segundo os autores, inclui a troca de suporte social entre vizinhos e de bons indicadores de sentimento de comunidade, compartilha de relações sociais e, até, de aspectos íntimos da vida pessoal.

A partir do posicionamento dos entrevistados, subte-se que as características de redes sociais, que os residentes podem estabelecer com os novos residentes do bairro, não são pacíficas a partir das diferenças culturais (“heterogeneidade”) e do tipo de hábitos sociais e *status*.

Na vida de hoje há muitas barreiras para relacionar-se com os vizinhos (...) os que têm preferem viver entre eles ou sozinhos (...) criam espaços exclusivos para eles (...) espaços em que outras pessoas consideradas pobres não entram (...) mas também temos muitos inquilinos no bairro que nem são moçambicanos, que mensalmente estão a mudar de casa e com forma de viver e falar estranha (...) (Entrevista realizada no dia 18 de Agosto de 2019 a um dos agentes económicos residente no bairro de Chamanculo “C”).

Se se considerar a vizinhança como espaço de relações de cooperação e de intimidade, nota-se nos bairros estudados, a redução do investimento afectivo interpessoal, que é fundamental para a preservação da coesão social. Os inquiridos disseram que há pouca valorização dos encontros com familiares do vizinho (60% dos inquiridos) e participação na vida do vizinho (40% dos inquiridos) (gráfico 10). A pouca valorização destes vínculos foi mais expressiva no bairro de Magoanine “C”.

Gráfico 10 - Vínculos com a vizinhança, segundo os inquiridos de Chamanculo “C” e Magoanine “C”



(N Geral = 373; N Chamanculo “C” = 160; e N Magoanine “C” = 213)
Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

Para Campbell *et al.* (2009), um dos factores de grande importância nas relações de vizinhança são as diferenças económicas que operam no desenvolvimento dos moradores. As questões económicas sempre estão presentes nas relações de vizinhança, como defendeu um dos entrevistados, ao apontar a “segregação de algumas pessoas em função do seu *status*”. Este posicionamento foi defendido por um outro entrevistado, ao observar que “quanto maior for o nível económico, mais isolamento acontece”.

A busca da privacidade, referida por 43% dos inquiridos, pode contribuir para erosão e distanciamento dos valores comunitários tradicionais. A composição étnica e o *status* económico, segundo Schaake *et al.* (2010), constitui a motivação para mudança de vizinhança.

Assunção e Conceição (2018) defendem que as transformações familiares e de vizinhança são influenciadas pelo mercado imobiliário, no contexto da alta mobilidade de pessoas, que tendem a permanecer pouco em suas vizinhanças, contrapondo-se à possibilidade de enraizamento ou de temporalidade. A temporalidade das relações de vizinhança nos bairros em estudo é determinada pela especulação imobiliária, o que influencia de certo modo a maior mobilidade das pessoas.

Aqui as pessoas se mudam muito, principalmente aquelas que vivem em casa de aluguer (...) como o preço de aluguer das casas não é uniforme (...) sempre as pessoas procuram o barato (...) isso não ajuda na criação de relações duradouras com os vizinhos (Entrevista realizada no dia 17 de Agosto de 2019 a um membro do policiamento comunitário no bairro de Chamanculo “C”).

O medo do crime e a sensação de insegurança podem ser entendidos como parte dos factores que levam à reestruturação das relações de vizinhança, como foi notória, nos bairros em estudo, a existência de habitações com sinais de insegurança (murros altos, electrificados, gradeamento de casas e agentes de segurança).

Conforme Park (1979), as relações de sociabilidade no meio urbano são construídas principalmente entre vizinhos. Esta afirmação é semelhante à de Mayol, que encara o bairro como um espaço da sociabilidade, “onde se manifesta um ‘engajamento’ social ou, noutros termos, uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo facto concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição” (Mayol, 2003, p. 39).

Com efeito, neste estudo, entende-se que, para além da família, os indivíduos inserem-se nas relações de vizinhança, e a maior ou menor relevância atribuída às redes de solidariedade extrafamiliares está relacionada com a precarização e problematização das solidariedades comunitárias, num clima de contradições e tensões crescentes, emanadas pela economia de mercado.

As relações de sociabilidade entre os vizinhos oscilam entre relações marcadas por saudações, breves conversas informais e pela troca de pequenos favores. Enquanto o individualismo é reforçado pelo respeito à privacidade.

Ainda, pode-se dizer que a vizinhança sempre constitui o verdadeiro pilar de sociabilidade que ultrapassa o espaço físico. Os residentes, ao promoverem bom relacionamento na vizinhança, o anonimato deixa de existir e intensifica-se o conhecimento mútuo. A proximidade espacial não significa somente o controlo social. A importância e a regularidade dos encontros criam sociabilidades específicas, onde os residentes prestam-se favores e conhecem-se.

Os laços de entajuda são essenciais para as famílias mais desprovidas de recursos que recebem apoios dos seus vizinhos, reduzindo assim as desigualdades e impessoalidade nas relações. Os inquiridos do bairro de Magoanine “C” entendem que a vizinhança constitui o verdadeiro pilar de sociabilidade (60% dos inquiridos), mas o seu desempenho na coesão social dos residentes é considerado irrelevante na actualidade (80% dos inquiridos).

Apesar deste distanciamento nas relações de vizinhança, os entrevistados referiram que ainda se prestavam favores, em casos de morte, nas famílias desfavorecidas. Estes laços de entajuda são essenciais nas famílias mais desprovidas que recebem apoios dos seus vizinhos. Portanto, os falecimentos, os parques de estacionamento de viaturas e as barracas constituem os locais ocasionais de encontro entre os vizinhos.

Olha, aqui no bairro pouco nos saudamos (...) as pessoas cruzam nas garagens, nas paragens de chapas, nas barracas para os que tomam (...) mas o grande momento de encontro com os vizinhos é nos casos de falecimentos, aí todos estamos (...) nos falecimentos, às vezes contribuímos dinheiro ou comida para ajudar (...) mas experimenta gritar, a pedir socorro no caso de roubo, ninguém aparece (...) (Entrevista realizada no dia 20 de Julho de 2019 a um agente económico no bairro de Magoanine “C”).

Ainda, é possível afirmar que as relações restritas entre os vizinhos contribuem para reforçar a sensação de insegurança, por não proporcionarem possibilidades de controlo e coesão social. A sensação de insegurança, por sua vez, limita o estabelecimento de relações mais profundas entre os sujeitos de pesquisa (inquiridos).

As relações sociais de vizinhança manifestam-se pelo rompimento da coesão social (ausência de convívio entre os vizinhos), erosão da intimidade (os vizinhos não se visitam e nem se conhecem), pouca cooperação (não é prático chamar atenção ao filho do vizinho e nem deixar os filhos sob cuidados do vizinho e nem pedir o vizinho para velar pela segurança da casa), indiferença familiar (vizinho é visto como um intruso e estranho que causa insegurança) e pouca promoção nas relações interpessoais e no afecto (as pessoas sempre buscam a privacidade, os ricos não se misturam com os pobres).

Todavia, existem aspectos ambientais que influenciam o rompimento da coesão social entre os vizinhos, que se resumem pela ausência de espaços comuns de lazer (falta de centros comunitários que promovam as actividades de recreação para as crianças e jovens), pouco contacto espacial (espaços que pouco promovem a comunicabilidade, visibilidade, definição e designação), pouca promoção do emprego local e espaço com ordenamento deficitário (talhões com dimensões diferentes, ausência de parcelamento, fraca iluminação pública, falta de vias de acesso e mistura de construções de material precário e convencional).

Quero que o meu bairro tenha estradas pavimentadas e sistema de drenagem (...) quando chove é um drama andar pelo bairro (...) os becos ficam intransitáveis, cheios de água e lama (...) é martírio a circulação de viaturas e mesmo de pessoas, pois as ruas são muito estreitas (...) existiam, em tempos, espaços para a prática do desporto que hoje foram transformados em barracas e bares (Entrevista realizada no dia 17 de Agosto de 2019 a um agente económico no bairro de Chamanculo “C”).

Finalmente, pode-se falar também da componente cultural, no rompimento da coesão social na vizinhança, que se manifesta pela ausência de intimidade entre os residentes, devido ao sentimento enraizado do medo de viver com os desconhecidos (o que se deve ao duvidoso sistema de arrendamento de casas, maior mobilidade de pessoas, o conflito entre os nativos e os reassentados e as desigualdades económicas entre os considerados ricos e pobres).

Os aspectos ambientais, culturais e sociais de rompimento da coesão social entre os vizinhos, entram em consonância com os documentos de desenvolvimento do Município da

Cidade de Maputo (Plano para redução da pobreza urbana introduzida pelo Ministério de Planificação e Desenvolvimento em 2010, Estratégia Nacional para a intervenção em aglomerados informais em Moçambique, Plano de desenvolvimento do Município de Maputo-2009-2013, II Programa para o desenvolvimento do Município de Maputo-2010-2015 e o Programa de desenvolvimento Municipal de Maputo), que fazem uma distinção clara entre o espaço urbano formal e informal e têm como objectivo geral formalizar o informal.

As relações de vizinhança são descritas como péssimas (em 70% dos inquiridos). A maioria dos inquiridos (60%) associa isso ao individualismo, e outros (40%) acham que isso se deve à falta de coesão. Os laços comunitários de vizinhança nestes bairros encontram-se fragilizados, já que os vizinhos não se conhecem e pouco se comunicam e nem desenvolvem mecanismos de interajuda, com excepção de casos de falecimento.

3.3.2.3. Sociabilidades económicas

Com a independência de Moçambique, em 1975, a maioria dos portugueses abandonou o país. Para os bairros da Cidade de Maputo, isso significou uma perda de pessoas qualificadas, que eram necessárias para o funcionamento do tecido urbano, e, como consequência, houve crise na provisão dos serviços básicos (Brito *et al.*, 2015, citando Grest, 1995).

Nos meados da década de 1980, teve início a reforma económica ligada aos programas de ajustamento estrutural, sob orientação das instituições financeiras internacionais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional). A economia urbana foi reestruturada para a exportação e atracção de investimentos estrangeiros. Dessa reestruturação resultou o facto de apenas um pequeno número de pessoas servir de mão-de-obra da economia formal e uma proporção considerável da população procurar sobrevivência no sector informal. Neste contexto, até 2003, uma proporção de 76% da população economicamente activa trabalhava no sector informal (Jenkins, 2006).

Os dados mais recentes sobre a população urbana mostram que Moçambique está numa posição intermédia na África Subsariana, com 31% da população urbana, estimada em 2010 e 36% para 2025. Entretanto, o país tem uma das taxas de pobreza urbana mais altas (50%), embora a rural seja ainda superior (57%). Em relação à Cidade de Maputo, a taxa de pobreza oficial desceu de 53,6% para 36,2% entre 2002/03 e 2008/09, principalmente devido

ao aumento de emprego na construção e em empresas de segurança, embora também esteja provavelmente relacionada com os avanços na economia informal (Tvedten *et al.*, 2013).

A pobreza urbana é multifacetada e, em muitos sentidos, mais “dramática” do que a pobreza rural, dado o contexto sócio-económico que provoca ansiedade, a forte dependência do rendimento em dinheiro e a vulnerabilidade das relações sociais nos bairros da cidade. As formações sociais urbanas são também marcadas por um alto grau de desigualdades visíveis entre as pessoas que vivem em diferentes tipos de espaço urbano: as diferenças na habitação, infra-estrutura, vestuário e no que comer (Tvedten *et al.*, 2013).

Os tumultos urbanos em 2008 e 2010 constituem exemplos de manifestações visíveis da insatisfação dos munícipes de Maputo. Estas manifestações foram mais expressivas nos bairros peri-urbanos, movidas pela subida do preço de pão e de transporte.

O aumento da população nos bairros em estudo contribui para a informalização das actividades económicas, saturação do mercado de habitação e o aumento do crime e insegurança. Estes bairros são vistos como locais adequados para o desenvolvimento de actividades de sobrevivência (arrendamento habitacional, o comércio), mas também são vistos como espaços densamente habitados e perigosos, principalmente o de Chamanculo “C”. Um dos residentes entrevistados esclareceu o seguinte:

A criminalidade na zona tende a aumentar e ainda é um desafio andar pelos becos depois das 23.00 horas (...) os criminosos não largam este bairro (...) todos os dias existem assaltos, até em plena luz do dia (...) existem pontos onde se vende drogas (Entrevista realizada no dia 17 de Agosto de 2019 a um representante das confissões religiosa bairro de Chamanculo “C”).

A tabela 4 mostra a informalização das actividades, principalmente quando 40,7% dos inquiridos declaram o comércio informal e 43,3% mencionam biscatos como partes da estratégia de sobrevivência no seio dos agregados familiares. A presença de actividades informais não revela grandes diferenças entre os bairros, todavia é mais expressiva no bairro de Chamanculo “C”.

Tabela 4 - Distribuição percentual dos inquiridos por estratégias de sobrevivência nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”

Estratégia de sobrevivência	Percentagem de Inquiridos		Total (%)
	Chamanculo “C” (%)	Magoanine “C” (%)	
Comércio informal	38,5	42,7	40,7
Produtos da machamba	2,7	3,9	3,3
Criação de animais	6,4	2,9	4,6
Trabalho doméstico noutras casas	2,1	1,9	2,0
Biscatos	42,2	44,2	43,3
Total	100	100	100
Número de inquiridos (N)	187	206	393

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

Embora o contexto urbano dos bairros estudados cubra muitas possibilidades económicas e opções de mobilidade social, estas são geralmente consideradas como inacessíveis, conforme a opinião da maioria dos inquiridos (55% dos inquiridos em Chamanculo “C” e 70% em Magoanine “C”).

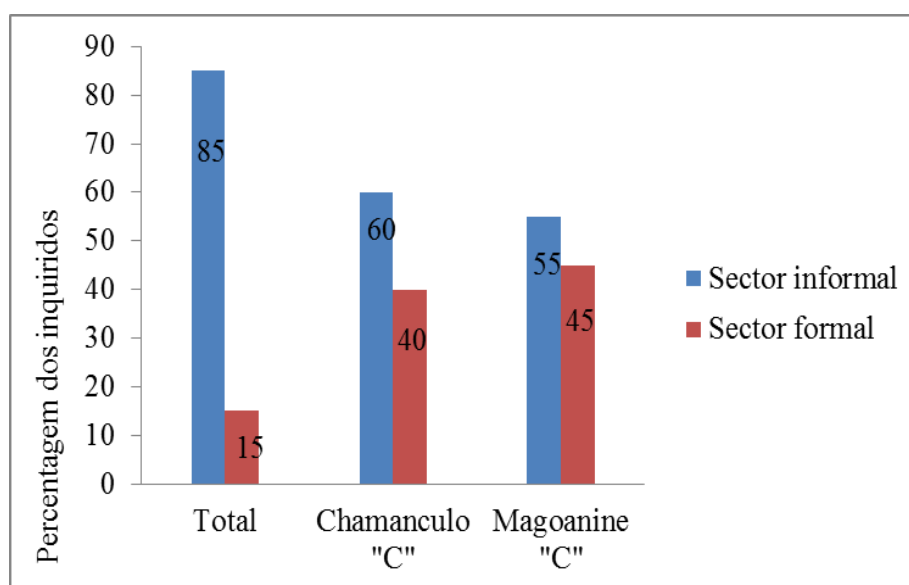
Nos dois bairros, 85% dos inquiridos disseram que viviam em agregados familiares cuja base de sobrevivência depende do sector informal. A dependência da economia informal foi mais expressiva no bairro de Chamanculo “C”, com 60% dos inquiridos (gráfico 11). A persistência da economia informal no seio dos agregados familiares revela uma certa vulnerabilidade dos seus membros, principalmente no que se refere às dificuldades para a edificação das sociabilidades familiares e de vizinhança sãs.

O emprego formal diz respeito a um verdadeiro trabalho. Vender ou fazer biscatos não é considerado emprego formal. O emprego assalariado é muito valorizado e representa um real sinal de integração urbana. O emprego formal significa uma certa estabilidade e segurança para os agregados familiares.

As pessoas não tem emprego seguro aqui, vivem na base de biscatos que não dão salário fixo (...) a pessoa que trabalha no Estado é que tem valor e sente-se seguro (...) agora os biscateiros, vendedores e outros que trabalham por conta própria vivem inseguros porque hoje têm e amanhã não têm (...) por isso muitos jovens estão na rua a beber ou fumar como forma de divertir (...) outros para manter os seus vícios entram no crime para ter o dinheiro (Entrevista ao Secretário cessante de Magoanine “C” realizada no dia 18 de Julho de 2019).

O contexto local onde ocorrem estas transformações caracteriza-se pelo crescimento da população e pela expansão do espaço edificado. A concentração populacional nestes bairros é marcada pela aglomeração da população e pela degradação geral das condições de vida, manifestada pelo agravamento das condições de vida. Ainda, nota-se uma relativa diminuição das possibilidades de geração de rendimentos, que se reflecte no aumento de indivíduos dependentes do sector informal.

Gráfico 11 - Distribuição dos inquiridos por sector de actividade nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”



(N Geral = 373; N Chamanculo “C” = 160; e N Magoanine “C” = 213)

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

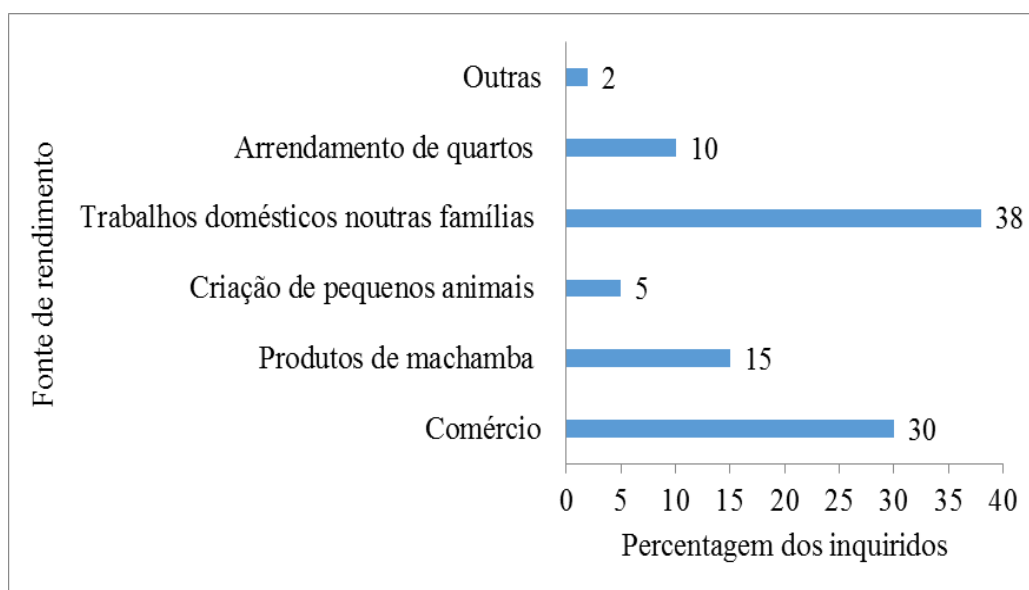
A predominância do sector informal, segundo Ammering e Merklein (2010), resulta das mudanças externas que produziram impacto enorme nas estruturas internas dos bairros, principalmente na componente do emprego e nas condições de vida em geral. O desenvolvimento do sector informal urbano teve o seu início no final da década de 1970, que, entretanto, foi combatido, na época, pelo Estado. A partir de meados da década de 1980, o sector informal ganhou rapidamente uma importância e foi gradualmente aceite no espaço urbano. Com efeito, as fronteiras entre o formal e informal não são claras e estão entre as jurisdições sobrepostas e conflituosas, ou então entre os regulamentos institucionais a diferentes níveis ou com legitimidade diferente.

Com o desenvolvimento do sector informal, as pessoas perderam o hábito de exigir factura no acto de compra de um determinado bem. Esta situação tem alimentado a

criminalidade, a partir do momento em que os produtos comprados sem facturação saem a um preço relativamente baixo em relação aos produtos vendidos no mercado formal.

Importa frisar que dos 209 inquiridos, que afirmaram que viviam em agregados familiares dependentes do sector informal, 38% realizavam trabalhos domésticos noutras famílias; 30% exerciam actividades de comércio e 15% lidavam com produtos da machamba (gráfico 12).

Gráfico 12 - Distribuição percentual dos inquiridos do sector informal por fonte de rendimento nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”



(N Geral = 373; N Chamanculo “C” = 160; e N Magoanine “C” = 213)
Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

A presença da economia informal é confirmada por Brito *et al.* (2015), quando afirmam que, nos últimos anos, as constantes subidas de preços dos vários bens, com particular destaque para os bens alimentares, contrastam com um baixo aumento dos níveis salariais e com elevadas taxas de desemprego e subemprego. Por esta razão, é comum que as famílias procurem ter mais de uma fonte de receita para fazer face às suas despesas mensais. De forma geral, a tendência nas áreas urbanas é de pelo menos um membro do agregado familiar ser trabalhador formal ou informal, auferindo um salário mensal.

Para Tvedten *et al.* (2013), as camadas mais pobres da Cidade de Maputo são igualmente caracterizadas por apresentarem níveis de dependência elevados e pela sua incapacidade de manter ligações com as suas áreas rurais de origem e de tomar parte nas trocas urbano-rurais, consideradas centrais na sobrevivência da população.

Os tumultos que abalaram Moçambique, em 2008 e 2010, e ameaçaram ocorrer novamente em 2012, tinham sido parte de um movimento global mais amplo ligado aos aumentos e à volatilidade dos preços dos alimentos no mercado mundial. Elas foram, acima de tudo, um reflexo da dinâmica económica local e resultaram da exclusão social e política a que estão submetidos os estratos sociais urbanos mais pobres em Moçambique (Brito *et al.*, 2015).

As sociabilidades económicas nestes bairros são marcadas pelo desenvolvimento das vias de acesso. As vias de acesso, para a cidade de cimento, parecem ter sido implantadas sem se ter em conta a componente de articulação entre os bairros, criando barreiras no fluxo de automóveis (Andreatta & Magalhães, 2011).

Em relação a mobilidade e acessibilidade, dadas as exigências actuais, os diagnósticos realizados por Andreatta e Magalhães (2011) condenam a “estrutura viária exígua e a falta de acessibilidade e transportes”. O diagnóstico considera ainda que há problemas no que concerne à desorganização e desordem no funcionamento dos meios de transporte e sistema viário, que obviamente complicam-se pela precariedade ou falta de estrutura física em algumas vias.

A rua é o principal elemento de organização do sistema urbano onde se manifesta a cidadania, um lugar de relacionamento e transmissão cultural, nela se produzem os elementos de comunicação. Esses elementos actuam também no plano simbólico da integração social e definem a organização do espaço privado e público edificado. A rua, em suma, é a principal via de organização do sistema de circulação, une os parques, praças, espaço rural exterior e condiciona o ecossistema urbano.

Nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C”, o parcelamento das ruas é deficitário, ou seja, apresentam-se em formato de “becos sem saída” e ocupadas pelos vendedores informais, o que cria maior aglomeração das pessoas. Os residentes do bairro de Magoanine “C”, para viajarem até ao centro da cidade, são obrigados a apanhar mais de dois veículos automóveis. Ou seja, até então, são escassos os veículos que garantam o transporte directo de passageiros para os dois pontos.

O transporte automóvel apresenta dificuldades de congestionamento, principalmente nas horas de ponta (das 6 horas até às 8 horas e das 16 horas até às 19 horas), caracterizando-

se fundamentalmente, por uma maior concentração de passageiros nas paragens e, em especial, na Terminal do Zimpeto.

O MOPHRH (2016) refere que 75% da população urbana depende do sistema de transporte colectivo de passageiros. Todavia, ainda se nota uma baixa mobilidade urbana que está directamente ligada ao planeamento e ocupação do espaço urbano.

A morfologia urbana planificada no período colonial, para uma população reduzida, acaba por não suportar a grande superlotação dos centros urbanos no período pós-Independência. Esta situação tem estado a ser agravada pelo crescimento urbano descontrolado, que tem como causa principal a proliferação de áreas urbanas de ocupação informal sem nenhuma estruturação viária. Este último facto afecta directamente a prestação de serviços de transporte e a construção de infra-estruturas rodoviárias. O congestionamento do tráfego rodoviário é originado fundamentalmente pelo crescimento descontrolado do parque automóvel, dada a falta de regulamentação específica.

A desestruturação do sector de transporte é confirmada pela presença de viaturas espalhadas e dispersas nos terminais, abrindo espaço para um ambiente confuso, sem ordem e nem critério. Estes locais são propensos ao desenvolvimento do comércio informal, bem como para a emergência de actividades criminais, onde as carteiras e os telemóveis constituem os bens mais procurados pelos delinquentes.

Os inquiridos descrevem as transformações económicas familiares como empobrecidas, onde muitos que vivem nestes bairros apresentam baixo nível de escolaridade e vivem em ambientes marcados por desigualdades sociais. Trata-se de famílias que vivem em ambientes de sociabilidades económicas precárias, onde os pais e filhos procuram maximizar os seus ganhos na economia informal (“boladas”), para garantir a sustentabilidade do agregado familiar.

Estas famílias, na sua maioria, são desprovidas de condições básicas que promovam a qualidade de vida (alimentação, habitação, transporte e lazer). As transformações económicas que caracterizam as famílias inquiridas devem ser entendidas dentro das mudanças ocorridas no país, desde os finais da década de 80, com a introdução dos programas de reestruturação económica, tendo o seu apogeu na década 90, com a abertura à economia do mercado.

O principal problema enfrentado pelos agregados familiares entrevistados relaciona-se com a questão do desemprego, que é visto como a principal razão da pobreza e

vulnerabilidade. O segundo problema é a criminalidade, que está estreitamente ligada ao problema do desemprego e realça a questão da insegurança quanto à vida e aos bens nos bairros.

Os moradores considerados mais pobres dos dois bairros sentem-se marginalizados e excluídos das relações urbanas vitais, dado que não as podem satisfazer com dinheiro ou em meios materiais num contexto social de crescente mercantilização. Eles sentem-se incapazes de estabelecer e manter relações construtivas com a família alargada, vizinhos, patrões, Estado e outras instituições, passando a depender de uma limitada rede de relações sociais.

As estratégias de sobrevivência dos agregados familiares inquiridos são influenciadas pela posição económica das pessoas, em termos de rendimento e bens, e pela sua concomitante capacidade de relacionamento com a família alargada, vizinhos, amigos e instituições. Os agregados familiares mais pobres têm geralmente uma gama restrita de relações com quem contar, deixando muitos deles marginalizados e excluídos.

Todavia, os inquiridos admitem uma certa melhoria nas condições das suas vidas, e outros assumem que há algumas iniciativas e intervenções nas infra-estruturas físicas e sociais que estão a afectar outros agregados familiares (processo de reassentamento).

Tvedten *et al.* (2013) defendem que os bairros urbanos densos e tensos levam a uma sensação básica de insegurança e a relações sociais frágeis. A elevada taxa de desemprego faz com que muitos agregados familiares e indivíduos dependam de uma economia informal, com previsibilidade limitada e baixos retornos. Finalmente, a pobreza e as disparidades levam à instabilidade na organização social de muitos agregados familiares.

Neste capítulo, ficou evidente que a transformação social do espaço compreende o conjunto de alterações sociais que ocorrem no meio urbano, caracterizadas pelas interações humanas quer dentro ou fora da família. A transformação social do espaço, nestes bairros, constitui a continuidade das sociabilidades que ocorrem na Cidade de Maputo, caracterizadas por uma fraca implementação dos instrumentos que regulam o ordenamento do território e pelas desigualdades que se registam.

As sociabilidades ocorrem dentro da pauperização da população de baixa renda e de crescimento da desigualdade social dentro dos centros urbanos. Maloa (2012) defende que tudo teve efeitos mais evidentes no final da década de 80, com a introdução do Programa de Reestruturação Económica (PRE-1987) e Programa de Reestruturação Económica e Social

(PRES-1989), que acabaram com a estabilidade de milhares de moçambicanos, essencialmente a população de baixa renda, que perdeu a esperança de obter um emprego estável, pelo qual podia garantir a sua sobrevivência.

Estas transformações ocorrem também em ambiente, onde, segundo MARP (2019), ainda persistem desafios no combate à pobreza absoluta. Ainda, o desenvolvimento continua crítico, sendo que cerca de 10 milhões de moçambicanos vivem em situação de pobreza, com problemas de insegurança alimentar, baixos rendimentos e desemprego.

Por sua vez, o INE (2019) estima em 46,7% a população moçambicana com idades inferiores a 15 anos e 4,7% com idade igual ou superior a 65 anos. Estes dados sugerem que o índice de dependência na população moçambicana mantém-se ainda elevado, tendo passado de 80 para 99 dependentes, em cada 100 indivíduos em idade activa, entre 2007 e 2017. Espera-se que a população de 65 e mais anos atinja os 6% (cerca de 2.490.000 pessoas) em 2035.

Apesar de uma população idosa relativamente reduzida, a sociedade moçambicana já se mostra incapaz de proporcionar uma vida digna e inclusiva aos idosos. A nível urbano, muitos dos programas são orientados para a reintegração familiar e comunitária. Outros incluem a construção e atribuição de casas, bem como incentivos para a promoção de actividades ocupacionais e de geração de rendimento.

O relatório do MOPHRH (2019) destaca que os agregados familiares urbanos chefiados por mulheres experimentaram, ao longo dos últimos 15 anos, uma redução da pobreza para nível mais próximo da dos agregados familiares chefiados por homens. O mesmo relatório refere que nas áreas urbanas, as mulheres com uma taxa de analfabetismo de 46% são mais propensas a depender do sector informal, devido aos requisitos difíceis de acesso ao emprego formal

A Organização Internacional do Trabalho calculou a taxa de desemprego em 22% para Moçambique, em 2016, sendo a taxa de desemprego juvenil estimada em 38%. Esta taxa resulta da falta generalizada de oportunidades de emprego, devido ao subdesenvolvimento da economia nacional, às altas taxas de crescimento populacional, ao pequeno sector privado, às baixas taxas de alfabetização e à má qualidade da educação que equipa os jovens com limitadas habilidades industriais (MARP, 2019).

Portanto, MARP (2019) defende que os jovens constituem um recurso potencial para crescimento e desenvolvimento social, se engajados de forma lucrativa e produtiva. Mas eles também podem ser uma fonte de tensão social devastadora e de conflito, caso contrário. O número incontável de jovens que andam sem o que fazer pelas ruas de Maputo é reflexo das limitadas oportunidades de emprego.

Assim, em virtude das sociabilidades que se registam nestes bairros, nota-se o desfasamento das relações entre filhos e pais, porque todos sentem-se obrigados a abandonar o agregado familiar à procura de meios de sobrevivência (“desenrascar a vida”).

3.4. Conclusão

Os bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C” são caracterizados por uma transformação social deficiente do espaço urbano que se manifesta pela falta de clareza do sistema de arrendamento e ocupação de espaço, intensa movimentação de pessoas, fraca coesão social e perda do valor educativo das instituições de controlo formal e informal. A partir desta transformação, os residentes tendem a ser mais egoístas, promovendo a impessoalidade nas relações sociais. A família como célula básica de transmissão de bons valores e costumes tende a perder o seu enquadramento na educação parental dos filhos.

Os laços comunitários de vizinhança encontram-se fragilizados, na medida em que os vizinhos não se conhecem, pouco comunicam e nem desenvolvem mecanismos de interajuda.

As transformações sócio-espaciais nestes bairros resultam, em parte, do desmantelamento das redes e dos mecanismos tradicionais de socialização e de sociabilidade que asseguravam o controlo social formal e informal da população, dentro dos bairros.

As sociabilidades nestes bairros revelam a ausência da coesão social, em particular, nos agregados familiares com 6 e mais membros. As crianças e jovens tendem a valorizar o desenvolvimento de comportamentos apelidados de desviantes. Os espaços produzidos transmitem a sensação de agorafobia e nictofobia. A aparente ausência da coesão social é tipicamente influenciada pelas grandes transformações económicas, desigualdades sociais e o desmantelamento das redes sociais de controlo social instituídas entre 1975 e 1990.

O próximo capítulo descreve em detalhe os tipos de crime que ocorrem nos bairros estudados.

CAPÍTULO IV: A CRIMINALIDADE NOS BAIRROS DE MAGOANINE “C” E CHAMANCULO “C”

Este capítulo tem como objectivo trazer uma discussão sobre a criminalidade nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C”. A discussão gira à volta das famílias delitivas, a sua evolução e ocorrência ao nível dos bairros. Esta discussão é baseada nas estatísticas oficiais e das percepções dos sujeitos de pesquisa.

A criminalidade é o conjunto de crimes que se registam num determinado espaço geográfico. Assim, constitui crime, todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática (INE, 2018).

4.1. Tendências da criminalidade no contexto moçambicano

Em Moçambique, no geral, e em particular na Cidade de Maputo, a criminalidade e os *modus operandis* dos criminosos têm evoluído bastante. Há tempos, os crimes comuns no espaço urbano eram os de furto, cometidos em pequena escala, principalmente no período noturno. Mas de algum tempo para cá, a notícia de crime domina o dia-a-dia dos moradores dos espaços urbanos.

Os órgãos de comunicação social têm difundido mensagens relacionadas com os crimes de homicídios, violação sexual de menores, tráfico de órgãos e seres humanos, roubo de viaturas e seus acessórios, arrombamento de residências, assaltos na via pública, raptos e sequestros, venda e consumo de drogas ilícitas.

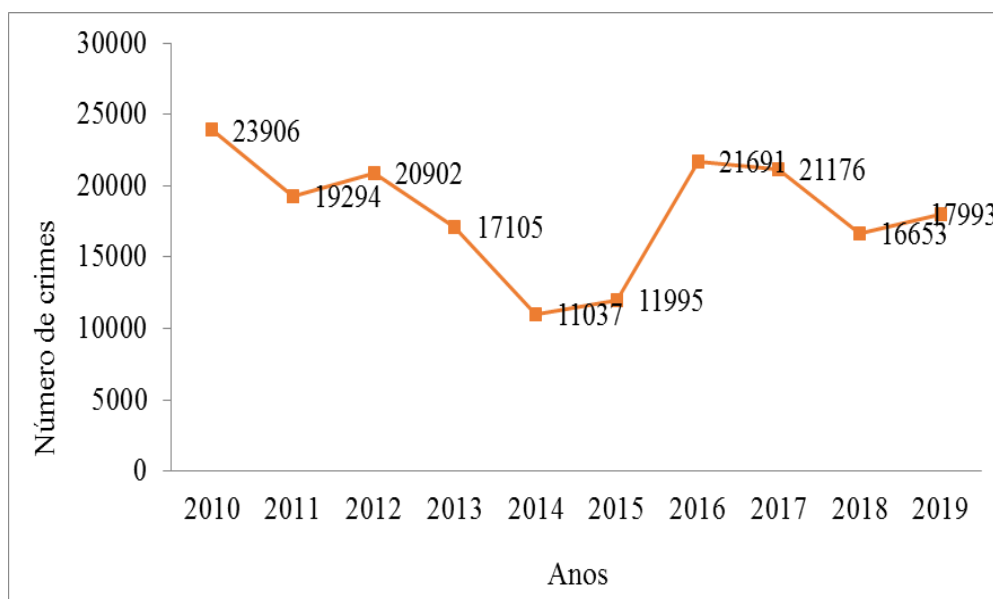
Diante dessa diversificação da criminalidade no espaço urbano moçambicano, várias acções são desenhadas e ensaiadas para a sua prevenção e combate. Tais acções incluem os conselhos de policiamento comunitário nos bairros periféricos, a criação da brigada motorizada anti-crime e da brigada *mambas* de investigação criminal, bem como a própria reestruturação da Polícia.

Todavia, mesmo com estas acções, não se consegue impedir a multiplicação do delito. A notícia diária do crime, principalmente os assassinatos, violação sexual, roubos e sequestros constitui uma das evidências de que o crime está sempre presente no meio urbano.

O entendimento da criminalidade nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C” pode ser contextualizado a partir da realidade urbana da Cidade de Maputo, que é descrita como um problema que resulta das desigualdades sociais a que os residentes estão sujeitos, da desestruturação das famílias, bem como da erosão dos valores morais entre os residentes.

As estatísticas em Moçambique revelam a ausência de um padrão criminal consolidado. O gráfico 13 é reflexo dessa ausência do padrão criminal.

Gráfico 13 - Número de crimes registados pelas autoridades policiais em Moçambique, 2010-2019



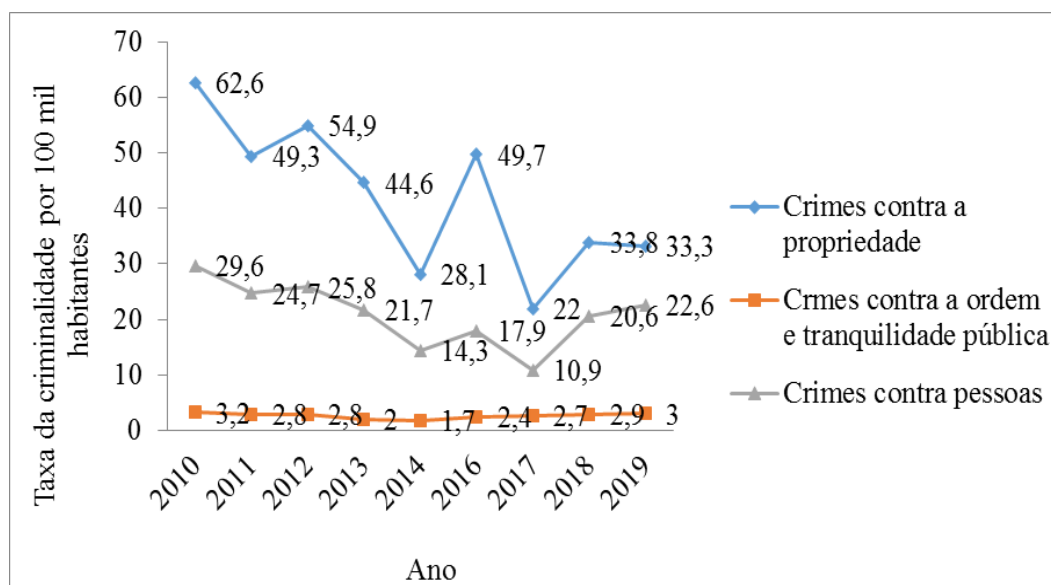
Fonte: Elaborado a partir das estatísticas criminais do INE (2020)

As estatísticas criminais em Moçambique demonstram um comportamento oscilatório, fluindo de ano para ano e sempre com a tendência de reduzir. A aparente redução deve-se às “cifras negras”, associadas a operatividade Policial. Ou seja, há uma tendência de sonegar os dados nos relatórios policiais para transmitir a imagem de que a criminalidade está controlada. Contudo, de 2018 para 2019, os crimes aumentaram em pouco mais de 8% (INE, 2020).

A Cidade de Maputo, em 2017, registou a taxa de criminalidade mais elevada do país, com cerca de 39 crimes em cada 100 mil habitantes. A taxa de criminalidade é obtida a partir da divisão do número de crimes registados em uma determinada área pelo número de habitantes e multiplicado por 100 mil habitantes (INE, 2020). Esta constitui o indicador que mostra a frequência da ocorrência de crimes na população.

A taxa de criminalidade registada pelas autoridades policiais, por categoria de crime, em cada 100 mil habitantes, entre 2010 e 2019, em Moçambique, revela uma redução progressiva dos crimes quase em todas famílias delitivas (gráfico 14).

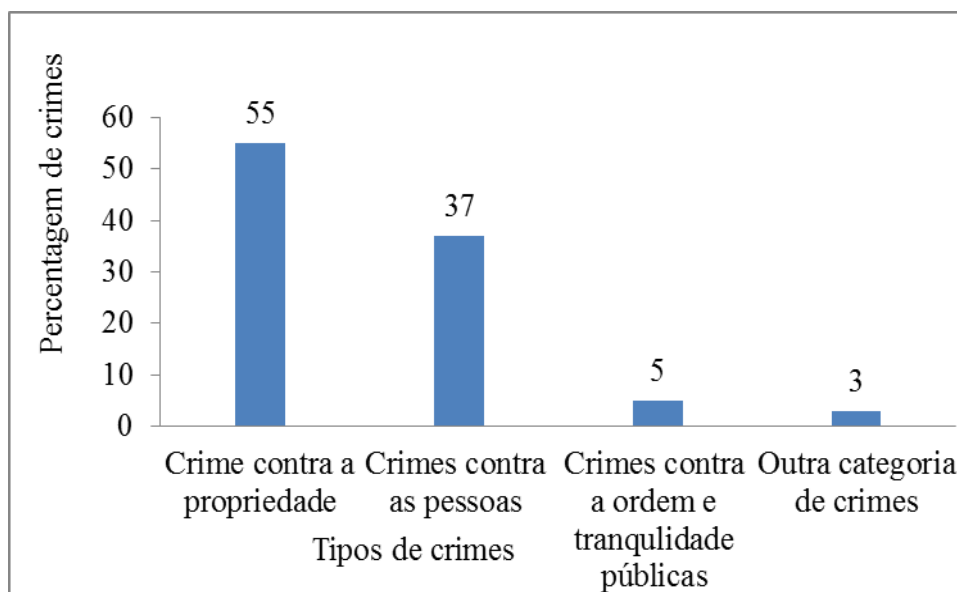
Gráfico 14 - Taxa de criminalidade registada por categoria de crime em cada 100 mil habitantes em Moçambique, 2010-2019.



Fonte: Elaborado a partir das estatísticas criminais do INE (2020)

As estatísticas sobre a Criminalidade e Justiça indicam que em 2019, os crimes contra a propriedade foram os mais frequentes, com uma percentagem de 55%, seguindo-se os crimes contra as pessoas (37%), os crimes contra a ordem e tranquilidade públicas (5%) e outra categoria de crimes (3%) de um total de 17. 993 crimes registados pelas autoridades policiais em Moçambique (gráfico 15). A Cidade de Maputo afigura-se com destaque para todas as famílias delitivas.

Gráfico 15 - Distribuição percentual de crimes registados pelas autoridades



Fonte: Elaborado a partir das estatísticas criminais do INE (2020)

Os dados do INE (2018) sobre a criminalidade, referentes ao período 2015-2017, em Moçambique, revelam uma redução da proporção de indiciados menores de 18 anos do sexo masculino e um aumento para o sexo feminino. Contudo, em relação à proporção de indiciados maiores de 18 anos, houve aumento, passando de 91,8% para 98,1% (tabela 5).

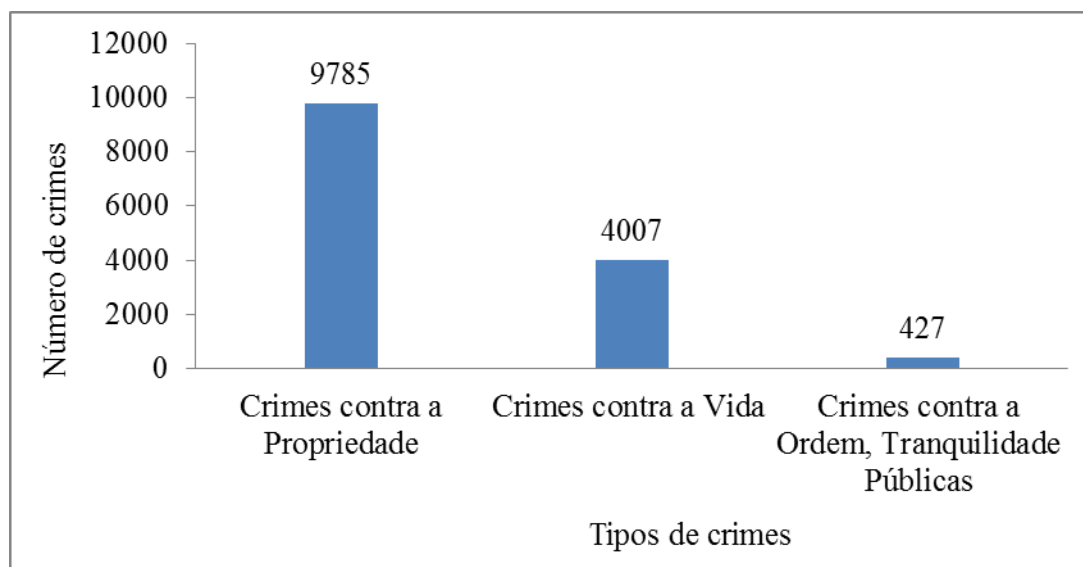
Tabela 5 - Distribuição de indiciados por idade e sexo em Moçambique, 2015-2017.

Sexo dos indiciados	2015			2016			2017		
	Número de crimes	Distribuição percentual de indiciados por idade		Número de crimes	Distribuição percentual de indiciados por idade		Número de crimes	Distribuição percentual de indiciados por idade	
		< 18 anos	18 anos e mais		< 18 anos	18 anos e mais		< 18 anos	18 anos e mais
Homens	10.672	8,5	91,5	8.769	9,0	91,0	9.036	1,4	98,6
Mulheres	640	3,1	96,9	461	6,5	93,5	563	9,2	90,8
Total	11.312	8,2	91,8	9.230	8,9	91,5	9.599	1,9	98,1

Fonte: Elaborado a partir das estatísticas criminais do INE (2018)

Os crimes contra a propriedade são os que ocorreram com maior frequência, em 2019, na Cidade de Maputo (gráfico 16). Por outro lado, as estatísticas oficiais da Polícia indicam que a criminalidade tende a diminuir anualmente. A aparente diminuição da criminalidade do ponto de vista das estatísticas policiais pode ser explicada pela existência de “cifras negras”, ou seja, os residentes tendem a não recorrer aos mecanismos formais para reportar os delitos.

Gráfico 16 - Crimes registados na Cidade de Maputo em 2019



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pelo Comando da PRM-Cidade de Maputo

O crime contra a propriedade inclui todo acto de subtracção de coisa alheia, como o furto de bens pessoais, furto de viatura, furto a residências e arrombamento. O estudo realizado pelo ACIPOL e KULA, em 2009, nas Cidades de Maputo e Beira, revela que cerca da metade (46,2%) dos inquiridos das duas cidades pensam que o crime contra a propriedade aumentou. Comparando as duas cidades, o crime contra a propriedade foi mais declarado na Cidade de Maputo (56%).

De acordo com INE (2018), a distribuição dos indiciados por crime contra a propriedade, segundo a idade, na Cidade de Maputo, revela uma redução considerável de indiciados menores em 6,1%, ou seja, uma redução de 8,3%, em 2015, para 2,2%, em 2017. A mesma tendência verifica-se no crime contra as pessoas, no qual houve uma redução em 5,7% (de 7,5% em 2015 para 1,8% em 2017). A distribuição percentual de indiciados por crimes contra a ordem e tranquilidade pública tem a mesma tendência das restantes famílias delitivas, ou seja, de 2015 a 2017, houve uma redução de 10,8% para 0,5%.

4.2. A criminalidade nas áreas de estudo

A maioria dos inquiridos (75%), nos bairros em estudo, disseram que a criminalidade aumentou, nos últimos cinco anos (desde 2015). Uma análise da percepção sobre o aumento da criminalidade, no geral, e, em particular, do crime contra a propriedade, mostra pouca variação de acordo com o sexo. No entanto, no bairro de Magoanine “C”, houve uma

tendência ligeira para mais mulheres (53%) declararem que a criminalidade aumentou. Diferentemente do bairro de Magoanine “C”, no bairro de Chamanculo “C” houve uma ligeira tendência para mais homens (52%) admitirem que a criminalidade e o crime contra a propriedade aumentaram.

No bairro de Magoanine “C”, houve 30% de inquiridos que assumiram que a criminalidade tende a diminuir, justificando esse facto com a possibilidade que têm de contratar serviços de segurança armada, providos por guardas privados. Para além disso, neste bairro, foram tomadas algumas iniciativas locais de autodefesa, normalmente executada por indivíduos desempregados (Conselho Comunitário de Segurança). Estes indivíduos olham para a actividade de autodefesa como se fosse uma estratégia de sobrevivência, principalmente os que operam no mercado local de Matendene.

No bairro de Chamanculo “C”, os inquiridos que admitiram que a criminalidade tende a diminuir constituem 20%, e apontaram a coesão entre os residentes como a causa do declínio, tal como ilustra o depoimento de um dos entrevistados.

No meu entender a criminalidade aqui no bairro tende a diminuir agora, se compararmos com o tempo passado (...) quando tivemos que criar o policiamento comunitário (...) nós residentes deste bairro dificilmente somos assaltados, talvez porque os bandidos nos conhecem, mas para quem não é daqui nem vale a pena experimentar circular com coisas de qualquer maneira (...) roubam e escapam entre becos (Entrevista ao Secretário do bairro de Chamanculo “C” realizada no dia 18 de Agosto de 2019).

A incidência da criminalidade nos bairros urbanos moçambicanos, em particular os da Cidade de Maputo, tem sido explicada pela fraca presença policial (1 membro para 1.089 cidadãos). Associado a isso, existe um nível extremamente baixo de confiança nos membros da Polícia, bem como na própria instituição da Polícia, sendo que as estatísticas apontam que apenas cerca de 10% dos crimes são reportados (Shabangu, 2012).

Por sua vez, a PGR (2010) destaca a degradação dos valores morais, a posse ilegal e uso de armas de fogo, o uso de drogas, a superstição e o abuso do álcool como factores explicativos da criminalidade na Cidade de Maputo.

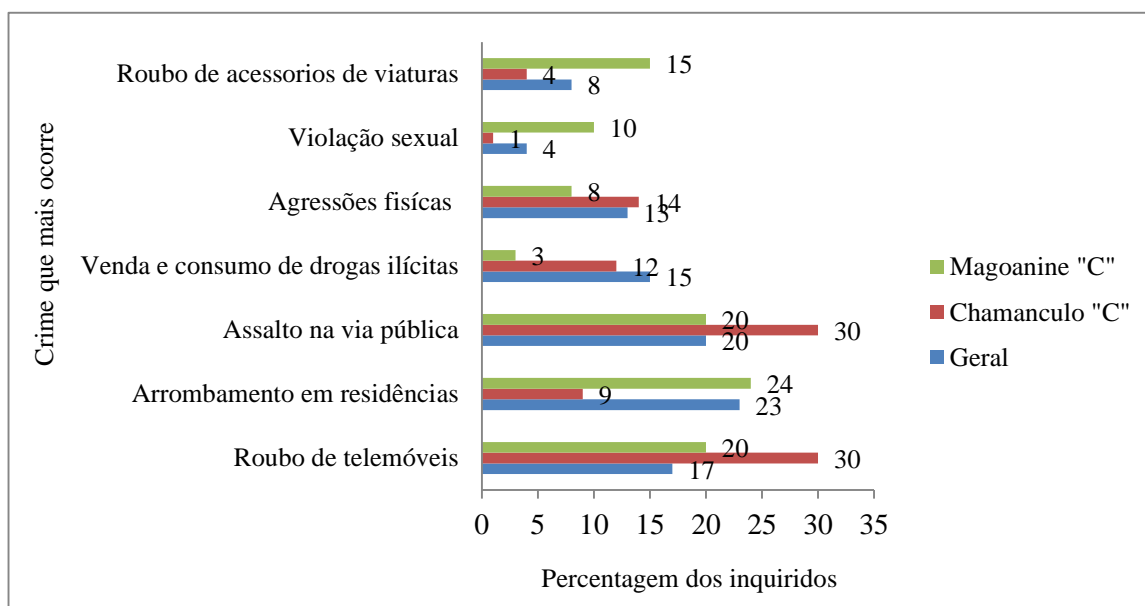
Os inquiridos nos dois bairros de estudo destacam o arrombamento em residências (23% de inquiridos), assalto na via pública (20% de inquiridos) roubo de telemóveis (17% de

inquiridos), venda e consumo de drogas ilícitas (15% de inquiridos), agressões físicas (13% de inquiridos), roubo de acessórios de viaturas (8% de inquiridos) e violação sexual (4% de inquiridos), como os crimes mais frequentes.

A análise por bairro indica que, no Chamanculo “C”, os crimes mais frequentes, segundo os inquiridos, são: assalto na via pública (30%), roubo de telemóveis (30%), agressões físicas (14%) e venda e consumo de drogas ilícitas (12%). No bairro de Magoanine “C”, os inquiridos destacaram o arrombamento em residências (24% de inquiridos), roubo de acessórios de viaturas (15% de inquiridos) e violação sexual (10% de inquiridos) (gráfico 17).

Quanto à relação entre sexo, idade e o tipo de crime que mais se regista, não houve diferenças significativas entre os dois bairros e em cada família delitiva. Todavia, no geral, os inquiridos do sexo feminino destacaram o assalto na via pública (70% de inquiridas) e violação sexual (67% de inquiridas).

Gráfico 17 - Distribuição percentual dos inquiridos de acordo com o tipo de crime que mais ocorre nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”.



(N Geral = 373; N Chamanculo “C” = 160; e N Magoanine “C” = 213)

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

Analisando a percepção dos inquiridos e os dados oficiais da Polícia, nota-se uma certa convergência. Por exemplo, os relatórios da 18ª Esquadra da PRM, referentes ao período 2015-2017, indicam cerca de 1494 casos criminais, dos quais 27% são de roubo de

telemóveis, 25% de agressão física e 20% de assaltos na via pública, uma situação quase similar à dos dados da pesquisa no bairro de Chamanculo “C”.

Igualmente, os dados da 15ª Esquadra da PRM, referentes ao mesmo período, indicam 459 casos criminais cumulativos, onde o destaque vai para o roubo de acessórios em viaturas (25%) e arrombamento em residências (30%), os mesmos crimes mais reportados pelos inquiridos do bairro de Magoanine “C”.

Os resultados deste estudo vêm reforçar a percepção captada no Inquérito sobre Criminalidade e Vitimização em Maputo e Beira, realizado em 2009, que dava conta de que um pouco mais de metade (52%) dos agregados familiares inquiridos tinham sido vítimas de crime, sendo o furto de bens pessoais, violação ao domicílio, assalto na via pública e agressões físicas, os delitos mais cometidos.

A configuração do bairro de Magoanine “C” transmite um ambiente favorável para a ocorrência de actos criminais. Trata-se de um bairro em expansão, cujos habitantes vivem no ambiente caracterizado pelas desigualdades sociais. Ainda, o crime está associado ao próprio ordenamento do espaço, à existência de terrenos baldios e habitações semiacabadas e desabitadas (nictofobia).

No bairro de Chamanculo “C”, o tipo de crime mais frequente pode estar associado à existência de becos pouco iluminados, que serpenteiam pelos quarteirões do bairro, e de estabelecimentos informais de venda de bebidas alcoólicas e “bocas de fumo”, que, muitas das vezes, servem de locais de concentração de criminosos, principalmente nos quarteirões 25 e 40 (agorafobia³⁰ e nictofobia³¹).

Reisman e Lalá (2012) advertem que, no contexto moçambicano, nota-se uma crença generalizada de que as redes de poderosas elites criminosas, bem como os *gangues* de rua, trabalham com indivíduos ou grupos de agentes da polícia a diferentes níveis, uma situação agravada pela corrupção generalizada.

Nos bairros em estudo, existe uma opinião elaborada por cidadãos ligeiramente prósperos e instruídos de que a criminalidade tende a diminuir devido ao aumento da provisão de segurança armada, oferecida por guardas de segurança privada. Para além disso, nestes bairros foram tomadas algumas iniciativas locais de autodefesa, como por exemplo, as

³⁰ Agorafobia refere-se ao medo de estar nos espaços abertos e com tráfego de muita gente.

³¹ Nictofobia refere-se ao medo de estar nos espaços escuros.

actividades dos conselhos comunitários de segurança, o gradeamento das casas, a montagem de sistemas de alarmes e a troca de contactos telefónicos.

As actividades dos conselhos comunitários de segurança são parcialmente criticadas devido à ausência de incentivos e de um regulamento que garanta o seu funcionamento. Eles envolvem indivíduos desempregados cuja actuação confunde-se com as actividades policiais, que às vezes praticam actividades criminais.

O crime tende a diminuir no bairro (...) os que têm poder contratam serviços de segurança privada que velam pela segurança (...) também a introdução do policiamento comunitário tem ajudado muito na redução do crime, embora muitos deles são desempregados e actuam em pontos que lhes dão benefícios (...) alguns, em algum momento, viram criminosos devido, à fome (Entrevista ao permanente do círculo do bairro de Magoanine “C” realizada no dia 19 de Julho de 2019).

A existência de espaços pouco iluminados e de fraca comunicabilidade, associada a alta densidade populacional e do parque edificado fornecem pouca segurança aos residentes. Os residentes destes bairros afirmam que é mais seguro caminhar fora de casa no horário entre 06:00 e 22:00 horas. Os fins-de-semana (sextas e sábados) e o período da quadra festiva (Páscoa, natal e fim-de-ano) são considerados momentos mais críticos em relação a ocorrência de delitos.

Para Bertelsen e Chaúque (2015), a ocorrência da criminalidade (assaltos e roubo com arrombamento), no período da quadra festiva, coincide com o regresso de migrantes moçambicanos da África do Sul, com dinheiro e, por último, com a diminuição do fornecimento de produtos agrícolas por parte dos parentes rurais, de que muitos residentes dependem.

A partir da observação feita durante a pesquisa empírica, foi notória a presença de algumas medidas tomadas pelos residentes, para aumentar a sensação de segurança, que, normalmente, incluem a construção de muros elevados à volta do espaço residencial, a electrificação do muro e a contratação de serviços de empresas de segurança privada. Estas medidas são mais expressivas no bairro de Magoanine “C”, o que denuncia o medo e vulnerabilidade em relação ao crime.

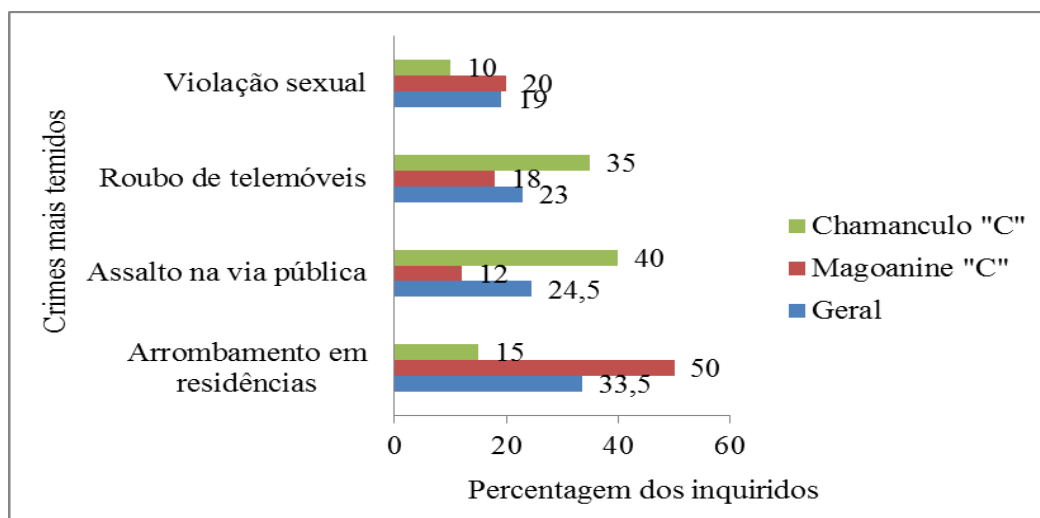
A representante da medicina tradicional do bairro de Magoanine “C” referiu que alguns dos seus colegas têm promovido rituais de protecção divina contra a criminalidade.

Todavia, estas medidas acabam deixando os residentes numa situação de vulnerabilidade, quando os executores passam a colaborar com os criminosos.

A construção de muros altos atrai o perigo criminal, pelo facto de os muros sinalizarem as desigualdades sociais e a fraca comunicabilidade do espaço construído, o que impede a coesão social entre a vizinhança.

Quando questionados sobre o crime mais temido, os inquiridos dos dois bairros indicaram o arrombamento em residências (33,5% dos inquiridos), assalto na via pública (24,5%), roubo de telemóveis (23% dos inquiridos) e violação sexual (19% dos inquiridos). No bairro de Magoanine “C”, os crimes mais temidos são os de arrombamento e violação sexual (com 50% e 20% dos inquiridos, respectivamente). No bairro de Chamanculo “C”, os mais temidos são os crimes de assalto na via pública (com 40% de inquiridos) e roubo de telemóveis (com 35%) (gráfico 18). A análise por sexo revela que os inquiridos do sexo feminino tendem a ter mais medo de crimes de violação sexual e assalto na via pública, enquanto os homens temem mais ao crime de arrombamento em residências.

Gráfico 18 - Distribuição percentual dos inquiridos de acordo com o tipo de crime mais temido nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”



(N Geral = 373; N Chamanculo “C” = 160; e N Magoanine “C” = 213)

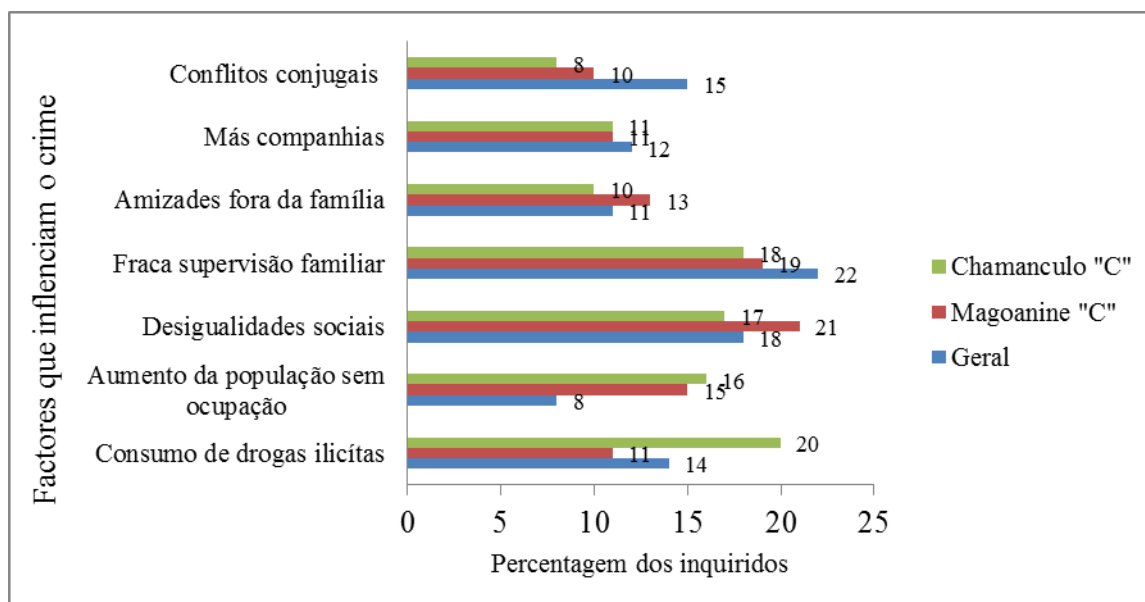
Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

Mubarak (2016) afirma que estudos internacionais demonstram que a criminalidade ocorre com maior incidência em contextos de desorganização social, caracterizados por altas taxas de desemprego, baixos salários, desigualdade educacional e, principalmente, em ambiente composto por jovens. O autor afirma que a relevância da criminalidade no espaço urbano moçambicano está associada a questões da configuração dos bairros.

Os resultados do inquérito sobre Criminalidade e Vitimização em Maputo e Beira, realizado pelo ACIPOL e KULA em 2009, indicam que cerca de 40% dos inquiridos, residentes na Cidade de Maputo, acreditam que as pessoas cometem os crimes contra a propriedade por necessidade de sobrevivência, enquanto a criminalidade violenta é motivada pela ganância. O mesmo estudo indica que, para além da ganância e necessidade de sobrevivência, mais de 34% dos inquiridos mencionaram outras motivações para a prática do crime, como por exemplo, a falta de emprego ou pobreza, a inveja e falta de carácter.

Entretanto, os inquiridos dos dois bairros em estudo mencionaram como factores que influenciam a dinâmica criminal, a fraca supervisão familiar (22% dos inquiridos), as desigualdades sociais (18%), o consumo de drogas ilícitas (14%), as más companhias (12%), os conflitos conjugais (12%), as amizades fora do ambiente familiar (11%) e o aumento da população sem ocupação (8%). Uma comparação entre os dois bairros indica que o consumo de drogas ilícitas (20% dos inquiridos) e o aumento de pessoas sem ocupação (16%) constituem os aspectos que mais influenciam a ocorrência de crimes no bairro de Chamanculo “C”. Em Magoanine “C” destacam-se as desigualdades sociais, fraca supervisão familiar, amizades fora do ambiente familiar e conflitos conjugais (gráfico 19).

Gráfico 19 - Distribuição percentual dos inquiridos segundo os factores que influenciam o crime nos bairros de Chamanculo “C” e Magoanine “C”



(N Geral = 373; N Chamanculo “C” = 160; e N Magoanine “C” = 213)

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

A comunidade, no geral, tem acreditado que os crimes são, em parte, cometidos por indivíduos que vivem fora do bairro. Esta percepção é em parte influenciada pelo facto de alguns indivíduos com comportamento desviante se aparentarem ser honestos no seu bairro de residência, principalmente perante seus vizinhos. Os resultados do inquérito sobre Criminalidade e Vitimização em Maputo e Beira realizado pelo ACIPOL e KULA em 2009, mostram que 60% dos inquiridos defendem que os crimes contra a propriedade são mais susceptíveis de ser cometidos por pessoas que nasceram ou que residem na sua zona ou bairro.

Igualmente, 75% dos inquiridos, nas áreas de estudo, disseram que as pessoas que vivem no bairro são os autores do crime. Entretanto, outros 25% dos inquiridos acham que os que cometem o crime são pessoas de outros bairros em convivência com as do bairro. Em Chamanculo “C”, 85% dos inquiridos acreditam que são as pessoas do bairro que cometem crime, enquanto em Magoanine “C”, são 43% de inquiridos que acham que o crime é praticado por residentes de dentro e fora do bairro.

De acordo com os inquiridos, a criminalidade é praticada por adolescentes e jovens desempregados e os do mercado de Zimpeto e Xipamanine. As mulheres são tidas como as protagonistas em actos de violência doméstica e roubos, enquanto empregadas domésticas. Os crimes que assolam os bairros em estudo agrupam-se em: (i) roubo de telemóveis, bolsas e carteiras com recurso à agressão física e aos instrumentos contundentes; (ii) roubo e furto de bens patrimoniais (roubo de viaturas, computadores, electrodomésticos); (iii) assassinatos; (iv) violação sexual; (v) violência doméstica; e (vi) conflito de terra.

Uma avaliação da situação do crime e da violência em Moçambique, efectuada por Reisman e Lalá (2012), concluiu que a violência ainda constitui um dos maiores obstáculos para alcançar uma qualidade de vida plena na Cidade de Maputo.

Para estes autores a situação criminal reforça a conclusão generalizada existente, de que os Comandos, Esquadras e Postos Policiais existentes são numericamente inferiores às necessidades, com efectivos exíguos, meios materiais e financeiros escassos e, em muitos casos, o seu pessoal possui baixo nível académico, técnico e profissional, o que leva, muitas vezes, a acções sem carácter científico e tático-operativo.

Assim, um dos principais problemas da criminalidade em Moçambique decorre, primeiramente, da pouca disponibilidade de informações fidedignas e estratificadas sobre as

estatísticas criminais. Os dados oficiais existentes, especialmente, os de registos policiais, são apenas estimativas não realísticas de crimes ocorridos, devido às altas taxas de cifras negras e de sonegação dos dados, por conta da operatividade policial.

A criminalidade nas áreas de estudo extravasa o ambiente familiar, passando a dominar o ambiente escolar, com maior enfoque para o bairro de Magoanine “C”. Ela manifesta-se a partir de roubos e agressões. A criminalidade no ambiente escolar é, em parte, influenciada pelo consumo de substâncias psicotrópicas (o álcool, com enfoque para a *Tentação, Boss* e drogas ilícitas como *canábis sativa*).

4.3. Conclusão

A dinâmica da criminalidade na Cidade de Maputo é entendida como um problema que resulta das desigualdades sociais a que os residentes estão sujeitos. As estatísticas oficiais da Polícia moçambicana indicam que a criminalidade tende a diminuir anualmente. A aparente diminuição da criminalidade pode ser explicada pela sonegação dos dados e pela fraca confiança que as comunidades depositam nas instituições de administração da justiça.

Os dados da criminalidade registados indicam haver uma prevalência preocupante de crimes contra a propriedade, onde se destacam furtos qualificados, roubos e furtos simples. Nos crimes contra a vida, o destaque foi para as ofensas corporais voluntárias qualificadas, ofensas corporais simples e ameaça de morte. Nos crimes contra a Ordem, Tranquilidade Públicas, destacou-se o crime de venda de estupefacientes, suborno e falsificação.

A criminalidade nos bairros da Cidade de Maputo resulta da degradação de valores, ganância pela vida fácil (para os estratos mais estáveis economicamente), do tráfico e proliferação de armas de fogos, tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, da imigração ilegal, superstição e obscurantismo, da influência de novas tecnologias de informação e do consumo excessivo de bebidas alcoólicas.

A criminalidade nos bairros estudados resulta do aumento da população que não é acompanhada pela melhoria do sistema de segurança e das transformações sociais em curso que esvaziam a vigilância comunitária.

Os capítulos até então apresentados discutem de forma separada as questões relacionadas com a transformação social do espaço e a criminalidade. O capítulo sobre a

transformação social do espaço trouxe os aspectos essenciais que descrevem as sociabilidades nos bairros estudados. No capítulo sobre a criminalidade abordou-se a tipificação criminal, do ponto de vista dos relatórios e percepções dos sujeitos de pesquisa, em relação à situação criminal nos bairros estudados.

Assim, no próximo capítulo discute-se a relação entre os aspectos de sociabilidade e a criminalidade. O capítulo mostra como o processo de sociabilidade e a criminalidade foram-se comportando ao longo do tempo, bem como o posicionamento dos sujeitos de pesquisa em relação ao fenómeno.

CAPÍTULO V: RELAÇÃO ENTRE AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A CRIMINALIDADE NOS BAIRROS DE MAGOANINE “C” E CHAMANCULO “C”

Este capítulo tem como objectivo analisar a relação entre as transformações sociais e a criminalidade. De forma específica, o capítulo visa identificar as sociabilidades que estão relacionadas com a criminalidade, a partir do contexto local da Cidade de Maputo e tomando como unidades espaciais de análise os bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C”. A discussão contida neste capítulo mostra como as sociabilidades espaciais, familiares, de vizinhança e económicas relacionam-se com a criminalidade.

5.1. Aspectos introdutórios

No contexto internacional foram desenvolvidos trabalhos importantes, dando ênfase aos diferentes factores associados à criminalidade. Os mesmos podem ser organizados em quatro grupos. O primeiro grupo está intimamente ligado aos modelos de alocação óptima do tempo, na qual os indivíduos escolhem a conduta criminal em função dos ganhos esperados (Becker, 1968).

O segundo grupo de trabalhos defende que a escolha dos indivíduos em se inserir no mundo do crime é motivada pelo investimento de uma parte da sua riqueza no mercado ilegal (Becker, 1968). O terceiro grupo assenta a sua análise na decisão dos indivíduos em migrar de uma actividade legal para ilegal por conta da avaliação das oportunidades disponíveis, cruzando os ganhos esperados com custos dessa migração. Por fim, o quarto grupo de estudos trabalha com os modelos comportamentais, relacionando a actividade criminal com as interacções sociais.

As interacções sociais e os ganhos esperados constituem o foco de discussão deste capítulo. A actividade criminal, as interacções sociais e os ganhos têm seu enquadramento nas discussões das teorias de desorganização social e do interaccionismo simbólico, aspectos que foram debatidos demasiadamente no marco teórico. Aliás, Coster e Bawin-Legros (1998, p.280) referem que, para se entender as interacções sociais e a criminalidade, é preciso examinar o espaço social onde ocorrem:

Para entender os comportamentos ou sistemas de valor dos adolescentes constituídos em bandos, é necessário partir do espaço onde eles vivem (...). Como os recursos de uma região ou de um território

determinam, de forma geral, as actividades dos seus habitantes, também o *habitat* do *gang* determina os interesses dos seus membros a partir do processo de interacções sociais e dos ganhos.

Alguns autores como Bailey (1984), Krivo e Peterson (1996) identificaram uma correlação positiva entre a criminalidade e a condição de pobreza de que os indivíduos de uma região estão sujeitos. O principal argumento é que as privações económicas não só criam tensões sociais, como também uma desorganização social, induzindo assim às práticas criminais. As carências económicas levam à ocorrência de crimes, devido à fraca coesão social, movida pela fraca sociabilidade e associada aos mecanismos de controlo social instituídos na comunidade.

A criminalidade no espaço urbano moçambicano pode ser interpretada em três realidades distintas. A primeira realidade está relacionada com a potencialização da violência no período pós-colonial. A segunda prende-se com um espaço urbano sem criminalidade expressiva, mas que tinha que acolher os deslocados das áreas rurais assoladas pela guerra dos 16 anos. Esta realidade alterou completamente a estruturação dos bairros e impulsionou a reforma do Estado, ao introduzir a economia de mercado. A terceira refere-se ao conflito social movido pela pressão do neoliberalismo, que introduziu a privatização das empresas estatais, colocando milhões de trabalhadores no mercado de desemprego. Esta situação criou alterações na coesão social, ao agudizar as desigualdades sociais e a desestruturação das famílias e vizinhanças.

A década de 1990 é interpretada como uma nova época de individualismo e egoísmo, na qual o individualismo é tolerado e com aceitação oficial (Maloa, 2019). Portanto, desde a década de 1990, os problemas de segurança pública no espaço urbano aumentaram, em parte, devido aos novos desafios de pacificação social, no contexto da crescente desigualdade social e segregação urbana. A partir deste período assiste-se ao enfraquecimento na busca de soluções pacíficas para o sustento familiar e, conseqüentemente, desenvolvem-se relações conflituosas baseadas no consumo no mercado formal e informal.

Actualmente, a Cidade de Maputo é considerada a quarta cidade com altos índices de criminalidade e vitimização, a nível mundial (depois de Tirana, Beirute e Kampala), e Moçambique aparece como o 27º país com índices de homicídios (Shabangu, 2012). As desigualdades sociais são apontadas como um dos factores que originam os tais índices de criminalidade. Embora nos últimos anos tenha havido notícias boas em relação à descoberta e

exploração dos recursos naturais, infelizmente, esta descoberta, até então, ainda não produziu impacto positivo na vida da sociedade e as desigualdades económicas são cada vez crescentes.

A crise do sistema de administração da justiça criminal também começou a ser visível na década de 90, este sistema ao mostrar-se incapaz de responder as novas demandas da segurança pública. Dentro do sistema de administração da justiça não existe uma estratégia única de prevenção da criminalidade e muitas das vezes as instituições improvisam medidas pontuais que nem sempre são eficazes.

Os inquiridos dos dois bairros estudados admitiram que a criminalidade é, em parte, explicada pela fraca intervenção policial (54% dos inquiridos), associada a desestruturação dos mecanismos de controlo social predominante nas famílias urbanas (46% dos inquiridos).

5.2. A configuração espacial e a criminalidade nas áreas de estudo

A configuração dos bairros em estudo transmite um ambiente favorável para a ocorrência de actos criminais. Os bairros apresentam becos pouco iluminados que serpenteiam pelos quarteirões. Esta situação é agravada pela existência de estabelecimentos informais de venda de bebidas alcoólicas e “bocas de fumo”, que muitas das vezes servem de local de concentração dos criminosos. A existência de locais de diversão nocturna, que têm sido frequentados por indivíduos maioritariamente jovens, tem estimulado a prática de actos criminais após o consumo do álcool, como atesta o depoimento que se segue.

Meu filho, aqui a criminalidade é problema de todos os dias (...) aquelas bandas de Chiduluene, zona das mangueiras, paragem Mesquita, no mercado de Matendene, e em algumas ruas sem iluminação nem vale a pena experimentar andar a noite, os ladrões estão cheios (...) pior porque aqui existem casas onde vendem drogas (...) muitos deles fazem tempo nas barracas onde se vendem essas bebidas e mais tarde começam a roubar (...) (Entrevista a um residente do bairro de Magoanine “C”, Quarteirão 17, realizada no dia 17 de Julho de 2019).

O bairro de Chamanculo “C”, em particular, apresenta uma estrutura territorial desordenada e com alta densidade populacional e do parque habitacional edificado. As construções neste bairro são desordenadas e, até então, na sua maioria, são feitas de madeira e zinco. Ainda, nota-se maior aglomeração populacional, estimulada pela existência de muitos

locais de venda e consumo de bebidas alcoólicas, tanto de produção industrial quanto caseira, bem como a existência de casas de venda de drogas ilícitas (“bocas de fumo”).

Comparando a configuração física entre os dois bairros, pode-se afirmar que o bairro de Magoanine “C” apresenta uma estrutura territorial ligeiramente ordenada, onde a demarcação dos terrenos obedeceu certas regras de parcelamento (30 metros de comprimento e 15 de largura).

Nos dois bairros, os terrenos reservados para novas infra-estruturas foram ocupados pela população, facto que promove pouca comunicação e visibilidade entre os espaços construídos. Esta transformação do espaço influencia as condutas criminais, devido à fraca vigilância natural e circulação dos polícias nas diferentes modalidades de patrulhamento.

A existência de espaços pouco iluminados e a fraca comunicabilidade, isto associado à alta densidade populacional e do parque edificado, fornecem pouca segurança aos residentes.

5.3. Família, vizinhança, condições económicas e a criminalidade

Os relatórios da 15^a e 18^a Esquadras da PRM apontam, em comum, o elevado custo de vida, desemprego, consumo excessivo de bebidas alcoólicas e de drogas, a ambição pela vida fácil, principalmente pela camada juvenil, vulnerabilidade de pessoas, o sistema de aluguer de casas sem conhecimento da estrutura competente, a delinquência juvenil, falta de iluminação e ciúmes, como alguns dos factores que estão a influenciar a criminalidade nos bairros sob sua jurisdição.

Por sua vez, os sujeitos de pesquisa destacaram, como transformações que propiciam à criminalidade, as seguintes: (i) elevado custo de vida e desemprego; (ii) consumo excessivo de bebidas alcoólicas até altas horas da noite; (iii) consumo de drogas e ambição pela vida fácil; (iv) vulnerabilidade das infra-estruturas associadas ao processo de arrendamento das habitações sem comunicar as estruturas locais, (v) dissolução dos lares por razões passionais; e (vi) deficiente iluminação pública.

Um outro aspecto, não menos importante, que tem dinamizado a criminalidade, na óptica dos sujeitos de pesquisa, é a falta de coesão social e amor ao próximo, onde as pessoas são vítimas de crime, à luz do dia, sem que as outras lhe prestem socorro.

Aqui, a criminalidade é problema de todos os dias, as pessoas são roubadas dentro e fora de casa, na rua, nas paragens (...) e ninguém socorre o outro mesmo vendo (...) as pessoas perderam as suas referências (...) não se gostam (...) cada qual por si (...) crime é meio de sustento (...) (Entrevista realizada no dia 20 de Julho de 2019 ao assistente do secretário do bairro de Magoanine “C”).

A representante da medicina tradicional no bairro de Magoanine “C” informou que alguns dos seus colegas têm promovido rituais de protecção divina contra actos criminais. Neste processo, alguns praticantes da medicina tradicional desonestos têm disponibilizado informações a supostas redes criminosas. A presença deste tipo de comportamentos revela, de facto, a erosão dos valores morais na sociedade. A prova desta erosão é comum em quase todas artérias da Cidade de Maputo, onde são afixados panfletos com mensagens enganosas. As mensagens estão relacionadas com a capacidade do poder de cura de que alguns praticantes dispõem.

Os tempos mudaram (...) existem colegas nossos que dizem que são capazes de garantir a protecção contra roubos (...) eles vão fazer tratamento em casa do cliente, só que muitos deles repassam a informação para os ladrões (...) precisa-se de ter muito cuidado, as pessoas deixaram de ser sérios (...) fazem de tudo para ter dinheiro sem cumprir com respeito e as normas (...) veja os papéis que andam a colar a dizer que cura isto, ora faz aquilo (...) isto revela falta de valores e pode ser crime também (...) nos nossos tempos havia ordem (...) chamboco funcionava (...) os desobedientes eram levados para Niassa na Operação Produção (...) não tinha marginais nas ruas (Entrevista realizada no dia 16 de Julho de 2019 à representante da medicina tradicional do bairro de Magoanine “C”).

Para além da definição dos espaços, da comunicabilidade, da presença de actividades produtivas nos espaços residenciais e das desigualdades sociais, a criminalidade nestes bairros resulta essencialmente da erosão dos valores morais, que se manifesta pela falta de compreensão e valorização do “outro”. A relação entre a erosão dos valores morais e a criminalidade é confirmada pelo depoimento que se segue de um dos entrevistados:

Os ladrões são nossos filhos (...) as coisas são roubadas e vendidas aqui no bairro (...). As casas de luxo aqui no bairro sempre são vítimas de roubos (...) Mesmo quando a pessoa é roubada e grita ninguém lhe socorre (...) É normal ver alguém a

ser roubado e não lhe dar sinal (Entrevista ao membro do Conselho Comunitário de Segurança realizada no dia 10 de Julho de 2019 no bairro de Magoanine “C”).

A criminalidade nos bairros em estudo, principalmente no de Chamanculo “C”, evoluiu bastante a partir da década de 90, influenciada pela pauperização da população de baixa renda, pelo crescimento das desigualdades sociais e pela perda de empregos. A perda de empregos é testemunhada por 85% dos inquiridos que apontaram o sector informal como a fonte de sobrevivência dos agregados familiares.

Conforme Bauman (1999), a reestruturação económica permitiu o despedimento maciço da mão-de-obra e a precarização do emprego e das condições de vida da classe trabalhadora pobre. A partir dessas transformações, a população passou a adoptar novas estratégias de sobrevivência inseridas no mercado informal.

Em virtude destas transformações, houve o desfasamento das relações familiares, particularmente entre filhos e pais, onde todos têm a obrigação de sair a procura de meios alternativos para a continuidade do agregado familiar. Em outras palavras, isto significa que houve o desmantelamento das redes de sociabilidades e de controlo, instituídos desde 1975 até finais da década 90.

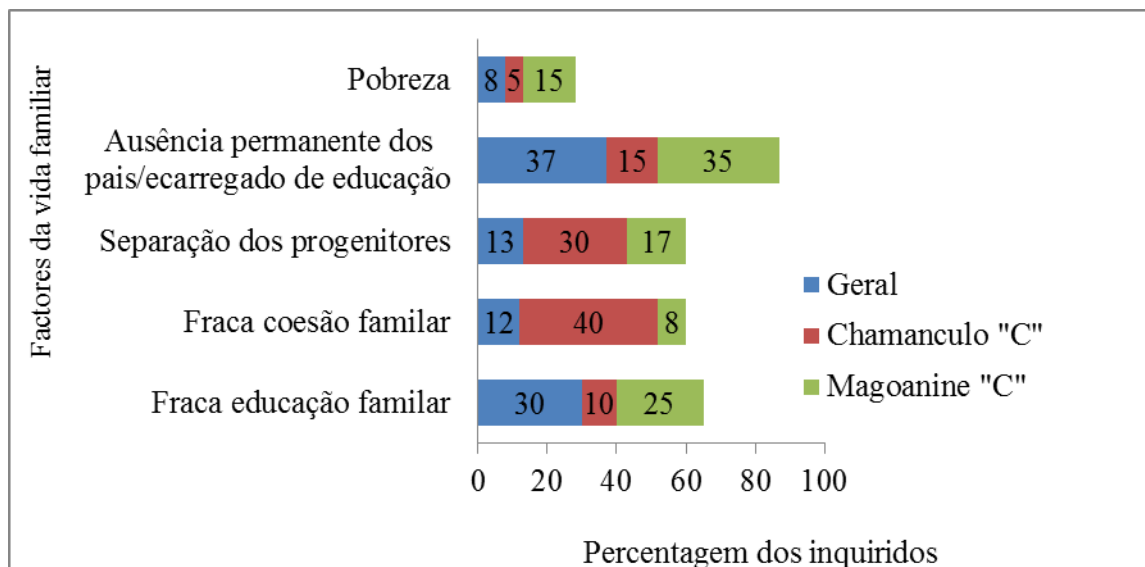
As restrições socioeconómicas³² permitiram que parte da população passasse a valorar o crime como estratégia de sobrevivência. As pessoas passaram a não ter medo de levar a coisa do “outro” sem o seu consentimento, bem como o desrespeito pelo valor que se atribui à vida do ser humano.

Questionados sobre os factores da vida familiar que estariam a influenciar a criminalidade nos seus bairros, os inquiridos apontaram a ausência permanente dos pais/encarregados de educação (37%), a fraca educação familiar (30%), a separação dos progenitores (13%), a fraca coesão familiar (12%) e a pobreza nas famílias (8%). Entretanto, uma comparação entre os dois bairros, indica que a coesão familiar e a separação dos

³² A restrição socioeconómica como parte integrante da criminalidade encontra-se patente numa das composições da Zaida Lhongo intitulada “Kufumala M’ tiro”. Nesta composição o termo *Kufumala m’ tiro* refere-se à falta de emprego. Na composição, a cantora refere que as raparigas envergam pela prostituição devido a falta de emprego. E os rapazes também entram na vida de bandidagem e consumo de drogas ilícitas devido à falta de emprego.

progenitores foram mais destacadas no bairro de Chamanculo “C”, enquanto a pobreza, a fraca educação familiar e ausência permanente dos pais foram mais referenciadas no bairro de Magoanine “C” (gráfico 20).

Gráfico 20 - Factores familiares que influenciam a criminalidade segundo os inquiridos



(N Geral = 367; N Chamanculo “C” = 157; e N Magoanine “C” = 210)

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

Segundo Fry (2003), a governação da FRELIMO, antes da década de 1990, foi profundamente dominada por mensagens de ordem como “abaixa o colonialismo” “abaixa o capitalismo”, “abaixa o obscurantismo” e “abaixa o racismo”. Estas palavras marcavam o fim do passado colonial e o surgimento de uma nova era, a era do Estado socialista. Neste período, conforme Biza (2007), a juventude era muito bem acarinhada e considerada como viveiro de quadros políticos.

A formação da personalidade do jovem era bastante forte e garantia o seu maior controlo e, conseqüentemente, menos criminalidade nos bairros. Foi neste contexto da formação da personalidade do jovem que, em 1977, surgiu a Organização da Juventude Moçambicana (OJM).

A OJM congregava quase todos os jovens de idades compreendidas entre 14 e 30 anos, sem discriminação de raça, sexo, grupo étnico, origem e posição social, religião e estado civil. Os jovens que não fizessem parte desta organização eram considerados indisciplinados e desorganizados. Os jovens neste período eram socializados com uma educação firme que garantia a coesão social nas relações diárias, facto que não sucede nos dias de hoje.

Conforme Cabaço (2007), a partir da disciplina imposta pela OJM, os jovens tinham que se modificar para serem homem novo que devia abandonar as suas convicções e crenças. O tal homem novo formava-se a partir do cumprimento das actividades educativas comunitárias de carácter voluntária, principalmente nos tempos livres.

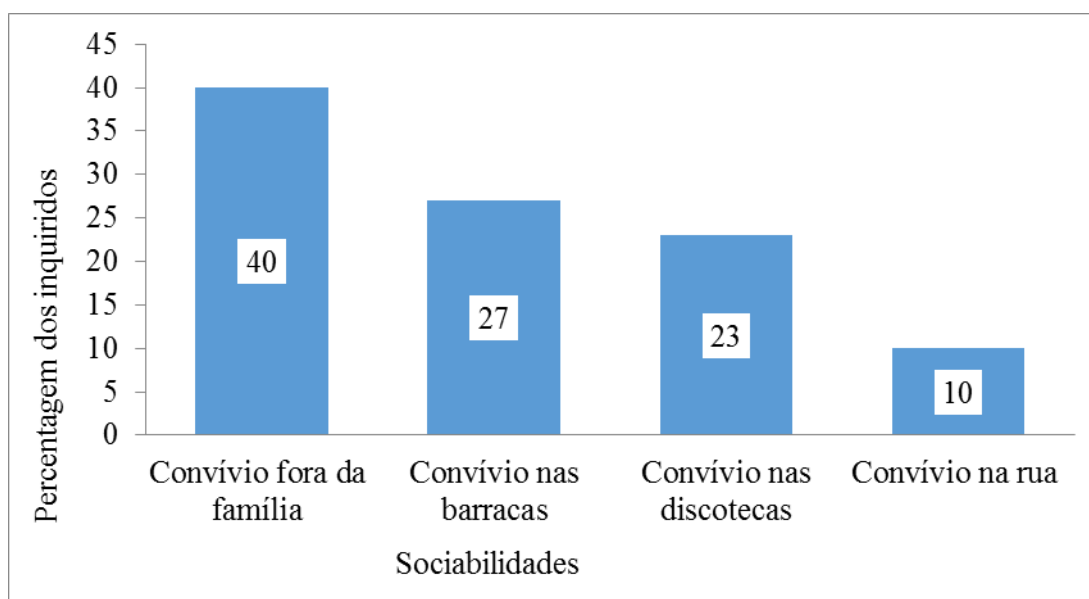
Os jovens que recusavam a prática de actividades comunitárias voluntárias eram considerados inimigos do povo (Biza, 2007). Os jovens não tinham muitas opções de sociabilidade fora das definidas pelas organizações de massa, ou seja, aquelas que tinham o conteúdo socialista. A inserção dos jovens noutros espaços de sociabilidade era vista pela comunidade como ameaça à causa da revolução (Thomaz, 2008).

Na actualidade, segundo os inquiridos, não existem, nos seus bairros, organizações/associações que promovam a solidariedade entre os jovens. A única alternativa que lhes resta é desenvolver amizades fora da família (42% dos inquiridos), convívio nas barracas (29%), convívio nas discotecas (23%) e o convívio na rua (10%) (gráfico 21).

Estes tipos de convívio são vistos como factores que propiciam ambientes que promovem comportamentos desviantes, onde os jovens procuram experimentar todo o tipo de incivilidades (álcool, droga, prostituição, roubo para sustentar o vício), tal como referiu um dos entrevistados.

Hoje, meu filho, existem muitas organizações de jovens, mas elas não educam os jovens da forma como fomos educados (...) quando saem dessas associações vão as barracas, discotecas (...) nesses locais procuram experimentar tudo o que é de má vida (...) mesmo as igrejas já não têm nenhum papel educativo para as nossas crianças (...) quando chamamos atenção, somos chamados de velho ultrapassado (...) (Entrevista ao membro da Polícia, realizada no dia 12 de Julho de 2019, no Posto Policial de Magoanine “C”).

Gráfico 21 - Opinião dos inquiridos sobre os eventos de sociabilidade que influenciam a criminalidade



(N= 370)

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

O controlo ou a limitação da circulação de pessoas foi uma das vias que permitiu conter a violência e criminalidade antes da década de 90. No período anterior à década 90, a circulação das pessoas estava condicionada à guia de marcha, onde o indivíduo devia ter o visto das autoridades locais para se deslocar de um lugar para outro. Nesse documento, havia toda necessidade de fundamentar os motivos de viagem, o destino, o anfitrião e o tempo de permanência.

O controlo de circulação nos dias de hoje é feito pela Polícia, em caso de suspeita, que exige apenas o Bilhete de Identidade. A ausência do sistema de controlo na circulação é confirmada pelo sistema de arrendamento de habitação que ocorre nas áreas de estudo sem se exigir documentos ao inquilino e nem a preocupação de comunicar as estruturas do bairro e nem a celebração do contrato de arrendamento.

No período antes da década de 90 havia mecanismos de controlo quer ao nível familiar e quer governamental. Maloa (2012) refere que no plano familiar, a situação de submissão e lealdade produziu mecanismo de controlo em que os membros do agregado familiar ao sair de casa deviam comunicar os seus progenitores. Esta forma de relação familiar não só esteve ligada a uma relação de submissão e lealdade rígida, que revitalizava socialmente a coesão

social familiar entre filhos e pais, mas também realçava o papel que os pais tinham como autoridade máxima da família.

Nos bairros em estudo, os sujeitos de pesquisa defendem que há pouca comunicação no seio familiar, ou seja, os filhos não têm tido atenção de comunicar aos seus pais quando se ausentam de casa. Igualmente, os pais não têm mantido diálogo com os filhos, e mesmo quando os filhos ostentam bens valiosos, estes não têm tido o hábito de questionar. Esta relação entre pais e filhos prova realmente o desfazimento dos mecanismos de controlo social e desestruturação no seio familiar, que podem ser uns dos factores que alimentam a criminalidade.

A vida de hoje mudou muito (...) não há conversas educativas nas famílias (...) ninguém tem tempo para com o outro (...) a vida é só desenrascar (...) o meu filho não trabalha, mas tem o telefone do último lançamento (...) nem me atrevo a perguntar” (Entrevista ao representante das confissões religiosas, realizada no dia 10 de Agosto de 2019, no bairro de Chamanculo “C”).

A nível governamental, os grupos dinamizadores é que mantinham a vigilância e o controlo de toda a população, ou seja, o que cada um fazia e o que deixava de fazer. Estes garantiam a função de controlo e vigilância-administrativa, emitiam guias de marcha, atestado de residência para a emissão de bilhete de identidade ou para casamento. Cahen (1985) observa que, nesse período, foram criados dois tipos de grupos dinamizadores (os do local de residência e os do local de trabalho) que tinham como *slogan* Unidade Trabalho e Vigilância.

Na actualidade, este tipo de controlo já não se verifica. Por exemplo, a declaração de residência é emitida para as pessoas que querem actualizar dados bancários, ou obter um serviço, que requeira a comprovação de residência. Mas isto não implica, necessariamente, manter o controlo do comportamento das pessoas, apenas a confirmação do endereço domiciliar.

Vale a pena lembrar também a imagem de *Xiconhoca* que, segundo Macagno (2009), carregava o simbolismo de todos os males, desde a preguiça, o individualismo, a prostituição, o criminoso, o drogado, o *candongueiro* (comerciante informal). A figura de *Xiconhoca* representava todos os males que deveriam ser vigiados e controlados pela sociedade. Serra (1997) afirma que o *Xiconhoca* foi um investimento político que a

FRELIMO usou para vigiar e controlar práticas sociais, tais como: criminalidade, poligamia, alcoolismo, obscurantismo, prostituição e individualismo.

A imagem de *Xiconhoca*, segundo Maloa (2012), interferiu no comportamento da comunidade, introduzindo nela o que era ou não permitido fazer. A imagem de *Xiconhoca* produziu várias condutas sociais criminalizadas e estabeleceu elementos de classificação e de exclusão nos contactos que envolviam interacção social dentro da comunidade.

Entre 1975 e 1990, a comunidade foi moldada mediante práticas estatais autoritárias e repressivas, voltadas para qualificar e reprovar os comportamentos desviantes. Ela era obediente no respeito pelas normas de conduta social, tomadas nas decisões saídas de reuniões populares organizadas pelos grupos dinamizadores.

Os entrevistados dos dois bairros reconhecem que hoje, em dia, as pessoas já não valorizam as reuniões com os secretários de bairros e nem participam quando são convocados. Ainda frisaram que alguns residentes nem conhecem o seu chefe do bloco ou do quarteirão. Os residentes só procuram estabelecer a comunicação com as autoridades locais quando se trata de problemas (falecimentos, falta de pagamento, agressões físicas).

Filho, os tempos mudaram (...) aqui você pode convocar reunião as pessoas não aparecem (...) outros nem conhecem o chefe deles (...) por isso temos muitos problemas de violência, porque não nos conhecemos (...) estes só nos procuram quando têm problemas como falecimentos, burla, pancadaria (...) (Entrevista ao Chefe do quarteirão 5 do bairro de Chamanculo “C”, realizada no dia 14 de Agosto de 2019).

As pessoas, em nenhum momento, podiam apresentar comportamentos de *Xiconhoca*, temendo a estigmatização e criminalização, com o risco de serem submetidos a um castigo, como acontecia com indivíduos que eram levados aos campos de reeducação.

A famosa operação produção foi relevante para coesão social, pois permitiu expulsar os considerados improdutivos do meio urbano a fim de integrá-las em actividades produtivas, nos campos de reeducação. Os grupos dinamizadores eram responsáveis pela identificação das pessoas improdutivas, recolhê-las e entregá-las.

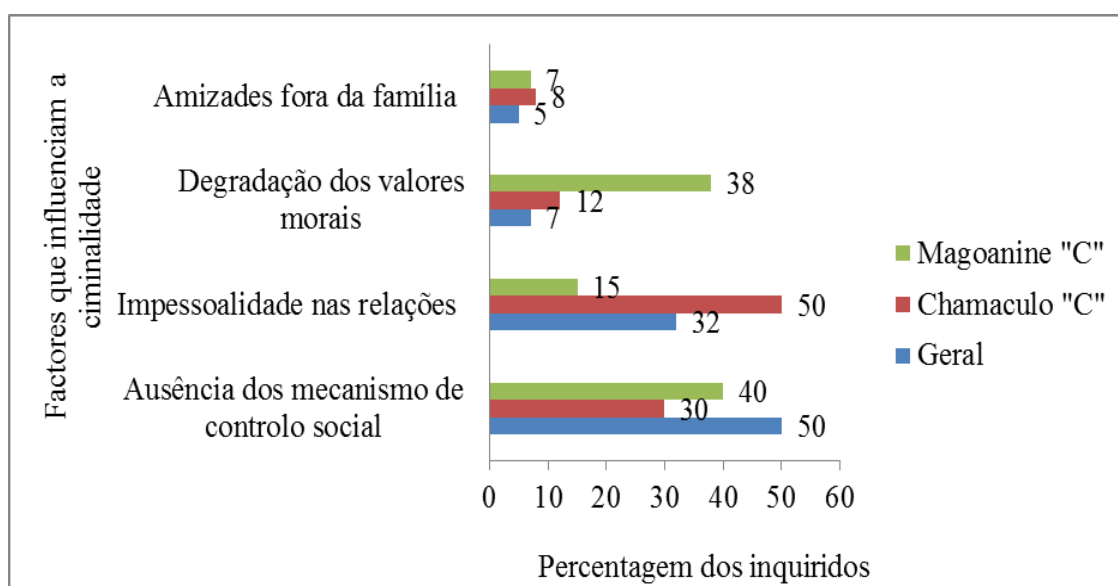
Quembo (2010) afirma que para os campos de reeducação não eram levados apenas os considerados improdutivos, iam também os curandeiros, os comerciantes informais,

alcoólatras e quaisquer jovens com dezoito e mais anos, considerados perigosos para a sociedade.

Assim, a recusa dos trabalhos comunitários era considerada crime e, conforme Colaço (2002), foi assim que muitos jovens pobres foram encarcerados nos campos de reeducação em decorrência da política de operação produção, diminuindo a circulação destes nas ruas da cidade.

Os inquiridos entendem que, na actualidade, não existem formas efectivas de controlar os jovens, e a única alternativa de controlo é só a polícia. Assim, os inquiridos acham que a ausência dos mecanismos de controlo (50% dos inquiridos), impessoalidade nas relações (32%), a degradação dos valores morais (7%) e amigos fora da família (5%) são os factores que concorrem para desenvolvimento da criminalidade. A impessoalidade como elemento fundamental para a criminalidade foi apontada pelos inquiridos do bairro de Chamanculo “C”, enquanto a ausência dos mecanismos de controlo e a degradação dos valores morais foram mais referenciadas pelos inquiridos de Magoanine “C” (gráfico 22).

Gráfico 22 - Factores que influenciam a criminalidade



(N Geral = 373; N Chamanculo “C” = 160; e N Magoanine “C” = 213)

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

Antes de 1990, segundo Maloa (2012), o *chamboco* foi usado pelo Estado como uma forma de controlo das condutas anti-sociais. Assim, neste período, a comunidade conformou o seu perfil anti-criminal através do medo, provocado pela tomada de consciência de um perigo

iminente de ser-se considerado inimigo do povo, que podia ser penalizado através do *chamboco* ou ser conduzido aos campos de reeducação.

Na actualidade todo o indivíduo suspeito de práticas criminais recebe o único castigo de ser conduzido para as celas da polícia ou a um estabelecimento prisional.

A criminalidade, no contexto urbano da Cidade de Maputo, deve ser entendida a partir de duas forças sociais fundamentais, o modo de vida da sociedade pós-independência (1975-1990) e a economia de mercado que domina o contexto moçambicano nos dias de hoje.

O aumento da criminalidade urbana a partir da década 90 foi influenciado pelas mudanças sociais, económicas e políticas³³, que transformaram as sociabilidades das comunidades urbanas não criminosas em criminosas, numa altura em que se tem dado pouco valor à vida do próximo.

Antes de 1990, a família era muito fundamental na educação dos filhos (...) hoje tudo mudou, todos saem para o mundo de boladas (...) eu, como secretário, organizava reuniões com as famílias para encontrar a melhor forma de educar os nossos filhos (...) hoje as pessoas não estão seguras, é difícil dar informação porque a nossa polícia também não guarda segredo (...) as pessoas não socorrem os outros por medo de ameaças (...) experimenta chamar atenção ao próximo ou criança do vizinho, vai te perguntar quem é você (...) se você denunciar os criminosos vai sofrer represálias com os criminosos, porque a polícia não guarda segredo (...) também quando vai a polícia queixar sempre dizem não há matéria (...) (Entrevista ao antigo secretário do bairro de Chamanculo “C”, realizada no dia 17 de Agosto de 2019).

Veja, meu neto, como a democracia é muito mal interpretada (...) nas famílias os pais nunca questionam os bens que os filhos trazem em casa (...) é normal criança que não trabalha trazer um celular que custa muito dinheiro e os pais não perguntar nada (...) hoje, nós, como pais, ouvimos mais os nossos filhos e não como nós a educar a eles

³³ As mudanças sociais, económicas e políticas a partir da década 90 no contexto da criminalidade são evidenciadas na música da cantora Zaida Lhongo, no seu tema “Machel”. Nesta música a cantora comparava a governação dos presidentes Samora Machel e Joaquim Chissano. Ela considera a governação do presidente Samora como aquela que mantinha forte controlo social e menos criminalidade. Enquanto a governação do presidente Chissano é vista como aquela que pouco promove a coesão social e consequentemente o desenvolvimento das incivildades.

(...) nós cobizamos coisas de rico, enquanto somos pobres e as crianças entram no crime para alimentar os vícios e algumas até vendem bens da família (Entrevista ao representante das confissões religiosas do bairro de Magoanine “C”, realizada no dia 14 de Julho de 2019).

No final da década 80 as questões de providência social deixaram de fazer sentido no seio da comunidade, devido à mudança radical da economia centralmente planificada para uma economia de mercado. Neste período, a economia moçambicana começou a deteriorar-se de uma forma avassaladora, de modo que as pessoas passaram a depender de ajuda humanitária para sobreviver, uma vez que as infra-estruturas sociais e económicas estavam totalmente destruídas por causa da guerra civil, seca e fome (Adam, 2005).

Cruz e Silva (2011) observa que o processo de transição política embrionária na década de 80 teve o seu apogeu nos anos 90. As crises económicas sucessivas e os processos de transição que marcaram Moçambique entre 1974/1975 e 1990 têm custos sociais que se reflectem na qualidade da vida da população. A impossibilidade do Estado em promover o bem-estar social impediu que se criasse um sistema de minimização de efeitos sociais negativos das reformas económicas, elevando os níveis de pobreza absoluta, do crescimento da exclusão social, da reivindicação social e da violência urbana.

A violência urbana na Cidade de Maputo, confirmada pelos tumultos registados em Fevereiro de 2008, Setembro de 2010 e Novembro de 2012, motivados pela subida do custo de vida, surge em parte como resultado das desigualdades sociais operadas a partir da década de 1990.

Por exemplo, o PRE e PRES desvalorizaram a moeda nacional, reduziram os gastos públicos e liberalizaram os preços. O mercado de trabalho tornou-se inseguro, e muitas famílias que dependiam do subsídio do Estado ficaram sem saber o que fazer para sua sobrevivência (Stinlitz, 2002).

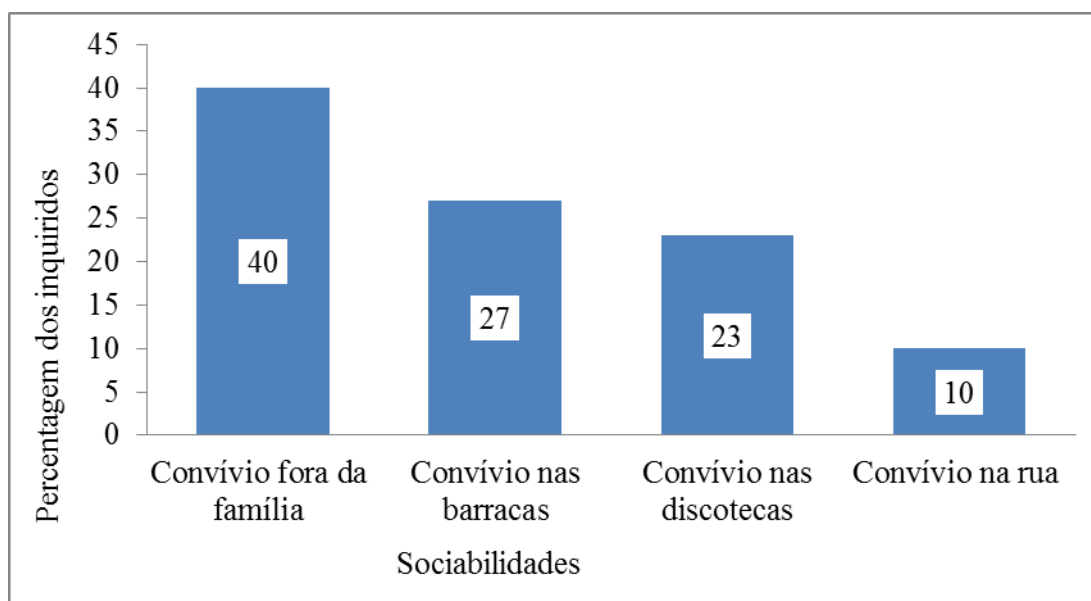
Foi neste período, que a desigualdade social se estabeleceu de forma recorrente, e estabeleceu-se também uma cidadania incompleta, ineficiente e inacessível para todos, ou seja, uma cidadania sem direitos civis (aqueles direitos que garantem a vida básica, a liberdade, a igualdade perante a lei), sem direitos políticos e sem garantia de participação na gestão da coisa pública. Estas transformações estão a minar a sociabilidade entre os poucos

ricos e a maioria dos pobres que foram desconectados da estrutura colectiva de trabalho, através da privatização das empresas (Folio, 2007).

As transformações ocorridas na década 90 estimularam o desenvolvimento do individualismo e impessoalidade em massa. O individualismo no espaço urbano moçambicano trouxe uma nova sociabilidade que dilacerou os laços de “solidariedade mecânica”, que antes uniam os moçambicanos como uma família. O individualismo desuniu os moçambicanos, em termos de cooperação e assistência moral. Por isso, actualmente ninguém se sente estimulado a socorrer quem quer que se encontre em situação de risco (Adorno, 2007).

O individualismo em massa, como uma das transformações familiares e de vizinhança, é confirmado pelos inquiridos, quando elencaram a falta de coesão entre os moradores (47% dos inquiridos), a vizinhança que não se conhece (38,5%) e a desestruturação familiar (14,5%), como alguns factores que estão relacionados com a criminalidade (gráfico 23).

Gráfico 23 - Algumas transformações sociais relacionadas com a criminalidade, segundo os inquiridos



(N= 373)

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa de campo (Julho e Agosto de 2019)

A impessoalidade, do ponto de vista criminal, é exacerbada, na actualidade, pela existência de bens patrimoniais portáteis, como telemóveis, brincos, carteiras e *laptops*. Foi a partir da década de 90 que começou a ocorrer, com grande intensidade, a participação de indivíduos de baixa renda em pequenos crimes de furtos e em quadrilhas, nos bairros.

As pequenas quadrilhas, conforme Maloa (2012), passavam tempo a se envolver em violência física com outras. Os jovens passaram a investir no consumismo de roupas de marcas e bens materiais. Este tipo de consumo não é acompanhado pelo desempenho económico a partir do momento em que muitos jovens urbanos encontram-se nos estratos inferiores da estrutura social (desemprego, baixo nível de escolaridade).

O consumismo, numa sociedade caracterizada pelo individualismo, faz com que muitos jovens sejam atraídos para comportamentos desviantes (Wieviorka, 1997). Esta realidade favorece a entrada de indivíduos em crimes contra a propriedade (furtos e roubos) e crimes contra pessoas (agressões físicas e homicídios). A evolução da criminalidade nos bairros da Cidade de Maputo revela o aumento gradual dos casos de crime contra a propriedade e contra pessoas de ano para ano.

Com o fim do socialismo e abertura do Estado à economia do mercado, surgiu uma nova sociabilidade associada a um novo conjunto de símbolos, imagens e representações com interpretações diferentes com os da década 80.

As transformações ocorridas na década 90 criaram um ambiente favorável para a massificação do crime nos estratos empobrecidos, frustrados e com reduzida oportunidade de acesso ao bem-estar social, escolarização, inserção no mercado de trabalho, renumeração digna e consumo de bens materiais.

As mudanças económicas, políticas e socioculturais, que começaram a ocorrer em Moçambique, a partir das eleições gerais de 1994, fizeram emergir um novo sistema de valores, de práticas referentes à democracia e aos direitos humanos, que fez encarnar novos interesses sociais e estimulou novas formas de vida que induziram o recrudescimento da criminalidade.

Sabe, meu filho, essas coisas de crimes começaram com a democracia (...) as pessoas dizem que são livres de fazerem o que querem (...) o problema de bandidagem começou a piorar com as eleições em 94 (...) na altura as pessoas eram muito unidas (...) tinham uma política em que cada pessoa que viesse fosse apresentada aos moradores (...) hoje as pessoas alugam casas e nem procuram saber do comportamento da pessoa que aluga (...), aqui em Magoanine “C” tínhamos montado uma estrutura de quarteirões e 4 zonas, isto permitia a comunicação, mas com o desenvolvimento tudo mudou (...) as pessoas foram entrando, e é normal numa casa

encontrar 4 famílias (...) as casas são construídas de qualquer maneira, muitas obras e terrenos abandonados e que servem de esconderijos de ladrões (Entrevista ao 1º Secretário cessante do bairro de Magoanine”C”, realizada no dia 18 de Julho de 2019).

Paulino (2003) afirma que foi na década de 90 que a criminalidade começou a recrudescer e se fez sentir nas percepções dos moçambicanos. O crime de formigueiro ou pilha galinha, dominante na década 80, deu lugar aos homicídios, estupros, tráfico de drogas e assaltos.

Da década de 90 até aos nossos dias, o crime cresceu e estabeleceu-se na sociedade moçambicana, estimulado pela abundância de bens roubados, que são vendidos em mercados informais. Nessa perspectiva, Francisco (2009) observa que os bens roubados são vendidos na economia oculta, onde todos sabem onde encontrar o que querem encontrar, desde os electrodomésticos, roupas de marca e, até, acessórios de viaturas.

Na Cidade de Maputo, temos, como exemplos de locais de economia oculta, os mercados da Estrela Vermelha, Xiquelene, Xipamanine e Zimpeto. O bairro de Chamanculo “C” encontra-se mais conectado com a economia oculta do mercado de Xipamanine, enquanto o Magoanine “C” está mais próximo da economia oculta do mercado Grossista de Zimpeto.

O contexto político, económico e social que caracterizou a sociedade moçambicana, a partir de 1990, produziu o desmantelamento das redes tradicionais de controlo social, sociabilidade, ruptura nas relações sociais, principalmente, para as crianças, jovens e gerações, como também criou o distanciamento nas relações familiares (entre pais e filhos) e de vizinhança. É justamente neste processo de transformação social que a criminalidade urbana se configura.

A entrada das pessoas no “mundo do crime” está associada a transformações sociais e económicas operadas a partir da década de 1990. Essas transformações foram relevantes nos processos de desfiliação nas relações entre pais e filhos. A relação entre pais e filhos no contexto criminal é testemunhada por uma das entrevistadas do bairro de Chamanculo “C”, que dizia: “a família não ajuda (...) nós as mães somos culpadas porque vendemos as drogas

aos nossos filhos (...) nas quintas-feiras, os alunos saem da escola e ficam ali na esquina a consumir droga³⁴”.

As práticas do roubo e furto de bens patrimoniais por jovens baseiam-se na economia enraizada pelo presente imediato, de “fazer dinheiro fácil” e “tirar vantagem de tudo” (Zaluar, 2007, p.34). Por isso, a emergência da criminalidade urbana faz parte desse novo contexto social, económico e cultural.

Como afirma Garland (2008, p.204), vivemos num período de uma “cultura universalmente comercial”, que nos faz experimentar novas formas de prazer instantâneo, que mobiliza as pessoas a canalizar sua energia na criminalidade urbana.

A questão do comércio informal e a criminalidade foi referenciada por uma senhora entrevistada no bairro de Magoanine “C”, quando disse: “os vendedores hoje só estão preocupados com o lucro e o comprador preocupado em encontrar algo barato (...) hoje virou moda comprar um bem e não exigir recibo (...) as pessoas que têm carros vão a Estrela comprar peças roubadas (...) os ladrões roubam porque sabem que têm mercado garantido³⁵”.

Os factores apontados pela literatura local têm alguma relação com a criminalidade, nos bairros em estudo, principalmente, quando os inquiridos indicaram o desfasamento das relações familiares (45% dos inquiridos) e de vizinhança (30%), e as desigualdades económicas (25%).

Ainda, as desigualdades económicas, no contexto criminal, foram referenciadas por um agente económico residente em Magoanine “C”, que disse o seguinte: “as casas de luxo são sempre vítimas de roubo (...) eu até já pensei em abandonar de fazer o negócio aqui (...) já fui roubado em casa e na minha barraca (...) os ladrões são daqui do bairro e outros são aqueles meninos que vivem naquelas casas abandonadas da Vila Olímpica³⁶”.

Nos bairros estudados, o quotidiano dos adolescentes e jovens se desenvolve fora do controlo familiar e de vizinhança. Os pais pouco estão presentes na educação e tomada de

³⁴ Entrevista à representante da Organização da Mulher Moçambicana, residente no bairro de Chamanculo “C”, realizada no dia 18 de Agosto de 2019.

³⁵ Entrevista realizada no dia 10 de Julho de 2019.

³⁶ Entrevista realizada no dia 13 de Julho de 2019.

decisões dos filhos. A vizinhança dificilmente participa na socialização e vigilância comunitária.

Oh, rapaz, deve perceber que os tempos mudaram (...), hoje os jovens não têm acompanhamento e nem tratamento que nós tivemos no tempo de Samora (...) hoje é impensável tratar das «crianças como flores que nunca murcham», (...) hoje as crianças estão na rua, estão desprotegidas, os pais estão pouco presente na vida das crianças, o vizinho não pode chamar atenção ao filho do outro, os pais não questionam o tipo de bens que as crianças trazem em casa (...) as crianças estão guiadas pela busca da vida fácil circunscrita no comércio informal (boladas, curtição, drogas) (...) os pais não educam os filhos para projecto do futuro baseado na escola e no trabalho (Entrevista realizada no dia 9 de Julho de 2019 a um director de Escola, no bairro de Magoanine “C”).

A relação entre a transformação social do espaço e a criminalidade nestes bairros tem seu enquadramento no pensamento de Sampson (1997) e Entorf e Spengler (2002), quando afirmam que a criminalidade emerge como consequência dos efeitos indesejáveis na organização das relações comunitárias e de vizinhança, bem como da presença de grupos de adolescentes sem supervisão.

As sociabilidades que caracterizam estes bairros e a criminalidade ainda encontram sua sustentabilidade na ideia de Lima (2017), ao defender que a educação defeituosa ou a negligência em casa é a causa primária do crime.

Sutherland (2014) dá importância à educação familiar, principalmente, a supervisão parental (para que as crianças desenvolvam autocontrolo, elas precisam de pais que observem o seu controlo) e empenho parental (os pais devem ser capazes de reconhecer os comportamentos egoísticos, impulsivos e anti-sociais) no controlo da criminalidade, aspectos que raramente observam-se nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C”.

A relação entre a entrada de jovens na actividade criminal e as desigualdades sociais e a educação parental, nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C”, têm seu fundamento nos dados do Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP) (2015), Ministério da Justiça (MJ) e Instituto Nacional de Saúde (INS) (2013) e INE (2018).

O MJ e INS (2013) apontam para uma maior proporção de reclusos de sexo masculino, tendo a maioria (66%) idade inferior a 30 anos. Igualmente, SERNAP (2015)

afirma que em Moçambique, as estatísticas da criminalidade indicam que mais de 60% dos reclusos condenados está na faixa etária de 16-25 anos. Por sua vez, o INE (2018) refere que no geral há mais homens envolvidos em crimes, sendo maioritariamente jovens, com idades inferiores a 18 anos e desempregados.

Ainda, Reisman e Lalá (2012) enfatizam que menos de 20% dos moçambicanos que completam o ensino primário básico conseguem entrar para o ensino secundário e apenas 10% destes entra na universidade ou encontra um emprego condigno, incluindo auto-emprego. Assim, mais de 50% dos jovens com idades compreendidas entre 15 e 19 anos encontram-se fora da escola e desempregados.

O estudo do CAP/UEM (2014), também, defende que a criminalidade tem sua origem no contexto socioeconómico, caracterizado por famílias moçambicanas que vivem em ambiente de desemprego, pobreza e com muita carência. Dentro destas famílias, a proporção de jovens em idade de trabalhar, e que se encontram desocupados, é cada vez mais ascendente.

Embora muitos dos jovens vivam desempregados, os seus anseios e aspirações estão cada vez mais alienados pelos hábitos de consumo e estilos de vida ocidentais. Por isso, os crimes são praticados, maioritariamente, por jovens, com baixo nível escolaridade, de condição social e económica baixa.

Os resultados deste estudo vêm reforçar a ideia de que o desemprego, a falta de condições de sobrevivência, a instabilidade socioeconómica das famílias e a ambição da juventude por um padrão de consumo não ajustado ao seu nível de vida constituem algumas transformações que propiciam a criminalidade na Cidade de Maputo.

A criminalidade nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C” surge num ambiente possivelmente aceite pela comunidade circunscrita no “mundo de boladas”, no qual pouco se valoriza o sacrifício pelo trabalho e a formação. Igualmente, a criminalidade deve ser percebida como consequência da falência do projecto de sociabilidade (coesão social) instituído entre 1975 e princípios de 1990.

5.4. Conclusão

A criminalidade nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C” deve ser entendida no contexto das grandes transformações sociais ocorridas no espaço urbano entre 1975 e finais da década 80 e a partir da década 90 até à actualidade.

As transformações sociais em curso nestes bairros levam a erosão dos valores morais dos seus residentes manifestando-se pela falta de compreensão e valorização do “Outro”. Para além da deficiente territorialidade, comunicação e definição fraca dos modelos de habitação e das infra-estruturas de produção, a criminalidade resulta da fraca coesão familiar, da impessoalidade nas relações com a vizinhança e desestruturação familiar.

Até princípios da década 90, a criminalidade urbana era reduzida, pois havia-se estabelecido uma educação firme que garantia a coesão social nas relações diárias. A população não tinha muitas opções de sociabilidade fora das definidas pelos grupos dinamizadores. A circulação das pessoas estava condicionada às guias de marcha.

A imagem de “xiconhoca” foi muito bem usada para vigiar e controlar as práticas anti-sociais, tais como criminalidade, poligamia, alcoolismo, obscurantismo, prostituição e individualismo.

A comunidade era moldada mediante práticas autoritárias e repressivas, voltadas para reprovar os comportamentos considerados desviantes. Os campos de reeducação e a operação produção foram também usados para controlar as práticas anti-sociais. O Chamboco também foi um instrumento usado para controlar as condutas consideradas desviantes.

O aumento da criminalidade urbana foi enraizado a partir da década 90, devido às mudanças sociais, económicas e políticas que alteraram as sociabilidades não criminais para as criminais. As questões de providência social deixaram de fazer parte da comunidade, devido à mudança radical da economia centralmente planificada para uma economia do mercado.

A economia do mercado acelerou as desigualdades sociais. As desigualdades sociais nos bairros estudados são visíveis, onde os considerados ricos sempre são vítimas de roubo. A economia do mercado permitiu o desenvolvimento da impessoalidade, ou seja, o

individualismo, destruindo os laços de “solidariedade mecânica”. As pessoas não estão dispostas a ajudar o próximo e nem a socorrê-lo quando se trata de um roubo ou furto.

A ambição e o consumismo transformaram alguns residentes em criminosos, principalmente as camadas desfavorecidas e sem emprego. A realização das eleições de 1994 foi um marco importante para a criminalidade, ao fazer emergir um novo sistema de valores e práticas referentes à democracia mal interpretada. A criminalidade urbana nestes bairros é estimada pela abundância de bens patrimoniais portáteis roubados e que são comercializados no mercado informal.

O despedimento da mão-de-obra, a precarização do emprego e das condições de trabalho fez com que a população passasse a adoptar novas estratégias de sobrevivência, dependentes do sector informal. Estas transformações levaram ao desfasamento das relações entre pais e filhos, onde ambos saem do agregado familiar a procura de meios de sobrevivência.

A criminalidade nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C” é ainda influenciada pela perda dos valores na família e na vizinhança. Os pais estão menos presentes no agregado familiar, o que impede maior vigilância para com os filhos. As relações entre a vizinhança estão desfasadas, onde quase os vizinhos não se conhecem e nem comunicam.

No contexto familiar, os residentes são movidos ao crime a partir da necessidade de “desenrascar a vida”. No contexto de “desenrascar a vida”, as famílias perderam o monopólio da educação parental, onde muitos dos pais nunca se interessaram em questionar a proveniência dos bens trazidos pelos seus filhos.

O desinteresse familiar na educação dos filhos leva a que as crianças desenvolvam mais amizades com desconhecidos de má conduta, o que lhes torna mais propensas aos vícios (consumo de drogas ilícitas). O consumo de drogas constitui a porta de entrada para o mundo de crime.

Os aspectos de ordenamento do território também influenciam a criminalidade, principalmente as questões de parcelamento dos terrenos, a dualidade das formas de uso no mesmo espaço, a existência de terrenos baldios, casas desabitadas, o sistema de arrendamento de casas, a ausência da iluminação pública e o sistema de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

A estrutura local do bairro encontra-se fragilizada, do ponto de vista do exercício do poder, de vigilância local e como elemento de coesão entre as famílias. Os agregados familiares dificilmente participam nas reuniões locais. O sistema de arrendamento de casas não é comunicado as autoridades locais. Estes só se apercebem da situação quando há registo de desavenças entre o proprietário do imóvel e o inquilino.

Portanto, as transformações sociais no espaço urbano, movidas pela economia do mercado, que acelerou as desigualdades sociais, bem como a desvalorização das relações familiares e de vizinhança, contribuem em parte para o aumento da criminalidade nos bairros estudados.

Nestes bairros, a transformação social do espaço urbano é caracterizada pelo rompimento da coesão social na vizinhança. Os vizinhos não se visitam e nem conversam, facto que não permite formar uma identidade entre eles. As vizinhanças formadas só alimentam o medo e a insegurança, devido à desconfiança entre elas, onde o vizinho é visto como um estranho e intruso.

Diferenças significativas, em termos de segurança, foram encontradas nos dois bairros. O bairro de Chamanculo “C” é mais inseguro para os transeuntes, enquanto o de Magoanine “C” é mais inseguro para os próprios residentes.

CAPÍTULO VI: CONCLUSÕES

Este estudo tem como objectivo compreender a relação entre a transformação social do espaço e a criminalidade, tomando como unidades espaciais de análise os bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C”, na Cidade de Maputo. O desenvolvimento deste estudo partiu do princípio de que a sociabilidade erguida nos primórdios da independência nacional até finais da década de 1980 foi substituída por uma “Outra” que pouco promove a coesão social e, conseqüentemente, a emergência de comportamentos desviantes.

Até aos finais da década de 1980, os mecanismos de controlo social nos bairros eram mantidos pelos grupos dinamizadores. Eram eles que procuravam soluções para os problemas do quotidiano (migração, desemprego, ocupação da terra, habitação, criminalidade e incivildades). Os grupos dinamizadores combatiam todas as manifestações anti-sociais, mobilizavam os moradores urbanos para o trabalho voluntário e impediam a criação de mercados paralelos (“mundo de boladas”), funcionavam como elemento-chave de coesão social. A partir da década de 1990, assiste-se ao desmantelamento dos mecanismos comunitários de controlo social, passando-se a privilegiar o individualismo em nome da “privacidade”.

O desenvolvimento deste estudo teve como enfoque as teorias de desorganização social e interaccionismo simbólico. A teoria de desorganização social destaca a influência do ambiente urbano dos bairros no comportamento criminal. Ela toma como referência o *status* económico, mobilidade residencial, heterogeneidade étnica, desagregação familiar e urbanização para explicar a criminalidade. O interaccionismo simbólico defende que os processos sociais influenciam a conduta dos indivíduos envolvidos e a comunidade exerce controlo sobre o comportamento dos seus membros. O interaccionismo simbólico considera a sociedade como produto das interacções quotidianas dos indivíduos.

Assim, o processo de recolha de dados teve como orientação metodológica, a abordagem mista concomitante, na qual os dados do inquérito (aos chefes de agregados familiares) e da entrevista (aos informantes-chave) foram recolhidos simultaneamente.

Os resultados do estudo mostram que o perfil sociodemográfico dos inquiridos se enquadra no contexto de vivências caracterizadas pela segregação, desigualdades e exclusão sócio-espacial.

A ocupação espacial ocorre no contexto do mercado informal de terra, caracterizado pela presença de dimensões diferenciadas de parcelas de terrenos, demarcadas localmente e no contexto da intervenção do Conselho Municipal. A expressão habitacional é complexa e autoproduzida. A produção e ocupação do espaço nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C” transmitem a sensação de agorafobia e nictofobia.

A segregação sócio-espacial e habitacional nestes bairros apresenta as seguintes características: (i) alta densidade do espaço edificado; (ii) conflitos de posse do mesmo espaço; (iii) precaridade habitacional; (iv) deficiente sistema de arrendamento; (v) sistema deficitário de saneamento; e (vi) mistura do espaço produtivo com habitacional, o que coloca os seus residentes em situação de vulnerabilidade e risco criminal.

A sociabilidade espacial e habitacional ocorre num ambiente dual, caracterizado pela fraca territorialidade, comunicabilidade, definição e designação do espaço construído, o que tem promovido pouca coesão social entre os residentes. O fraco controlo habitacional manifesta-se pelo desmantelamento e desestruturação das relações sociais de poder entre a estrutura local e os moradores (o sistema de arrendamento de habitações não é comunicado à estrutura local). Nestes bairros não existe uma demarcação nítida entre o espaço privado e público. As construções privadas erguem-se à custa do espaço público.

A sociabilidade socioeconómica configura-se no contexto da expansão da economia do mercado que, a partir da segunda metade da década de 1980, foi caracterizada pela democratização e descentralização do poder, materializada através da reformulação de políticas e do quadro legal. A partir destas transformações, a sobrevivência das famílias é baseada em estratégias de risco, assentes em actividades que promovem a coesão social e desagregação simultaneamente. As famílias inquiridas têm diversificado as fontes de rendimento, as redes de solidariedade e a dispersão dos membros do agregado familiar em diversas actividades. A diversidade das estratégias de sobrevivência resulta da impossibilidade de se obter um emprego formal e condigno.

A família é entendida como uma instituição que perdeu seus valores educativos para com os filhos. A desvalorização da sociabilidade familiar ocorre num contexto em que mais da metade das famílias inquiridas são compostas por 6 ou mais membros e com fraca presença dos pais na família.

A fraca sociabilidade familiar leva a que as crianças e os jovens desenvolvam amizades fora da família e, conseqüentemente, cultivem comportamentos rotulados de desviantes. As crianças e os jovens encontram o seu sustento no comércio informal (“mundo de boladas”), relegando a formação para o segundo plano.

As sociabilidades de vizinhança manifestam-se pela deficiente coesão social (ausência de convívio entre os vizinhos), erosão da intimidade (os vizinhos não se visitam e nem se conhecem), pouca cooperação (não é prático chamar atenção ao filho do vizinho e nem deixar os filhos sob cuidados do vizinho e nem pedir o vizinho para velar pela segurança da casa), indiferença afectiva (vizinho é visto como um intruso e estranho que causa insegurança) e pouca promoção das relações interpessoais e do afecto (as pessoas sempre buscam a privacidade, os ricos não se misturam com os pobres).

Os agregados familiares entrevistados enfrentam o problema de desemprego, que é visto como a razão fundamental da pobreza e vulnerabilidade. O desemprego ainda é tido como o elemento que causa a insegurança nos bairros.

A partir desta realidade, os bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C” experimentam o campo de possibilidade criminal, caracterizado pela prevalência de crimes contra a propriedade, com destaque para os furtos qualificados, roubos e furtos simples. Ainda, nota-se a presença de crimes contra vida, caracterizados pela predominância de ofensas corporais voluntárias qualificadas, ofensas corporais simples e ameaça de morte. Finalmente, registam-se os crimes contra a Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas, com destaque para o crime de venda de estupefacientes (mais expressivo no bairro de Chamanculo “C”), suborno e falsificação.

Especificamente, os crimes que assolam os bairros estudados podem ser agrupados em: (i) roubo de telemóveis, bolsas e carteiras com recurso à agressão física e ao uso de instrumentos contundentes; (ii) roubo e furto de bens patrimoniais (viaturas, computadores, electrodomésticos); (iii) assassinatos; (iv) violação sexual; (v) violência doméstica; e (vi) conflitos de posse de terra.

A criminalidade nos bairros em estudo, principalmente no de Chamanculo “C”, evoluiu a partir da década de 90, influenciada pela pauperização da população de baixa renda e do crescimento das desigualdades sociais, resultante do êxodo rural, no contexto da guerra dos 16 anos.

A desestruturação das relações familiares e a criminalidade devem ser percebidas a partir dos Programas de Reestruturação Económica e de Reestruturação Económica e Social, que colocaram a população em situação de vulnerabilidade, principalmente os indivíduos de baixa renda, que foram obrigados a perder os seus empregos. A perda de empregos é testemunhada por 85% dos inquiridos que apontaram o sector informal como a fonte de sobrevivência dos agregados familiares.

As restrições socioeconómicas em curso nestes bairros permitem que parte dos membros dos agregados familiares inquiridos passe a valorar o crime (“boladas” / “desenrascar”) como estratégia de sobrevivência e possivelmente aceite pela comunidade.

A falta de controlo da circulação das pessoas e do sistema de arrendamento têm reflexos na criminalidade. Antes da década 90, a circulação das pessoas estava condicionada ao uso de guia de marcha, através da qual devia-se ter o visto das autoridades locais. A guia de marcha foi instrumento de controlo social que impunha a necessidade de se fundamentar os motivos de viagem, o destino, o anfitrião e o tempo de permanência. Nos dias de hoje, não existe um instrumento local de controlo social instituído para garantir o controlo da circulação nos bairros, deixando assim os seus residentes numa situação de vulnerabilidade e de insegurança criminal.

O controlo da circulação na actualidade é feito pela Polícia, em caso de suspeita criminal, que exige apenas o Bilhete de Identidade. O sistema de arrendamento de habitação ocorre de forma deficitária nas áreas de estudo, em que os proprietários dos imóveis não têm tido o cuidado de exigir documentos do inquilino. Os inquilinos nunca são apresentados à estrutura local e nem se celebra o contrato de arrendamento. A estrutura local só tem o conhecimento da presença de inquilinos quando ocorre desentendimento (falta de pagamento, morte e suspeita criminal) com o proprietário do imóvel.

As transformações sociais em curso nos bairros de Magoanine “C” e Chamanculo “C” estimulam o desenvolvimento do individualismo e impessoalidade generalizados. Nestes bairros, o individualismo e impessoalidade trouxe uma nova forma de sociabilidade, que estimulou o desfasamento das relações sociais de vizinhança, desestruturou e desuniu a família, em termos de coesão social.

O desfasamento e desestruturação das sociabilidades de vizinhança e familiares incentivaram o desenvolvimento de manifestações criminais nos estratos empobrecidos,

frustrados e com reduzida oportunidade de acesso ao bem-estar social (escolarização, inserção no mercado de trabalho, remuneração digna e consumo de bens materiais).

O dismantelamento das redes tradicionais de controlo social, sociabilidade, coesão social, principalmente para as crianças, jovens e gerações, criou o distanciamento nas relações familiares (entre pais e filhos) e de vizinhança. É neste tipo de transformação social que a criminalidade se configura nos bairros em estudo.

Nestes bairros, a erosão dos valores morais, a pouca consideração e valorização do “Outro” levam ao desenvolvimento da criminalidade, principalmente os crimes contra a propriedade. A deficiente territorialidade, comunicação e definição fraca dos modelos de habitação e das infra-estruturas de produção criam a sensação de medo de ser vítima de crime.

Por sua vez, a economia do mercado acelerou as desigualdades sociais nestes bairros, onde os considerados ricos sempre são vítimas de roubo. Com o aumento das desigualdades sociais, os residentes não se mostram disponíveis para ajudar o próximo e nem para socorrê-lo em casos de crime.

No ambiente familiar, os inquiridos entendem que as pessoas são movidas para o crime no contexto de “desenrascar a vida”. Foi no ambiente de “desenrascar a vida” e de “boladas” que as famílias perderam o poder da educação parental, onde muitos dos pais dificilmente questionam a proveniência dos bens portados pelos seus filhos.

O desinteresse dos pais na sociabilidade dos filhos leva a que as crianças desenvolvam amizades com desconhecidos de má conduta, o que lhes torna mais propensos aos vícios (consumo de drogas ilícitas) e crime.

A criminalidade nestes bairros é movida pelas transformações sociais inscritas no contexto da economia do mercado que acelerou as desigualdades sociais, o dismantelamento das redes locais de controlo social e o esvaziamento da coesão social nas famílias e na vizinhança. As vizinhanças formadas só alimentam o medo e a insegurança, devido à desconfiança entre elas, onde o vizinho é visto como um “estranho” e “intruso” (os vizinhos não se conhecem, nem se visitam e nem conversam).

Diferenças significativas, em termos de segurança, foram observadas nos dois bairros. O bairro de Chamanculo “C” é mais inseguro para os transeuntes, enquanto o de Magoanine “C” é mais inseguro para os residentes. No contexto policial, a criminalidade é entendida

como produto da fraca ligação entre a polícia e a comunidade, ou seja, a comunidade pouco colabora com a polícia no processo de denúncia dos presumíveis autores do crime.

As evidências empíricas dos dados recolhidos nos dois bairros comprovam o argumento formulado inicialmente de que a forma como ocorre a transformação social do espaço urbano propicia a criminalidade. O desordenamento territorial (presença de becos, dimensões diferenciadas de terrenos, falta de separação entre o espaço público e privado, a dualidade de uso dos espaços, quarteirões e becos não iluminados, a expressão habitacional e seu arrendamento e a manutenção dos espaços) constitui a transformação espacial que propicia a criminalidade.

O rompimento da coesão social familiar (a fraca educação familiar, ausência do diálogo entre pais e filhos, pouca presença de pais em casa, a fraca supervisão dos pais para com os bens portados pelos filhos, a composição do agregado familiar), de vizinhança (mobilidade familiar, fraca comunicação entre os vizinhos, privacidade, ausência de convívio entre vizinhos) e religiosa (a religião não é vista como elemento que promove a fé, mas sim a violência, através da venda da fé via “dizimo exagerado”) são considerados como os factores que propiciam a criminalidade nos bairros estudados.

As desigualdades socioeconómicas (desemprego, presença de famílias consideradas ricas e pobres, as estratégias de sobrevivência assumidas pelas famílias, a proveniência dos produtos comercializados, presença de bens portáteis, vulnerabilidade económica, venda de drogas ilícitas e bebidas alcoólicas de fabrico caseiro e industrial) nos bairros de estudo propiciam o cometimento de actos criminais.

O desmantelamento das redes locais de controlo social que mantinham o controlo interno nos bairros (movimentação dos indivíduos, proveniência, conduta social, sistema de arrendamento habitacional, as incivildades) abriu espaço para a emergência da criminalidade.

A fraca literacia, associada à má interpretação da liberdade de expressão, a impunidade (os criminosos estão conscientes de que a única pena admissível, independentemente da gravidade do crime, é prisão), a fraca implementação da legislação sobre os locais de diversão nocturna e a venda de bebidas acólicas, também constituem elementos de transformação que estimulam o desenvolvimento de comportamentos desviantes nos bairros estudados.

Enfim, existe uma relação entre a transformação social do espaço e a criminalidade nos bairros estudados. A criminalidade nestes bairros é predominantemente influenciada pela fraca vigilância familiar e comunitária.

Como nota final, é de salientar que, dada a complexidade do conceito de transformação social do espaço, associada às suas dimensões, sugere-se que a investigação futura nesta área prossiga com estudos que, de forma separada, possam relacionar as questões criminais com as desigualdades económicas (indicadores macroeconómicos), a família, a vizinhança, a expressão habitacional, a manutenção dos espaços e as estruturas locais de poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e Capítulos de livros.

- Abrahmsson, H. e Nilsson, A. (1995). *“The Washington Consensus “e Moçambique: a importância de questionar o modelo de pensar ocidental sobre o processo de desenvolvimento do continente africano.* Maputo: CEEI.
- Adam, Y. (2005). *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo.* Maputo: Promédia.
- Albarrello, F.D., Hiernaux, J., Maroy, Ch., Ruquoy, D. e Saint-Geoges, P. de. (2005). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais.* Lisboa. (2ª Edição).
- Amado, J. (2013). *Investigação Qualitativa em Educação.* Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amaral, M. de F. (2014). *Jovens e seus modos de viver: experiências de sociabilidade na periferia.* Florianópolis: X ANPED SUL.
- Antunes, J. (1999). *Geografia.* Lisboa: Plátano Editora.
- Araújo, M. G. M. de. (1997). *Manual de Povoamentos: Assentamentos Rurais e Urbanos.* Maputo: Imprensa Universitária.
- Araújo, M. G. M. de. (2003). *Espaço e Tempo.* GEOUSP. (orgs). *Os espaços urbanos em Moçambique.* São Paulo.
- Araújo, M.G.M. (1999). *Cidade de Maputo. Espaços contrastantes: Do urbano ao rural.* Maputo: Finisterra.
- Aron, R. (2007). *As etapas do pensamento sociológico.* Lisboa. (8ª Edição).
- Assunção, V.K. e Conceição, Z. S. (2018). *Verticalização e Sociabilidade: as relações entre moradores de edifícios residenciais e suas formas de uso e apropriação de espaço.* Curitiba: R. Rá e Ga.
- Baia, A. H. M. (2011). *Os meandros da urbanização em Moçambique.* São Paulo.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo.* Lisboa: Edições 70.

- Bauman, Z. (1999). *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Beaujeu-Garnier, J. (1983). *Geografia Urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Beaujeu-Garnier, J. (1995). *Geografia Urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Becker, H. (1963). *Outsiders-studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press.
- Blumer, H. (1969). *Symbolic interaccionism. Perspective and method*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Blumer, H. (1982). *Symbolic interaccionism. Perspective and method*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Borges, D. C. de A. (2009). *A pobreza como foco da desordem e da violência*. Rio de Janeiro: UNESP.
- Bottomore, T. (1987). *Introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro (9ª Edição).
- Brás, E. (2011). *Reflexões sobre o papel das cidades no desenvolvimento em Moçambique*. Teles et al. (orgs.). *Mosaico Sociológico*. Maputo: CIEDIMA.
- Brenner, N. (2018). *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles (1ª Edição).
- Brito, L. (2019). *A Frelimo, o marxismo e a construção do Estado Nacional 1962-1983.* Maputo: IESE.
- Brito, L., Chaimite, E. Pereira, C., Posse, L. Sambo, M. e Shankland, A. (2015). *Revoltas da fome: protestos populares em Moçambique (2008-2012)*. Cadernos IESE nº 14 p/2005. Maputo.
- Brym, R. Lie, J., Hamlin, C.L., Mutzenberg, R., Soares, E.V. e Maior, A.P.S. (2006). *Sociologia: sua bússola para um novo mundo*. São Paulo: Thomson Learning. (2ª Edição).
- Burgess, E. W. (1974). *Crescimento de la ciudad: introducción a un proyecto de investigacion*. Theodorson, G. A. (orgs.). *Estudos da Ecologia Humana 1*. Barcelona: Labor.
- Cahen, M. (1985). *Etat de pouvoir populaire dans le Mozambique Indépendant*. Politique Africaine. nº 19.

- Caldeira, T.P. do. R. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: USP.
- Carlos, A. F. (1994). *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp.
- Castells, M. (1975). *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*. Lisboa: Presença.
- Castells, M. (1983). *A questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Castells, M. (1984). *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*. Lisboa: Presença.
- Castro, T. L. (2002). *Sociologia*. Portugal: Publicações Europa-América, Lda.
- CEPAL. (2007). *Coesão Social: inclusão e sentido de pertencer na América Latina e no Caraíba*. Nações Unidas: Santiago do Chile.
- Chizzotti, A. (2008). *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez.
- Cloward, R. e Ohlin, L. (1960). *Delinquency and opportunity. A Theory of delinquent gangs*. Nova Iorque: Free Press.
- Cohen, A. (1963). *Delinquent boys: the culture of the gang*. Glencoe: Free Press.
- Côrrea, R. L. (1997). *Trajectória geográfica*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Corrêa, R.L. (1995). *O espaço urbano*. Editora Ártica: Série Princípios. (3ª Edição).
- Costa, A. B. (2005). *Famílias na periferia de Luanda e Maputo: história e percursos nas estratégias actuais. História, democracia e integração africana*. Lusofonia em África. Maputo.
- Costa, A. B. da e Rodrigues, C. (2002). *Estágios de estratégias de sobrevivência e de reprodução social de famílias de bairros peri-urbanos de Luanda e Maputo: um olhar antropológico*. In Oppenheimer, J. e Raposo, I. (orgs.) *Urbanização acelerada em Luanda: impacto da guerra e das transformações sócio-económicas (décadas 80 e 90)*. Lisboa: CEsA. Pág. 113-122.
- Costa, M. J. de A. (2000). *Direito das Obrigações*. Coimbra: Almedina.
- Coster, de M. e Bawin-Legros, B. (1998). *Temas de Sociologia: Introdução à Sociologia*. Lisboa: Editora Estampa. (1ª Edição).

- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa. Métodos Qualitativo, Quantitativo e Mistos*. Porto Alegre: Artmed. (3ª Edição).
- Crowe, T. D. (1999). *Crime Prevention Through Environmental Design: applications of architectural design and space management concepts*. Louisville, University of Louisville: National Crime Prevention Institute.
- Cruz e Silva, T., Araujo, M.G.M.de, e Soto, A.N. de. (2015). *Comunidades Costeiras: Perspectivas e Realidades*. Maputo: CIEDIMA.
- Cusson, M. (2007). *Criminologia*. Lisboa: Artes Gráficas, Lda. (2ª Edição).
- Da Cruz, W.J.A. (2001). *A comunidade e os "Produtores da Criminalidade": Efeitos do convívio*. Belo Horizonte: FAFICH.
- Dias, J. de F. e Andrade, M. da C. (1997). *Criminologia: O homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra Editora: Reimpressão.
- Dias, R. (2012). *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Pearson Prentice Hall. (2ª Edição).
- Durkheim, E. (1895). *As regras do método sociológico*. Universidade hoje: Editorial Presença. (9ª Edição).
- Durkheim, E. (1964). *The division of labour in society*. NewYork: Free Press.
- Durkheim, E. (1978). *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultura.
- Durkheim, E. (1983). *Da divisão do trabalho socia: os pensadores*. São Paulo: Victo Civita.
- Durkheim, E. (2003). *O suicídio*. São Paulo: Matin Claret.
- Durkheim, E. (2003). *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: edipro. (1ª Reimpressão).
- Entorf, H. e Spengler H. (2002). *Crime in Europe causes and consequences*. Berlim: Spring.
- Feijó, J. (2017). *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais: experiência de pesquisa em contextos moçambicanos*. Maputo: Escolar Editora, Editores e Livrarias, Lda.
- Fernandes, L. F. (2007). *Jacobs, Newman e C. ray Jeffery. Contributos para a prevenção da criminalidade*. In Tomo I. *Urbanismo, Segurança e Lei*. Coimbra: Edições Almedina, SA. Págs. 33-60.

- Fernandes, P.H.C. e Endlich, A.M. (2013). *Sociabilidade e insegurança urbana na pequena cidade de Nova Tebas (PR)*. Brasil: Maringá.
- Ferreira, A. (2004). *Miniaurélia: o minidicionário da língua portuguesa*. Curitiba- Pr: Posigraf. (6ª Edição).
- Ferreira, C. J.M., Peixoto, J., Carvalho, A. S., Raposo, R., Graça, J.C. e Marques, R. (2013). *Sociologia*. Lisboa: Editora Escolar.
- Freitas, W. (2000). *Espaço urbano e criminalidade: lições da escola de Chicago*. São Paulo: IBCCRIM.
- Fry, P. (2003). *Cultura da diferença: Sequelas das políticas coloniais Portuguesas e Britânicas na África Austral*. Rio de Janeiro: Afro-Ásia.
- Garland, D. (2008). *A cultura do controlo: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan.
- Giddens, A. (2012). *Sociologia*. Porto Alegre: Penso. (6ª Edição).
- Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo.
- Girod, R. (1984). *Les inégalités sociales*. Paris : PUF.
- Goffman, E. (1980). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Goitia, F. C. (2010). *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Presença.
- Goldenberg, M. (2004). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora Record. (8ª Edição).
- Gomes, P.V. (2007). *A prevenção criminal através do ordenamento do espaço: subsídios para uma agenda nacional*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Gottdiener, M. (1994). *The New Urban Sociology*. New York: McGraw-Hill.
- Gottdiener, M. (1993). *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp.
- Grafmeyer, Y. (1994). *Sociologia Urbana*. Portugal: Publicações Europa-América.
- Gressler, L. (1979). *A pesquisa educacional*. São Paulo.

- Hanlon, J. (1984). *Mozambique the revolution rende fine*. London: Zedbooks.
- Harvey, D. (1973). *Social justice and the city*. Londres: Blacjwell.
- Harvey, D. (1980). *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec.
- Harvey, D. (1995). *The urbanization of capital*. Oxford: Brasil Blacwell.
- Henriques, C. (2008). *Maputo: cinco décadas de mudança territorial*. Lisboa. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Horta, A. P. B. (2007). *Sociologia urbana*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Hugues, P.J.A. (2004). *Segregação sócio-espacial e violência na cidade de São Paulo*. São Paulo.
- Jacob, J. (2000). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins.
- Jacobi, P. (1990). *Habitat e saúde na periferia*. São Paulo.
- Jacobi, P. (1990). *Habitat e saúde na periferia*. São Paulo: Perspectiva.
- Jenkis, H. (2006). *Convergence culture: where old and new collide*. New York: New York University Press.
- Jonathan, T.H. (1999). *Sociologia-conceitos e aplicações*. São Paulo.
- Jorge, S. e Melo, V. (2011). *Processos e dinâmicas de (re)produção do espaço (peri)urbano: o caso de Maputo*. Portugal: Lisboa.
- Lefèbvre, H. (1971). *De lo rural a lo urbano*. Ediciones Península.
- Lefèbvre, H. (1976). *Espaço y política. El decho a la ciudad, II*. Barcelona: Península.
- Lefèbvre, H. (1991). *The production of space*. Donald Nicholson-Smith (trad.) London: Blacwell.
- Lefèbvre, H. (2004). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG.
- Lemert, E. M. (1967). *Human Deviance, Social Problems and Social Control*. Englewood Cliffs NJ: Prentice-Hall.

- Lima, E. D. (2013). *A produção do espaço urbano na América Latina: uma análise da transformação da cidade de Feira de Santana*. Bahia, Brasil.
- Lima, J. C. (1992). *A urbanização em Moçambique no pós-independência*. Maputo.
- Lima, L. C. (2000). *Do aprender a ser à aquisição de competências para competir: adaptação, conectividade e performance na sociedade de aprendizagem*. São Paulo: Cortez. (3ª Edição).
- Loforte, A. (1989). *Um perfil das crianças da rua em Maputo*. Maputo. Editora Blobal.
- Lojkin, J. (1981). *Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lopes, C. (2002). *A economia de Luanda e Maputo: olhares cruzados*. Oppenheimer, J. e Raposo, I. (orgs.) *Urbanização acelerada em Luanda: impacto da guerra e das transformações sócio-económicas (décadas 80 e 90)*. Lisboa: CEsA. Págs. 1-18.
- Lourenço, N. (2013). *Sociedade Global, Segurança e Criminalidade*. Instituto de Direito e Segurança da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- Lundi, I. B. (2016). *Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais*. Maputo: Escolar Editora.
- Macamo, E. (2016). *Sociologia Prática: como alguns sociólogos pensam*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Machado, H. (2008). *Manual de Sociologia do Crime*. Porto: Afrontamento.
- Machado, P. e Neves, A. V. (2011). *Segurança Pública e Desenvolvimento Urbano: A prevenção do crime através do espaço construído*. Campo Grande: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Marroco, J. (2007). *Análise Estatística com utilização do SPSS*. Lisboa.
- Mayol, P. (2009). *Morar*. Giard, M. e Mayol, P. (orgs.). *A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes.
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da razão negra*. Lisboa: Editora Antígona.
- Mead, G. H. (1963). *L'esprit, le soi et la société*. Paris: Puf. (1ª Edição).
- Mela, A. (1999). *Sociologia das Cidades*. Lisboa: Estampa.

- Meneses, I. (2014). *Globalização, Urbanismos e Culturas Locais*. Matola. Coleção Woonna/1: ISArC.
- Merton, R. (1970). *Sociologia, teoria e estrutura*. São Paulo.
- MICOA. (2009). *Manual do educador ambiental*. Maputo.
- Miskolci, R. (2005). *Do desvio às diferenças*. Teoria e Pesquisa n.47.
- Misse, M. (2010). *Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”*. São Paulo: Lua Nova.
- Morais, D. (2009). *Padrões de criminalidade e espaço público*. Rio de Janeiro: Curitiba.
- Mosca, J. (2013). *Economia moçambicana 2001-2010: um mix de populismo económico e mercado selvagem*. Mosca, J., Abbas, M. e Bruna, N. (orgs). *Economia de Moçambique, 2001-2010*. Maputo: Escolar Editora. Págs. 231-255.
- Muanamoha, R. C. (2002). *Dinâmicas do crescimento populacional no período pós-independência em Maputo*. Lisboa: Centro de Estudos sobre África e o Desenvolvimento (CEsA) do ISG. Estudo de desenvolvimento nº 7.
- Mubarak, R. (2016). *A Criminologia e a Criminalística contemporâneas. "Os desafios do jurista na justiça criminal: Teorias universais e práticas Moçambicanas"*. Beira: Ciedima/CEP-ISCTAC.
- Muchangos, A. dos (1987). *Traços Gerais da Cidade de Maputo, Centenário da Cidade de Maputo (1887-1987)*. Maputo.
- Ngoenha, S. (1992). *Por uma dimensão moçambicana da consciência histórica*. Porto: Satessiana.
- Ngoenha, S. (1998). *Identidade moçambicana: já e ainda não*. In SERRA, C. (orgs.). *Identidade, moçambicanidade, moçambicanização*. Universidade Eduardo Mondlane. Págs. 17-34.
- Olveira, M. da L., Pais, M.J. e Gabito, B.G. (1989). *Sociologia*. Lisboa: Texto Editora Lda. (4ª Edição).

- Oppenheimer, J. e Raposo, I. (2000). *A cooperação direccionada para os grupos vulneráveis no contexto da concentração urbana acelerada Maputo*. Lisboa.
- Oppenheimer, J. e Raposo, I. (2002). *Urbanização acelerada em Luanda e Maputo*. In Oppenheimer, J. e Raposo, I. (orgs.) *Urbanização acelerada em Luanda: impacto da guerra e das transformações sócio-económicas (décadas 80 e 90)*. Lisboa: CEsA. Págs. 23-36.
- Osório, C. e Macuácuá, E. (2013). *Ritos de iniciação no contexto actual: ajustamento, rupturas e confrontos. Construindo identidade de género*. Maputo: Ciedima.
- Outhwaite, W. e Bottomore, T. (1996). *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Lisboa: Dinalivro.
- Outhwaite, W. e Bottomore, T. (1996). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Lisboa: Dinalivro.
- Park, R. (1990). La ville. In Y. Grafmeyer e I. Joseph (eds). *L'École de Chicago*. Paris: Aubier. Págs. 157-184.
- Park, R. E. (1967). *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. In Magalhães Santeiro, S.M. (orgs.). *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro. Zahar. Págs. 25-66.
- Park, R. E. (1977). *Mudança Social e desorganização social*. In Chazel, F. e Birnbaum, P. (orgs.). *Teoria Sociológica*. São Paulo: Hucitec-Edusp. Págs. 24-37.
- Park, R.E. (1987). *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. In Velho, G. (orgs.). *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro. Editora Guanabara. (4ª Edição). Págs. 26-67.
- Pensavento, S.J. (1994). *Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre: UFRGS/ULBRA/UNISINOS.
- Penteado Filho, N.S. (2012). *Manual Esquemático de Criminologia*. São Paulo: Saraiva. (2ª Edição).
- Peralva, A. (2000). *A violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. Paz e Terra.

- Quembo, C. (2010). *Le pouvoir du pouvoir: l'opération produção (1983) et la construction des « improductifs » urbains au Mozambique : Mémoire pour le master-Sciences Politiques*. Université Boudeaux.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L.V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Guilherme Valente. (5ª Edição).
- Raimundo, I.M., Araújo, M.G.M., Lopes, L.V.T., Ceita, D.S.de e Hansine, R.J.M. (2011). *Impacto da construção da Av. Joaquim Chissano na população*. Maputo: Centro de Análise de Políticas, FLCs-UEM.
- Raposo, I. (2002). *A pobreza em Maputo*. Lisboa: Ministério do Trabalho e de Solidariedade: Departamento de Cooperação.
- Raposo, I. e Salvador, C. (2007). *Há diferença: Ali é cidade, aqui é subúrbio: Urbanidade dos bairros, tipos e estratégias de habitação em Luanda e Maputo*. In Oppenheimer, J., & Raposo, I. (orgs.). *Subúrbios Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri. Págs. 105-138.
- Raposo, I. e Salvador, C. (2002). *Há diferença: ali é cidade, aqui é subúrbio, urbanidade dos bairros, tipos e estratégias de habitação em Maputo e Luanda*. In Oppenheimer, J. e Raposo, I. (orgs.) *Urbanização acelerada em Luanda: impacto da guerra e das transformações sócio-económicas (décadas 80 e 90)*. Lisboa: CEsa. Págs. 83-107.
- Ribeiro, L.C. de Q. (1997). *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ritzer, G. (1997). *Teoria sociológica contemporânea*. Universidade de Maryland. México: Mc Graw-hill. (3ª Edição).
- Robert, P. (2007). *Sociologia do crime*. Petrópolis: Vozes.
- Rocher, G. (1989). *Sociologia Geral- Acção social*. Lisboa: Presença.
- Rocher, G. (1999). *Introdução à Sociologia Geral*. Lisboa: Imprensa Portuguesa. (6ª Edição).
- Rodrigues, C. U. (2002). *Recomposição social e urbanização em Luanda*. Lisboa: Centro de Estudos sobre África e o Desenvolvimento (CEsa) do ISG. Estudo de desenvolvimento nº 7.

- Rosa, F. A. de M. (1978). *Patologia Social: uma introdução ao estudo de desorganização social*. Rio de Janeiro: Zahar Editoras. (4ª Edição).
- Ruas, J. (2017). *Manual de Metodologia de Investigação: como fazer propostas de investigação, monografias, dissertações e teses*. Maputo: Escolar Editora, Editores e Livreiros, Lda.
- Salgueiro, T.B. (2001). *Lisboa, periferia e centralidades*. Oeiras: Celta.
- Santos, L.D. e Marins, I. (2002). *A qualidade de vida urbana, o caso da Cidade do Porto*. Faculdade de Economia da Universidade do Porto e CEMPRE: Estudos Regionais nº 9.
- Santos, M. (1978). *Pobreza urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Hucitec. (1ª Edição).
- Santos, M. (1979). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos Países Subdesenvolvidos*. São Paulo: Livraria Francesa, Alves Editora S.A. (1ª Edição).
- Santos, M. (1985). *Espaço e métodos*. Rio de Janeiro: F. Alves.
- Santos, M. (1999). *A natureza do espaço, técnicas e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (2002). *Por Uma Outra Globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- Santos, M. (2008). *O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos Países Subdesenvolvidos*. São Paulo. (2ª Edição).
- Santos, M. (2009). *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Edusp. (5ª Edição).
- Santos, M. (2009). *Por uma Economia Política da Cidade: O caso de São Paulo*. São Paulo: Edusp. (2ª Edição).
- Santos, M. (2012). *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp. (7ª Edição).
- Santos, M. (2013). *Pobreza Urbana*. São Paulo: Edusp. (3ª Edição).
- Savage, M. Warde, A. (2002). *Sociologia urbana: Capitalismo e Modernidade*. Oeiras: Celta.

- Serra, C. (1997). *Novos combatentes pela mentalidade sociológica*. Maputo: Imprensa Universitária-UEM.
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do Trabalho Científica*. São Paulo: Cortez Editora. (23ª Edição, 12ª Reimpressão).
- Shaw, C. e McKay, H. (1969). *Juvenile delinquency and urban areas : a study of rates of delinquency in relation to differential characteristics of local communities in American cities*. Chicago: The University of Chicago Press.
- SimmeL, G. (1983). *Sociologia*. São Paulo: Ática.
- Simmel, G. (2001). *A metrópole e a vida do espírito*. Fortuna, C. (orgs.). *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta.
- Sousa, J.F. (2011). *Estudo Prospectivo sobre as alterações Sociais e do Ordenamento do Território Nacional com Reflexos para a Segurança das Populações*. Direcção-Geral de Administração Interna: Ministério da Administração Interna.
- Stiglitz, J. (2002). *A globalização e seus maléficos, a promessa não-cumprida de benefícios globais*. São Paul: Futura.
- Tique, J., Jorge, S., e Melo, V. (2014). *Ocupação e gestão do solo urbano em Moçambique: O caso de Maputo*. In Raposo, I. (orgs.). (em publicação). *Reconversão e reinserção de bairros de génese ilegal*. Lisboa: Caleidoscópio. Págs. 55-77.
- Tvedten, I. (2007). *“Xiculungo” Relações sociais da pobreza urbana em Maputo*. Maputo: chr. Michelsen Institute.
- Tvedten, I., Mangveleze, L. e Wate, A. (2013). *Género, classe e espaço em Maputo*. Maputo: chr. Michelsen Institute.
- Velho, G. (2002). *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. 6a. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Villaça, F. (2001). *Espaço intra-urbana no Brasil*. São Paulo: FAPESP.
- Vivet, J. (2015). *Deslocados de Guerra em Maputo: percursos migratórios, “cidadinização” e transformações urbanas de capital moçambicana (1976-2010)*. Maputo: Alcance Editores. (1ª Edição).

- Vold, G., Bernard, T.J. e Snipes, J.B. (2002). *Theoretical criminology*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Wacquant, L. (2001). *Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada*. Tradução de, João Roberto Martins Filho...et al.. Rio de Janeiro: Revan; FASE.
- Wilson, W.J. (1996). *When work disappears: the work of the new urban poor*. New York.
- Wirth, L. (1967). *O urbanismo como modo de vida*. Treuherz, M.C. (orgs.). *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro.
- Wirth, L. (1990). *Lephénomène Urbain comme mode de vie*. Grafmeyer, Y. e Joseph, I. (orgs.), *L'école de Chicago*. Paris: Aubier.
- Wirth, L. (2001). *O urbanismo como modo de vida*. Fortuna, C. (orgs.), *Cidades, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta.
- Zaluar, A. (1985). *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.

Artigos Científicos e Comunicações Científicas

- Adorno, S. (2002). “Exclusão socioeconómica e violência urbana”. *Dossiê Sociologia*. Ano 4. n°8, Jul/Dez.
- Ammering, U. e Merklei, A. (2010). “Pobreza Urbana em Moçambique- com destaque para Maputo”. *Revista Científica Inter-Universitária*. v. 1, n°3, pp. 25-48.
- Araújo, M. G. M. de. (2001). “Ruralidades-Urbanidades em Moçambique: conceitos ou preconceitos?” *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, Vol. XVII-XVIII.
- Bailey, W. C. (1984). “Poverty, Inequality, and city homicide rates: some not so unexpected findings”. *Journal of Criminology*. v. 22, pp.31-50.
- Becker, G.S. (1968). “Crime and punishment: an economic approach”. *Journal of Political Economy*. v. 76, n° 2, pp.169-217.

- Benzies, K. M. e Allen, M. N. (2001). "Symbolic interactionism: as a theoretical perspective for multiple method research". *Journal of Advanced Nursing*. nº 33, v. 4, pp. 541-547.
- Bertelsen, B. E. e Chaúque, A. (2015). "Resumo de Políticas III: Crime e Segurança em Maputo, Moçambique". *CMI BRIEF*. v. 14. nº 3.
- Biza, A. (2007). "Associações de jovens, Estado e Política em Moçambique- Da herança a novos desafios". *Conference paper* nº 2.
- Blau, P. M. e Blau, J. (1982). "The costs of inequality: Metropolitan structure and violent crime". *American Sociological Review*. nº 47, pp. 114-129.
- Brenner, N. (2010). "O que é teoria crítica urbana?" *Revista Metrópolis*, v.1, nº 3, pp. 20-30.
- Buvana, F. e Ventura, C.A.A. (2011). "Cooperação Internacional para o combate às drogas ilícitas em Moçambique". *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. nº 762-70, pp.1-9.
- Campbell, E., Henly, J., Elliot, D., e Irwin, K. (2009). "Subjective constructions of neighborhood boundaries: lessons from a qualitative study of four neighborhoods". *Journal of Urban Affairs*. nº 31, v. 4, pp. 461-490.
- Campos, R. R. (2008). "A natureza do espaço para Milton Santos". *Geografares*. n. 6, p. 155-165.
- Canhanga, N. (2007). "Os desafios da descentralização e dinâmica da planificação na configuração de agendas políticas locais". *Conferência Inaugural do IESE: «desafios para a investigação social e económica em Moçambique»*. Maputo.
- Canhanga, N. (2009). "Descentralização fiscal, transferências intergovernamentais e dinâmicas da pobreza nas autarquias locais". *II Conferência do IESE, Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação em Moçambique*, Maputo 22 a 23 de Abril.
- Carvalho, V. (2010). "Interaccionismo Simbólico: origem, pressupostos e contribuições aos estudos organizacionais". *VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD: Florianópolis/SC*.
- Cequeira, D. e Lobão, W. (2004). "Determinantes da criminalidade: uma resenha dos modelos teóricos e resultados empíricos". *Dados*, nº 77 v. 2, pp. 233-269.

- Cequeira, Y. M. S. F. (2012). “Criminalidade, sensação de insegurança e “desvinculação” do lugar”. *II Seminário Internacional Urbiscentro*. Salvador da Bahia, 22 a 24 de Outubro de 2012.
- Chavane, X. A. (2009). “Mobilidade residencial e dinâmicas da reprodução da pobreza na Cidade de Maputo”. *II Conferência do IESE, Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação em Moçambique*, Maputo 22 a 23 de Abril.
- Coelho, B. A. (2011). “Habitação e Arquitectura IX: A segurança arquitectónica residencial e urbana”. *Infohabitar*, nº 332 e 333, Ano VII, disponível em: www.infohabitar.blogspot.com. Consultado em Março de 2014.
- Colaço, J. (2002). “Trabalho como política: do período colonial ao regime socialista” ... *Moçambique ensaios*. v. 9, pp. 91-110.
- Cusson, M. (1992). “L’analyse criminologique et la prévention situationnelle”. *Revue internationale de criminologie et de police technique*. v. xiv, nº 2, pp. 137-149.
- Diniz, A. M. A. e Batella, W. B. (2006). “Abordagens espaciais no estudo da criminalidade violenta nas cidades médias mineiras”. *Simpósio Internacional sobre Cidades Médias*. Uberlândia: Anais.
- Dores, A. P. (2004). “Anomia em Durkheim-entre a sociologia e psicologia prisionais”. *Comunicação apresentada às Jornadas de Estudos Penitenciários*. Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa.
- Efraime, Jr. B. (2014). “Os traumas psíquicos das crianças soldado”. *Revista Divesitas*. pp. 111-130, mar-set.
- Farias, T.M. e Pinheiro, J. Q. (2013). “Vivendo a vizinhança, interfaces pessoas- ambiente na produção de vizinhanças “vivas””. *Psicologia em Estudo*. Maringá. v.18, nº 1, pp. 27-36, jan/mar.
- Farrel, S. J., Aubry, T., & Coulombe, D. (2004). “Neighborhoods and neighbors: do they contribute to personal well-being?” *Journal of Community Psychology*. nº 32 v.1, pp. 9-25.
- Félix, S. A. (2002). “Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias”. *Perspectivas*. v. 36, p. 155-173, jul./dez.

- Ferreira, I.C.B. e Penna, N. A. (2005). “Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana”. *GEOSP-Espaço Tempo*. nº 18, pp. 155-168.
- Folio, F. (2007). “La criminalité à Maputo, Mozambique: origine, distribution et répercussions spatiales”. *Cybergeo : European Journal of Geography. Espace, Société, Territoire*. Document 380.
- Forattini, O.P. (1991). “Qualidade de vida e meio urbano. A cidade de São Paulo”. *Revista de Saúde Pública*. nº 25 (2), pp.75-86.
- Francisco, A. (2009). “Bazareconomia da protecção social em Moçambique na primeira década do século XXI: veneno do passado, remédio do presente, futuro enfeitado?” *Texto apresentado na Conferência do IESE “Dinâmicas da pobreza e padrões da acumulação económica de Moçambique”, 22-23 de Abril*. Maputo: IESE.
- Gomes, C.A.C. (2005). “Espaço urbano e criminalidade: uma breve visão do problema”. *Revista de Desenvolvimento Económico*. v. 7, nº 11, p. 57-67, jan.
- Helpes, S. S. (2014). “A entrada da Sociologia na cena do crime: uma breve revisão literária”. *Revista Café com Sociologia*. v. 3, pp. 141-160, set/dez.
- Jorge, S. e Melo, V. (2014). “Processos e dinâmicas da intervenção no espaço urbano: caso de Maputo”. *Caderno de Estudos Africanos*. nº 27, <https://doi.org/10.4000/cea.1488>.
- Kirvo, L. J. e Peterson, R. (1996). “Extremely disadvantaged neighborhoods and urban crime”. *Social Forces*. v.75, pp. 19-48.
- Lamy, B. (2006). “Sociologia urbana o sociologia de la urbano: Estudios Demográficos y Urbanos”. *Rede de Revistas Científicas de América Latina*. v. 21, nº1, pp. 211-225.
- Lima, J. A. de (2017). “Teorias sociológicas sobre a criminalidade: análise comparativa de três teorias complementares”. *Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina*. v. 38, nº 2, pp. 215-232, jul/dez.
- Lima, R. de C. P. (2001). “Sociologia do desvio e interaccionismo”. *Tempo Social-Revista da Sociologia da USP*. v.13 (1), pp. 185-201.

- Lopes, L. (1992). “Uma definição do urbano”. *Workshop sobre as bases metodológicas para a investigação da tendência do crescimento da população urbana em Moçambique*. Maputo, Documento nº6.
- Macagno, L. (2009). “Fragmentos de uma imaginação nacional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.24, nº 70, pp.17-35.
- Madeira, L. M. (2003). “Espaço urbano e a criminalidade: lições da Escola de Chicago”. *Resenha, Sociologia*. Ano 5 nº9, pp. 370-377.
- Maloa, J. M. (2013). “A génese de urbanização dual em Moçambique: exploração histórica para o debate da sua origem”. *XIII Simpósio Nacional da Geografia Urbana*. Rio de Janeiro.
- Maloa, J. M. (2015). “O Impacto da Criminalidade Urbana em Moçambique”. *Revista do Laboratório de estudo de violência da UNESP/Marília*. Edição 16, pp. 99-118.
- Maloa, J. M. (2016). “Mudanças da criminalidade urbana moçambicana”. *Revista do Laboratório de estudo de violência da UNESP/Marília*. Edição 21, pp. 99-118.
- Marafon, G. J. (1996). “O espaço urbano: a abordagem da Escola de Chicago e da Escola Marxista”. *Ciência e Natura*. nº 18, pp. 149-181.
- Massey, D. (1996). “The age of extremes: concentrated affluence and poverty in the twenty-first Century”. *Demography*. v.33. nº 3, pp. 495-412.
- Matos, R. (2005). “Periferia das grandes cidades e movimentos populacionais”. *Cadernos Metrópole*, nº 13.
- Melo, S. N. de e Matias, L. F. (2015). “Geografia do Crime e Criminologia Ambiental: Teorias da Desorganização Social e Actividade Rotineira”. *XI Encontro Nacional da ANPEGE*. Anais do XI ENANPEGE, pp. 365-374.
- Mendonça, J.G. de. (2006). “Planejamento e mediação da qualidade da vida urbana”. *Cadernos metrópoles*, nº15, pp 13-24, 1º sem.
- Menezes, M. (2000). “Do espaço ao lugar. Do lugar às remodelações sócio-espaciais.” *Horizontes Antropológicos*. v. 6, n. 13.

- Neto, O. B. (2004). “O conceito do desvio na Teoria Social Contemporânea: modernidade e controlo”. *DOMUS ON LINE: Ver. Teor. Pol. soc. Cidad.* v.1 n.1, p.1-36.
- Oppenheimer, J. (2004). Magermanes - os trabalhadores moçambicanos na antiga República Democrática Alemã. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. A questão social no novo milénio. Coimbra, 16, 17 e 18 de Setembro.* Disponível em Desktop/Majerman.jochenoppnhiemer.pdf. Consultado em Fevereiro de 2019.
- Paulino, A. (2003). “A criminalidade global e insegurança local- o caso de Moçambique”. *Coloquio Internacional, Direito e Justiça no século XXI, 29 a 31 de Maio.* Coimbra. Anais. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Portes, A. (2000). “Capital Social: origem e aplicação na Sociologia Contemporânea”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 33. pp. 133-158.
- Raposo, I. e Melo, V. (2012). “Luanda e Maputo: inflexões suburbanísticas da cidade socialista à cidade metrópole neoliberal”. *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 2. nº 4. pp. 189-205.
- Romão, F. P. e Wadi, Y. M. (2010). “Espaço Urbano e Criminalidade Violenta: Análise da distribuição espacial dos homicídios no Município de Cascavel”. *Ver. Social. Polit. Curitiba.* v.18. nº 35, pp. 207-230.
- Sampson, R. (1997). “Neighborhoods and violent crime. A multilevel study of collective efficacy”. *Science* (227), pp. 918-924.
- Santos, M. A. F. (2016). “Abordagens científicas sobre as causas da criminalidade violenta: uma análise das teorias da ecologia humana”. *Revista do Laboratório de estudos de violência da UNESP/Marília.* Edição-17- Maio.
- Schaake, K., Burgers, J., & Mulder, C. (2010). “Ethnicity at the individual and neighborhood level as an explanation for moving out of the neighborhood”. *Population Research and Policy Review*, nº 29, pp.593-608.
- Shutherland, E. H. (2014). “A criminalidade de colarinho branco”. *Revista Electrónica de Direito Penal e Política Criminal.* v. 2. nº 2, pp. 93-103.
- Silva, E. A. da. (2013). “As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais”. *Revista Angolana de Sociologia*, nº 12, pp. 77-99.

- Texeira, A. G. (2004). “A possibilidade de vitimização: Qualidade de vida e a criminalidade”. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 4, nº 3.
- Thomaz, O. (2008). “Escravos sem dono: experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período Socialista”. *Revista de Antropologia*. v. 51, nº 1, pp. 177-214.
- Villaça, F. (1997). “Efeitos do espaço sobre o social na Metrópole Brasileira”. *VII Encontro Nacional da ANPUR*. Universidade de São Paulo: Faculdade de Arquitectura e Urbanismo.
- Villaça, F. (2001). “Efeitos do espaço sobre o social na Metrópole Brasileira”. *VII Conferencia da Anpur*.
- Walter, M.I.M.T., Ranincheski, D. N. e Castro, H.C.O. (2003). “Capital social e políticas sociais no Brasil: diferenças regionais em população beneficiária de programas sociais”. *XI Congresso Brasileiro de Sociologia, 1 a 5 de Setembro de 2003, UNICAMP*. São Paulo: Campinas.
- Wieviorka, M. (1997). “O novo paradigma da violência”. *Revista Tempo Social*. v. 9, nº 1, pp. 5-41.
- Xavier, A. E. V. (2016). “Considerações de Lóic Wacquant e Lúcio Kowarick acerca da discriminação na cidade contemporânea”. *Revista Perspectivas Sociais*. ano 4 nº 1, pp.1-6.
- Zaluar, A. (2007). “Democratização inacabada, fracasso da segurança pública”. *Estudos avançados*. v.21. nº 61, pp. 31-49.
- Zaluar, A.M. (2002). “Violência: questão social ou investigação”. *Revista urbana*. Rio de Janeiro. v. 1, pp. 30-35.
- Zamparoni, V. (2000). “Monhés, Baneanes, Chinas e Afromometanos: colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890~1940”. *Lusotopie*, pp.191-222.

Monografias, Dissertações e Teses

- Adorno, S. (2007). *A gestão urbana do medo e da insegurança: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea*. Tese Livre de Docência em Sociologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo.

- Araújo, M. G. M. de. (1988). *O sistema de aldeias comunais em Moçambique: transformações na organização do espaço residencial e produtivo*. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Baia, A. H. M. (2009). *Os conteúdos da urbanização em Moçambique: considerações a partir da expansão da cidade de Nampula*. Tese de Doutoramento Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo
- Bilério, F. B. (2015). *A urbanização e a criminalidade em Maputo: Caso do Bairro de Magoanine C (2000-2014)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais. Academia de Ciências Policiais, Maputo.
- Cabaço, J. (2007). *Moçambique: Identidade, Colonialismo e Libertação*. Tese de Doutoramento em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana da Universidade de São Paulo: São Paulo.
- Evangelista, F.C.F.A. (2012). *A criminalidade e o planejamento ambiental urbano*. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas. Universidade Federal da Paraíba – UFPB – PB: Belo Horizonte.
- Felix, S. A. (1996). *A Geografia do crime urbano: aspectos teóricos e o caso de Marília*. Tese de Doutoramento. Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita. Instituto de Geociências. Rio Claro.
- Félix, S. A. (1996). *A geografia do crime urbano: aspectos teóricos e o caso de Marília*. Tese de Doutoramento. Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita. Instituto de Geociência: Rio Claro.
- González, M. S. (2011). *Intervención socio-psicológica con fines preventivos para Trabajo Comunitario de la Estación*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Escola do Ministério de Interior de Cuba: La Habana.
- Guevane, L. A. (2008). *Pobreza e Gestão Urbana na Cidade de Maputo: que inter-relações?* Dissertação de Mestrado em População e Desenvolvimento. Universidade Eduardo Mondlane. Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Maputo.

- Heitor, T. (1997). *A Vulnerabilidade Do Espaço Em Chelas: Uma Abordagem Sintáctica*. Tese de Doutoramento em Engenharia do Território., Instituto Superior Técnico: Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.
- Ibraimo, M. A. (1994). *Contribuição para o estudo do crescimento da população e o processo de urbanização: o caso da Cidade de Maputo, 1940-1991*. Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais do Instituto Superior Pedagógico. Maputo.
- Maloa, J. M. (2019). *A emergência da criminalidade urbana violenta na sociedade moçambicana pós-colonial*. Tese de Doutoramento. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.
- Maloa, J.M. (2012). *O lugar da desordem: um estudo sociológico sobre o assalto à mão armada em Moçambique, na cidade de Lichinga*. Dissertação do Mestrado- Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Sociologia. São Paulo.
- Maloa, J.M. (2016). *A urbanização moçambicana: uma proposta de interpretação*. São Paulo: Tese de Doutoramento. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo.
- Mora, B. R. dos S. (2010). *Um contributo da metodologia Chaid para detecção de perfis criminais no desenvolvimento do planeamento estratégico e na orientação tática dos meios policiais na região do Algre*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Algarve.
- Ribeiro, E. F. (2010). *Vizinhança, isolamento social e criminalidade: condicionantes do fenómeno do crime no Belo Horizonte, 2000*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte.
- Rodrigues, R. N. de C. (1967). *Geografia Urbana- A Cidade da Beira*. Monografia de Licenciatura. Instituto Técnico de Lisboa. Lisboa.
- Romanelli, G. e Biasoli-Alves, Z.M (1998). *Diálogos Metodológicos sobre a prática da Pesquisa*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP USP/CAPES. R. Preto.

Saborit, H. A. (2001). *El jefe de Sector de la PNR. Una Estrategia de Participación Comunitaria. Diseño de Investigación en opción al grado científico de Doctor en Ciencias Jurídicas*. ISMI “Eliseo Reyes Rodríguez” (Capitan San Luís): La Habana.

Silva, A. N. da. (2011). *Dinâmica sócio-espacial e produção habitacional na periferia de Maputo-Moçambique a partir da década de 1970*. Dissertação do Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Documentos Normativos

Conselho Municipal de Maputo (2008). *Plano de Estrutura urbana do Município de Maputo*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo.

Conselho Municipal de Maputo (2010). *Planos Parciais de Urbanização de alguns bairros*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo.

Conselho Municipal de Maputo (2011). *Resolução nº 71/AM/2011*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo.

Conselho Municipal de Maputo. (2006). *ProMaputo (2007-2016)*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo.

Conselho Municipal de Maputo. (2013). *Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo*. Maputo: Conselho Municipal de Maputo.

MINT. (2004). *Plano Estratégico da Polícia da República de Moçambique*. Comando Geral da PRM.

MINT. (2005). *Normas de Execução Permanente*. Maputo: Comando Geral da PRM.

MINT. (2014). *Anteprojecto da Estratégia Nacional de Prevenção da Criminalidade-2014-2019*. Maputo. Comando Geral da PRM.

Moçambique. (1979a). *1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comuns. Resolução Geral*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Moçambique. (1979b). *1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comuns. Resolução sobre Abastecimento*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Moçambique. (1979c). *1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comuns. Resolução sobre Algumas Tarefas das Organizações Democráticas de Massas nas Cidades*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Moçambique. (1995). *Política Nacional de Terras nº 10/95*. Maputo: Imprensa Universitária.

Moçambique. (1997). *Lei de Terras*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Moçambique. (2003). *Resolução nº 15/2003: Política e Estratégia da Prevenção à Droga*. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Moçambique. (2006). *Regulamento do Solo Urbano*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Moçambique. (2007). *Lei do Ordenamento do Território*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Moçambique. (2011). *Resolução nº 71/AM/2011*. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Moçambique. (2013). *Lei da PRM*. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Moçambique. (2014). *Código Penal*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

MOPH/DNA. (2008). *Plano Estratégico de Água e Saneamento Urbano- 2006-2015*. Maputo: DNA.

Anuários Estatísticos e Relatórios

ACIPOL. (2019). *Mapeamento da Criminalidade em Moçambique: caso das cidades de Maputo, Matola e Nampula*. Maputo: Ciedima.

ACIPOL/KULA (2009). *Criminalidade e Vitimização em Moçambique*. (Relatório de Pesquisa/2008). Maputo: KULA.

Andreatta, V. e Magalhães, S. (2011). *Relatório sobre as condições do Planeamento Urbano, Habitação e Infraestruturas em Maputo Moçambicano*. Maputo.

- CAP/UEM. (2014). *Estudo sobre as causas da criminalidade, sua dinâmica, origem e motivação em Moçambique*. Relatório Final. Maputo, Centro de Análise de Políticas.
- CEP/UEM. (2003). *Moçambique 2003: uma avaliação do potencial de conflitos*. Maputo.
- INE. (2004). *Relatório final do Inquérito aos agregados familiares sobre Orçamento Familiar- IAF (2002/2002)*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2007). *Recenseamento Geral da População e Habitação*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2008). *Apresentação dos resultados definitivos do Censo de 2007*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2015). *Relatório final do Inquérito ao Orçamento Familiar- IOF 2014/15*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2018). *Estatísticas de Crime e Justiça, 2017*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2018). *Mulheres e Homens em Moçambique, 2017*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2019). *Estatísticas de Crime e Justiça, 2018*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2019). *Recenseamento Geral da População e Habitação*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2020). *Estatísticas de Crime e Justiça, 2019*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- MARP. (2019). *Segundo Relatório de Revisão de Moçambique*. Maputo.
- MICOA/UN-HABITAT. (2006). *Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise de Situação e Proposta de Estratégias de Intervenção*. Maputo.
- Ministério da Justiça/Instituto Nacional de Saúde. (2013). *Avaliação da Situação de HIV/SIDA, ITS, TB e necessidades de saúde nos ambientes Penitenciários em Moçambique*. Maputo.
- MINT. (2013). *Relatório da Situação da Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas*. XXIII Conselho Coordenador. Maputo.

Moçambique. (2010). *Informe Anual de 2009 do Procurador-Geral da República à Assembleia da República*. Maputo: Imprensa Nacional Moçambique.

MOPHRH. (2016). *Relatório Nacional*. 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, Habitat III. Maputo.

Reisman, L. e Lalá, A. (2012). *Avaliação do crime e Violência em Moçambique: Recomendações para a redução da violência*. Open Society Foundations Crime and Violence Prevention Initiative (OSF CVPI) & Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA).

SERNAP. (2015). *Relatório sobre a situação Penitenciário em Moçambique*. Maputo: SERNAP.

Shabangu, T. (2012). *A Comparative inquiry into the nature of violence and crime in Mozambique and South Africa*. South Africa: ADASA.

UN-HABITAT. (2007). *Perfil do sector urbano em Moçambique*. Nairobi: UN-HABITAT.

UN-HABITAT. (2010). *Mozambique urban sector profile: Maputo, Nacala and Manica*. Nairobi: UN-HABITAT.

Documentos da Internet

Cruz e Silva, T. (2011). *Moçambique: um perfil*. <http://www.ces.uc.pt/emacipa/gen>. Acesso em 20 de Junho de 2019.

Felson, M. (1994). *Crime and everyday life*. Thousand Oaks. California, Pine Forge Press. Disponível em: www.scielo.br/scielo.br/scielo?script. Acesso em 20 de Janeiro de 2017.

Negrão, J. (2002). *A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres*. [Online].<http://www.ieham.org/html/docs/A_indispensavel_Terra_Africana.pdf>. Consultado em: 20 Fevereiro, 2014.

Negrão, J. (2003). A propósito das relações entre as ONGs do norte e a sociedade civil moçambicana. <http://www.sarpn.org.za/documents/d0000650/P662-Relacoes.pdf>. Consultado em fevereiro de 2016.

- Newman, J. (1997). Defensible space. In National Housing Institute, Shelter force online. Em <http://www.nbi.org/online/issues/93/defense.html>. Consultado em 22 de Janeiro de 2015.
- Sílvia, J. e Melo, V. (2014). “Processos e Dinâmicas de Intervenção no Espaço Peri-urbano: o caso de Maputo”. *Cadernos de Estudos Africanos*, v.27, pp. 55-77. <https://doi.org/10.4000/cea.1488>. Acessado em 12 de Janeiro 2020.
- Texeira, E. C. (2002). “O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade”. *Revista AATR*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/57253448/03-Aatr-Pp-Papel-PoliticasPublicas>. Acesso em 23 de Junho de 2016.

ANEXOS

ANEXO 1: Guião de entrevista



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Guião de entrevista

Bom dia, meu nome é _____, sou estudante do curso de Doutorado em Desenvolvimento e Sociedade na UEM. Estou neste momento a recolher parte de informação para a elaboração da tese. Ciente de que a sua participação neste estudo constitui uma grande contribuição, principalmente no que respeita à obtenção da sua percepção sobre a relação entre a *Transformação social do espaço urbano e a criminalidade na cidade de Maputo*, especificamente, nos bairros de Magoanine "C" e Chamanculo "C. Assim, gostaria de lhe colocar algumas perguntas. Gostaria de lhe garantir que toda a sua opinião é válida para o sucesso do estudo. Também quero lhe garantir que a nossa conversa terá como tempo máximo até 25 minutos. A sua participação é voluntária e toda a informação que for a fornecer será mantida confidencial. Desde já, agradeço a sua colaboração. Antes de iniciar a nossa conversa, não sei se tem alguma pergunta a fazer.

NB. Este guião será administrado aos especialistas, académicos e informantes-chave. Contudo, as questões contidas nele serão readaptadas em função do grupo-alvo.

Categorias	Objectivos	Questão de orientação	Perguntas de recursos
Perfil sócio-demográfico	Recolher os indicadores básicos em relação aos dados sócio-demográficos dos entrevistados	Qual é o seu perfil sócio-demográfico	Local da entrevista Sexo Idade Escolaridade Religião Ocupação Tempo de residência no bairro.
Transformação social do espaço urbano	Descrever o processo de transformação social do espaço urbano	Como é que descreve o processo de mudança social do espaço urbano no bairro?	Quais os maiores problemas de viver neste bairro. Quais os locais de sociabilidade (convívio) que existem no bairro. Quais as actividades de convívio que existem no bairro. Como descreve as relações sociais de convivência na família. Porquê? Quais os elementos que considera relevante para coesão familiar? Como descreve o relacionamento com os eus vizinhos. Porquê? Quais os aspectos que considera importante para convivência com os vizinhos. Como descreve a estruturação do seu bairro. Que análise faz em relação (i) às vias de acesso, (ii) à iluminação pública, (iii) aos espaços de lazer, (iv) à gestão do lixo, (v) ao saneamento e infra-estruturas sociais no teu bairro.
Dinâmica da Criminalidade	Caracterizar as manifestações da criminalidade	Como é que se caracterizam as manifestações da criminalidade	Que análise faz em relação a criminalidade no bairro. Quais os crimes que ocorrem no bairro. Quem são os praticantes destes crimes. Quais os locais mais propensos ao crime no bairro. Que condições locais favorecem para ocorrência de crimes no bairro. Que motivações levam as pessoas a praticar crimes.

<p>Transformação social do espaço urbano e a criminalidade</p>	<p>Analisar a relação entre o contexto da transformação social do espaço urbano e a criminalidade</p>	<p>Como é que a transformação social do espaço urbano propicia a criminalidade</p>	<p>Que análise faz entre:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os locais de convivência e a criminalidade. • As relações sociais de convivência familiar e a criminalidade. • As relações sociais de convivência com os vizinhos e criminalidade. <p>Quais os aspectos que considera relevantes na família que estejam relacionadas com a criminalidade.</p> <p>Quais os aspectos que considera relevantes na vizinhança que estejam relacionadas com a criminalidade.</p> <p>Quais os elementos da estruturação do seu bairro que estão relacionadas criminalidade.</p>
<p>Síntese e reflexão da entrevista</p>	<p>Captar o sentido que o entrevistado atribui ao tema em estudo</p>	<p>O que pensa sobre a relevância desta pesquisa no contexto do desenvolvimento e sociedade</p>	<p>Gostaria de acrescentar mais alguma contribuição em relação a nossa conversa.</p>

ANEXO 2: Questionário de Inquérito



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Questionário para os chefes dos Agregados Familiares

Número do Questionário

Local da entrevista 1. Chamanculo "C"

2. Magoanine "C"

Bom dia, meu nome é _____, faço parte da equipa que está a recolher dados sobre a "**Transformação social do espaço urbano e a criminalidade na cidade de Maputo**". Os dados visam produzir uma tese de Doutoramento em Desenvolvimento e Sociedade a ser apresentada na Universidade Eduardo Mondlane. Assim, ciente de que a sua participação neste estudo constitui uma valiosa contribuição, em particular no que respeita ao fornecimento da sua opinião sincera sobre como a mudança social do espaço urbano pode estar a contribuir para a criminalidade que se regista nesta cidade, especificamente, nos bairros de Magoanine "C" e Chamanculo "C", gostaria de lhe colocar algumas perguntas. Gostaria de lhe garantir que toda a sua opinião é válida para o sucesso do estudo. Também, quero lhe garantir que a nossa conversa terá uma duração máxima de 25 minutos. A sua participação é voluntária e toda a informação que for a fornecer será mantida confidencial. Desde já, agradeço a sua colaboração. Antes de iniciar a nossa conversa, não sei se tem alguma pergunta a fazer.

Nº	Conteúdo pergunta	Opções	Filtro
I. Dados Sócio-demográficos			
100	Sexo do inquirido.	1. Masculino 2. Feminino	
101	Qual é o seu estado civil?	1. Solteiro/a 2. Casado/a 3. União marital 4. Divorciado/Separado/a 5. Viúvo/a	
102	Qual é a sua religião?	1. Católica 2. Anglicana 3. Islâmica 4. Sião/Zione 5. Evangélica/Pentecostal 6. Sem religião 7. Outra. Específica _____	
103	Qual é nível de ensino mais elevado que completou?	1. Nenhum 2. Alfabetização 3. Primário 4. Secundário 5. Médio 6. Superior	
104	Qual é sua idade?	1. 15-24 anos 2. 25-29 3. 30-34 4. 35-39 5. 40-44 6. 45-49 7. 50-54 8. 55-59 9. 60 e mais	
105	Nasceu neste bairro?	1. Sim 2. Não	P.107
106	Há quanto tempo reside neste bairro.	1. 0-5 anos 2. 6-10 anos 3. 11-15 anos 4. Mais de 15 anos	
107	Onde é que trabalha.	1. Função Pública 2. Empresa Privada 3. Cooperativa 4. Instituição sem fins lucrativos 5. Doméstico 6. Conta Própria	

		7. Sem trabalho	
108	Que estratégia de sobrevivência o seu agregado familiar adopta para complementar o rendimento familiar.	1. Comércio 2. Produtos da machamba 3. Criação de animais 4. Trabalho doméstico noutras casas 5. Arrendamento de quartos 6. Outro. Específica_____	
109	A sua família é do tipo:	1. Nuclear/elementar 2. Extensiva 3. Composta	
110	Qual é a estrutura de autoridade na sua família	1. Patriarcal 2. Matriarcal 3. Igualitária 4. Outro. Específica_____	
II. Condições de habitação			
200	A casa onde vive é:	1. Própria 2. Arrendada 3. Cedida 4. Outro. Específica_____	P.203 P.203
201	Se a casa é própria diga se:	1. Construiu com licença 2. Construiu sem licença 3. Comprou 4. Adquiriu por herança 5. Sem resposta	
202	Possui direito de uso e aproveitamento de terra (DUAT)	1. Sim 2. Não	
203	A casa possui anexos (dependências)	1. Sim 2. Não	P.208
204	Tem inquilinos nos anexos da casa.	1. Sim 2. Não	P.208
205	Celebrou contrato de arrendamento com os seus inquilinos.	1. Sim 2. Não	P.207
206	No acto da celebração do contrato o inquilino apresentou algum documento de identificação	1. Sim 2. Não	
207	Apresentou o seu	1. Sim	

	inquilino ao seu chefe do quarteirão	2. Não	
208	Quantos agregados familiares existem no seu quarteirão	1. Menos de 40 Agregados familiares 2. 40 Agregados familiares 3. Mais de 40 Agregados familiares	
209	Que fonte de energia o seu agregado familiar usa para cozinhar.	1. Electricidade 2. Gás 3. Petróleo 4. Lenha 5. Carvão	
210	A sua casa possui electricidade	1. Sim 2. Não	
211	A sua casa possui água canalizada dentro do quintal.	1. Sim 2. Não	
III: Transformação social do espaço			
300	Quais as mudanças sociais que estão acontecer no seu bairro. Ou seja, o que é que está a mudar no seu bairro. NB. Aceita-se mais de uma resposta Não lê as opções	1. Surgimento de habitações melhoradas 2. Surgimento de actividades comerciais 3. Alteração do estilo de vida 4. Escassez de oportunidades económicas 5. Sentimento individualista 6. Perca de valores morais 7. Desestruturção das famílias 8. Desemprego 9. Espaços degradados 10. Laços familiar fraco 11. Redução do controlo informal 12. Aspirações individuais insatisfeitas 13. Instabilidade familiar 14. Desigualdades económicas 15. Aumento da população 16. As pessoas não ajudam o próximo 17. Sem resposta	
301	Quais os problemas de ordenamento que existente no seu bairro. NB.	1. Falta de parcelamento 2. Falta de vias de acesso 3. A existência de habitações não habitadas 4. A existência de terrenos baldios 5. Falta de iluminação pública	

	<p>Aceita-se mais de uma resposta Não lê as opções</p>	<p>6. O desenvolvimento de actividades comerciais nas casas e na rua 7. Deterioração urbana 8. Ausência da definição clara das formas de uso 9. Problemas de saneamento 10. Outra. Específica _____</p>	
302	<p>Quais os aspectos que terão influenciado os actuais problemas de ordenamento no seu bairro.</p> <p>NB. Aceita-se mais de uma resposta Não lê as opções</p>	<p>1. Aumento da população 2. Insuficiência de infra-estruturas sociais 3. Presença de famílias desestruturadas 4. Elevada taxa de desemprego 5. Elevada taxa de abandono escolar 6. Exclusão social 7. Proliferação de estabelecimentos comerciais 8. A pobreza 9. A venda de terrenos 10. Outro. Específica _____</p>	
303	<p>Qual é o melhor termo que descreve o ordenamento do espaço no seu bairro.</p>	<p>1. Ruptura 2. Evolução 3. Perda</p>	
304	<p>O que lhe incomoda em viver neste bairro.</p> <p>NB. Aceita-se mais de uma resposta Não lê as opções</p>	<p>1. Criminalidade 2. Consumo de álcool 3. Falta de coesão (união) 4. Falta de solidariedade 5. Falta do ordenamento 6. Desemprego 7. Outro. Específica _____</p>	
305	<p>Quais os locais de socialização existente no teu bairro e que as considera importante para mudança do comportamento.</p> <p>NB. Aceita-se mais de uma resposta Não lê as opções</p>	<p>1. Família 2. Barracas 3. Rua 4. Igreja 5. Xitique 6. Campo de jogos 7. Centros culturais 8. Estabelecimentos de ensino 9. Outro. Específica _____</p>	

306	Qual é o papel da família na educação dos filhos no bairro	<ol style="list-style-type: none"> 1. A família perdeu o seu valor educativo 2. A família é fundamental 3. A família está desestruturada. 4. A família não educa. 	
307	<p>Indique os aspectos que interferem na educação dos filhos no seio da família.</p> <p>NB. Aceita-se mais de uma resposta Não lê as opções</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tamanho da família 2. As amizades fora da família 3. Valores religiosos 4. Emprego da mãe fora de casa 5. Acesso à escolaridade 6. Separação dos progenitores 7. Tipo de convívios 8. Outro. Especifica _____ 	
308	Como avalia a sua relação com os seus vizinhos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Boa 2. Péssima 	P.310
309	Porquê os considera péssima	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ninguém apoia outro 2. Muito individualismo 3. Não são solidários 4. Sem resposta 	
310	<p>Na sua opinião a actual convivência no bairro contribui para:</p> <p>Aceita-se mais de uma resposta</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Surgimento de comportamentos discriminatórios 2. Escassez de recursos 3. Fraca sociabilidade 4. Desajuste de modelo de integração 5. Pobreza 6. Desemprego 7. Aumento da marginalidade 8. Aumento da criminalidade 	
311	<p>Que aspectos explicam a actual convivência social no seu bairro.</p> <p>NB. Aceita-se mais de uma resposta Não lê as opções</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Êxodo rural 2. A guerra dos 16 anos 3. Calamidades naturais 4. A necessidade de ter casa própria 5. A fraca implementação das políticas de ordenamento do território 6. Pobreza 7. Surgimento de iniciativas locais de desenvolvimento 	

		8. A economia do mercado 9. O mercado formal e informal de terras 10. Reassentamento populacional 11. Expansão urbana 12. Outro. Específica_____	
312	Diga se concorda ou não concorda com as seguintes afirmações Aceita-se mais de uma resposta Anota os números Concordo () Não concordo ()	1. A família não promove os valores de coesão social. 2. A rua como lugar de socialização e coesão perdeu o foco. 3. A entrada de novos residentes aumenta a vulnerabilidade no bairro. 4. O consumo de álcool/drogas provoca a a desordem no bairro. 5. A fraca interação entre os residentes produz comportamentos criminais. 6. A especulação imobiliária dinamiza as relações superficiais de convivência. 7. A coexistência do modelo formal e informal de atribuição de espaços concorre para a desestruturação familiar. 8. A sobreposição de actividades no mesmo espaço promove a criminalidade.	
IV. Criminalidade			
400	Que avaliação faz em relação à criminalidade no seu bairro nos últimos 5 anos.	1. Aumentou 2. Diminuiu 3. Manteve-se 4. Indiferente	
401	Quais os crimes que se têm registado no bairro. NB. Aceita-se mais de uma resposta Não lê as opções	1. Crimes contra propriedade 2. Crimes contra pessoas 3. Violência Doméstica 4. Raptos de pessoas 5. Venda e consumo de drogas ilícitas 6. Furtos 7. Roubos 8. Assaltos na via pública 9. Assaltos em residências 10. Roubo de viaturas e acessórios 11. Violação sexual 12.Outro. Específica_____	
402	Quem são os supostos praticantes	1. Pessoas que vivem no bairro	

	dos crimes que ocorrem no bairro.	<ol style="list-style-type: none"> 2. Pessoas que vivem em outros bairros 3. Pessoas do bairro e de outros bairro 4. Não sabe 	
403	Em que locais os crimes ocorrem no bairro.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nas residências 2. Nos estabelecimentos comerciais 3. Na via pública 4. Outro. Específica_____ 	
404	Que aspectos estão a influenciar a actual tendência da criminalidade no seu bairro.	<ol style="list-style-type: none"> 1. A degradação de valores morais 2. A ganância pela vida fácil 3. Existência de armas de fogos fora do controlo das autoridades competentes. 4. O consumo de drogas 5. A imigração 6. A superstição/obscurantismo (feitiçaria) 7. O desemprego 8. O consumo excessivo de bebidas alcoólicas 9. Elevado número de habitantes 10. Degradação urbana 11. Imoralidade 12. Conflitos conjugais 13. As desigualdades sociais 14. Pobreza 15. A perda de valores morais na família 16. Relações superficiais de vizinhança 15. Outro. Específica_____ 	
405	Na sua opinião o que motiva as pessoas a cometer crime	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pobreza (extrema) 2. Amizades fora do ambiente familiar 3. Consumo excessivo de drogas 4. Perturbações mentais 5. Injustiças sociais 6. Festas e diversões com más companhias 7. Perca dos valores morais 8. Outro. Específica_____ 	
V. Transformação social e a Criminalidade			
500	Na sua opinião que aspectos de transformação social estão relacionadas com a criminalidade no bairro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elevada densidade populacional 2. Elevada densidade do parque edificado 3. Insuficiência da oferta de infra-estruturas e equipamentos sociais 4. Presença considerável de famílias desestruturadas 5. Problemas de integração de imigrantes 	

	<p>NB. Aceita-se mais de uma resposta Não lê as opções</p>	<p>6. Elevadas taxas de desemprego 7. Elevadas taxas de abandono escolar 8. Problemas de exclusão social 9. Contrastes sociais 10. Proliferação do comércio informal 12. O emprego da mãe fora de casa 13. Desestruturação familiar (lar dissolução) 14. Falta de coesão social 15. Ruptura da solidariedade na vizinhança 16. Políticas sociais desajustadas 17. Políticas económicas desajustadas 18. Outro. Específica _____</p>	
501	<p>Na sua opinião quais os elementos da vida familiar que estão a propiciar a criminalidade no bairro. Aceita-se mais de uma resposta Não lê as opções</p>	<p>1. O tipo de educação familiar 2. A fraca coesão familiar 3. A separação dos progenitores 4. A ausência permanente dos pais 5. A pobreza 6. Outro. Específica _____</p>	
502	<p>Na sua opinião quais os aspectos de convivência social estão relacionadas com a criminalidade no bairro NB. Aceita-se mais de uma resposta Não lê as opções</p>	<p>1. As amizades fora da família 2. Falta de coesão entre os vizinhos 3. Falta de solidariedade entre os vizinhos 4. A degradação dos valores morais 5. Impessoalidade 6. Heterogeneidade 7. Ausência de objectivos comuns 8. Complexidade de interesses 9. Outro. Específica _____</p>	
503	<p>Na sua opinião que elementos de gestão do espaço estão a propiciar a criminalidade no bairro NB. Aceita-se mais de uma resposta Não lê as opções</p>	<p>1. O parcelamento de terrenos 2. A confluência de várias formas de uso na mesma parcela 3. Falta de plano urbanístico do bairro 4. A falta de iluminação pública 5. A existência de terrenos baldios 6. A existência de casas desabitadas 7. A existência de obras abandonadas 8. O funcionamento das barracas</p>	

		<p>9. A venda de terras</p> <p>10. O arrendamento de casas</p> <p>11. Outro. Específica_____</p>	
504	<p>Na sua opinião quais os eventos de sociabilidade que estão a propiciar a criminalidade no bairro</p> <p>Aceita-se mais de uma resposta</p> <p>Não lê as opções</p>	<p>1. Amizades fora da família</p> <p>2. Convívio nas discotecas</p> <p>3. Convívio nas barracas</p> <p>4. Convívio na rua</p> <p>5. Outro. Específica_____</p>	
505	<p>Na sua opinião que locais de sociabilidade estão a propiciar a dinâmica da criminalidade no bairro</p> <p>Aceita-se mais de uma resposta</p> <p>Não lê as opções</p>	<p>1. As barracas</p> <p>2. As Discotecas</p> <p>3. Casas nocturnas</p> <p>4. Campo de jogos</p> <p>5. Outro. Específica_____</p>	
506	<p>Indica os aspectos de mudança social do espaço urbano no seu bairro que os considera relevantes para o aumento da criminalidade</p> <p>Aceita-se mais de uma resposta</p> <p>Não lê as opções</p>	<p>1. Desqualificação urbana</p> <p>2. Tamanho da família</p> <p>3. Participação em clubes</p> <p>4. Frequência na igreja</p> <p>5. Pobreza</p> <p>6. O enfraquecimento das instituições que participam do controlo interno da comunidade</p> <p>7. A pouca relevância dos mecanismos de controlo social informal</p> <p>8. A disponibilidade de habitação</p> <p>9. As relações laborais</p> <p>10. O convívio familiar</p> <p>11. A estruturação do bairro</p>	
507	<p>Que aspectos de ocupação do espaços presentes no seu bairro que estejam a propiciar na criminalidade</p> <p>Aceita-se mais de uma resposta</p> <p>Não lê as opções</p>	<p>1. Desenvolvimento da venda informal de terras</p> <p>2. Arrendamento de imobiliário sem segurança</p> <p>3. Talhões com dimensões diferenciados</p> <p>4. Dualidades dos espaços (produtivo e residencial)</p>	

- | | | |
|--|--|--|
| | <ol style="list-style-type: none">5. Fraca implementação das políticas de ordenamento do território6. Aumento da população7. Outra. Específica _____ | |
|--|--|--|

Fim. Muito Obrigado pela atenção dispensada

ANEXO 3: Grelha de observação



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Grelha de Observação

Esta grelha de observação visa recolher parte de informação para o estudo sobre a *Transformação social do espaço urbano e a criminalidade na cidade de Maputo*, especificamente nos bairros de Magoanine "C" e Chamanculo "C". Nela estão contidas as categorias e os elementos a observar.

Categorias	Elementos a observar	Descrição	Relação com a criminalidade
Transformação social do espaço urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Definição e designação do espaço 		
	<ul style="list-style-type: none"> • Parcelamento de terrenos 		
	<ul style="list-style-type: none"> • Formas de uso 		
	<ul style="list-style-type: none"> • Locais de convivência 		
	<ul style="list-style-type: none"> • Visibilidade 		
	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicabilidade 		
	<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade 		
	<ul style="list-style-type: none"> • Habitações 		
Criminalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Sinais de crime 		

ANEXO 4: Consentimento informado e Declaração do Participante

FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Título do Projecto: A transformação social do espaço urbano e a criminalidade na Cidade de Maputo

Introdução

O estudo aborda a questão da transformação social do espaço urbano e a criminalidade na Cidade de Maputo. Ao realizar este estudo pretendemos contribuir no debate sobre as mudanças sociais ocorridas na cidade de Maputo e como estas se relacionam com a criminalidade. Esta informação pode ser usada pelas instituições de administração da justiça para a definição de acções de prevenção da criminalidade.

Assim, para a recolha da informação serão administradas entrevistas aos chefes de agregados familiares seleccionados. Importa frisar, que este protocolo de estudo foi aprovado pelo Comité da Tese (Júri para a Qualificação). Caso aceite participar no estudo ficará com uma cópia deste documento se o desejar.

Qual é o objectivo do estudo?

Este estudo tem como objectivo analisar a relação entre a transformação social do espaço e a criminalidade em Maputo. Estamos ainda interessados em saber como as pessoas pensam sobre as mudanças sociais das formas de uso do espaço e as práticas criminais.

Qual é o procedimento a ser seguido no estudo?

Para a recolha de dados vamos fazer perguntas aos responsáveis de agregados familiares seleccionados com mais de 10 anos a residir na cidade de Maputo. O objectivo da conversa é saber como as pessoas pensam sobre as mudanças sociais ocorridas na cidade e que implicações têm com a criminalidade. Este trabalho tem a duração de três meses e a conversa não vai demorar, terá no máximo 45 minutos. O (A) senhor (a) se quiser pode fazer algumas perguntas também. Caso entender pode interromper a conversa. Também não é obrigado (a) a responder tudo.

Qual é o risco de participar neste estudo?

O risco de participar neste estudo pode estar associado ao tipo de conversa que vamos ter, pois, em algum momento a conversa lhe pode trazer algumas lembranças negativas vividas no passado.

Qual é o benefício em participar neste estudo?

Não existem benefícios monetários e nem oferta de presentes. Contudo, este estudo vai permitir ampliar o debate sobre a relação entre as mudanças sociais e a criminalidade. Este debate pode no futuro influenciar no desenho de acções de prevenção do crime.

Como serão mantidos os dados (confidencialidade)?

Durante a conversa, em nenhum momento o seu nome será registado. Apenas será atribuído um código para distinguir as conversas que teremos com os outros participantes. A declaração que o participante vai assinar será separada da conversa. No fim do estudo, esta declaração será destruída. O relatório do estudo em nenhum momento fará constar os nomes dos entrevistados. A pessoa que vai conversar consigo será convidada a assinar um acordo de confidencialidade onde se comprometerá a nunca revelar informações específicas sobre a conversa.

A participação no estudo é obrigatória?

A participação neste estudo é voluntária, isto é, é livre de aceitar ou não participar no estudo. Ao recusar em participar no estudo nada vai lhe acontecer. E ao aceitar participar pode em qualquer momento interromper ou abandonar a conversa. Caso a pessoa que vai conversar consigo perceba qualquer sinal de mal-estar ou desconforto, ele (a) procurará saber se deseja continuar com a conversa, ou se precisar de outras informações que lhe dê mais confiança e tranquilidade ou se deseja mudar de local para continuar com a conversa.

A quem pode contactar em caso de dúvida?

Se tiver qualquer dúvida pode contactar o proponente do estudo, o **Sr. Francisco Bernardo Bilério** através do e-mail quinhobilerio@gmail.com ou pelo telefone nº 827145390. Também pode contactar o orientador do estudo, o **Prof. Doutor Ramos Cardoso Muanamoha** pelo telefone 827655654. Por favor, se aceita participar neste estudo, assine a declaração do participante. Muito obrigado pela sua participação no estudo.

Declaração do Participante

Eu fui convidado a colaborar no estudo intitulado "*A transformação social do espaço urbano e a criminalidade em Maputo*". Assim, declaro que fui informado verbalmente e por escrito sobre o conteúdo do estudo e percebi o que se pretende recolher. Fui devidamente informado sobre o detalhe dos passos que serão seguidos na recolha de dados. Recebi ainda, esclarecimento sobre como esta informação será tratada e sobre as condições de anonimato. No caso de dúvida sei a quem posso contactar para obter esclarecimento.

Assinatura do participante:

Data ___/___/2019 **Hora** _____

Impressão digital (só para aquele não sabe escrever)



Assinatura da testemunha

Data ___/___/2019 **Hora** _____